



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

**A educação pública nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias  
(1947-1958)**

Duque de Caxias

2020

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

**A educação pública nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias  
(1947-1958)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Amália Dias

Duque de Caxias

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

R696 Rodrigues, Angélica de Sá de Oliveira Bauer  
Tese A educação pública nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1958) / Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues - 2020.  
189f.

Orientadora: Amália Dias

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense,  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Educação – Duque de Caxias (RJ) – História - Teses. 2. Educação e Estado – Duque de Caxias (RJ) - Teses. I. Dias, Amália. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37(815.3) (091)

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

**A educação pública nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1958)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Data de aprovação: 06 de agosto de 2020

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Amália Dias (Orientadora)  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Angélica Borges  
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Claudia Alves  
Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias  
2020

## **DEDICATÓRIA**

A meu pai (vigia) e a minha mãe (empregada doméstica) pelos inúmeros esforços que empreenderam na minha infância e adolescência para manterem meus estudos. Pois, foram eles que mesmo sem muita instrução me ensinaram a valorizar tanto os estudos.

## AGRADECIMENTOS

É preciso que eu suporte duas ou três larvas

Se quiser conhecer as borboletas.

Dizem que são muito belas.

*Antoine de Saint-Exupéry*

Primeiramente agradeço a Deus, pois, foi a fé nele que me fez ter esperança e acreditar em dias mais bonitos mesmo quando tudo parecia tão nublado.

A minha família e ao meu esposo que propiciaram a base para que eu chegasse até aqui.

A minha mais que querida orientadora Amália, pelo profissionalismo e competência que são suas marcas registradas. Mas, acima de tudo, agradeço por sempre me tranquilizar, tentar deixar a minha estadia na academia tanto quanto mais humana fosse possível. Por cuidar de mim e, principalmente, por me ajudar a ver um mundo de possibilidades na vida.

Aos queridos companheiros do Grupo de Estudos de História da Educação Local (EHELO), pelas trocas de saberes a cada encontro, pelos sorrisos compartilhados e principalmente pelos *elos* construídos. Especialmente à Ana Paula Esteves pelo companheirismo, à Eliana por nossas conversas e ao Hugo Moreira que fizeram do ato de pesquisar algo menos solitário.

As professoras da banca de qualificação: Angélica Borges e Cláudia Alves pelos apontamentos e contribuições que redirecionaram e enriqueceram a pesquisa.

Aos amigos do Grupo de Estudos Gramsci na Baixada.

A FAPERJ pela concessão de bolsa de mestrado, sem a qual a materialização desta pesquisa seria pouco provável.

A equipe do Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto por ter me recebido tão bem durante os meses em que realizei a digitalização do acervo das Atas da Câmara Municipal, em especial à professora Tania Amaro, por ser sempre tão solícita.

A todos os professores que passaram por minha vida até hoje, porque foram eles que me inspiraram a ser professora, a pesquisar história da educação e a pesquisar história da Baixada.

## **Perguntas de um operário que lê**

Quem construiu a Tebas das sete portas?

Nos livros constam os nomes dos reis.

Os reis arrastaram os blocos de pedra?

E a Babilônia tantas vezes destruída

Quem ergueu outras tantas?

Em casa da Lima radiante de ouro

Moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros

Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?

A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.

Quem os levantou?

Sobre quem triunfaram os césares?

A decantada Bizâncio só tinha palácios

Para seus habitantes?

Mesmo na legendária Atlântida,

Na noite que o mar engoliu, os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Ele sozinho?

César bateu os gauleses.

Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?

Felipe da Espanha chorou quando sua

armada naufragou.

Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem venceu além dele?

Uma vitória em cada página.

Quem cozinhava os banquetes da vitória?

Um grande homem a cada dez anos.

Quem pagava suas despesas?

Tantos relatos.

Tantas perguntas.

*Bertold Brecht*

## RESUMO

RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira. **A educação pública nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1958)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

A pesquisa está inserida no campo da História da Educação com ênfase em história local. A ideia central é investigar como o município de Duque de Caxias organizou o ensino primário público e o seu magistério a partir da instalação do poder político local (1947), através da análise das Atas da Câmara Municipal no período de 1947 a 1954. A escolha pelo uso dessa fonte ocorre, porque além das Atas permitirem o mapeamento das iniciativas do poder público municipal (executivo e legislativo) em matéria educacional, possibilitam ainda o exame de nuances das disputas de poder envolvidas neste processo, das condições das escolas, da constituição do magistério e de aspectos da história local. Para tanto buscamos apreender de que forma e com qual finalidade a rede regular desse nível de ensino foi instituída. Dessa forma, procura-se mapear a constituição da rede de escolas primárias neste território, identificando as ações executivas e legislativas do poder público municipal e dos movimentos sociais em matéria de criação e oferta de escolas primárias. Pretende-se examinar também os processos de constituição do magistério primário municipal. Nesse sentido, cabe ressaltar que o ensino municipal público era regulado também pelo poder estadual. O marco inicial do recorte temporal é o ano de instalação da Câmara Municipal (1947), que ocorreu quatro anos após a emancipação do município. E utilizamos ainda dados de 1958, quando uma obra oficial escrita em decorrência do aniversário da cidade informa dados relevantes sobre as escolas de Duque de Caxias. Neste estudo compreendemos a região como um lugar social e politicamente construído, conforme propõe Faria Filho (2009). Adotamos indicações teórico-metodológicas de Faria Filho e Bertucci (2009) como norteadores da nossa investigação dos processos de escolarização. As reflexões sobre profissão docente seguemos apontamentos de Antonio Nóvoa (1991) que nos direcionam a investigar como o poder público municipal (prefeitura e legislativo) atuava sobre o processo de seleção e atuação profissional do magistério primário de Duque de Caxias.

Palavras –chave: Ensino primário público. Município. Magistério. Duque de Caxias

## ABSTRACT

RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira. **Public education in the Proceedings of Duque de Caxias City Council (1947-1958)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

The current research belongs to the History of Education field and emphasizes local history. Its main aim lies on investigating how Duque de Caxias County organized its public primary education and teaching process by implementing local political power (1947). The research was based on the analysis of City Council Minutes drawn up from 1947 to 1954. This documentary source was selected because, in addition to allow mapping local government initiatives (executive and legislative) in educational matters, Minutes enable examining little details in power disputes involving this process, as well as analyzing the school conditions, teaching profession establishment and local history aspects. The current study investigated how, and for what purpose, the regular network at this education level was established, mapped the primary school network structure in Duque de Caxias County, identified executive and legislative actions taken by the local government and social movements to establish and launch primary schools, and analyzed local primary teaching establishment. It is worth emphasizing that local public education is also regulated by the State. The City Council was implemented in 1947, four years after the county's emancipation; it was the starting point for the herein analyzed time frame. The study also analyzed relevant data from 1958, which are available in an official document written to celebrate the county's anniversary. Based on Faria Filho (2009), the investigated region is a socially and politically constructed place. Theoretical and methodological indications by Faria Filho and Bertucci (2009) were used as guidelines to investigate schooling processes. Reflections about the teaching profession were based on notes by Antonio Nóvoa (1991), which enabled investigating how the local public power (city hall and legislative authorities) acted in the selection and professional performance of primary teaching professionals in Duque de Caxias County.

Keywords: Public primary education; County; Teaching profession; Duque de Caxias

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Disciplinas do ensino primário elementar e complementar .....	43
Quadro 2	Crescimento dos estabelecimentos de ensino primário (1948 -1949 e 1952) .....	51
Quadro 3	Distribuição de Matrículas gerais- por séries (1945-1949) .....	51
Quadro 4	Matrícula Geral e efetiva no ensino elementar fluminense-público e particular em 1945 e 1949- .....	52
Quadro 5	Matrícula Geral e efetiva do curso fundamental comum em 1945 na rede pública e particular .....	53
Quadro 6	Matrícula Geral e efetiva do curso fundamental comum em 1949 na rede pública e particular .....	53
Quadro 7	Prédios escolares utilizados no Ensino Elementar (1939-1949) .....	54
Quadro 8	Rede de escolas primárias estaduais funcionando em 1952 .....	55
Quadro 9	Tipos de escolas de ensino primário mantidas pelo Estado em 1952 e 1953 .....	55
Quadro 10	Distribuição dos estabelecimentos de ensino primário por zonas no Estado do Rio de Janeiro em 1952 .....	56
Quadro 11	Unidades escolares de ensino elementar em 1953 .....	63
Quadro 12	Matrícula no ensino elementar em 1953- 1ª série .....	64
Quadro 13	Matrícula no ensino elementar em 1953- 2ª série.....	64
Quadro 14	Matrícula no ensino elementar em 1953- 3ª série .....	65
Quadro 15	Matrícula no ensino elementar em 1953- 4ª série .....	65
Quadro 16	Matrícula no ensino elementar em 1953- 5ªsérie .....	66
Quadro 17	Número de crianças fora da escola em 1953 .....	66
Quadro 18	Prefeitos em Duque de Caxias (1947-1959) .....	71
Quadro 19	Comissão de Higiene e Instrução da Câmara de vereadores (1947-1950) .....	79

Quadro 20	Comissão de Higiene e Instrução da Câmara de vereadores (1951-1955) .....	79
Quadro 21	Proposta orçamentária para 1953.....	104
Quadro 22	Escolas Municipais em Duque de Caxias (1ºdistrito) .....	114
Quadro 23	Escolas Estaduais em Duque de Caxias (1ºdistrito) .....	114
Quadro 24	Escolas Municipais em Duque de Caxias (2ºdistrito) .....	114
Quadro 25	Escolas Estaduais em Duque de Caxias (2ºdistrito) .....	115
Quadro 26	Escolas Municipais em Duque de Caxias (1958) .....	117
Quadro 27	Escolas do Estaduais em Duque de Caxias em 1958 .....	119
Quadro 28	Condições das escolas municipais em Duque de Caxias (1958) .....	125
Quadro 29	Disciplina do curso de regentes de ensino primário por série .....	130
Quadro 30	Disciplinas do curso de formação de professores primários por série	131
Quadro 31	Vencimentos do magistério primário e gratificações de diretoras .....	134
Quadro 32	Vencimentos de professores especializados.....	135

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Municípios da Baixada Fluminense e os anos das suas respectivas emancipações.	24
Figura 2 - Gráfico 1. Ensino Primário Geral – Unidades em funcionamento .....	60
Figura 3 - Gráfico 2. Ensino Primário Geral – Matrícula efetiva.....	61

## LISTA DE SIGLAS

APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CAPES	Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPERJ	Centro Estadual de Pesquisas e Formação de Servidores
CILEME	Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar
FNM	Fábrica Nacional de Motores
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PST	Partido Social Trabalhista
PR	Partido Republicano
RJ	Rio de Janeiro
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UCBHC	União Cultural dos Homens de Cor
UDN	União Democrática Nacional
UNB	Universidade de Brasília
UPC	União Popular Caxiense
IHCMDC	Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto” / Câmara Municipal de Duque de Caxias

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1 DUQUE DE CAXIAS E O ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO .....	23
1.1 Duque de Caxias: “um Município completamente desajustado” .....	23
1.2 A organização do ensino primário público fluminense .....	36
1.2.1 <u>Os Serviços de Educação e Saúde</u> .....	46
1.3 Condições de acesso ao ensino primário público no estado do Rio de Janeiro .....	49
1.4 O ensino primário e as prefeituras .....	57
2 O LEGISLATIVO E OS DEBATES PELA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS .....	Erro! Indicador não definido.
2.1 A Institucionalização dos trabalhos da Câmara Municipal .....	67
2.2 A Comissão de Instrução e Saúde .....	78
2.3 “O essencial de Tudo... é fazer-se escolas”: a “precariedade do ensino primário” e o desejo por ginásios .....	83
2.3.1 <u>O “escândalo” das escolas que desmoronavam: entre construções, rebocos e ruínas</u> .....	95
2.3.2 <u>Subvenções e confluências entre público e privado na oferta de escolas</u> .....	99
3 AS ESCOLAS E O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO MUNICIPAL .....	112
3.1 O município e o estado na oferta de escolas primárias .....	112
3.1.1 <u>“Tudo devemos fazer pela instrução” :condições das escolas primárias</u> .....	120
3.2 “Lume imperecível”: a profissão docente .....	127
3.2.1 <u>Normas para o magistério público estadual</u> .....	128
3.2.2 <u>O magistério no quadro do funcionalismo municipal</u> .....	137
3.3 “Classe sacrificada” que exercia “elevado mister”: as ambiguidades de ser docente em Duque de Caxias .....	143
3.4 Os usos da inspeção escolar .....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS: .....	154
REFERÊNCIAS .....	158
APÊNDICE .....	189

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo campo de História da Educação originou-se no Curso Normal, através da disciplina que tinha esse mesmo nome. Na universidade, fui bolsista de iniciação científica de um projeto de história da educação, do qual desdobrei a monografia, que procurou investigar como os processos de emancipação incidiram sobre a organização dos serviços públicos de educação nos municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias.

A proximidade com a investigação sobre a Baixada Fluminense foi consequência da minha curiosidade sobre a temática. Ora, como eu, mulher nascida, criada e moradora desta região não sabia absolutamente nada sobre a história do meu lugar, embora tivesse estudado em escolas da Baixada Fluminense durante toda infância e adolescência. Através dessa curiosidade passei a participar de palestras, seminários e cursos sobre o assunto, a integrar o Grupo EHELO (Estudos de História da Educação Local). Na monografia, investigamos, a partir do Jornal local Correio da Lavoura, as repercussões sobre os processos de emancipação e a situação educacional desses municípios entre 1943 e 1955. Em que alguns dos resultados obtidos foram de que, embora os municípios não atendessem a demanda existente por escolas, eles se destacavam nessa empreitada em relação aos demais municípios do Rio Janeiro (ABREU, 1955) e que, mesmo sendo presente as condições de precariedade nas escolas, havia a ocorrência de subvenções por parte das prefeituras de Duque de Caxias e Nilópolis, conforme demonstrado no trabalho com o semanário local Correio da Lavoura. Através dos exames das matérias publicadas no Jornal investigado, a educação comparecia como possibilidade de avanço, progresso, e ao mesmo tempo era colocada como um problema. A educação de jovens e adultos guardava intrínseca relação com o ensino primário, dessa forma encontramos a disputa existente entre sociedade política através da Campanha de Alfabetização de Adultos e da sociedade civil através dos Comitês Populares Democráticos, no oferecimento da alfabetização de adultos.

Na proposta atual focalizamos nossas análises sobre Duque de Caxias afim de averiguar como o município organizou o ensino primário público e o seu magistério a partir da instalação do poder político local (1947). A principal fonte utilizada são as Atas da Câmara Municipal do período de 1947 a 1954. O marco inicial é o ano de instalação da Câmara Municipal (1947), que ocorreu quatro anos após a emancipação do município. Investigamos dois períodos legislativos e tomamos como marco final o ano de 1958, quando a obra de José Lustosa, encomendada por

ocasião dos 15 anos de aniversário da emancipação, apresenta dados sobre escolas municipais de Duque de Caxias e suas respectivas condições.

O período investigado engloba distintas configurações de poder que ocorreram na cidade: a direção do município determinada pelo Interventor Federal que durou até 1947, e a direção assumida pelo poder local estabelecido. Nesse sentido, a partir do entrecruzamento de dados a pesquisa procurou observar as correlações de força entre os poderes executivo, legislativo e das agências da sociedade civil no âmbito das políticas públicas educacionais criadas e estabelecidas no município.

A ideia central é compreender como o município organizou o ensino primário público a partir da instalação do poder público municipal, perceber qual foi a relação estabelecida com o território, identificar se houve impactos na profissão de professor a partir dessa reorganização do poder político.

Desse modo, buscamos responder a algumas perguntas que nos intrigam, a saber: De que modo o município organizou o sistema de ensino a partir da instalação do poder local? Quais os impactos dessa organização para o magistério local? Como se deu a institucionalização do ensino primário municipal em Duque de Caxias? Quais setores se mobilizaram ou não pela educação desta região? Quais os agentes sociais estavam envolvidos nesse processo?

Já na sua emancipação, em 1943, fora os aspectos de melhoramentos urbanos que a cidade necessitava, o município lidava com mais uma problemática: o impedimento de criação de novas escolas, estabelecido pelo Convênio Estadual do Ensino Primário (ABREU, 1955).

Cabe indicar o que estamos denominando de ensino primário, pois, o ensino primário estadual, em 1946, era definido pela Lei Orgânica do Ensino Primário<sup>1</sup>. Englobava duas modalidades: o fundamental e o supletivo. O ensino primário fundamental tinha como público alvo as crianças de sete a doze anos, sendo composto pelo nível elementar e o nível complementar. Já o ensino primário supletivo era oferecido para adolescentes e adultos.

A escolha por Duque de Caxias ocorre pelo destaque dado ao município no que se refere às iniciativas de expansão do ensino primário, na literatura existente e em fontes oficiais. Agrega-se a isso o fato de que esse município desempenhou grande importância política em relação ao Rio de Janeiro e também importância econômica exercida na Baixada Fluminense, desde os tempos em que era distrito de Nova Iguaçu (SOUZA, 2014). Assim cabe salientar que nosso estudo está inserido no campo da História da Educação com ênfase em história local, e que fazer história local não quer dizer estudar seu objeto apartado de contextos mais amplos,

---

<sup>1</sup>Criada por Gustavo Capanema.

como o estadual, nacional e por vezes até o internacional. É nesse sentido que as disputas pelo uso do território também se constituem em aspecto importante da nossa análise, visto que não se pode separar o exame dos processos de escolarização na região deste aspecto.

Desse modo, vale esclarecer que investigaremos a organização do ensino no território a partir de Faria Filho e Bertucci (2009) que propõem a averiguação da forma pela qual uma rede ou redes de instituições são constituídas (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009). Somando-se à isso, buscaremos analisar quais foram os processos de constituição do magistério primário municipal no período examinado, através dos critérios de seleção exercidos pelo poder público (NÓVOA, 1991).

A partir do levantamento bibliográfico realizado, constata-se que são pouquíssimos os estudos que abordam a organização do ensino em Duque de Caxias quer seja de forma mais ampla contemplando também o município, quer seja de forma mais específica sobre o próprio município. Os estudos sobre profissão docente no território também não possuem vasta produção.

Nesse sentido, o estudo sobre os processos de escolarização em Duque de Caxias é relevante por possibilitar desnudar as iniciativas do governo fluminense para a expansão da escola primária no interior do Estado. Desse modo, a pesquisa pretende apresentar dados acerca das condições da rede regular de ensino primário público, tais como: acesso, tipo de escolas, critérios de seleção, designação de professores, condições das escolas e disputas de poder imbricadas nestes processos.

E é nesse sentido que mobilizamos as fontes a seguir com intuito de compreender distintos aspectos do objeto em análise.

Utilizamos o relatório produzido pela Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), produzido e coordenado no Rio de Janeiro pelo professor Jayme Abreu em 1955. Esta obra oficial é uma fonte importante para a pesquisa, visto que apresenta dados estatísticos e considerações acerca da organização do ensino primário e do magistério no estado do Rio de Janeiro até o período de 1955, propiciando ainda a percepções de alguns aspectos do ensino primário e do magistério em Duque de Caxias e também em outras regiões fluminenses.

Após uma primeira leitura deste livro, foi realizado o fichamento de aspectos relevantes para entender a organização do ensino primário aos níveis estadual e municipal, uma vez que o ensino municipal era regulado pelo Estado. Assim como a extração de dados estatísticos através da construção de tabelas que dizem respeito aos índices de acesso, permanência e conclusões no ensino primário, que revelam que não era apenas difícil acessar o ensino primário, mas

também era difícil concluí-lo. Procedemos da mesma forma para compreendermos a constituição do magistério, pensando a organização da Escola Normal e a Lei Geral do Magistério.

As Atas da Câmara permitem o mapeamento das iniciativas da nova prefeitura e dos vereadores em matéria educacional, as disputas de poder envolvidas neste processo, as condições das escolas e possibilitam ainda compreender aspectos da história local.

Para o trabalho com as Atas, o nosso primeiro passo foi a digitalização do acervo no período de 1947-1964 que interessava a pesquisa, à princípio, resultando num total de 30 livros, cada um, com 300 a 400 páginas de manuscritos. O trabalho de digitalização realizado foi importante tendo em vista que não temos no município políticas públicas adequadas a guarda e conservação de acervos. O volume documental expressivo e a natureza específica das Atas impuseram uma redefinição da pesquisa.

Assim cogitamos pensar num novo recorte temporal, tendo em vista também o tempo limite para a produção deste estudo. Reflexões que foram corroboradas pelas contribuições realizadas durante a qualificação. Nos deparamos com as complexidades, dificuldades e desafios que o trabalho com este tipo de fonte demanda, pois, o processo de transcrição precisou de 9 meses para ser realizado, o que nos impossibilitou de incluir na pesquisa outras fontes e nos fez realizar outros enquadramentos.

Deste modo reduzimos o recorte temporal da pesquisa, feito isto, realizamos a transcrição do primeiro período legislativo (1947-1950) referentes às pautas concernentes ao nosso objeto de estudo: situação e criação das escolas municipais e as condições da constituição do magistério primário. Sinalizamos ainda as demandas da população no que tange aos equipamentos de melhoramento da cidade. Posteriormente fizemos as transcrições do segundo período legislativo (1951-1954). Para o primeiro mandato legislativo o trabalho foi realizado com 6 livros de Atas, já o segundo mandato foi composto por 9 livros de Atas, totalizando 15 livros de Atas. De forma que após a transcrição de todos os assuntos inerentes à pesquisa (que renderam um pouco mais de 400 páginas), realizamos a introdução de descritores (classificação temática) dos assuntos encontrados e por fim a análise dos dados. Foram trabalhadas 272 Atas do primeiro período legislativo e 433 Atas do segundo período legislativo.

O mapeamento realizado com as legislações e outros documentos disponíveis no site da Câmara Municipal de Duque de Caxias possibilita, dentre outros aspectos, observar especificamente o quanto se pretendia investir em educação, recuperar alguns rendimentos mensais e anuais de professores, quais eram as instituições privadas que recebiam subvenções,

a criação de caixas escolares, a reestruturação e a criação de cargos de professores municipais. E de modo geral, os contornos que a vida profissional dos professores ia tomando enquanto funcionários públicos.

Na caminhada até aqui empreendida, adotamos a concepção de Estado Ampliado de Gramsci, pois, consideramos que a forma tal qual o pesquisador entende o Estado implica diretamente nos atores sociais a serem considerados ou não, nas fontes a serem utilizadas e suas interpretações, assim como nos próprios resultados das pesquisas. Posto isto, entendemos que o Estado não é representante de uma classe ou fração de classe específica, o Estado é “a expressão” da correlação de forças existentes entre a sociedade política e a sociedade civil (MENDONÇA, 2014, p.34). Cabe destacar, nesta direção, que o Estado não é composto somente pela coerção, mas também pelo consenso, isto é, pela hegemonia, que é a combinação entre consenso e força (MENDONÇA, 2014).

É do referencial teórico gramsciano que tomamos também a concepção de educação abordada neste estudo, pois, ao concebermos a educação como operação de hegemonia, além de estarmos considerando uma visão alargada de educação, ou seja, que ultrapasse os muros e as relações estritamente escolares, estaremos considerando também a educação como instrumento que nem sempre atende apenas o imperativo da transmissão dos ideais dominantes, mas como uma possibilidade de instrumento contra hegemônico. Isso significa considerar a educação como um mecanismo “com poder transformador das ideias” com “a capacidade de produzir a mudança social e radical” que permita a “disseminação de uma nova filosofia, uma visão alternativa do mundo” (BUTTIGIEG, 2003, p.45).

A respeito da compreensão de Baixada Fluminense nos apoiaremos no estudo de Simões (2011) em que são elucidadas as diferentes concepções de Baixada Fluminense que existem e isso resulta também em recortes e abordagens diferenciadas desse território, em inclusões e exclusões de municípios para esta composição (SIMÕES, 2011).

A partir da discussão que há sobre definições do que seja Baixada Fluminense, adotamos o conceito de “Baixada Geopolítica” baseado em Simões (2006, p.3). Isso significa considerar:

os municípios e distritos que fizeram parte dos antigos municípios de Iguçu e sua vizinha Estrela., ou seja, os atuais municípios de Nova Iguçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e o distrito de Inhomirim do Município de Magé.

Pois “esta região tem em comum um passado histórico ligado aos portos fluviais e caminhos que ligavam o Rio de Janeiro ao interior do país e uma ocupação recente baseada nos loteamentos populares próximos aos ramais ferroviários e suas estações” (SIMÕES, 2006, p.3).

Acompanhamos Faria Filho (2009) para pensarmos a região como algo que não é dado, mas, sim, construído política e socialmente e não como algo separado, como algo à parte, mas, sim, como um recorte que nos possibilita também entender contextos mais amplos. Pois “não é possível entender os projetos de Brasil sem que entendamos o lugar ocupado pela ‘região’ dentro desses mesmos projetos” (FARIA FILHO, 2009, p.60).

Dada as diferentes percepções de região e regional, Faria Filho (2009) propõe conceber a região como uma unidade de análise e como posição epistemológica. Dessa forma, o que possibilita no campo da história da educação “a realização de uma história regional é a maneira pela qual eu produzo teórica e metodologicamente o meu objeto de pesquisa” (FARIA FILHO, 2009, p.60). Isto implica ir além de “critério geográfico, político ou mesmo cultural [...]” (FARIA FILHO, 2009, p.60). Significa considerar “as temporalidades e dinâmicas próprias [do objeto], a suas relações com os demais fenômenos sociais e por fim as fontes mobilizadas [...]” (FARIA FILHO, 2009, p.60).

Dentre as muitas abordagens de história local existentes, agregamos a noção de região, por nós adotada, às reflexões sobre história local propostas por Cavalcanti (2018) em que concebe o “local” como um recorte realizado pelo pesquisador que pauta suas análises “sobre as experiências dos sujeitos em espaços sociais delimitados” (CAVALCANTI, 2018, p.275), sendo a “dimensão, a legitimidade, o reconhecimento e a representação” do acontecimento local, constituídos pela sua “dimensão política”(CAVALCANTI, 2018, p.282).

Dessa forma, o autor sinaliza a partir de Samuel (1990) que os jornais municipais e os documentos oficiais locais são fontes importantes para a história local, uma vez que fornecem indícios da “força popular, tanto como uma atividade, quanto uma forma literária”. Trabalhar com o local para o autor “é uma construção política e simbólica, antes de ser físico-geográfica, porque são as práticas políticas e as relações de poder que nomeiam, inventariam e produzem sentido, visibilidade e reconhecimento do espaço físico” (CAVALCANTI, 2018, p.285). É sob esta ótica, que o autor nos convida a pensar a *configuração local da história*, que implica:

entender que as relações de poder, praticadas em dada configuração entendida como local, dispõem de forças e práticas que mesmo mantendo estreitos diálogos com outras relações e outras práticas ditas nacionais ou globais não estão submetidas a elas em uma relação de determinação (CAVALCANTI, 2018, p.287).

Isso situa “os homens e mulheres que habitam os espaços onde as histórias são construídas” como “sujeitos que atuam e interferem na construção e nos desdobramentos das experiências” (CAVALCANTI, 2018, p.288).

Para pensar a história social da escolarização, partimos do estudo de Faria Filho e Bertucci (2009) em que os autores destacam a importância da percepção de “como estrutura e

processo se articulam na história” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p.12). Nesse sentido, trabalhar com a história do processo de escolarização implica “o estudo das multifacetadas transformações que tiveram lugar nas sociedades modernas na transição de uma sociedade sem escolas (no atual sentido da palavra) para as sociedades plenamente escolarizadas contemporâneas” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p.12).

A proposição do roteiro realizada pelos autores indica o estudo simultâneo de dois sentidos de escolarização, a saber: o “estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou rede de instituições” e “a produção de representações sociais [...] cujos sentidos têm na escola o *locus* fundamental de articulação e divulgação” (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p.14).

As reflexões sobre profissão docente estarão permeadas pelos apontamentos de Antonio Nóvoa (1991) que explicitam como a partir do momento em que há a profissionalização dos professores é criada uma série de normas, critérios de seleção e designação que incidem diretamente no fazer e viver docente. Assim, esses apontamentos nos direcionam a investigar como o poder público municipal (prefeitura e legislativo) e as agências da sociedade política e civil atuavam sobre o processo de seleção do magistério primário de Duque de Caxias.

A partir disso, organizamos a pesquisa em 3 capítulos. Iniciamos apresentando alguns cenários importantes para a compreensão do território em que investigamos a constituição da rede de escolas. Em seguida indagamos como se organizava o ensino primário a nível estadual, uma vez que ele orientava o ensino municipal. Isso através de dados sobre as redes de escolas instituídas, a situação dos prédios, quantitativo de matrículas anuais e por séries, assim como da própria legislação educacional que se criava no período. Pontuamos os impactos das legislações estaduais para as prefeituras fluminenses, em específico para Duque de Caxias, por meio também de dados sobre matrículas e número de unidades de ensino, a partir do relatório oficial da CILEME (ABREU, 1955).

Já no segundo capítulo, discorremos sobre o processo inicial de institucionalização da Câmara e atentamos também para a estrutura adotada pelo poder legislativo para tratar dos assuntos educacionais, com intuito de entender os debates em torno da criação e manutenção de escolas registrados nas Atas das sessões legislativas. Esses debates evidenciaram dentre outros detalhes o clientelismo, a confluência do público e privado na educação primária municipal e a consequência disso para a população. Dentre as quais o caso de prédios de escolas que desabavam antes das obras de construção serem concluídas.

Construímos o terceiro capítulo com a finalidade de percebermos quais foram as iniciativas dos poderes executivos e legislativos na criação (de forma quantitativa) e

manutenção de escolas através do mapeamento da rede de escolas que se instituía, através do cruzamento dos dados da CILEME, Fundo Departamento de Educação e de Lustosa (1958), observamos a disparidade de dados encontrados nas mesmas, contudo, ambas fontes atestavam a prevalência do município sob o estado no que se referia ao oferecimento de vagas no ensino primário. Almejamos também identificar como se organizava o magistério das escolas municipais naquela época, para tanto nos debruçamos também nas legislações dirigidas aos docentes tanto as que se dirigiam a sua formação, quanto as que se referiam a sua funcionarização. A partir dos projetos votados na Câmara Municipal e das discussões realizadas buscamos averiguar como se deu o processo de funcionarização docente no município. Do mesmo modo tivemos o propósito de compreender a concepção de magistério presente na época.

## 1 DUQUE DE CAXIAS E O ENSINO PRIMÁRIO PÚBLICO

### 1.1 Duque de Caxias: “um Município completamente desajustado”

#### **Epigramas Caxienses**

A cidade onde eu moro  
É como o mundo  
Tem criminosos e santos  
Há os que exploram  
E há os explorados  
Quando o mundo mudar  
A cidade onde eu moro  
Mudará Também...  
*Solano Trindade*

Este capítulo pretende abordar aspectos da história política do município de Duque de Caxias, com ênfase sobre a constituição do ensino primário, a partir da bibliografia e da investigação nas Atas da Câmara Municipal. Foi investigado o período de 2 legislaturas: primeira de 1947 (ano de instalação da Câmara Municipal, que ocorreu quatro anos após a emancipação do município) a 1950, e a segunda de 1951 a 1954. Cabe sinalizar que a mudança de legislatura só ocorreu depois do início do ano de 1951.

Partindo do princípio de que a região não é dada, mas construída (FARIA FILHO, 2009) apontamos aqui para as diversas relações de força estabelecidas no território entre a sociedade política (poder legislativo e executivo) e a sociedade civil. Ou seja, as diferentes formas (força e consenso) com as quais uma classe ou fração de classe emprega a fim de tornar-se hegemônica. Buscamos ainda, a partir das fontes, mostrar os movimentos de luta pela organização da infraestrutura do território, sendo a escola um dos equipamentos constituintes.

O centro da nossa investigação acerca da institucionalização do ensino primário público municipal é o município de Duque de Caxias, localizado no estado do Rio de Janeiro(RJ) e inserido na região compreendida atualmente como Baixada Fluminense. Duque de Caxias foi distrito do município de Nova Iguaçu até 1943, ano da sua emancipação.

Figura 1 - Municípios da Baixada Fluminense e datas de emancipação



Fonte: BAIXADA FLUMINENSE. Municípios da Baixada Fluminense e datas de emancipação. Wikipédia, 2017.

Dentre os municípios que integram a Baixada Fluminense, selecionamos Duque de Caxias, pelo destaque dado na literatura existente e em fontes oficiais ao que se refere às iniciativas de expansão do ensino primário na década de 1955 (ABREU, 1955). Agrega-se a isso o fato de que esse município desempenhou grande importância política em relação ao Rio de Janeiro e também importância econômica exercida na Baixada Fluminense, desde os tempos em que era distrito de Nova Iguaçu (SOUZA, 2014).

Desse modo nos interessa entender quais foram os caminhos construídos em Duque de Caxias para a obtenção de sua emancipação. Para tanto apresentamos um exercício de contextualização histórica em que a rede de escolas em Duque de Caxias foi constituída. Em virtude disto elencamos algumas discussões e registros realizados nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias para melhor compreender o território.

Meriti (atual Município de Duque de Caxias) foi distrito de Nova Iguaçu até 1943, ano da sua emancipação. O distrito de Meriti passou a ser chamado de Duque de Caxias a partir de 1930 (SOUZA, 2014, p.106). Seu processo de emancipação iniciou-se bem antes dessa data e necessitou de muitos anos para essa separação administrativa ser consolidada.

A partir das muitas insatisfações geradas por conta da administração realizada por Nova Iguaçu, que não atendia às necessidades da população duque-caxiense, foram empreendidos vários movimentos a fim de que Caxias fosse separada de Nova Iguaçu.

O processo de emancipação de Duque de Caxias começou em 1930 com a troca de placa da estação ferroviária de Meriti para Caxias<sup>2</sup>. Questão simbólica que perpassa um rompimento com “o passado negativo, afirmação do presente e apontar para um futuro diferenciado”. Que, portanto, requeria a construção de uma nova identidade (SIMÕES, 2006, p.143). Esse novo

<sup>2</sup>Nome do Duque de Caxias, importante militar do Império, nascido na Fazenda Taquara.

lugar deveria estar apartado do passado da “decadência” rural e política atrelado à insignificância da estação ferroviária de Meriti (SIMÕES, 2006, p.142).

Um segundo passo foi dado por Manoel Reis<sup>3</sup> com a transformação de Duque de Caxias em 8º distrito de Nova Iguaçu em 1931. Isso pode ter ocorrido tanto para marcar “o foco de um novo poder local” quanto para acalmar os ânimos da elite da região de Caxias (SIMÕES, 2006, p.155).

A terceira contribuição importante foi a fundação da União Popular Caxiense (UPC) em 1933, que gerou outras entidades a partir de seu quadro de associados. Destas entidades, destacamos a existência de uma Orquestra Filarmônica e dos clubes para a elite: Grêmio Recreativo Caxiense e Clube dos 500. Sendo que “a maior contribuição dessa entidade foi a criação de um núcleo político em torno do qual se estabeleceu a luta pela emancipação” (SIMÕES, 2006, p.156). Para a UPC, “os problemas locais encontrariam soluções com o rompimento do domínio do poder de Nova Iguaçu, criando um novo município” (SOUZA, 2014, p.137).

Já o quarto passo ocorreu em 1940, com a elaboração do Manifesto de Pró-Emancipação de Duque de Caxias, pró-divisão do Município de Nova Iguaçu, enviado ao Interventor Amaral Peixoto<sup>4</sup>. Esse manifesto não requeria especificamente a emancipação de Duque de Caxias, mas “a revisão da divisão territorial do Estado do Rio de Janeiro” (SIMÕES, 2006, p.147).

---

<sup>3</sup> Político Iguaçuano e um dos principais líderes da região nesse período (SIMÕES, 2006).

<sup>4</sup> Amaral Peixoto nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 14 de julho de 1905, completou os estudos primários no Grupo Escolar Tiradentes, no Rio de Janeiro. Em seguida fez o curso secundário nos colégios jesuítas Anchieta, em Nova Friburgo (RJ), e Santo Inácio, no Rio. Após concluir os estudos preparatórios, ingressou em 1923 na Escola Naval do Rio de Janeiro. Formou-se engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1933 foi ajudante de ordens de Getúlio Vargas. Nomeado interventor em 9 de novembro de 1937 a 1945. A política industrial adotada pelo governo Amaral Peixoto procurou incentivar a instalação de novas indústrias no estado através da concessão de isenções de impostos e taxas. Foi eleito deputado pelo estado do Rio na legenda do Partido Social Democrático (PSD) com 29.088 votos, em 1945. E, 1950 foi eleito governador com 286.292 votos. Disponível em: [www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral](http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral). Acesso em 28-02-19.

A Comissão Pró-Emancipação era composta por Sylvio Goulart<sup>5</sup>, Rufino Gomes Jr.<sup>6</sup>, Amadeu Lanzeloti, Joaquim Linhares, José Basílio, Carlos Fraga e Antônio Moreira (SOUZA, 2014, p.137) e justificou seu pedido da seguinte forma:

Nova Iguassú no actual momento, não corresponde por sua topographia, às reaes necessidades de sua população. Densa massa demographica, dividida em districtos, que por seu valor e progresso valem por verdadeiros municípios, disso resulta se transformar o Município em sua actual organização, em madrastra, de todos recebendo, à alguns tudo dando, a outros menos que merecem, e aos últimos nada fornecendo, ou melhor, o que é peor, tudo lhes negando (MANIFESTO DE PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS).

No Manifesto que data de 25 de julho de 1940 há, ainda, a solicitação de que o novo município se chame “MERITY”. Os autores do Manifesto entendiam que, com essa separação, o território em questão passaria a ter direitos de acordo com o que produzisse e merecesse (MANIFESTO DE PRÓ-EMANCIPAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS In: Revista Pilares da História dez- 2003, p.56). Esse pedido ao Interventor Federal obteve como resposta o mandato de prisão dos signatários do manifesto. E estes só foram soltos com a ajuda de Tenório Cavalcanti<sup>7</sup> (SIMÕES, 2006).

Posteriormente a isso, outra contribuição para a emancipação foi a instalação da Fábrica Nacional de Motores em Xerém, que “buscava criar um novo homem através da disciplina do trabalho” (SIMÕES, 2006, p.158). A instalação da fábrica foi a motivação perfeita para que ocorresse a divisão do município de Nova Iguaçu dada as suas condições políticas e econômicas, sem que ao mesmo tempo a autoridade de Amaral Peixoto fosse questionada (SIMÕES, 2006, p.148). E por fim, numa iniciativa de cima para baixo, o decreto lei nº 1.055 de 31 dez. 43 criou o município de Duque de Caxias, transferindo também alguns distritos ou parte de alguns distritos para Caxias (SIMÕES, 2006).

---

<sup>5</sup>Era proprietário do “Jornal Do Povo” e antes de dirigir este jornal Sylvio Goulart dirigia o “Tribuna de Caxias”, um jornal que “circulou muito tempo no então 2º distrito de Duque de Caxias” (MEDEIROS, 1958, p.21). Sylvio também teve sob sua direção o jornal “Correio de Iguaçu” que “circulava na sede do município, situada em Iguaçu” (MEDEIROS, 1958, p.22). Segundo Silva (2003, p.31) teve seu jornal fechado por conta da participação no manifesto Pró –Emancipação de Duque de Caxias e acabou sendo processado. Em 1947 trabalhou em prol da emancipação de São João de Meriti (TORRES, 2004, p.173). E em 1958 Sylvio afastou-se “das lides profissionais” pois, tinha “compromissos políticos” no “município de São João de Meriti” (LUSTOSA, 1958, p.107). Assim, sendo o seu filho “Newton Sylvio Goulart” assumiu o seu lugar “no serviço de imprensa” (LUSTOSA, 1958, p.107).

<sup>6</sup>Integrava o corpo editorial do “Jornal Do Povo”, era advogado e jornalista (TORRES, 2004, p.174).

<sup>7</sup>Tenório foi um forasteiro que devido ao seu apadrinhamento foi beneficiado de diversas formas e em vários momentos da sua vida pública e particular. O uso da violência para conquistar e garantir sua ascensão foi sua marca registrada. De administrador de terras alheias passou a ser proprietário, comerciante e político importante da região e do estado (SOUZA, 2014).

Braz e Almeida (2010), destacam que na luta pela emancipação também estiveram engajadas as “antigas famílias proprietárias” e “os novos moradores”, pois, desejavam “maior autonomia”. A finalidade atribuída a emancipação por parte do Estado Novo (1937-1945) divergia profundamente dos objetivos dos intelectuais que iam se organizando em Duque de Caxias. Assim o projeto do Estado Novo pretendia assegurar e expandir os seus espaços de poder, os intelectuais duque-caxienses pretendiam criar e utilizar espaços de poder.

De acordo com a professora Marlúcia Santos (2014, p.138): “O processo de emancipação de Caxias esteve integrado ao projeto de reforma administrativa com base no discurso do Estado Novo, no qual um dos eixos fundamentais era a consolidação do nacionalismo, que tinha no comunismo e no excesso de regionalismo seus principais empecilhos”. Acrescenta ainda que

A emancipação dos locais mais populares ia ao encontro da necessidade de: reorganizar o quadro territorial para melhor controlá-los e administrá-los, cooptar simpatia e apoio popular, e articular seu representante regional, Amaral Peixoto, com as frações da classe dominante local (SOUZA, 2014, p.138).

A emancipação do distrito de Duque de Caxias (1943) ocorreu no mesmo período em que havia uma estratégia de reorganização do território utilizada por Getúlio Vargas, com o objetivo de enfraquecer ou aniquilar o regionalismo e fortalecer o nacionalismo (SILVA, 2003). Havia, portanto, através do nacionalismo “a transfiguração do que era privado em público, do que era individual em coletivo, sendo considerados importantes e legítimos apenas os interesses que construíssem o bem-estar nacional” (MENDONÇA, 1986, p.40).

O período em que a pesquisa se insere corresponde economicamente ao da “industrialização restringida” :modelo de desenvolvimento que ocorreu no país de 1930 a 1955, marcado pela situação contraditória de “dependência com relação ao setor agrário – exportador em termos de financiamento adequado às suas necessidades” (MENDONÇA,1986, p.29).

No pós 1945 o populismo foi uma prática dotada para “tentar dar conta da contradição que havia nessa fase, pautada pela “conciliação de classes” e a “emergência política das massas trabalhadoras urbanas”. Essa contradição estava baseada “na difícil conciliação entre satisfação das demandas populares, a manutenção do ritmo acelerado do crescimento e as contraditórias alianças integrantes da cúpula do pacto político” (MENDONÇA,1990, p.333). Sendo assim a categoria de revolução passiva ajuda a entender o contexto histórico não só de 1930 como também conjuntura do recorte temporal que adotamos (MATTOS, 2008).Este tipo de revolução ocorre sem consentimento do povo, em que há a assimilação do novo, mas mantém aspectos do velho, ou seja, uma revolução sem revolução, pois, há a incapacidade da classe no

poder de romper com modelos de dominação anteriores, sem conseguir realizar uma revolução clássica (BUCI-GLUCKSMANN,1980).

É preciso considerar que a emancipação é ao mesmo tempo “um processo que reflete o desenvolvimento histórico, econômico e político de uma sociedade e também é, em última instância, uma organização territorial do poder, que define quem manda até onde” (SIMÕES, 2007, p.146).

Com o fim das intervenções do Governo Federal o poder local foi instituído em 1947 e, até 1962, Duque de Caxias teve o poder executivo municipal comandado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Gastão Reis candidato do PSD ocupou o cargo de prefeito entre 1947 a 1950, Braulino Matos e Francisco Corrêa candidatos do PTB, exerceram esta função respectivamente de 1952 a 1955 e de 1955 a 1959. A disputa de poder na cidade era polarizada entre o tenorismo, o amaralismo e o getulismo (SOUZA, 2014).

O tenorismo segundo consta na análise de Souza (2014, p.150) foi a constituição do “próprio partido” de Tenório (SOUZA, 2014, p.146), que bailou entre 3 três vertentes diferentes: “ um perfil liberal conservador e um discurso populista e trabalhista”, expressados nas muitas fases adotada pelo jornal de Tenório Cavalcanti: “Luta Democrática” (SOUZA, 2014, p.150).As três fases identificadas pela autora revelam como Tenório era articulado e dançava conforme o ritmo da música que tocava, afim de que alcançasse seus objetivos políticos e ao mesmo tempo se resguardasse.

Conforme salienta Fernandes (2009), o amaralismo “fixava seu projeto político econômico tendo como alicerces [...] as políticas clientelísticas e as atividades agropecuárias” (FERNANDES, 2009, p.129). E “suas alianças políticas foram firmadas com grupos locais ligados às atividades agrícolas e pecuárias” (FERNANDES, 2009, p.129).

Cabe destacar neste contexto que para a década de 1940, em Duque de Caxias,a participação no processo eleitoral era escassa, um pouco mais de 10% da população era votante, num quadro que ultrapassava 90 mil habitantes. Só podia votar quem fosse alfabetizado e o índice de analfabetismo era alto. Somando-se a isso havia ainda os migrantes que ou não tinham documentação ou teriam que transferir o título de eleitor para participar da eleição (SOUZA, 2014).

Ainda pensando nas relações de poder existentes no território, Marluccia Santos (2014) afirma que o processo de ocupação da Baixada Fluminense e em especial de Duque de Caxias:

[...] foi desenhado a partir dos interesses dos grupos dominantes locais subordinados aos núcleos centrais de poder e dos interesses dos grupos que detinham o controle do aparelho burocrático e político do poder central. Ao mesmo tempo, foi produzido

pelas formas de ocupação popular, por meio de autoconstrução de moradias, ocupações urbanas, formação de favelas, lutas dos lavradores pela terra e práticas de movimentos sociais que buscavam a implantação de equipamentos urbanos como saneamento, pavimentação, passarelas, escolas, postos, hospitais públicos etc. (SOUZA, 2014, p.19).

A população de Duque de Caxias em 1940 e 1950 cresceu devido ao grande fluxo migratório que provinha dos “municípios empobrecidos do norte e do nordeste do Estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do nordeste do país” (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.85).

Nielson Bezerra (2012) nos chama atenção para a composição étnica da população (BEZERRA, 2012, p.175):

Não tenho dúvidas de que a população de Meriti no início das primeiras décadas do século XX era majoritariamente de cor. Muitas daquelas pessoas eram as gerações posteriores daqueles que haviam conhecido a escravidão sob o ângulo mais penoso, isto é, como escravos. É possível que alguns moradores mais antigos ainda fossem os próprios sobreviventes do cativo, interrompido definitivamente em 1888 (BEZERRA, 2012, p.173).

Para as décadas de 1950 e 1960 havia o quantitativo de 48.968 homens e mulheres negros e pardos, 42.710 brancos e 28 amarelos na cidade (SOUZA, 2014, p.223).

Entre 1940 e 1950 a migração fez com que o município passasse de um “núcleo urbano acanhado” para um município “populoso e industrializado”. Num intervalo de tempo de 20 anos (1940-1960) a população saltou de “28.328” para “241.026”. O que acarretou uma série de problemas para a região, por conta da falta de estrutura para abrigar tanta gente (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.64). Esse cotidiano é percebido na análise das Atas da Câmara, onde constantemente há registros de pedidos e de ações em prol da organização do território e da luta por direitos e serviços para a população.

A população reivindicava melhorias para sua região por meio do envio de abaixo-assinados, representações assinadas, memoriais de comissões formadas por moradores que eram encaminhados à Câmara de vereadores. Através das diferentes requisições feitas, é possível perceber algumas demandas dos diversos bairros do município. O abaixo assinado dos “moradores de Imbarié e Parada Angélica”, por exemplo, solicitava “a passagem dos ônibus Praça Maua –Raiz da Serra” por locais diferentes do trajeto realizado (IHCMDC, Livro 1, Ata da 14ª Reunião Ordinária, 24/11/1947, p.123). Noutra passagem observa-se a população colocando-se contra a postura adotada pelo delegado em exercício em 1947:

Representação assinada por diversos moradores desta cidade, contra o Delegado de Polícia do Município, pelos fatos ocorridos durante os festejos de Domingo próximo passado, na Vila São Luiz, festa essa em homenagem ao senhor Prefeito e senhores vereadores (IHCMDC, Livro 1, Ata da 14ª Reunião Ordinária, 24/11/1947, p.123).

No ano de 1948 os “moradores da rua Olga” buscavam intervir sobre a “planta e licença de um prédio na saída” desta rua “coma Avenida Nilo Peçanha” (IHCMDC, Livro 2, Ata da 3ª Sessão Ordinária,05/07/1948, p.90-91).

No bairro Centenário os moradores pediam por “diversas providências”, em 1950 (IHCMDC, Livro 4, Ata da 10ª Sessão Ordinária,22/03/1950, p.59) e em 1951 foi formada uma comissão de moradores de Mantiquira que reclamava da “da falta de transporte e do pouco caso que demonstra a Emprêsa Duque de Caxias” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 5ª Reunião Extraordinária,12/03/1951, p.39). Muitas vezes a própria população se organizava para resolver problemas cotidianos que o poder público municipal não resolvia. Na Vila Guanabara, por exemplo,

[...]objetivando o progresso e o conforto do lugar, os moradores se cotizaram e lograram nada menos do que trinta mil cruzeiros e os ofereceram ao Chefe do Executivo Municipal com a finalidade de alí instalar luz e água, esta na forma que fosse possível (IHCMDC, Livro 7, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,09/08/1951, p.139).

Ainda em 1951, em Gramacho, a população “resolvera a monumentosa questão da iluminação de duas ruas, mediante uma coleta, de casa em casa, para um orçamento de cento e trinta mil cruzeiros, na qual, por incrível que pareça, a Prefeitura não contribuiu com um centavo” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 5ª Reunião Ordinária,08/11/1951, p.76). Noutra passagem consta segundo o vereador Peixoto Filho (PTB) que

[...] a rua Tulipa no 2º Distrito, ficou alagada e que estando seus moradores sacrificados e existindo nas ruas de Imbariê muitas manilhas deixadas à-tôa, na rua, juntamente com aqueles moradores apanhou oito delas para coloca-las onde a Prefeitura devia. Pois, um serviço público, realizado pelo povo, quando devia-sê-lo pela Prefeitura (IHCMDC, Livro 14, Ata da 6ª Reunião Extraordinária,22/04/1954, p.131).

Monteiro (2001 apud CANTALEJO, 2008) conceituou como “rede de resolução de problemas práticos” essa ação da população de Belford Roxo durante a criação do município, para dar conta de serviços que o poder público não prestava. Cantalejo (2008) empregou o mesmo conceito ao referir-se ao problema de infraestrutura em Duque de Caxias, no que tangenciou o processo de loteamento. Em que, na ausência do poder público, a própria população busca prover melhoramentos urbanos. Braz e Almeida (2010) também destacam a criação de “estratégias coletivas” para a superação das dificuldades (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.85) no território.

Foi importante para a ocupação do território o retalhamento de terras, que começou a ocorrer “nas três primeiras décadas do século XX” (SOUZA, 2014, p.90). Nas décadas de 1940 e de 1950 “os loteamentos tornaram-se bairros” e “os bairros mais centrais, localizados no entorno das estações ferroviárias, foram adquirindo perfil comercial”. As melhorias se deram

apenas no centro administrativo do município (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.12). Sobre o processo de loteamento ocorrido em Caxias, Braz e Almeida (2010) destacam que:

Os atuais bairros de Duque de Caxias são desdobramentos dos primeiros loteamentos constituídos na região, desde as primeiras décadas do século XX, majoritariamente nos anos 1940 e 1950, que por sua vez, originaram-se da desordem fundiária que precedeu e acompanhou as obras de saneamento da região nessas mesmas décadas (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.79).

Essa transição não foi imediata, havia portanto, um ambiente “intermediário entre o rural e o urbano” (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.79). Esses loteamentos ocorriam próximos as estações de trem, ocorrendo a “concentração da atividade loteadora, a princípio no primeiro distrito” (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.81). Os loteamentos em Duque de Caxias foram feitos por empresas imobiliárias, pelo Banco Central Brasileiro, por iniciativas de agentes individuais e por iniciativas getulistas que ocorreram em 1930-1940 (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.83-84).

Existiam muitos loteamentos irregulares na cidade o que contribuiu para que os problemas da ausência de infraestrutura fossem ainda mais acentuados, pois, as empresas loteadoras irregulares não realizavam os melhoramentos que prometiam. No loteamento do Jardim Gramacho, por exemplo, consta nas Atas, que as pessoas tinham de passar “sob cercas de arame [...] como se fossem animais” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 5ª Sessão Ordinária, 14/07/1950, p.149).

Num outro loteamento “duas mil e quinhentas famílias tinham suas casas submersas” e “se aproximando a estação chuvosa, êsse mal de todos os anos ia se agravar com o impaludismo que alí é endêmico” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 13ª Reunião Extraordinária, 29/10/1952, p.21). Nesses loteamentos eram vendidos terrenos “sem nenhum dos melhoramentos prescritos pela lei e constantes das plantas respectivas” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 12ª Reunião Extraordinária, 27/10/1952, p.12).

O contexto da não realização das obrigações das empresas loteadoras acabava por suscitar discussões sobre o que era dever da empresa e o que era dever do poder público municipal (IHCMDC, Livro 5, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 24/02/1951, p.146), (IHCMDC, Livro 8, Ata da 3ª Reunião Ordinária, 06/11/1951, p.59-69). Em 1951 “70 companhias operavam ilegalmente no município, as quais loteiam os terrenos para depois a prefeitura abrir as ruas” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 14/04/1951, p.177).

O processo de modernização deste município foi marcado pela coexistência da “violência, o autoritarismo, o clientelismo, o paternalismo e o assistencialismo” e de projetos modernizadores, como o do governo de Getúlio Vargas (SOUZA, 2014, p.20).

Dessa maneira Duque de Caxias passou de “Merity das febres” a um “potente parque industrial”, sendo destaque econômico do estado do Rio de Janeiro e até mesmo do país, contando com a colaboração dos migrantes que começaram a chegar “nas primeiras décadas do século XX”. Contudo, toda essa prosperidade não foi distribuída uniformemente (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.09).

A distribuição dos investimentos públicos em equipamentos urbanos no novo município ocorreu de forma desigual, e houve o beneficiamento dos “setores privados envolvidos no controle da propriedade rural, do comércio e da especulação imobiliária”, o que acarretou e “fortaleceu as práticas clientelísticas, beneficiando aqueles que promovem o assistencialismo” junto aos trabalhadores(SOUZA,2014, p.20).Assim “a luta pela terra e por melhores condições de trabalho” gerou na região “espaços de tensão” em que a “coerção” era o principal instrumento utilizado.

Cabe lembrar que a região de Duque de Caxias era um lugar contraditório, pois, conforme consta nas Atas da Câmara, segundo o vereador Aldemar de Almeida Franco do Partido Republicano (PR), apesar de ser, em 1947, um dos municípios “mais ricos e de mais arrecadação do Estado do Rio, continua a ser um Município completamente desajustado [...] Sem água potável, sem rua calçadas, sem assistência social organizada” precisando também de “rêde de esgostos, *escolas*, Hospital” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 1ª Sessão Ordinária,23/10/1947, p.7-8,grifo-nosso).

O estado das ruas do município em 1949 ainda era “péssimo” (IHCMDC, Livro 3, Ata da 2ª Sessão Ordinária,09/03/1949, p.14-15) e isso afetava diretamente a vida daquela população, tendo como uma das consequências a suspensão dos serviços de ônibus que poderia ocorrer no Bairro Centenário, por exemplo (IHCMDC, Livro 3, Ata da 5ª Sessão Ordinária,11/03/1949, p.28-29).Somando-se à isso a locomoção em Duque de Caxias tornava-se ainda mais difícil devido aos preços das passagens e condições dos ônibus (IHCMDC, Livro 3, Ata da 7ª Sessão Ordinária,21/11/1949, p.349). O bairro Jardim Olavo Bilac encontrava-se “desprovido de condução” em 1950, “porque se encontram todos os veículos, bem desconjuntados e ameaçando de por em perigo de vida os seus ocupantes” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 5ª Sessão Ordinária,14/07/1950, p.146).

Ainda em 1951 o acesso à luz elétrica era irrisório na região, chegando a contemplar somente “5 %” da população existente. Pois, “apenas 5.554 de uma população de 95.000 almas dispõem de meios para usufruto dêsse recurso da técnica” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,13/04/1951, p.166). Assim vivia a maior parte dos caxienses no “mais

obsoleto e anti-higiênico meio de iluminação que é da lâmpada a candeeiro, ou luz a querosene” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, 16/04/1951, p.184).

Alguns serviços de melhoramento urbano eram considerados mais urgentes para a cidade, segundo as discussões na Câmara de Vereadores “como água, escolas e estradas” (IHCMDC, Livro 3, Ata da 5ª Sessão Ordinária, 11/03/1949, p.49), “contrato com a ‘Light’ e dos loteamentos desonestos” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, 18/04/1951, p.9).

O problema da água era outra contradição na região, pois, os mananciais da cidade abasteciam “o Distrito Federal” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 14ª Reunião Ordinária, 22/03/1954, p.85) ao mesmo tempo em que faltava água para os moradores de Duque de Caxias (IHCMDC, Livro 12, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 25/03/1953, p.69).

Os moradores de Duque de Caxias dependiam de bicas, da chuva, de poços e de carros-pipa para ter água (IHCMDC, Livro 6, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 13/04/1951, p.168; IHCMDC, Livro 9, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, 03/07/1952, p.192-197). Essa questão era ainda mais agravada quando faltava água nestas bicas, como foi o caso “Parque Lafaiete”, em 1948 (IHCMDC, Livro 2, Ata da 7ª Sessão Ordinária, 13/07/1948, p.118).

Em 1950 o caso da água no município comparece na fala de um dos vereadores como “calamidade publica” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 1ª Sessão Extraordinária, 31/01/1950, p.22). Neste mesmo ano houve um “Projeto de deliberação outorgando ao Engenheiro Alberto Dourado Lopes, concessão para explorar os serviços de águas e esgotos no Município” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Extraordinária, 14/02/1950, p.30). Em julho deste mesmo ano foi feita “a apreciação do contrato de abastecimento d’água de Caxias” que incluía também os serviços de esgoto (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária, 10/07/1950, p.140).

Essa ideia de calamidade pública não foi bem aceita por todos os vereadores, pois, “calamidade pública significa guerra, endemias, epidemias, hecatombes e terremotos e nada disso se deu em Caxias, em que pese o abandono tremendo em que vive” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 13/04/1951, p.164). Entretanto, ao que tudo indica foi uma ideia que sustentou a aprovação e concessão do contrato de água que ocorreu sem concorrência pública durante os primeiros anos pós-emancipação. Esse contrato foi muito comemorado pelos vereadores, e nas palavras do presidente da Casa (Dr. Oldemar de Almeida Franco - PR) do ano de 1950,

a apreciação do contrato de abastecimento d’água de Caxias, que dá justos motivos de regozijo geral, para a Casa acabava de resolver o mais transcendental problema que angustiava a comunidade caxiense, o que só por – si disse finalizando – bastava para justificar a Edilidade ‘Su grand complet’ (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária, 10/07/1950, p.140).

Para o vereador Anais Sant'Anna da União Democrática Nacional (UDN):

[...]já podia encaminhar-se a Deus com a alma desanuviada pelo sentimento de dever cumprido, pede ao Creador que ajude a comunidade caxiense e ao concessionário para que ambos se unam efetivamente para a realização dessa grande obra que será a alavanca mais poderosa do progresso de Caxias (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária,10/07/1950, p.142).

Este contrato suscitou diversas discussões em torno da sua ilegalidade, durante a segunda legislatura da Casa, e os vereadores conseguiram seu cancelamento em 1953. Neste mesmo ano ocorreu um encontro de membros do legislativo com Getúlio Vargas para tratar do abastecimento de água e esgotos (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,12/05/1953, p.130), ainda em 1953, após inúmeras reuniões, foi autorizado ao executivo o estabelecimento de convênio com o Governo do Estado “para a realização desses serviços” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 19ª Reunião Ordinária,30/07/1953, p.61).

Em 1954 foi feito o projeto de construção da primeira etapa do serviço de água da cidade (IHCMDC, Livro 14, Ata da 3ª Reunião Ordinária,06/07/1954, p.172 -174). Apesar de todos os esforços empreendidos para obtenção de água na região, até o início de 1955 a população continuava enfrentando os mesmos problemas referentes a falta de água.

Apesar da falta de infraestrutura existente, estabelecia-se na cidade em 1950 “uma portentosa rede de hotéis e boates” que “abrigava em seu interior o jogo, a prostituição e, cada vez mais presente o tráfico de drogas” (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.75-76). O lazer da população simples de Duque Caxias em 1940-1950, dava-se por meio das “festas comunitárias, familiares e religiosas”, dos “jogos de futebol”, dos “clubes e associações recreativas” (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.77-78).

Embora a jogatina fizesse parte do dia a dia da cidade, ocupava um lugar controverso no que tange a observação por parte dos legisladores – por um lado havia quem achasse “que se pense nos proventos do jogo para se manter mais escolas” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,24/10/1951, p.38),ou seja, “desde que praticado com finalidades altruísticas e humanitárias” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,24/10/1951, p.41), por outro quem não concordava, um total de nove vereadores nesse período, conforme consta o registro dessa sugestão nas Atas.

Neste contexto de tentativas de melhoria da infraestrutura da cidade que era muito incipiente no período investigado, percebemos como as questões estruturais incidiam diretamente no dia a dia das escolas. A rua Itaperuna, por exemplo “permanece esburacada”, mesmo existindo um “colégio” ali (IHCMDC, Livro 9, Ata da 15ª Reunião Ordinária, 26/03/1952, p.99-100).

Segundo denúncias feitas nas sessões da Câmara, o meretrício na cidade ocorria “com escândalos e cenas licenciosas a plena luz do dia, frente aos educandários e às residências” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 17ª Reunião Ordinária, 25/03/1954, p.92).

Com a jogatina não era muito diferente:

[...]triste é o exemplo que se está dando às creanças de hoje, por isso que no percurso de, e para os colégios, em Caxias, as creanças perdem instantes preciosos apreciando o jogo aberto que é praticado por velhos e adolescentes, em pleno dia e às escâncaras (IHCMDC, Livro 8, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 18/10/1951, p.13-14).

O saneamento na Baixada Fluminense compunha um dos aspectos importantes “para a constituição da nova realidade e para recuperação demográfica”, visto que, as terras eram insalubres. Muitas foram as iniciativas e tentativas para dar conta dessa problemática (BRAZ; ALMEIDA, 2010). O saneamento realizado pela Comissão de Saneamento da Baixada também acabava por atender demandas das diversas frações da classe dominante ao nível local e regional. Além, é claro, de incorporar a Baixada Fluminense aos projetos do governo de Getúlio Vargas (SOUZA, 2014).

Em 1951 houve “um surto de varíola” ao redor “da Av. Itatiaia” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 22/02/1951, p.128). O que já deixava o poder público municipal em alerta, visto que

às imundícies continuadamente acumuladas nesta parte da Baixada Fluminense, as quais ameaçam outras manifestações epidêmicas de consequências gravíssimas como a do tifo e da malária, esta de temerosa memória, se não se tomar providências urgentes para evita-la[...] (IHCMDC, Livro 5, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 22/02/1951, p.135).

Nas explicações pessoais o vereador Moacyr Alves Branco (PTB), afirmava que nesse momento (1951) “o índice de mortalidade infantil já atinge à impressionante cifra de quatro mil mortes num ano” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 22/02/1951, p.135) e acrescentava que essa “grave responsabilidade pesava sôbre a Casa” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 22/02/1951, p.135).

Ainda nesta sessão a fala do vereador Peixoto Filho (PTB) ajuda a entender como a situação do município propiciava tantas doenças, pois, de acordo com ele Duque de Caxias era um território “onde campeia a imundície e tudo o mais, isso num lugar onde não existe água corrente e onde o índice de tuberculosos é assombroso” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 22/02/1951, p.135).

A saúde em Duque de Caxias figurava como “uma antecâmara da morte, onde o povo não tendo onde viver, alí vai morrer nas condições mais miseráveis”, segundo o vereador Moacyr Alves Branco (PTB)- (IHCMDC, Livro 6, Ata da 13ª Reunião Ordinária, 28/03/1951, p.115-116). Dessa forma, o estado de cuidado com a cidade também era um fator a contribuir

para estas epidemias, uma vez que “as valas e brejos-fornecendo os mesmos grandes focos de mosquitos, moscume [sic] causadores da malária” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 17ª Reunião Extraordinária, 07/06/1951, p.50).

Em 1952, o governador Amaral Peixoto esteve em Duque de Caxias no dia 9 de outubro para inaugurar escolas estaduais. Embora este fosse o assunto principal do seu discurso, percebe-se como as questões sanitárias de Duque de Caxias figuravam uma preocupação, inclusive para o governador do estado, devido à proximidade do território. Nas palavras do governador:

A oportunidade de vir a este Município para inaugurar duas escolas construídas e doadas ao Estado [...] ensea-me este encontro convosco que há muito desejava [...] E quando digo que o Governo da União não pode ficar indiferente a esse problema, é porque a vossa ligação com a Capital da República é de tal ordem que as más condições sanitárias de Duque de Caxias irão se refletir na própria capital federal, pois será impossível circunscrever ao vosso próprio território, a epidemia que aqui irrompa (IHCMDC, Livro 10, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, 13/10/1952, p.180 - 183).

Em 1957, havia 10.000 crianças em idade escolar fora das salas de aula (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.73). Desta forma, as cenas da situação das escolas eram pintadas pela falta de infraestrutura e precariedade da formação dos professores que “possuíam em sua grande maioria, apenas o curso primário ou ginásial” (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.73).

Havia um alto índice de crianças que não sabiam ler e escrever em Duque de Caxias na década de 1950, do total de habitantes, 31.789 entre homens e mulheres eram analfabetos, ocorrendo o percentual maior para o grupo das mulheres (BRAZ; ALMEIDA, 2010, p.73). Ao assinalar características das escolas públicas nessa década, Souza (2014) afirma que não havia “infraestrutura ainda” e que a prática do clientelismo era presente tanto no âmbito municipal quanto estadual.

As professoras com mais estudos eram atraídas para trabalharem no Distrito Federal por conta do salário e das condições de trabalho (SOUZA, 2014, p.144). As epidemias, febres, os períodos de chuva e a necessidade das crianças maiores ajudarem a olhar os menores faziam parte do conjunto de adversidades que as crianças encontravam para manter a assiduidade nas aulas (SOUZA, 2014). Diante deste panorama tão contraditório e plural existente no território, interrogamos quais eram os ordenamentos sociais que se pretendiam legitimar através da legislação e a função social da escola.

## 1.2 A organização do ensino primário público fluminense

Para os objetivos da pesquisa, é necessário conhecer qual foi a legislação expedida sobre ensino primário e quais as atribuições dos estados e municípios. Cabe ressaltar que a legislação escolar não só é instrumento de “conformação do campo e das práticas pedagógicas”, mas também “como ‘espaço’, objeto e objetivos de lutas políticas” (FARIA FILHO, 1998, p.92). Nesta perspectiva, a lei enquanto ordenamento jurídico, “precisa ser legítima e legitimada” (FARIA FILHO, 1998, p.101). E essa legitimação perpassa o viés da lógica de igualdade (FARIA FILHO, 1998). Enquanto prática social nos permite visualizá-la “como prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais” que expressa, portanto, “a construção de conflitos e lutas sociais” (FARIA FILHO, 1998, p.106).

A Constituição de 1934 dedicou atenção significativa à educação, possuindo um capítulo específico para tratar deste assunto. Manteve a estrutura anteriormente adotada pelo sistema educacional, no que tangia as funções “privativas da União. Pretendia que o ensino primário fosse integral, gratuito, com a frequência obrigatória, que englobasse os adultos e previa tornar gratuito o ensino posterior ao primário, afim de facilitar o acesso. Estabelecia também pela primeira vez vinculações de receitas para educação. Reservava “partes dos patrimônios da União, dos Estados e do Distrito Federal para a formação de fundos de educação” (RIBEIRO, 2016, p.31-32).

Instituiu para o Plano Nacional de Educação, “liberdade de ensino em todos os graus e ramos” e atendendo os ideais liberais fornecia “apoio irrestrito ao ensino privado através da isenção de tributos”. O ensino religioso era facultativo, exigia o ensino em língua pátria, concursos público para o magistério e atribuía “responsabilidades relativas às empresas com mais de 50 empregados na oferta de ensino primário gratuito” (RIBEIRO, 2016, p.31-32).

Embora atribuísse à União em caráter privativo a definição de “diretrizes da educação nacional”, permitia também que fossem criadas legislações estaduais para “suprir lacunas ou deficiências da legislação federal, sem dispensar as exigências destas” (CURY, 2005, p.22). Essa normatização definia que tanto o estado quanto os municípios deveriam “difundir a instrução pública em todos os seus graus”, colocava a educação como “direito de todos e obrigação dos poderes públicos” (CURY, 2005, p.22). Esta constituição expressava também parte do ideário educacional dos pioneiros da educação, um movimento de renovação educacional, que pensava uma escola pública, gratuita, laica e universal já na primeira metade do século XX.

Com a ditadura do Estado Novo (1937-1945), logo foi imposta uma nova Constituição de 1937<sup>8</sup> que se diferenciava da anterior, pois:

retirou a vinculação de impostos para o financiamento da educação, restringiu a liberdade de pensamento, colocou o Estado como subsidiário da família e do segmento privado na oferta da educação escolar. Nas escolas públicas os mais ricos deveriam assistir os mais pobres com uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (CURY, 2005, p.23).

Uma das finalidades da Caixa Escolar era de auxiliar a empreitada pela organização do ensino público primário. O auxílio desta instituição deveria ocorrer por meio do “foment[o] e impulsionar a frequência nas escolas” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p.146).

Foram significativas as mudanças do papel do Estado em relação à educação nestas duas constituições”. Enquanto que na primeira(1934) este comparece “como maior e mais zeloso professor da nação” na segunda ele se coloca como “vigia para que a nação não se esqueça que a verdadeira ação educativa provém da família” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.113).

Neste contexto, a educação escolar foi um recurso usado pelo Estado para a construção do consenso, de disseminação do nacionalismo e da visão de mundo que se buscava fazer dominante. Nunes (2001) esclarece que a reforma educacional do Estado Novo proposta pelo ministro Gustavo Capanema<sup>9</sup>, representava um “projeto repartido de educação”, pois, a primeira rede (primária) literalmente destinava-se à formação profissional e a segunda (rede secundária) respectivamente à formação da elite. Portanto, um sistema dual de educação, no qual a função social da escola era manter as dicotomias sociais e politicamente a escola deveria apenas servir ao Estado. Com isso, buscava-se impor de forma subjetiva nas massas a aceitação da autoridade de seus líderes, nesse sistema ideológico no qual o Estado almejava ser o tutor da sociedade (NUNES, 2001). Tratava-se de um sistema repartido, porque já se tinha destinado quem seria a mão de obra trabalhadora e os “intelectuais dirigentes do país” distinguindo que tipo de educação cada grupo social receberia. Tinha o objetivo de formar apenas as elites intelectuais ao invés de formar elites em todas as áreas (NUNES, 2001).

O oferecimento do ensino primário estava associado às demandas do mercado, e foi com “o desenvolvimento industrial” que a classe trabalhadora passou a desfrutar de “políticas educacionais” destinadas a sua formação inicial e profissionalizante (ZOTTI, 2006, p.11). Cabe

---

<sup>8</sup>Produzida por Francisco Campos (RIBEIRO, 2014).

<sup>9</sup>Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) em 1900, filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e de Marcelina Júlia de Freitas Capanema. Seu avô, o engenheiro e físico Guilherme Schuch de Capanema, barão de Capanema. Bacharelou-se em direito em dezembro de 1924. Em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Vargas para a presidência da República pela Constituinte, Capanema foi efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-capanema-filho>. Acesso em: 25 jun.2019.

assinalar que ambas formações não “permitia[m] o acesso ao ensino superior” e tinham a “função de qualificar minimamente a mão-de-obra” (ZOTTI, 2006, p.13). É importante ressaltar que os decretos criados por Capanema “buscavam contribuir com o projeto Vargasista de nação, uma vez que era preciso constituir indivíduos cívicos, patrióticos e cristãos” (RIBEIRO, 2016, p.35).

Através dos conteúdos disciplinares é possível perceber como o ideário nacionalista que persistira por toda Primeira República também se “estendera nas Reformas educacionais” de Capanema, pois, eles davam uma unidade nacional às disciplinas trabalhadas (RIBEIRO, 2016, p.26-27) e iam “reproduzindo a ideologia [...] da retomada do nacionalismo”, os ideais “acerca das mulheres e a relação do Estado com a Igreja, percepção presente nos cantos orfeônicos”. O Canto orfeônico tinha o objetivo de construir a identidade nacional “por meio da música” (RIBEIRO, 2016, p.45-46).

A nível estadual tivemos em 1938, o decreto n.423, de 13 de maio. Previa que “nas sedes de vários municípios e distritos mais importantes” houvesse o oferecimento do “ensino primário integral”, que se daria por via da “criação de grupos escolares” (RIO DE JANEIRO, 1938).

O grupo escolar foi uma concepção de escola “definida em São Paulo pelos representantes do setor oligárquico modernizador” que passou “a ser imitado” em todo o país (NUNES, 2001, p.104). Portanto, possuía características diferentes das escolas existentes. Contudo, Schueler (2010, p.542) destaca que no contexto fluminense, no que tange ao tipo de prédio, esses acabaram sendo alocados em “prédios improvisados”.

Sendo os grupos escolares representantes do ideal de modernidade da Primeira República, o estudo elucidada que embora tenha existido “um crescimento na procura por esse tipo de escola”, ela “não condizia com os ideais de modernização preconizados” e tampouco atendia “a demanda existente”. Para este tipo de escola o período (1951-1954) o governador Amaral Peixoto também seguiu “o programa de ampliação da rede escolar” proposto no período de interventoria do comandante (1937-1945), baseado na “revalorização da vida dos municípios” (RIZZINI; SCHUELER, 2014, p. 887-888). Assinalam ainda coexistência de grupos escolares e escolas isoladas no estado do Rio de Janeiro para o período de 1937-1954.

Ao analisar o estabelecimento da rede regular de ensino primário em Iguaçu (1917-1950), município da Baixada Fluminense, através da empreitada da sociedade política, Dias (2014) constata que houve o crescimento significativo das escolas municipais e uma forte atuação estadual na construção da rede de escolas primárias entre as décadas de 1930 até 1940. Contudo, coube ao governo estadual a “fiscalização do ensino primário público” (DIAS, 2014, p.121). A esse respeito, “o serviço de inspeção e de estatísticas, mais do que buscar mensurar

uma realidade, procurava instituí-la ao definir critérios para a criação e o funcionamento do ensino, o povoamento das escolas e a distribuição do magistério” (DIAS, 2014, p.123).

O ensino primário em Iguazu era composto por escolas municipais, estaduais, particulares ou subvencionadas. Nos processos de escolarização da região, havia o predomínio de escolas isoladas e a presença de grupos escolares (DIAS, 2014). A maioria das escolas isoladas em Iguazu “apresentava características do modelo seriado, funcionava em turnos, classificava os alunos por série e idade, possuía mais de um professor” (DIAS, 2014, p.196). Desse modo, essas escolas foram instaladas em prédios e salas alugadas.

O Interventor Federal no estado do Rio de Janeiro instituiu em 1939 outra legislação referente ao ensino primário, desta vez, colocando-o como obrigatório em todo o estado, sendo este “gratuito nas escolas mantidas pelo Governo”. Todavia:

Esta gratuidade, porém não exclue o dever de solidariedade dos menos para os mais necessitados. Assim, por ocasião da matrícula será exigido aos que não aleguem ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para Caixa Escolar (Art. 130, da Constituição Federal). Ao mesmo tempo tornava o ensino primário livre à iniciativa particular (RIO DE JANEIRO, DECRETO n.748, de 6 /05/ 1939).

A partir de 1939, no estado do Rio de Janeiro, seria requisito para o funcionamento das escolas primárias estar “registrad[a] no Departamento de Educação” e ter em seu plano de ensino “o ensino da língua nacional, a educação física, o ensino cívico, e aprendizado de trabalhos manuais, sendo todo o ensino, principalmente o da História da Pátria e o da Geografia, orientado no sentido da Educação Cívica, observando nesta parte os programas oficiais”. As determinações de caráter cívico definidas pelo Departamento de Educação aplicavam-se também às escolas primárias particulares, da mesma forma que a fiscalização realizada pelos inspetores regionais não eram restrita às escolas municipais (RIO DE JANEIRO, 1939).

Os artigos 4º,5º,6º,7º do decreto apresentado proibiam o ensino de língua estrangeira para o ensino primário, “inscrições em língua viva estrangeira ou qualquer homenagem a chefe ou membro de governo estrangeiro” “e saudações características de partidos estrangeiros” também para outros níveis de ensino. O aceite de “subvenção de governo estrangeiro ou de instituição com sede no estrangeiro” por parte das escolas primárias, assim como era vetada possibilidade de um estrangeiro assumir a direção de uma escola primária e “ter como professor quem não conheça a língua do país” também eram proibidos (RIO DE JANEIRO, 1939).

Ao tratar de legislações é importante atentar para as relações estabelecidas nas diferentes instâncias de poder, ou seja, que a lei federal vai determinar algo para o estado, e que este, por sua vez, indicará algo para os municípios, guardadas as especificidades de cada esfera. Outra relação que devemos estar atentos é que por vezes uma normatização requer outra normatização

para ser efetivada. E que mesmo havendo a determinação de um certo ordenamento jurídico, este não expressa em si a realidade, ou a realidade imediata. Noutras palavras, há diferenças entre o vivido e o instituído (FARIA FILHO, 1998). Entretanto, a própria criação da lei revela contextos de uma dada realidade e certas intencionalidades.

Nesta direção cabe ressaltar que “a interiorização da escolarização primária no estado fluminense articulou-se ao projeto político” do Comandante Amaral Peixoto. O projeto político de Amaral Peixoto pretendia restaurar a identidade fluminense, pautado na valorização da “produção agrícola” e da “participação política dos latifundiários” (RIZZINI; BARROS, 2013, p.107).

Com o fim do Estado Novo em 1945 o país retoma o regime democrático. Sobre a redemocratização, Mendonça (1986) esclarece que este processo “não deixou de ser um processo condicionado por certas regras que garantiam, *apriori*, a permanência do grupo estadonovista no poder” (MENDONÇA, 1986, p.48). E esta transição:

[...]veio condicionar duas características essenciais do processo partidário brasileiro. Por um lado, a preservação da margem de arbítrio consagrada durante o Estado Novo; por outro, a concentração de poderes em torno ao Executivo, que permaneceu inalterada mesmo após a abertura do sistema político (MENDONÇA, 1986, p.49).

No pós 45 a conjuntura política foi marcada pelo populismo e “[...]o populismo também representa o reconhecimento institucional do acesso do trabalhador à cidadania política, isto é, do seu direito de reivindicar e exigir o que lhe é devido” (MENDONÇA, 1986, p.47). O populismo perpassava por três pontos requeridos pela população: “a oportunidade de acesso ao emprego urbano, à condição de consumidores e à participação eleitoral” (MENDONÇA, 1986, p.47).

Após a queda do Estado Novo foi criada uma nova Constituição em 1946, em que estabelecia a educação como direitos de todos, podendo ser dada no lar e na escola. Embora os diferentes ramos de ensino fossem ministrados pelos Poderes Públicos, era livre a iniciativa particular (BRASIL, 1946).

Assim ficava definido um ensino primário baseado na obrigatoriedade e gratuidade, devendo ocorrer na língua nacional, contudo, o ensino posterior ao primário só seria gratuito para quem provasse insuficiência de recursos. As empresas com mais de 100 funcionários tinham de manter o ensino primário gratuito para seus servidores e filhos. O ensino religioso era facultativo e havia a liberdade de cátedra (BRASIL, 1946).

A União ficava obrigada a aplicar nunca menos de dez por cento, os estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento de seus impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. O sistema federal de ensino era de caráter supletivo e o ensino

primário deveria receber auxílio da União via o Fundo Nacional. Instituíam também os serviços de assistência educacional (BRASIL,1946).

Como podemos ver esta Constituição retomou princípios da Constituição de 1934, portanto, retomou parte do ideário da Escola Nova, recolocou as responsabilidades do Estado referentes à educação e serviu de alicerce das Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961 (CURY,2005).Esta norma visava “conciliar a descentralização com a ampliação de oportunidades para todos”, na verdade o Estado acabou exercendo ações supletivas e fiscalizadoras, em que ao invés de se extinguir “o elitismo do ensino secundário”, houve “a ampliação de espaços para as camadas médias” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.133-134).

Como podemos notar, havia de forma geral as determinações oriundas da União para o ensino primário e de modo específico havia a organização definida pelo governo estadual até meados da década de 1940.Somente em 1946, através do decreto lei, n. 1.757, de 20 de setembro (Lei Orgânica Estadual do Ensino Primário) é que obtivemos uma normatização mais completa destinada para o ensino primário. E, esta derivou-se da Lei Orgânica Federal do Ensino Primário de 1946.Que por sua vez, vigorou até 1961, quando surgiu a Lei de Diretrizes e Bases do país (RIBEIRO, 2016).

A Lei Orgânica Federal do Ensino Primário começou a ser elaborada em 1939, sendo feito seu segundo projeto em 1943 e o seu terceiro projeto em 1944, precisando assim de mais 3 anos para entrar em vigor (NUNES,2001). Este decreto fazia parte do conjunto de oito decretos que formavam a Reforma Capanema, realizada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação do governo Vargas, de 1934 a 1945.

O ensino primário no Rio de Janeiro, organizou-se através da Lei Orgânica Estadual do Ensino Primário (Decreto-lei n.º1.757, de 20 /09/1946), decorrente da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei, federal, nº 529, de 2/01/ 1946). A legislação educacional estadual tinha dentre outros objetivos “proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e engrandecem, dentro de elevado espírito de fraternidade humana” e “elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e a iniciação do trabalho”, atendendo especialmente “crianças de sete a doze anos” (RIO DE JANEIRO,1946).

A obrigatoriedade deste ensino estendia-se a crianças de sete a doze anos, sendo o seu não cumprimento passível de penalidades. Neste sentido, os proprietários agrícolas e empresas que tivessem estabelecimento de ensino primário, também deveriam propiciar o cumprimento dessa obrigatoriedade (RIO DE JANEIRO,1946).

Dentre os princípios que norteavam o ensino primário fundamental e supletivo, destacamos que ele deveria “ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos”; “apoiar-se na realidade do ambiente em que se exerça, para que sirva a sua melhor compreensão é mais proveitosa utilização” e “inspirar-se em todos os momentos, no sentimento de unidade nacional e da fraternidade humana” (RIO DE JANEIRO,1946).

Apesar de ter como um de seus princípios “as atividades dos próprios discípulos” e indicar “apoiar-se na realidade do ambiente” o ano escolar era de dez meses com os períodos determinados entre de “1º de fevereiro a 10 de junho e de 1.º de julho a 30 de novembro” (RIO DE JANEIRO,1946).

O ensino primário estadual era composto por duas modalidades: o fundamental e o supletivo. O ensino primário fundamental tinha como público alvo as crianças de sete a doze anos, sendo composto “dois cursos sucessivos” o elementar e o nível complementar. Primeiro a criança cursava o nível elementar que tinha quatro séries (RIO DE JANEIRO,1946) e depois ia para o nível complementar que tinha mais uma série. Já o ensino primário supletivo era oferecido para adolescentes e adultos no período de dois anos, através de um único curso. Cada série era cursada num ano (RIO DE JANEIRO,1946).

Afim de elucidarmos melhor a finalidade de formação para o trabalho simples atribuída ao ensino primário, apresentamos a seguir as disciplinas que compunham o ensino primário elementar e o ensino primário complementar:

Quadro 1: Disciplinas do ensino primário elementar e complementar

Ensino primário elementar (1ª a 4ª série)	Ensino Primário complementar (5ª série)
Disciplinas	
Leitura e linguagem oral e escrita	Leitura e linguagem oral e escrita
Iniciação matemática	Aritmética e geometria
Geografia e história do Brasil	Conhecimento das atividades econômicas da região
Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde a ao trabalho	Conhecimento das atividades da região
Desenho e trabalhos manuais	Trabalhos manuais e práticas educativas referentes às atividades econômicas da região
Canto orfeônico	Canto orfeônico
Educação Física	Educação Física
---	Noções de economia doméstica e de puericultura para meninas.

Fonte: RIO DE JANEIRO, Decreto-lei n.º1.757, de 20 /09/1946.

Integravam a grade do curso supletivo as disciplinas de leitura e linguagem oral e escrita; aritmética e geometria; geografia e história do Brasil, ciências naturais e higiene; desenho; noções de direito usual legislação do trabalho, obrigações de vida civil e militar. Nesta modalidade de ensino as meninas aprendiam também economia doméstica e puericultura (RIO DE JANEIRO,1946).

O curso primário mantinha a seguinte articulação com as demais modalidades de ensino:

- a) - o curso primário elementar com o curso de artesanato e com os de aprendizagem industrial, agrícola, logo que sejam instalados;
  - b) - o curso primário complementar com os cursos: ginásial, industrial e de formação de regentes ensino elementar;
  - c) - o curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato, nos termos da letra a, “in -fine”.
- Art.6º- Os cursos de jardim de infância, de três anos, se articularão com o curso primário elementar (RIO DE JANEIRO, DECRETO-LEI n.º 1.757, de 20 /09/1946-grifos nosso).

Com esta legislação, o ensino primário, além ser ministrado pelo poder público, continuou sendo “livre à iniciativa particular”, concedendo aos donos de estabelecimentos privados “função de caráter público, cabendo-lhes em matéria educativa, os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público” (RIO DE JANEIRO,1946).

Por conseguinte os estabelecimentos de ensino primário, públicos e particulares, deveriam formar um só sistema escolar. Entretanto, os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelo poder público e particular possuíam designações diferentes. As instituições do poder público recebiam nomenclaturas tendo como critérios números de alunos e docentes:

- I- Escola Isolada (E.I.), quando possua uma só turma de alunos, entregues a uma só docente.
- II- Escolas Reunidas (E.R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos e número correspondente de professores.
- III- Grupo Escolar (G.E.), quando possua cinco ou mais turmas de alunos e número igual ou superior de docentes.
- IV- Escolas Supletivas (E.S.), quando ministre ensino supletivo qualquer que seja o número de turmas de alunos e de professores (RIO DE JANEIRO, DECRETO-LEI n.º 1.757, de 20 /09/ 1946).

Já os estabelecimentos mantidos por particulares atendiam os critérios de referentes ao tipo de ensino oferecido:

Art.27- Os estabelecimentos de ensino primário fundamental, mantidos por particulares, terão as seguintes designações, independentemente do número de seus alunos e docentes:

- I- Curso Elementar (C.E.), quando apenas ministre o curso elementar.
- II- Curso Primário (C.P.), quando ministre o curso elementar e complementar.
- III- Curso Supletivo (C.S.), quando mantem o curso supletivo (RIO DE JANEIRO, DECRETO-LEI n.º 1.757, de 20/09/1946).

Os grupos escolares ministravam tanto o curso elementar quanto o curso complementar, enquanto as escolas isoladas e reunidas ofereciam apenas o curso elementar. Era proibido que os cursos supletivos oferecessem “outro ensino senão o indicado na denominação que recebem” (RIO DE JANEIRO,1946).

A Lei Orgânica do Ensino primário instituía que para além das nomenclaturas acima relacionadas, fossem incluídos também “o qualificativo urbano, distrital ou rural, segundo a localização do estabelecimento e designação numérica, destinada à sua pronta identificação em cada município”, para fins “estatísticos e estudos de planejamento” (RIO DE JANEIRO,1946).

Nesse período os estabelecimentos de ensino primário particulares não podiam ser dirigidos por estrangeiros, e estavam “sujeitos diretamente à fiscalização dos órgãos técnicos do Departamento de Educação” (RIO DE JANEIRO,1946).

As escolas municipais ficavam “a cargo das Municipalidades”, sendo orientadas e fiscalizadas pelos órgãos estaduais (RIO DE JANEIRO,1946). Este decreto também possibilitava a criação de classes de alfabetização (C.A.) “em caráter de emergência” para adolescentes e adultos, tanto pelo poder público quanto por entidades particulares, ficando a cargo do Departamento de Educação a preparação das professoras da rede pública e a aprovação dos planos e projetos da entidades particulares (RIO DE JANEIRO,1946).

Logo após a Lei Orgânica do Ensino Primário, tivemos a Constituição Estadual do Rio de Janeiro de 1947, que retomava algumas determinações das legislações federais e da Lei Orgânica Estadual do Ensino Primário, aprofundando outras. Firmava as responsabilidades dos municípios juntamente com o estado no que se referia a oferta e manutenção do ensino primário, inclusive estabelecendo uma “política de alfabetização obrigatória” para os jovens e adultos (ABREU,1955, p.77). Contudo, se eximia da responsabilidade de oferecimento de outros níveis e ramos de ensino.

Embora o ensino oficial fosse gratuito o “Estado e o Município deverão custear o ensino em todos os graus dos estudantes comprovadamente pobres” através de bolsas de estudos oferecidas para aqueles que obtivessem “classificação distinta nos cursos a partir do primário” (ABREU,1955, p.78).

Foi definida a aplicação de 20% da arrecadação dos impostos ao ensino pelo estado e pelos municípios. Instituiu-se também o Fundo de Educação, que deveria ser aplicado em “obras educativas, fornecimento de material escolar, organização de estudos, assistência alimentar, médica e dentária, e criação de colônias de férias” (ABREU,1955, p.78). Autorizava a concessão de subvenções aos “estabelecimentos particulares de assistência social” e previa “serviços médico e dentário gratuitos” aos “escolares necessitados” (ABREU,1955, p.78).

Importa assinalar que Abreu (1955) faz importantes críticas, apontando a defasagem entre o prescrito e o realizado, avaliando que não havia organização sistemática da rede escolar como preconiza o aparato normativo. Assim também, a organização do ensino não assegurava o desenvolvimento das finalidades propostas para os ramos de ensino.

O enquadramento desse pequeno conjunto de normatizações nos revela como o público e o privado estiveram entrelaçados na organização do ensino primário, tanto no contexto nacional, pelas constituições, quanto no contexto estadual, através das isenções de impostos e subvenções a estabelecimentos particulares. Essa aplicação de verba pública em instituições privadas é um ponto importante para compreendermos também os avanços, os limites e as intenções das empreitadas acerca da difusão da escola pública primária. É necessário compreender também como essas normatizações incidiam sobre a oferta da escolarização.

### 1.2.1 Os Serviços de Educação e Saúde

É necessário conhecer como a administração estadual lidava com a oferta e a fiscalização do ensino primário e quais as atribuições do governo estadual e das prefeituras. No período da nossa investigação os Serviços de Educação e Saúde passaram por diversas reorganizações no que tange a estrutura e finalidade de seus órgãos, o que denota por um lado a relevância atribuída a essa temática e por outro expressa a correlação de forças existentes nos diferentes períodos políticos em torno da própria estruturação e propósitos desses serviços.

Ademais, são poucos os estudos sobre a atuação dos governos estaduais fluminenses em matéria educacional. Ao tratarmos do ensino primário em um município, pelo exposto na legislação acima, é também necessário conhecer os objetivos e finalidades das agências estaduais para com a escolarização, posto que para se compreender de forma ampla os processos educativos é necessário outros enquadramentos e também “se cercar de outras fontes” (CASTANHA, 2011, p.324).

Ainda no Estado Novo, em 1938, eram de responsabilidade da Secretaria do Interior e Justiça, os serviços de educação, saúde pública, de justiça, segurança, trabalho e imprensa oficial. Contudo, com as novas determinações da constituição de 1937, a educação e saúde pública tomavam novos direcionamentos que demandavam maior “complexidade” e “volume de expediente”. O “que não permit[ia] ao atual secretário uma especial assistência às instituições de ensino e saúde pública” (RIO DE JANEIRO, 1938).

Em 1938 o “descongestionamento da Secretaria do Interior e Justiça” foi realizado por meio de uma medida paliativa em que “poder[iam] ser desligados os serviços de Educação e

Saúde Pública”. Juntamente com os Departamentos de Educação e Saúde pública, o Departamento dos Municípios “passam à subordinação direta do chefe do Governo” (RIO DE JANEIRO, 1938).

A Secretaria de Educação e Saúde Pública foi criada em 9 de novembro de 1938 pelo decreto n.º 605, em que o titular da pasta era “de livre escolha do Governo”. E já no ano seguinte este órgão sofreu uma reorganização, por meio do decreto n.806. Nesta configuração os Departamentos e Divisões possuíam uma seção de serviços auxiliares que eram subordinadas a seus respectivos chefes. Em que ficava a cargo do Departamento de Educação “orientar e fiscalizar as atividades referentes à educação, bem como zelar pela fiel execução e eficiência da ação educacional da Secretaria” (RIO DE JANEIRO, 1938).

Em novembro de 1943, o artigo do decreto de 1938, que colocava os Departamentos de Educação e Saúde “subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo” é anulado, através do decreto- lei n.º 945, de 11 de novembro. Este mesmo decreto criava no Departamento de Educação, novas divisões e serviços: a Divisão de Estatística e Pesquisas Educacionais, a Divisão de Ensino Primário, a Divisão de Ensino Industrial, Secundário e Normal e os Serviços de Prédios e Aparelhamento Escolar.

Ficava a cargo da Divisão de Estatísticas e Pesquisas Educacionais, a “coleta, classificação, análise e interpretação de todos os dados de interesse para o ensino”, assim como “registrar o rendimento das diferentes atividades do Departamento, planejar, executar pesquisas julgadas indispensáveis” para o “aperfeiçoamento do ensino”. Já a Divisão de Ensino Primário ficava com a incumbência de fiscalizar e orientar pedagogicamente o “ensino primário mantido pelo Estado ou por particulares”. As inspetorias regionais eram subordinadas a este órgão central (RIO DE JANEIRO, 1943).

A Junta pedagógica que foi criada no Departamento de Educação neste ano era de caráter “consultivo, destinada à apreciação de obras didáticas e de assuntos que não est[ivessem] contidos nas atribuições dos chefes de Divisão e do Serviço de Prédios e Aparelhamento Escolar” (RIO DE JANEIRO, 1943).

Com a extinção, “no Departamento de Educação”, da Divisão de Ensino Primário, da Divisão de Ensino Industrial, Secundário e Normal e dos Serviços Auxiliares e a criação “de um serviço de administração”, em 1944, todas “as atividades de administração, da competência do Departamento, relativas a pessoal, orçamento, documentação, comunicações, arquivos e portaria, necessárias à execução dos trabalhos do D. E.” foram centralizadas no Serviço de Administração (RIO DE JANEIRO, 1944).

Com reestabelecimento da Secretaria de Educação e Saúde no início de 1946, “o Serviço de Administração do Departamento de Educação” que centralizava diversos processos, tem a nomenclatura modificada para “Serviços Auxiliares” e os cargos de Assistentes Técnicos do Serviço de Administração “respectivamente, do Ensino Secundário e Normal e do Ensino Pré-Primário e Primário” foram extintos.

Houve em 1947, novamente, uma reorganização dos Serviços de Educação e Saúde, através do decreto-lei nº 1939, em que foram criadas as Secretarias de Educação e Cultura e a Secretaria de Saúde e Assistência. Na Secretaria de Educação e Saúde foram criadas a Diretoria de Educação Pré-Primária e Primária (D.E.P.) e o Serviço de Estatística e Pesquisas Educacionais (S.E.P.E.).

Dessa forma, ficava a cargo da Diretoria de Educação Pré-Primária “a supervisão técnico – pedagógica e administrativa da educação pré-primária e primária mantida pelo Estado, pelos municípios ou por particulares” e eram seus “subordinados as Inspetorias Regionais, as Especializadas e o Cinema Educativo” (RIO DE JANEIRO, 1947).

Em 1954, houve no estado do Rio de Janeiro a reorganização da Secretaria de Educação e Cultura, por meio da Lei nº 2.146, em que foram criados os Departamentos de Educação Primária, de Ensino Médio, Educação Física, Difusão Cultural, a Casa do Estudante Fluminense, a Fundação Anchieta e o Serviço Social Escolar (RIO DE JANEIRO, 1954).

Ao Departamento de Educação Primária competia “a supervisão técnico-pedagógica e administrativa da educação pré-primária, mantida pelo Estado e por particulares” e só poderia “assistir e fiscalizar as escolas primárias municipais mediante a celebração de convênios ou acordos” (RIO DE JANEIRO, 1954).

A divisão de Estatísticas e Pesquisas educacionais tinha por finalidade não só a “classificação, análise e interpretação de todos os dados de interesse para o ensino” assim como o registro do “rendimento das diferentes atividades da educação primária, planejar e realizar as pesquisas necessárias e sugerir as medidas que devam ser tomadas para o aperfeiçoamento da educação”. Nesta divisão as seções de Estatística e Pesquisas são mantidas” (RIO DE JANEIRO, 1954).

O Conselho Estadual de Educação passou a ser “órgão consultivo da Secretaria de Educação e Cultura”, sendo seus “sete membros nomeados pelo Governador”. A Junta Pedagógica foi extinta, assim como as “Inspetorias de Ensino (RIO DE JANEIRO, 1954). O Serviço Social Escolar criado, tinha o intuito de realizar “a organização de um serviço social, destinado aos alunos dos estabelecimentos de ensino público” (RIO DE JANEIRO, 1954).

Essas prescrições e arranjos estruturais dentro dos Serviços relacionados à educação ditaram quem, onde, como, de que forma e sob quais condições o ensino primário deveria ser oferecido. Importa considerar que “a construção de um aparato normativo não antecede, mas sim integra, compõe e constitui a escolarização da sociedade” (DIAS,2014, p.251).

Assim sendo averiguaremos a seguir qual era a situação de oferta, acesso e permanência na escola primária no estado do Rio de Janeiro.

### 1.3 Condições de acesso ao ensino primário público no estado do Rio de Janeiro

Apresentamos a seguir alguns aspectos acerca do ensino primário no estado do Rio de Janeiro, a partir do relatório da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME), produzido e coordenado, no Rio de Janeiro, pelo professor Jayme Abreu, em 1955.

A CILEME foi organizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais(INEP) durante a direção de Anísio Teixeira<sup>10</sup>, tendo como objetivo “fornecer aos dirigentes educacionais dados quantitativos e qualitativos das deficiências que os processos de escolarização estavam a enfrentar” devido a “expansão de vagas” (FREITAS; BICCAS,2009, p.145). Estes dados seriam apreendidos através do detalhamento dos “aspectos gerais do *sistema educacional e da administração estadual da educação*” do Rio de Janeiro e do “entrosamento que apresentem” estes dois níveis de administração (ABREU, 1955, p.11-12, grifo do autor).

Na apresentação do relatório, Anísio Teixeira situa a obra como um estudo monográfico “pioneiro” sobre o “sistema de educação do Estado do Rio de Janeiro”, pois, realiza um “exame

---

<sup>10</sup>Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caitité (BA) no dia 12 de julho de 1900, filho do médico e fazendeiro Deocleciano Pires Teixeira e de Ana Espínola Teixeira. Em abril de 1924, a convite do presidente baiano Francisco Marques de Góis Calmon, tornou-se inspetor-geral do ensino na Bahia. Reformou o sistema escolar baiano. Elaborou em 1930 novos programas para as disciplinas das escolas primárias e fundamentais da Bahia, e passou a lecionar filosofia da educação na Escola Nacional de Educação de Salvador. Foi Presidente da Associação Brasileira de Educação e um dos líderes do movimento pela renovação do sistema educacional do país, em 1932, conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1946, vivendo em Londres e Paris, tornou-se conselheiro de educação superior da recém-criada UNESCO, órgão das Nações Unidas voltado para a educação, a ciência e a cultura. No ano seguinte ocupou a Secretaria de Educação e Saúde do governo baiano de Otávio Mangabeira. Em 1951, Anísio Teixeira deixou a secretaria para, a convite do ministro da Educação Ernesto Simões Filho, tornar-se secretário-geral da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pouco depois, substituiu o recém-falecido Murilo Braga de Carvalho no cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), acumulando as duas funções. Em 1963, Anísio Teixeira assumiu interinamente a reitoria da Universidade de Brasília (UnB), substituindo Darci Ribeiro. Disponível em: [www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-espino-la-teixeira](http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-espino-la-teixeira). Acesso em: 30 jun.2019.

de conjunto do sistema estadual”, ensaiando uma crítica e avaliação da escola elementar, da escola média e sugerindo recomendações (ABREU, 1955, p.5).

A CILEME surge num contexto em que se pretendia “atacar problemas estruturais da educação brasileira”, através do uso do “levantamento dos problemas nacionais [...] como estratégia de planejamento” (FREITAS; BICCAS 2009, p.145).

No relatório, Jayme Abreu ficou responsável por “planejar, coordenar e realizar a execução do projeto”, tendo como colaboradores o professor Paulo de Almeida Campos e o professor Amilcar G. Azevedo, respectivamente responsáveis pelo “estudo e apreciação de parte do setor educacional” e pela “coleta, coordenação e análise dos dados estatísticos” (ABREU, 1955, p.17). Esse empreendimento durou oito meses sendo os resultados publicados em forma de livro, sob o título: “O sistema educacional Fluminense: uma tentativa de interpretação e crítica” no ano de 1955.

Ao caracterizar o estado do Rio de Janeiro o relatório destaca a posição que ocupava de 2º lugar no país quanto a densidade demográfica, estando acima o Distrito Federal (ABREU, 1955, p.23). Ressalta o crescimento demográfico e do índice de urbanização entre as décadas de 1940 e 1950. Evidencia a aproximação das taxas entre população urbana-suburbana (47,51%) e a rural (52,49%), o que é distinto no país, em que a população rural ainda é em torno de 72% (ABREU, 1955, p.26).

Ao retomar avaliações feitas da organização do ensino escolar em Minas Gerais, Bahia e São Paulo, Abreu indicava que no Rio de Janeiro o caso era o mesmo. Ou seja, havia ausência de sentido sistemático na organização da estrutura educacional:

Seja em cada um dos sistemas de educação, estadual, municipal ou particular, ou nas relações entre eles, há ausência completa de planejamento e de fixação de princípios gerais na obra educacional comum, do mesmo passo que é patente a falta de coordenação entre os diferentes tipos de agências incumbidas de educação nos vários níveis e modalidades de ensino (ABREU, 1955, p.63).

No que se referia a instalação das escolas, essas ocorriam sem estudos anteriores que identificassem as demandas da população local, e qual tipo de escola seria mais adequada a determinada região (ABREU, 1955). Não havia, portanto, uma articulação na administração da educação, pois, o município, o estado e os particulares agiam isoladamente, apesar de buscarem o mesmo alvo, o que acabava por acarretar desperdício de recursos (ABREU, 1955, 63).

Jayme Abreu ressalta o crescimento na administração estadual da educação, a partir de 1927, e pondera, contudo, que apesar da expansão quantitativa de instituições, professores e matrículas, “de modo algum se pode afirmar que a atual administração educacional seja suficiente para assisti-los adequadamente pois ao contrário está longe disto” (ABREU, 1955, p.152).

Este relatório nos permite saber uma série de aspectos do ensino primário no estado do Rio de Janeiro, dentre esses dados, traz os índices de promoção na escola fluminense para os períodos de 1945 a 1949, destacando o “baixo rendimento” da escola primária. Tanto as escolas públicas quanto as escolas particulares tinham poucas aprovações, embora a escola particular apresentasse um percentual maior de aprovação em relação às escolas públicas.

Foi contínuo o crescimento do número de estabelecimentos, como pode ser visto a seguir:

Quadro 2: Crescimento dos estabelecimentos de ensino primário (1948 -1949 e 1952)

Ano	Estado	Município	Particular	Total
1948	1.152	675	198	2.025
1949	1.179	668	192	2.039
1952	1.261	1.153	236	2.650

Fonte: ABREU,1955 [com alterações]

A queda do número de matrículas ocorria nas séries posteriores a 1ª série do ensino primário fundamental comum. O quantitativo de alunos que completavam esse nível de ensino não alcançava ao menos 10% do quantitativo de alunos que iniciavam a 1ª série.

Quadro 3: Distribuição de Matrículas gerais por séries (1945-1949)

Estado do Rio de Janeiro							
1945				1949			
Curso	Série	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Curso	Série	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva
Fundamental comum	1ª	96.812	83.407	Fundamental comum	1ª	104.500	91.200
	2ª	31.758	26.593		2ª	32.518	27.828
	3ª	20.666	17.173		3ª	22.230	18.548
	4ª	9.145	7.928		4ª	11.191	9.380
	5ª	3.886	3.450		5ª	-	-
	Total	162.267	138.556		Total	170.439	146.956

Fonte: ABREU, 1955.

Os dados encontrados em Abreu (1955) apontam que o ensino elementar era mantido majoritariamente pelo estado, contando com presença das prefeituras em um grau menor, sendo a participação da iniciativa privada inexpressiva nesse ramo de ensino.

Quadro 4: Matrícula Geral e efetiva no ensino elementar fluminense-público e particular em 1945 e 1949

1945				1949			
Matrícula Geral		Matrícula Efetiva		Matrícula Geral		Matrícula Efetiva	
Público	Part.	Público	Part.	Público	Part.	Público	Part.
154.064	22.006	130.273	19.158	183.103	16.596	156.873	14.424
Total 176.070		Total 149.431		Total 199.699		Total 171.297	

Fonte: ABREU,1955.

Embora o estado fosse a principal entidade mantenedora do ensino primário, havia diferença entre o quantitativo de matrículas gerais e matrículas efetivas tanto na rede pública de ensino quanto na rede privada. É interessante, contudo, apontar que essas diferenças acentuavam-se mais nas duas primeiras séries do ensino primário fundamental comum público. No quadro abaixo, de forma geral, ou seja, englobando todas séries do ensino fundamental primário essa diferença era exorbitante, o número de matrícula efetiva (12.449) não alcançava nem mesmo 10 % das matrículas gerais (155.817) na rede pública. Concluir o ensino fundamental comum em 1945 não era “tão comum” tanto no ensino público, quanto no ensino privado. Assim, as diferenças no quantitativo de matrícula gerais e efetivas para a rede privada, apesar de existirem, eram menores.

Quadro 5: Matrícula Geral e efetiva do curso fundamental comum em 1945 na rede pública e particular

Curso	Série	1945					
		Matrícula Geral			Matrícula Efetiva		
		Públ.	Part.	Total	Públ.	Part.	Total
Fundamental comum	1ª	87.391	9.418	96.812	75.102	8.305	83.407
	2ª	28.561	3.197	31.758	23.846	2.752	26.598
	3ª	18.421	2.245	20.6666	15.168	2.005	17.173
	4ª	7.922	1.223	9.145	6.812	1.116	7.928
	5ª	3.519	367	3.886	3.121	329	3.450
	Total:	155.817	16.450	162.267	12.449	14.507	138.556

--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: ABREU,1955 [com alterações]

Houve um salto significativo para o ano de 1949, no que tange a aproximação entre matrículas gerais e efetivas na rede pública. Ocorreu também um pequeno crescimento no número de matrículas efetivas na rede pública, a partir da 2ª série. Um dado importante é que o número de matrículas na rede privada diminuiu no ano em questão.

Quadro 6: Matrícula Geral e efetiva do curso fundamental comum em 1949 na rede pública e particular

Curso	Série	1949					
		Matrícula Geral			Matrícula Efetiva		
		Públ.	Part.	Total	Públ.	Part.	Total
Fundamental comum	1ª	97.381	7.119	104.500	84.778	6.422	91.200
	2ª	30.130	2.388	32.518	25.712	2.116	27.828
	3ª	20.324	1.766	22.230	17.079	1.469	18.518
	4ª	10.337	854	11.191	8.623	757	9.380
	5ª	–	–	–	–	–	–
	Total:	158.372	12.067	170.439	136.192	10.764	146.956

Fonte: ABREU,1955[com alterações]

No ano de 1951, havia 110.492 matrículas efetivas na escola primária estadual fluminense, já em 1952, esse número era de 120.400<sup>11</sup> e, em 1953, esse número foi para 133.169, ou seja, um aumento “de cerca de dez mil alunos de 1951 para 1952 e de quase treze mil de 1952 para 1953” (ABREU, 1955, p.167). Para o ano de 1953 houve a manutenção de um funil invertido em que muitos alunos entravam na primeira série do ensino primário, mas que poucos estudantes seguiam até a 5ª série<sup>12</sup>.

<sup>11</sup>Sendo 66.902 matrículas na 1ª série; 22.352 na 2ª série; 19.014 na 3ª série; 7.606 na 4ª série; 2.605 na 5ª série e 1.921 no jardim de infância (ABREU, 1955, p.167).

<sup>12</sup> Os números de matrículas efetivas no ano de 1953 apresentados pelo autor foram de 2.168 matrículas nas classes pré-primárias; 76.299 na 1ª série; 25.473 na 2ª série; 17.796 na 3ª série; 9.163 na 4ª série; 2.270 na 5ª série (ABREU, 1955, p.167).

Tanto na escola elementar quanto nas escolas típicas rurais as séries iniciais apresentavam altos índices de matrículas que não se mantinham até a 5ª série. O que se pode ver claramente através dos dados apresentados por Abreu (1955, p.223) em que de “um total de 2.824 alunos em 1953, havia 1.885 (66,6%) na 1ª série, 469 na 2ª, 273 na 3ª, 163 na 4ª e 40 na 5ª.”

A concentração de prédios escolares usados no ensino público do estado era de prédios pertencentes a terceiros em que quase metade eram cedidos gratuitamente, tanto em 1939 quanto em 1949. Apesar de haver crescimento no número de prédios de propriedades públicas em 1949 (quase o dobro em relação ao ano de 1939) esse quantitativo é inexpressivo se formos considerar o intervalo de tempo de 10 anos. Depois dos prédios cedidos o maior quantitativo era de prédios alugados. Contudo, o estado ainda apresentava maior número escolas próprias do que o ensino particular.

Quadro 7: Prédios escolares utilizados no Ensino Elementar (1939-1949)

	1939	1949
No ensino público	1.651	1.280
De propriedade pública	103 (6,5%)	219 (12%)
Pertencentes a terceiros	1.548	1.601
a) - cedidos gratuitamente	697 (42%)	827 (45%)
b) - alugados	851	774
No ensino particular	244	173
De propriedade da própria instituição	28 (12%)	27 (16%)
Pertencentes a terceiros	211	146
a) - cedidos gratuitamente	107 (45%)	103 (60%)
b) - alugados	104	43
c) - de propriedade pública	5	-
TOTAL:	1.895	1.993
De propriedade pública	108	219
Da própria instituição	28	27
Cedidos gratuitamente	804	930
Alugados	955	817
TOTAL	1.895	1.993

Fonte: ABREU, 1955.

No que tange aos tipos de escolas primárias mantidas pelo estado havia a concentração das escolas isoladas:

Quadro 8: Rede de escolas primárias estaduais funcionando em 1952

Categorias	Total
Grupo escolar	172
Escolas reunidas	354
Escolas isoladas	683
Jardim de infância	23
Escola típica rural	29

Fonte: ABREU, 1955.

Entre 1940 e 1950 era possível encontrar diversos tipos de escolas no estado do Rio de Janeiro. Podemos observar através da tabela abaixo que o tipo de estabelecimento de ensino primário com maior quantitativo mantido pelo estado eram as chamadas “escolas primárias”.

Quadro 9: Tipos de escolas de ensino primário mantidas pelo estado em 1952 e 1953

Tipos	1952	1953
Grupos escolares	174	196
Escolas primárias	1.093	1.149
Jardins de infância	13	15
Escolas subvencionadas	152	182
Cursos noturnos oficiais	42	----
Escolas típicas rurais	44	----
Escolas regimentais	22	22
Total	1.540	1.564

Fonte: ABREU, 1955.

A Escola típica rural tinha número variável de turmas e professores, oferecia curso elementar ou o curso complementar, mais as práticas rurais; a Escola supletiva possuía qualquer número de turma e de professores, oferecia o ensino supletivo; a Escola subvencionada era escola particular que recebia Cr\$ 12,00 ou Cr\$ 10,00, por aluno, não podendo ultrapassar o quantitativo de 35 alunos por mês, funcionava de dia ou de noite e o Jardim de infância oferecia a educação pré-escolar (ABREU, 1955, p.220).

Existia uma gradação no que tange aos grupos escolares, em que variavam de 4<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 1<sup>a</sup> categorias que correspondiam ao quantitativo de turmas ou classes, “respectivamente até 10 classes, de 11 a 20, de 21 a 30 e mais de 30 classes”. As categorias de grupo escolares refletiam diretamente na “gratificação mensal” das diretoras que correspondiam assim aos dados acima citados: “Cr\$ 200,00, Cr\$300,00, Cr\$ 400,00 e Cr\$ 500,00” (ABREU, 1955, p.221).

Ainda de acordo com esse relatório, a distribuição dos estabelecimentos de ensino primário mantida tanto pelo estado quanto pelos municípios ocorria da seguinte maneira.

Quadro 10: Distribuição dos estabelecimentos de ensino primário por zonas no estado do Rio de Janeiro em 1952

	Municipais	Estaduais	Particulares	Total
Rural	891	769	27	1.687
Urbano	158	281	175	614
Distrital	104	211	34	349
Total Geral				2.650

Fonte: ABREU, 1955 [com alterações]

Cabe destacar que “Apesar de se encontrar maior porcentagem de escolas estaduais na zona rural, nem por isso foi mais elevada sua matrícula-38.713-contra 59.577 da zona urbana e 22.110 das sedes distritais” (ABREU, 1955, p.248). Isso porque “na zona urbana as unidades escolares estão representadas em geral por grupos escolares, que possuem prédios com capacidade absolutamente maior, ao passo que na zona rural predomina a escola de uma sala” (ABREU, 1955, p.248).

Dias (2014) ao analisar os mapas de frequência de Iguazu também encontrou a concentração maior de matrículas na 1ª série do ensino fundamental e a não progressão nas séries seguintes, nos alertando para os “usos que as crianças e famílias decidiram, ou puderam fazer dessas escolas primárias” (DIAS, 2014, p.184).

Cabe lembrar que o campo educacional sempre foi composto por disputas, que perpassam o cerne de quem iria oferecer essa educação, como e com qual finalidade.

Nessa perspectiva também estão inseridas as produções sobre estatísticas educacionais, visto que para além das informações apresentadas, a interpretação, a análise e a divulgação dos dados expressam os posicionamentos políticos dos intelectuais envolvidos e as disputas de poder existentes sobre a ideias de hegemonia que se quer difundir e os consensos que se pretende instituir. Uma vez que “É possível vislumbrar, nas diferentes considerações feitas a partir dos mesmos números, interesses que conduzem a atenção para aspectos diversos da situação descrita, levando a conclusões – e podendo indicar decisões políticas – diferentes” (GIL,2007, p.124).

A partir dos dados acima apresentados sobre o cenário estadual, buscamos investigar como ocorria a oferta de ensino primário público municipal em Duque de Caxias, após a instalação do poder local.

#### 1.4 O ensino primário e as prefeituras

O relatório “O Sistema Educacional Fluminense” levando em consideração as “variações no modo de vida”, para agrupar os municípios, trabalhava com a divisão do estado do Rio de Janeiro em oito zonas ecológicas: “Zona Litorânea Ocidental, Zona da Baixada da Guanabara, Zona Litorânea Oriental, Zona Alto da Serra, Zona do Planalto, Zona do Alto Paraíba, Zona da Baixada de Coitacases e Zona Norte” (ABREU, 1955, p.37).

De acordo com a divisão realizada pelo autor, o município de Duque de Caxias integrava juntamente com Nilópolis, São João de Meriti, Niterói, Magé, São Gonçalo, Cachoeira do Macacu, Rio Bonito e Itaboraí a região da “Baixada da Guanabara” (ABREU, 1955, p.252). Essa região possuía alta concentração demográfica, concentrando pouco menos de um terço da população do estado do Rio de Janeiro (ABREU, 1955, p.39). Estava sob influência do Distrito Federal e de Niterói (capital do estado). Predominantemente industrializada e urbana, coexistia “ao lado da mancha residual de comunidades que ainda vivem o ciclo da economia agrícola, sob forma semifeudal de relações econômicas de produção” (ABREU, 1955, p.41).

Ao realizar considerações sobre o ensino primário fluminense, o professor Jayme Abreu destaca que as prefeituras na zona da Baixada da Guanabara criavam escolas elementares e que algumas mantinham até ginásios<sup>13</sup>, admitindo professores, em sua maioria, sem formação (ABREU, 1955).

As diferenças apresentadas entre as zonas ecológicas referiam-se aos tipos de estabelecimentos, quantidades, qualificação docente e entidade mantenedora (ABREU, 1955, p.249). De forma geral em 1953, a Baixada da Guanabara apresentava os seguintes números:

Essa região possui 574 escolas de ensino elementar, sendo 290 estaduais, 173 *municipais* e 111 particulares. Das unidades estaduais, 50 eram grupos escolares e 8 escolas típicas rurais. Contavam-se, também aí 11 Escolas Normais, sendo uma (1) oficial na capital, e 124 cursos supletivos do Plano Federal. A maior parte dessa região tem poucos problemas quantitativos na docência e nela há considerável presença de cursos de admissão, anexos a ginásios (ABREU, 1955, p.253- grifo nosso).

No que tange a organização do ensino nos municípios, Jayme Abreu (1955) atesta que havia variações entre as estruturas municipais. Porém, na maioria dos casos, eram “deficientes e frágeis os organismos administrativos municipais de educação”, sendo precárias as condições de organização do ensino municipal:

são arremedos de escola, sem mobiliário próprio, funcionando em salas de casas particulares, em geral da própria regente, que procura ensinar o pouquíssimo que sabe,

---

<sup>13</sup>O curso ginásial era o primeiro período da escola secundária, composto por quatro anos de estudos. Era uma das modalidades de ensino médio neste recorte temporal. O ensino médio por sua vez, também disponibilizava a formação em escolas normais, comerciais, industriais, agrícolas, de enfermagem e de serviço social (ABREU, 1955).

não passando, muitas vezes do nível da segunda série, sem nenhum programa, recebendo a professora, (que é escolhida, muita vez, por influência política ou afetiva), não vencimentos, mas simples subvenção mensal de duzentos e cinquenta ou trezentos cruzeiros (ABREU, 1955, p.145).

Para considerar a atuação municipal em matéria do ensino primário, é preciso considerar o impacto do Convênio Estadual de Ensino Primário, firmado em 29 de julho de 1943, que proibiu as iniciativas de criação de escolas pelas prefeituras. Jayme Abreu apontou a existência, por parte da administração estadual, de certo descrédito em relação à atuação municipal em matéria de educação, o que foi o motivo da legitimação do Convênio (ABREU, 1955, p.106).

Esse arranjo foi instituído no Estado Novo (1937-1945), período em que os prefeitos foram nomeados pelo Interventor do Estado que nesta época era, no estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto (RIZZINI, 2013; SOUZA, 2014). O Convênio Estadual era prescrito pelo Convênio Nacional de Ensino Primário, estabelecido entre a União e os estados, normatizado pelo Decreto Lei nº 5.293, de 1º de março de 1943 (ABREU, 1955, p.141).

O projeto educacional criado pela ditadura do Estado Novo era baseado no autoritarismo e de caráter uniformizante, em que os níveis de ensino primário e secundário foram implementados com o objetivo de “reforçar a bandeira do nacionalismo”, através da “propagação de um sentimento de patriotismo e de valorização da nacionalidade” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.114-115).

Destacamos aqui, portanto, alguns aspectos das onze cláusulas estabelecidas por essa articulação entre o estado e os municípios. De acordo com a primeira cláusula do Convênio, a dotação orçamentária dos municípios para o ensino primário deveria atender pelo menos 10% da renda dos impostos, aumentando 1% a cada ano até 1949. A segunda cláusula é a que impossibilitava os municípios de agirem em qualquer aspecto da matéria educacional no ensino primário, pois, definia o seguinte:

Os municípios não *criarão* novas escolas, nem *proverão* as que ficarem vagas, como não *subvencionarão* outra qualquer do ensino primário. Poderão, todavia, admitir professores extranumerários para atender ao aumento de frequência nas escolas existentes (ABREU, 1955, p.142- grifos nossos).

Na cláusula terceira, o estado continuava deixando a cargo dos municípios a manutenção das escolas municipais, mas centralizava a orientação e a fiscalização das escolas municipais:

As atuais escolas municipais continuarão a ser mantidas pelos municípios; a orientação e a fiscalização entretanto serão ministradas pelos órgãos estaduais competentes, os quais remeterão ao Prefeito, para os devidos fins, os mapas mensais de frequência e todos os informes necessários à vida funcional dos professores municipais (ABREU, 1955, p.142).

O Convênio dispunha ainda de termos para a localização de escolas primárias municipais existentes na zona rural, pretendendo a absorção de todas as escolas municipais:

O Estado fará consignar em seus orçamentos, até que tenham desaparecido tôdas as escolas municipais, verba específica para extranumerários, afim de ocorrer, no decurso de cada exercício financeiro, ao provimento das escolas municipais fôrem absorvidas (ABREU,1955, p.143).

Este Convênio instituía o aproveitamento dos inspetores municipais em outras funções, quando necessário. Assim, ficava sob a responsabilidade do governo estadual fiscalizar, orientar, criar e instalar escolas municipais.

Quaresma (2015) ao analisar este convênio, tendo seu olhar especificamente voltado para o município de Cabo Frio, destaca que não foi levado em conta a organização que os municípios já poderiam ter, como foi o caso do município analisado pela autora. Foi salientado ainda neste estudo a ausência da busca da cooperação do Governo Estadual com os municípios neste processo.

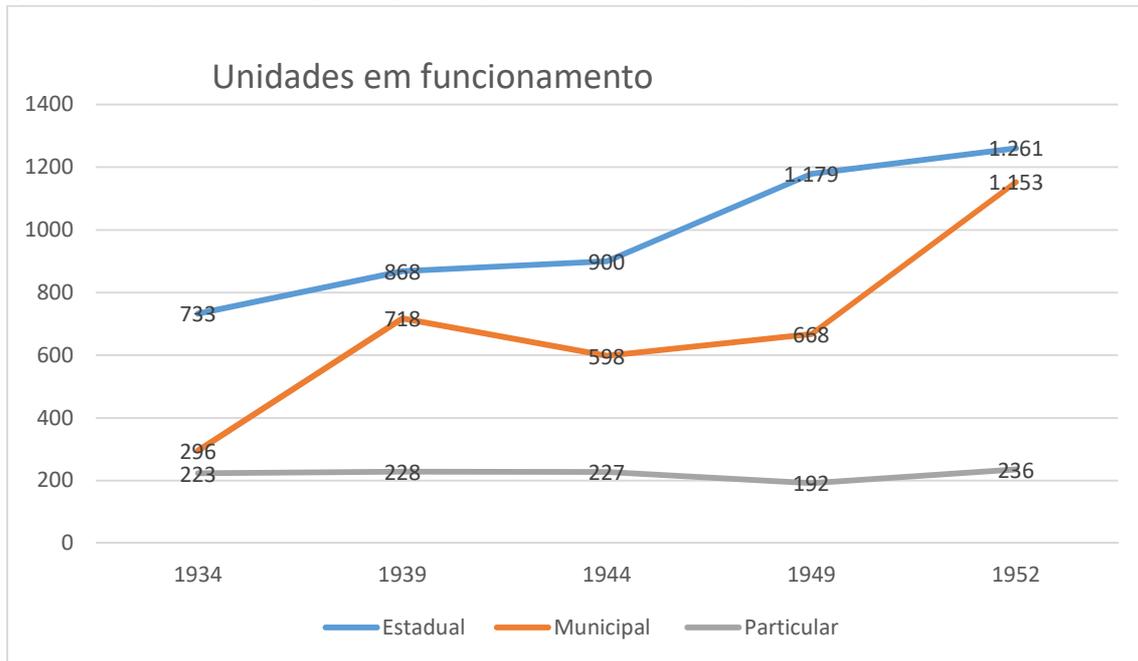
Dias (2014, p.164) aponta que os distritos de Iguaçú, que hoje correspondem aos territórios dos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, “juntamente com o distrito sede” apresentavam um número relevante de escolas primárias públicas, municipais e estaduais, nas décadas de 1930 e 1940. Ou seja, mesmo antes do processo de emancipação a região já apresentava um quantitativo de escolas comparativamente relevante no cenário estadual. Vale destacar que a “maioria das escolas públicas foi instalada em residências ou prédios alugados sem a menor infraestrutura” (SOUZA, 2003, p.45).

Cabe sinalizar a este respeito, que embora houvesse um crescimento “na oferta de vagas na escola pública” desde 1930 e que “nos anos de 1950 a expansão da rede escolar primária já se fazia notar nas paisagens urbanas” sempre houve um abismo entre “a oferta e a demanda” de vagas (FREITAS; BICCAS, 2009, p.154).

A partir destas considerações, interrogamos quais os impactos dessa intervenção do Estado Novo para a educação municipal pública em Duque de Caxias? Os dados apresentados a seguir demonstram os impactos deste Convênio na educação municipal de Duque de Caxias.

Os números de unidades escolares estaduais e municipais existentes em 1934, 1939, 1944, 1949 e 1952 (ABREU, 1955, p.245) permitem perceber o impacto do Convênio de 1943 no quantitativo de escolas municipais, pois o grande crescimento verificado para o período de 1934 a 1939, não se repete no período seguinte, havendo queda no número de escolas. Ademais, no período de redemocratização, após o fim do Convênio, volta a crescer o número de escolas municipais entre 1949 e 1952. Não se percebe, entre 1934 e 1952, essas oscilações no número de escolas estaduais, ainda que tenha havido crescimento no período, principalmente, a partir de 1944. É verificado o mesmo processo com o número de matrículas efetivas, para os anos acima citados.

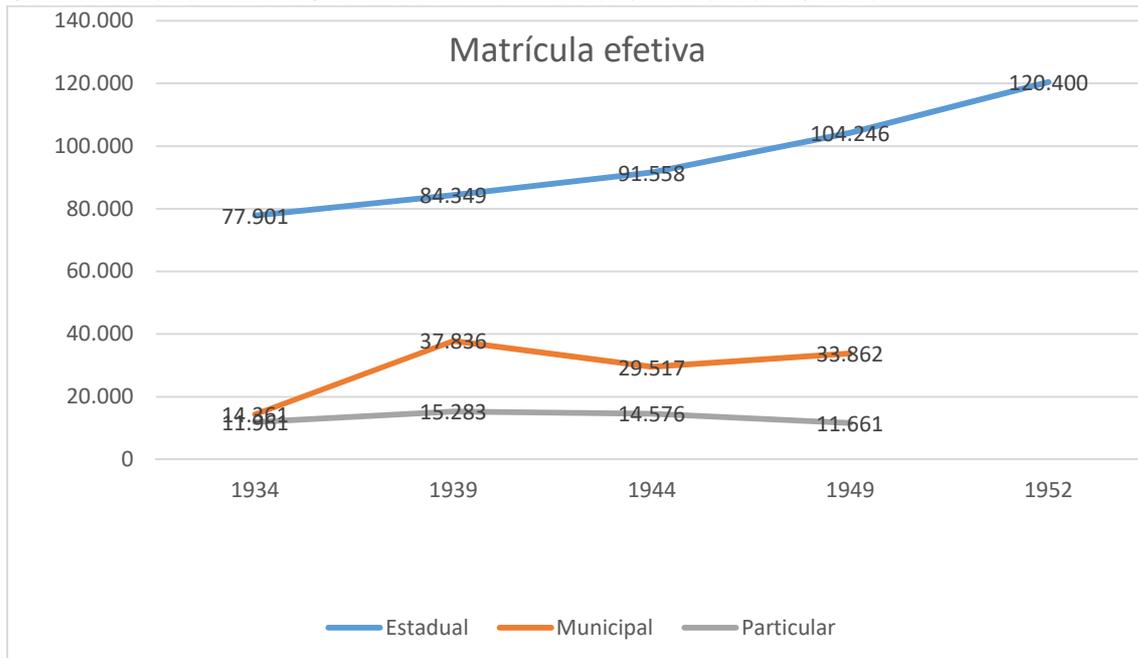
Gráfico 1: Ensino Primário Geral –Unidades em funcionamento no estado do Rio de Janeiro



Fonte: A autora, 2020 baseado em ABREU, 1955.

Como podemos ver abaixo, o número de matrículas efetivas no ensino primário sob a responsabilidade administrativa municipal, apresentou crescimento no ano de 1939, logo em seguida tendo uma queda exatamente no período após o Convênio (1944), voltando a crescer em 1949, quando o Convênio já havia sido suspenso.

Gráfico 2: Ensino Primário Geral – Matrícula efetiva no estado do Rio de Janeiro



Fonte: A autora, 2020 baseado em ABREU,1955.

Este Convênio contribuiu para um “desmantelamento dos órgãos municipais de educação”, posto que o governo estadual não conseguiu levar a cabo sua ação centralizadora de prover o ensino primário (ABREU, 1955, p.144). Situação que só passa a ser modificada com a Constituição Federal de 1946 e com a constituição estadual de 1947, pois, os poderes executivo e legislativo foram reconfigurados nos municípios, de modo que as prefeituras fluminenses retomaram ações na educação, “existindo algumas em que esse esforço é digno mesmo de referência” (ABREU, 1955, p.144).

Com a Constituição de 1946<sup>14</sup> ficava estabelecido eleições diretas em todos os níveis federativos (federal, estadual e municipal) e independência entre os poderes (legislativo, executivo e judiciário). Deste modo, nas Atas da Câmara é possível conhecer o interesse de vereadores pelo fim do Convênio:

O Vereador Waldyr Medeiros, pede que ouvida a casa seja passado um telegrama ao Deputado Natalicio Tenorio Cavalcanti para que na Assembleia defenda a extinção deste convenio. O Vereador José Soares, declara que deve se ouvir as Câmaras Municipais do Estado sobre a denuncia do Convenio (IHCMDC, Livro 2, Ata 4ª Reunião Extraordinária,06/08/1948, p.184).

Diversas prefeituras do estado responderam essa solicitação feita pela Câmara Municipal de Duque de Caxias sobre as decisões que haviam tomado em relação a denúncia feita do Convênio, a saber: a Câmara de Itaocara (IHCMDC, Livro 2, Ata da 15ª Sessão Ordinária,29/11/1948,p.330); a de Rio das Flores (IHCMDC, Livro 2, Ata da 1ª Sessão Extraordinária,03/12/1948,p.334); a de Pirai (IHCMDC, Livro 2, Ata da 2ª Sessão Extraordinária,07/12/1948,p.339-340); a de “Cambucy”, a de Magé, a de Itaperuna (IHCMDC, Livro 2, Ata da 3ª Sessão Extraordinária,14/12/1948, p.343), e a de São Fidelis (IHCMDC, Livro 2, Ata da 8ª Sessão Extraordinária,23/12/1948, p.367).

O impacto desse convênio foi muito sentido no que tange a educação duque-caxiense, ainda mais se pensarmos nos processos políticos vividos anteriormente: uma emancipação que não veio logo acompanhada de autonomia, e que em 1948 era apenas o primeiro ano da organização do município por parte do poder local:

O Vereador Luiz Peçanha declara que as Escolas do Município estão abandonadas por culpa exclusiva do Convenio de Educação e pede que sejam enviados telegramas a todas as Câmaras do Estado concitando as mesmas a protestarem contra esse Convenio. O Vereador Almeida Franco, declara que tendo juntamente com o Prefeito do Municipio feito parte do Congresso de Prefeitos, no qual foi tratado o caso do Convenio de Educação, comunica a casa, que novamente aprovado pelo Congresso a continuação do Convenio de Educação, declarando que o Prefeito de Caxias votou contra a continuação do referido Convenio, e pede que a Câmara sugira ao Congresso

---

<sup>14</sup>Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 11.jun.2019.

de Vereadores, que incluía no seu teor o caso do convênio de Educação (IHCMD, Livro 2, Ata da 3ª Reunião Ordinária, 04/11/1948, p.282-283).

Ao que tudo indica este Convênio ainda vigorava em Duque de Caxias no ano de 1949, haja vista que encontramos discussões neste período que sinalizam também algumas possibilidades pensadas pela Casa Legislativa para lidar com essa normatização. Alguns vereadores se posicionaram em relação a este aparato jurídico: Hélio Soares (PR), Luiz Peçanha (PSD) e Waldemar de Almeida (PR). Para o vereador Corrêa Lima “o Convênio de Educação não está de acordo com a Constituição do Estado”. O vereador Pereira Pinto (UDN) relata “que em conversa com o senhor Lara, este lhe dissera que diversos Prefeitos já tinham comunicado que não respeitariam o Convênio de Educação” (IHCMD, Livro 3, Ata da 5ª Sessão Ordinária, 11/03/1949, p.27-28). Esta pode ter sido uma solução/medida adotada pelos legisladores, o que nos faz pensar como há diferença entre o vivido e o instituído, sendo necessário a este segundo encontrar eco na sociedade para ser legitimado (FARIA FILHO, 1998).

Nesta direção é destacado no Relatório da CILEME, que embora não houvesse um sistema de ensino municipal no sentido “sistemático na organização da estrutura educacional” (ABREU, 1955, p.62), o município em tela desenvolveu esforços significativos, “em nada inferior ao Estado”, já no início da década de 1950 (ABREU, 1955, p.147). “Raras municipalidades” apresentavam, nos anos 1950, estrutura administrativa mais ampla em matéria educacional, sendo dado destaque, para o município ora em análise (ABREU, 1955, p.146):

[...]na generalidade, são de fraca consistência e pequena amplitude os sistemas, ou para ser mais exato, as administrações municipais de educação, podendo, todavia, notar-se por parte de algumas municipalidades, nítido esforço de organização e expansão em nada inferior ao Estado, se tivermos em conta a área territorial e a arrecadação, como são os casos de Campos, *Duque de Caxias*, Nilópolis, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, São Gonçalo e São João de Meriti (ABREU, 1955, p.147-grifos nossos).

Acrescenta ainda que algumas municipalidades criaram “as vezes inadequadamente”, ginásios, e outras:

passaram a equipar devidamente suas escolas elementares, a prestar assistência social aos alunos (incluindo aí, assistência médico-dentária), a baixar regulamentos e programas próprios, a criar órgãos administrativos de supervisão do sistema escolar, a remunerar melhor o seu professorado, havendo algumas que, nesse particular, superam o Estado, como é o caso de *Duque de Caxias*, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Petrópolis (ABREU, 1955, p.106-107-grifos nossos).

Assim, após o fim do Convênio Estadual do Ensino Primário, os municípios do estado do Rio de Janeiro, excetuando-se São Gonçalo, superavam o estado no quantitativo de escolas de ensino elementar no ano de 1953. Em 1953, em Duque de Caxias eram mantidas pela

municipalidade 18 escolas, enquanto o estado mantinha apenas sete unidades escolares nesta região (ABREU,1955).

Quadro 11: Unidades escolares de ensino elementar em 1953

Municípios	Municipais	Estaduais
1 Campos	80	28
<b>2 Duque de Caxias</b>	<b>18</b>	<b>7</b>
3 Nilópolis	8	6
4 Nova Friburgo	53	29
5 Nova Iguaçu	45	18
6 Petrópolis	49	28
7 São Gonçalo	17	62
8 São João de Meriti	32	12

Fonte: ABREU, 1955- grifos nossos

Ao observarmos a distribuição das matrículas pelas séries do ensino primário em 1953, em Duque de Caxias, verificou-se que além do município superar em quase todas as séries o estado em número de matrículas, havia nesta região um grande número de crianças matriculadas na 1ª série do ensino primário e que esse quantitativo ia diminuindo significativamente até chegar a 4ª série do ensino fundamental, não alcançando nem 10% do total de alunos que iniciavam os estudos na 1ª série. Essa concentração de matrículas na 1ª série do ensino primário também foi verificada no distrito sede de Nova Iguaçu para as décadas de 1930-1940 (DIAS, 2014).

Quadro 12: Matrícula no ensino elementar em 1953- 1ª série

Municípios	1ª série	
	Municipal	Estadual
Nilópolis	676	711
São João de Meriti	701	321
Nova Friburgo	1432	1467
São Gonçalo	1666	5513
Petrópolis	2261	1791
<b>Duque de Caxias</b>	<b>2374</b>	<b>721</b>
Nova Iguaçu	3446	1135
Campos	4130	6604

Fonte: ABREU,1955 [com alterações] - grifos nossos.

Em 1953, a atuação municipal em Duque de Caxias superava o governo estadual em quase todas as séries em relação ao número de matrículas. No que se refere aos outros

municípios do estado do Rio de Janeiro, essa municipalidade ficava atrás somente de Nova Iguaçu e Campos.

É significativo notar também o quantitativo de municípios do estado do Rio de Janeiro, fora o analisado, que também superavam em número de matrículas ofertadas pelo estado, a saber: São João de Meriti, Nova Iguaçu e Petrópolis.

Quadro 13: Matrícula no ensino elementar em 1953- 2ª série

Municípios	2ª série	
	Municipal	Estadual
Nova Friburgo	259	411
Nilópolis	381	406
Petrópolis	412	965
São Gonçalo	454	2389
<b>Duque de Caxias</b>	<b>596</b>	<b>305</b>
São João de Meriti	647	153
Campos	943	1631
Nova Iguaçu	1093	548

Fonte: ABREU,1955 [com alterações] -grifos nossos.

No que se referia a matrículas na 2ª série apenas o município analisado, Nova Iguaçu e São João de Meriti superavam o estado em número de matrículas. O que nos faz refletir sobre as iniciativas educacionais ocorridas no território que hoje compreende a região da Baixada Fluminense.

Quadro 14: Matrícula no ensino elementar em 1953- 3ª série

Municípios	3ª série	
	Municipal	Estadual
Nova Friburgo	133	312
Nilópolis	211	291
São Gonçalo	268	1621
<b>Duque de Caxias</b>	<b>284</b>	<b>318</b>
Petrópolis	346	618
São João de Meriti	363	92
Campos	488	1094
Nova Iguaçu	854	399

Fonte: ABREU,1955 [com alterações] -grifos nossos.

Comparando os quadros 14 e 13 nota-se que o quantitativo de matrículas na 3ª série é menor do que nas séries anteriores tanto ao nível municipal quanto ao nível estadual, o que já

nos sugere a dificuldade dos alunos em continuarem cursando o nível fundamental do ensino primário.

Percebe-se ainda o lugar de destaque ocupado por alguns dos municípios que hoje integram a baixada fluminense: Nova Iguaçu, São João de Meriti juntamente com Duque de Caxias ultrapassam o número de matrículas oferecidas pelo estado, na 4ª série.

Quadro 15: Matrícula no ensino elementar em 1953- 4ª série

Municípios	4ª série	
	Municipal	Estadual
Nova Friburgo	-	104
São Gonçalo	47	949
Nilópolis	71	174
Petrópolis	75	388
Campos	90	384
São João de Meriti	99	52
<b>Duque de Caxias</b>	<b>206</b>	<b>119</b>
Nova Iguaçu	406	293

Fonte: ABREU,1955 [com alterações] -grifos nossos.

Embora o número de matrículas de Duque de Caxias supere as do estado na 4ª série, não se pode perder de vista, que conforme as séries vão aumentando o número de matrículas de forma geral vai diminuindo. E que em alguns casos como o de Duque de Caxias a 5ª série nem é oferecida ao nível municipal.

Quadro 16: Matrícula no ensino elementar em 1953- 5ª série

Municípios	5ª série	
	Municipal	Estadual
Campos	-	80
<b>Duque Caxias</b>	-	-
Nova Friburgo	-	14
Petrópolis	-	112
São Gonçalo	-	187
Nilópolis	35	80
São João de Meriti	40	29
Nova Iguaçu	75	67

Fonte: ABREU,1955[com alterações] -grifos nossos.

Chegar na 5ª série do ensino fundamental primário na década de 1950 era para poucos, nos dois níveis federativos, conforme o quadro acima explicita, ademais, o que chama mais

atenção é o quantitativo de municípios que ainda não dispunham de escolas com o ensino fundamental completo.

Contudo, o número de crianças fora da escola em Duque de Caxias, era de 8.000, apesar do esforço da municipalidade:

Quadro 17: Número de crianças fora da escola em 1953

Município	Total
<b>Duque de Caxias</b>	<b>8.000</b>
São Gonçalo	8.000
Nova Friburgo	3.000
Macaé	1.800
Itaboraí-Miracema-Bom Jesus do Itabapoana e São Fidelis	5.000
Marquês de Valença-Rio Bonito e Santa Maria Madalena	1.000
Paraíba do Sul	700
Itaocara	500
Total Geral:	30.000

Fonte: ABREU, 1955.

Desse modo percebemos que embora o Convênio Estadual de Ensino Primário de 1943, tenha abalado a iniciativa educacional das municipalidades, logo após a sua queda a região analisada empreendeu esforços que superaram quantitativamente o estado. Contudo, todos esses esforços não foram suficientes para assegurar que pelo menos metade dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental primário chegassem a 5ª série e para atender a toda demanda por escola.

Se nem todos os municípios ofereciam a 5ª série (ensino primário complementar) e da 1ª a 5ª série número de alunos ia caindo consideravelmente, significa pensar que muitas crianças tinham acesso apenas ao ensino elementar – e este por sua vez, não era concluído, em sua grande maioria. Vê-se nesse contexto, que embora as prescrições legais pretendessem a oferta de ensino primário completo, o que havia era uma formação ainda incompleta.

Cabe lembrar que “estudar a escolarização significa entender” não só “a forma que a escola organiza a cultura a ser transmitida”, mas também, “a própria organização da escola” e os usos que os sujeitos fazem nesta relação de tensão (FARIA FILHO; BERTUCCI, 2009, p.15). Nesta direção interrogamos como e por quais formas foi construída a rede de instituições municipais públicas no município de Duque de Caxias.

## 2.1 A Institucionalização dos trabalhos da Câmara Municipal

Conceber o Estado como “a expressão” da correlação de forças existentes entre a sociedade política e a sociedade civil (MENDONÇA, 2014, p.34) é entender que ele não é representante de uma classe, ou fração de classe específica, é examinar movimentos de disputas na criação e oferecimento de vagas no ensino primário, como processos não homogêneos e carregados de conflitos.

Nesta direção, esse entendimento permite ainda considerar a educação como um instrumento que nem sempre atende apenas o imperativo da transmissão dos ideais dominantes, mas como uma possibilidade de instrumento contra-hegemonico. Ou seja, como um mecanismo “com poder transformador das ideias” com “a capacidade de produzir a mudança social e radical”, que permita a “disseminação de uma nova filosofia, uma visão alternativa do mundo” (BUTTIGIEG,2003, p.45).

Magalhães (2019) ao refletir sobre os municípios e a história da educação em Portugal assinala que “a história dos municípios na educação, constitui um campo de investigação a vários títulos inovador”, pois além de permitir conhecer a especificidades existentes “na história municipal”, possibilita também que esta unidade administrativa ocupe um outro lugar na historiografia da educação (MAGALHÃES, 2019, p.11):

A interpretação da história dos municípios na educação decorre, em regra, de três alinhamentos: municipalismo, integração/centralização nacional, descentralização/ autonomia. A prevalência que tem sido atribuída à história administrativa reflete-se na opção por um destes três quadros: manutenção de prerrogativas municipais como entidades territoriais orgânicas e centros de decisão; representação e aplicação do poder central; replicação escalonada do poder estatal. A história dos municípios na educação, tomando o município como unidade de observação e como local educativo, possibilita a revisão destes quadros, adensando, cruzando e reorientando o sentido da história. Emergem deste modo, *ciclos histórico-pedagógicos* de desenvolvimento que congrega, entre outras, as dimensões geográfica, temporal, sociocultural, escolar (MAGALHÃES, 2019, p.11-grifos nossos)

Assim “a ação pedagógica dos municípios tendeu a ir para além de preencher lacunas e debilidades da oferta escolar estatal ou de ser alternativa ao plano estatal”. Posto que “a história dos municípios na educação deixa também emergir quadros de concertação e construção entre o municipal e o estatal” (MAGALHÃES, 2019, p.12).

É a partir destas considerações que analisamos as imbricações entre município e educação em Duque de Caxias. Interrogamos se o território de Duque de Caxias se o município de Duque de Caxias constituiu-se ou não num “município pedagógico”. Entendemos o conceito

de município pedagógico, conforme propõe Wenceslau Gonçalves Neto (2006) que visa investigar a autonomia municipal em relação à educação.

Assim o exame das Atas das sessões das Câmaras permite “acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos” (BARCELLAR, 2010). Além de viabilizar o mapeamento das iniciativas do poder legislativo em matéria educacional, que é o nosso foco, possibilitam também apreender as disputas de poder não só entre sociedade política e a sociedade civil, como também no seio da própria sociedade política (os conflitos entre o poder executivo e legislativo).

Os registros das sessões das reuniões da Câmara Municipal de Duque de Caxias estão salvaguardadas no Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira (Duque de Caxias), estando o acervo organizado em livros que variam entre 300 e 400 páginas de manuscritos.

Ocorriam muitas sessões na Câmara Legislativas, por vezes, mais de uma por dia. Foi comum encontrar a ocorrência de reuniões durante toda a semana, que normalmente iniciavam às 14h ou às 17h. Dependendo da situação a ser discutida ou votada havia solicitação de prorrogação dos trabalhos por mais meia hora ou 1h, em que quando necessário ia sendo estendida em igual tempo conforme a aceitação de todos, embora o Regimento Interno definisse “que só haverá uma prorrogação” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 27/04/1953, p.113).

Em geral as Atas possuem um cabeçalho com número da sessão, tipo de sessão (ordinária ou extraordinária), e data. Depois no texto corrido registrava-se a hora do início da reunião, novamente com a data, o nome do presidente da Câmara (ou de quem eventualmente assumisse a presidência), os nomes dos vereadores presentes e dos faltosos. Era preciso haver número legal para que os trabalhos fossem realizados. Posteriormente à isso, o 2º secretário lia a Ata da reunião anterior, para que fosse votada e assinada (IHCMDC, Livro 1, Ata da Instalação da Câmara Municipal de Duque de Caxias, 23/10/1947, p.2-3). Caso algum vereador não concordasse com algum aspecto do texto, era feito um registro na Ata da reunião atual.

Após a abertura dos trabalhos o 1º secretário lia o expediente do dia e, em seguida a palavra era cedida aos vereadores para que discutissem sobre as proposições do expediente do dia. Após terminada a discussão da ordem dia (que podia resultar ou não na aprovação de pareceres pelas comissões técnicas permanentes) era franqueada a palavra aos vereadores, através de explicações pessoais, e então era encerrada a sessão, em que o presidente da Casa, na grande maioria das vezes, já anunciava a data e os assuntos que seriam discutidos no próximo encontro.

As Atas eram escritas por um redator (pessoa específica responsável por esta função) ,e embora passassem por todo o processo acima descrito para a sua aprovação, encontramos reclamações sobre irregularidades nas Atas (IHCMDC, Livro 3, Ata da 1ª Sessão Ordinária,03/11/1949, p.306), constando ainda o registro de que houve “inúmeras vezes graves omissões” das questões levantadas pelo edil Waldemar de Almeida (PR), (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária,10/07/1950, p.131) mas, que passaram a atender “plenamente às expectativas gerais” em julho de 1950 (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária,10/07/1950, p.131). Cabe pontuar que a partir do 2º período legislativo os registros feitos para cada sessão passaram a apresentar em média 30 páginas de manuscritos.

Sobre os registros das Atas vale destacar ainda que estes “são fragmentários de discussões e de decisões tomadas em reuniões concretas, sob o ponto de vista e seletividade do registrador, visto que foram marcados por sua intencionalidade” (OLIVEIRA; FILHO; JESUS, 2012, p.269-270). Assim como “o caráter polêmico das discussões [nas Câmaras Municipais], que aglutinavam tanto princípios políticos quanto interesses pessoais e regionais, além, é claro, das divergências partidárias” (NETO, 2012, p.34) e a multiplicidade de vozes expressas nestes registros.

É preciso frisar que as Atas expressam também para além das correlações de forças existentes na sociedade duque-caxiense, o consenso sobre o trabalho desenvolvido de cada legislatura que se pretendia instituir. As palavras de um dos vereadores nos permite observar isto explicitamente, pois ele considerava que era preciso “deixar memória lucida, honesta e dignificante nas atas da Camara, para que os pósteros não lhes possa arremeçar a labeu da ignomínia e da desonra” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,13/04/1951, p.169).

De acordo com a prescrição do regimento interno os pareceres deveriam ser “submetidos a duas discussões” (IHCMDC, Ata da 1º Sessão Ordinária,04/03/1948, p.307-308), os requerimentos tinham o prazo de “oito dias” para ser respondidos (IHCMDC, Livro 1: Ata da 10ª Reunião Ordinária,19/03/1948, p.359), todas as respostas dos requerimentos deveriam ser lidas (IHCMDC, Livro 3, Ata da 9ª Reunião Ordinária,23/11/1949, p.367). Cada vereador poderia pertencer até “a três comissões” técnicas (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária,08/03/1950, p.40), conquanto fosse feita a “distribuição proporcional dos cargos nas comissões” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,12/02/1951, 110-111). A fim de que cada assunto discutido e votado possuísse notas que expressassem a maior pluralidade possível de representantes, “isto é, para que em cada apostila ficasse contida a

análise judiciosa de todas, mas pelo menos da maioria das agremiações políticas” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 12/02/1951, 110-111).

Vale lembrar que a emancipação de Duque de Caxias ocorreu em 1943, mas que o poder local foi instituído apenas, “aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de 1947” quatro anos depois da emancipação (IHCMDC, Livro 1, Ata de Instalação da Câmara Municipal de Duque de Caxias, 23-10-1947.p.2-3). No quadro abaixo podemos observar os nomes dos prefeitos de Duque de Caxias, após a reconfiguração dos poderes proposta com a constituição de 1946.

Quadro 18: Prefeitos em Duque de Caxias (1947-1959)

Nome	Período
Gastão Reis-PSD	28/09/1947 a 28/12/1950
Anderson Ramos (delegado)	28/12/1950 a 06/01/1951 (assumiu interinamente como Presidente da Câmara até as eleições)
Adolpho David <sup>15</sup>	30/01/1951 a 06/09/1952 (assumiu como Presidente da Câmara)
Braulino de Matos Reis-PTB	06/09/1952 a 31/01/1955
Francisco Corrêa Braulino –PTB	31/01/1955 a 15/01/1959

Fonte: SOUZA, 2014, p.156.

No período de 1947 a 1962, Duque de Caxias teve o poder Executivo Municipal comandado pelo Partido Social Democrático - PSD e pelo Partido Trabalhista Brasileiro -PTB (SOUZA, 2014). O PSD foi “organizado os estados por lideranças dos interventores que reuniu prefeitos (todos nomeados por interventores) membros da administração estadual [...] proprietários rurais, industriais comerciantes, funcionários públicos e etc.<sup>16</sup>”. O PTB por sua vez formou seus quadros através do recrutamento de funcionários do Ministério do Trabalho, dos sindicatos e visava a adesão dos operários urbanos também<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> Adolfo David nasceu em fevereiro de 1910 no Estado da Guanabara. Era filho de Antônio David e Umbelina de Jesus David. cursou o primário no colégio Pedro II, o ginásio e científico nos colégios Santo Inácio e Brasil. Estudou francês (até o 2º ano) na Aliança Francesa e Direito (não concluído) na Universidade de Ensino Livre Brasil. Trabalhou como auxiliar de fiscalização da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, como fiscal interino, fiscal de distrito, encarregado de serviço interno da Inspeção de Rendas de Duque de Caxias, chefe de Gabinete do ex-prefeito Gastão Reis, fiscal de Tesouraria, tesoureiro, chefe da Agência de arrecadação da Vila Imbariê (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>16</sup> Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-democratico-psd-1945-1965). Acesso em: 02-06-2020.

<sup>17</sup> Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965). Acesso em 02-06-2020.

Para esta investigação nos debruçamos nas duas primeiras legislaturas da Câmara: a primeira de 1947 (ano de instalação da Câmara Municipal, que ocorreu quatro anos após a emancipação do município) a 1950. Neste período a cidade teve como prefeitos Gastão Reis do Partido Social Democrático (PSD) e o delegado Anderson Ramos. E quinze (15) vereadores eleitos, sendo 7 do PR, 3 do PSD, 1 do Partido Social Trabalhista (PST), 1 do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e 3 da União Democrática Nacional (UDN). O delegado Anderson Ramos assumiu a prefeitura no período de ausência do prefeito eleito, Gastão Reis (SOUZA, 2014).

A segunda legislatura foi de 1951 a 1954 em que assumiram como prefeitos Adolf David e Braulino de Matos Reis (PTB). Foram eleitos 17 vereadores, sendo 4 do PTB, 4 da UDN, 4 do PR, 3 do PSD e 2 vereadores que não conseguimos identificar os respectivos partidos. Cabe sinalizar que a mudança de legislatura só ocorreu depois do início do ano de 1951.

A eleição de Gastão Reis (dentista e proprietário de cartório) para o executivo, em 1947, deu-se sob a derrota de Correia Méier, que era apoiado por Tenório Cavalcanti, influente político local então ligado a UDN (União Democrática Nacional). O prefeito eleito pelo PSD fortalecia o amaralismo e o getulismo como correntes políticas, que também haviam vencido no cenário federal com a eleição para a presidência do general Eurico Dutra (SOUZA, 2014, p.152). Tendo assumido a prefeitura no período de ausência do prefeito eleito, o delegado Anderson Ramos (SOUZA, 2014).

Braulino de Matos Reis, candidato do PTB foi eleito chefe do executivo em 1950, entretanto, não assumiu o cargo, por conta dos “conflitos locais e as suspeitas de fraudes” (SOUZA, 2014, p.154), o que levou ao presidente da Câmara, Adolfo David a assumi-lo. O prefeito eleito só assumiu o cargo dois anos depois das eleições (SOUZA, 2014, p.154).

No dia 23 de outubro de 1947, foi realizada a sessão de instalação da Câmara Municipal, em que tomaram posse os vereadores. Ainda são esparsas as informações biográficas sobre os mesmos e apresentamos aqui, em notas, curtos apontamentos da pesquisa a partir dos nomes dos vereadores.

Pelo Partido Republicano (PR) tomaram posse Coronel. João Teles Bittencourt; Mozart Cintra da Gama e Silva<sup>18</sup>; Waldir de Souza Medeiros; Oldemar de Almeida Franco<sup>19</sup>; Belarmino

---

<sup>18</sup> Mozart Cintra da Gama e Silva foi classificado na prova de habilitação ao Curso de Malária em 1942 (A Manhã, 12/09/1942, p.9).

<sup>19</sup> Oldemar de Almeida Franco era médico (O Jornal, 23/06/1942, p.8) e foi presidente da U.P.C. em 1944 (O Jornal, 16/02/1944, p.3).

Pedro Ramos<sup>20</sup>; Helio de Albuquerque Soares<sup>21</sup> e Waldemar de Almeida. Pelo partido União Democrática Nacional (UDN) tomaram posse Anaias Santana<sup>22</sup>; Germano Castelo Branco<sup>23</sup> e José Gomes Pereira Pinto. Pelo Partido Social Democrático (PSD) tomaram posse José Rangel<sup>24</sup>; Luiz Gonzaga Peçanha e José Antonio da Cunha. Pelo Partido Social Trabalhista (PST) tomou posse Hermes Gomes de Azevedo<sup>25</sup>. Pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tomou posse Hernani Ferreira da Silva Pinto. Sendo eleitos para Presidente Cel. João Telles Bittencourt, para vice- presidente: Helio de Albuquerque Soares; para 1º secretário Mozart Cintra Gama e Silva; para 2º secretário José Antonio da Cunha (IHCMDC, Livro 1, Ata da Instalação da Câmara Municipal de Duque de Caxias, 23/10/1947, p.2-3), (Jornal Tribuna Popular, ano III, nº 725, 10/10/1947, p.8).

A segunda legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1951, e pelo partido da União Democrática Nacional (UDN) tomaram posse Francisco Gonçalves Moura<sup>26</sup>; Antonio Corrêa

---

<sup>20</sup> Belarmino Pedro Ramos era “pastor da Assembleia de Deus” (A Noite, 22/08/1947, p.9).

<sup>21</sup> Dr. Hélio Albuquerque Soares era filho de Lydio Rumann Soares (A Luta Democrática, 01/06/1954, p.5), funcionário aposentado da Tesouraria do Banco do Brasil (Diário de Notícias, 29/05/1958, p.4). Era responsável pela seção médica do Núcleo Colonial São Bento em 1941 (Diário de Notícias, 31/08/1941, p.20) e estudava “O emprego da Cumarina no tratamento da malária” (Diário de Notícias 28/06/1946, p.6). Realizou “um estágio junto aos “Serviços Médicos de Colonização do Estado de São Paulo”, no decurso do qual teve a oportunidade de estudar os novos métodos da assistência hospitalar rural” (A Manhã, 05/05/1943, p.5), publicava artigos no jornal “A Luta Democrática” (A Luta Democrática, 20/04/1954).

<sup>22</sup> Anaias Santana era contador e nasceu em 30 de março de 1932 no Estado da Guanabara. Filho de Antônio Benjamim de Sant’ Ana e Rosa de Sant’ Ana Janeiro (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>23</sup> Germano Castelo Branco era representante da Sociedade Amigos da América em 1945 (O Jornal, 14/04/1945, p.2).

<sup>24</sup> José Rangel nasceu em 1900 em Campos no Estado do Rio de Janeiro. Filho de Pio Ferreira da Silva e Dona Maria José Rangel. Estudou em Campos onde concluiu o primário. Foi para Duque de Caxias em 1926, onde foi encarregado da Fazenda de São Bento. Foi diretor de Fazenda da prefeitura Municipal de Duque de Caxias, agente de Campos Elíseos, Agente de Imbariê, Depositário Municipal e vice –prefeito de Duque de Caxias em março de 1947 (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>25</sup> Hermes Gomes de Azevedo foi secretário da Associação profissional do Comércio Varejista do Distrito de Caxias em 1941 (O Radical, 20/11/1941, p.9).

<sup>26</sup> Francisco Gonçalves de Moura era vendedor, natural do município de Pereiro no Ceará nasceu em 1910. Seus pais eram Antonio Gonçalves de Moura e Honorata Clementina C. Moura (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

Lima<sup>27</sup>; Antonio Carlos de Sá Rego<sup>28</sup> e Milton Dias Pio<sup>29</sup>. Pelo Partido Republicano (PR) tomaram posse Waldyr de Souza Medeiros<sup>30</sup>; Zulmar Batista de Almeida<sup>31</sup>; João Dias da Silva<sup>32</sup> e Edson Carpes<sup>33</sup>. Pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tomaram posse José Peixoto Filho<sup>34</sup>; Manoel Peres Montilho<sup>35</sup>; Fernando Pessoa de Mello<sup>36</sup> e Wilson Bastos Ruy. Pelo Partido Social Democrático (PSD) tomaram posse Dermeval Lage de Barros<sup>37</sup>; Elizeu Adail de

---

<sup>27</sup> Antônio Corrêa Lima nasceu no Distrito Federal e, janeiro de 1905. Era filho de João Corrêa Fernandes Lima e Porcina Rosa de Lima. Foi despachante municipal (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>28</sup> Antônio Carlos de Sá Rêgo era funcionário municipal, nasceu em 15/10/1917 e faleceu em 15/05/1984. Filho de João Modesto de Sá Rêgo e Eulália de Meneses Sá Rêgo. Natural do Município de Niterói (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador). Foi eleito deputado Estadual em 1955 (A Luta Democrática, 15/03/1955, p.3).

<sup>29</sup> Milton Dias Pio nasceu em 1910 em Salvador na Bahia e tinha a profissão de industriário. Seus pais forma Agenor de Souza Pio e Yvone Dias Pio (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador). Segundo a imprensa era jornalista (Jornal do Commercio 13/07/1957, p.2) e casado com Maria Brígida Pio (Vida Doméstica, Ano 1959, p.62).

<sup>30</sup> Waldyr de Souza Medeiros era filho de Francisco de Souza e Esmeraldina Medeiros de Souza. Funcionário Municipal nascido no Distrito Federal em 1926(IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>31</sup> Zulmar Batista de Almeida nasceu em S. José de Calçado em Espírito Santo em 1916. Negociante filho de Nilo da Silva Almeida e Marieta Baptista de Almeida (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>32</sup> João Dias da Silva era natural de Surubim no Estado de Pernambuco, nascido em 1921. Filho de José Dias da Silva e Izabel Maria da Conceição e foi corretor (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>33</sup> Edson Carpes era professor, nascido em 05/09/1925. Filho de Nelson Timótheo Carpes e Alice de Mello Carpes. Natural do Município de Salvador- Estado da Bahia (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>34</sup> José Peixoto Filho: sua mãe foi Luzia Julieta Peixoto e seu pai José Peixoto. Nasceu no Distrito Federal em 1915 e era advogado (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>35</sup> Manoel Perez Montilho exercia a profissão de Corretor, nasceu em 08/08/1987. Filho de Romão Peres Garcia e Dolores Peres Montilho. Natural Distrito Federal (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>36</sup> Fernando Pessoa de Mello foi despachante municipal, nasceu no Distrito Federal em 1917, filho de Carnot Brederod Pessoa de Mello e Gertrudes de Albuquerque Pessoa de Mello (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>37</sup> O Tabelião Dermeval Lage de Barros nasceu em 14/12/1915. Filho de Victor de Barros e Graziela Lage de Barros. Natural do Município de Meriti- Estado do Rio de Janeiro (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

Alvarenga Freire<sup>38</sup> e José Ribeiro Alves<sup>39</sup>. Também foram eleitos para esta legislatura os vereadores Amaro de Souza Rocha<sup>40</sup> e Adolfo David os quais não foi possível identificar os partidos (IHCMDC, Livro 5, Ata da Sessão de Instalação, 31/01/1951, p.83-84).

A mesa da Casa ficou composta da seguinte maneira: “Presidente Adolfo David, Vice-Presidente Zulmar Batista de Almeida, 1º Secretario Dermeval Lage de Barros, 2º Secretario Wilson Bastos Ruy” (IHCMDC, Livro 5, Ata da Sessão de Instalação, 31/01/1951, p.83-84).

Cabe salientar, a participação de outros vereadores (suplentes) nestes períodos legislativos por motivo de licença dos vereadores acima citados. Contudo, escolhemos sinalizar no decorrer do texto a participação somente dos vereadores que tiveram relevância nas discussões dos assuntos investigados. Outro ponto a ser destacado é a recorrência dos vereadores mudarem de partidos durante suas respectivas legislaturas.

Os vereadores se organizavam nas seguintes Comissões Técnicas Permanentes existentes na Casa: Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Comissão de Finanças e Orçamento; Comissão de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas; Comissão de Higiene e Instrução, Comissão de Estatística e Recenseamento (IHCMDC, Livro 1, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 24/10/1947, p.22).

Entendemos a partir do exame desta documentação que a ausência de quórum legal nas sessões constituiu-se como estratégia de disputa empregada pelos vereadores, pois repercutia no adiamento da discussão de uma temática, da votação de um parecer e eleição das próprias Comissões Técnicas Permanentes:

Na tribuna o vereador Francisco Gonçalves Moura, [...] disse que, de fato, havia [...] conduta ante-democrática da *Maioria que diariamente abandona o plenário com receio de passar pelo amargor de uma derrota, na composição das comissões técnicas*. Por isso [...] *há mais de quinze dias não dava número para a eleição das comissões*. Ademais- agregou-, a Minoria, da maneira como fora organizada, também não tinha credenciais para debater esse caso e tanto era verdade que ela vivia fugindo do entrevêr, parlamentar ante o espectro da derrota inevitável. *Engendrada de modo incomum, manteve longe da luz, um dos seus integrantes e hoje, dia dezenove do corrente, ainda não se dignou eleger as comissões em apreço[...]* (IHCMDC, Livro 9, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 19/03/1952, p.84- grifos nossos).

---

<sup>38</sup> Elizeu Adail de Alvarenga Freire era filho de Elizeu de Alvarenga Freire e Rita de Azambuja Monteiro, nascido em Meriti em 1912. Foi Funcionário Federal (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>39</sup> José Ribeiro Alves foi Almoxarife, nascido no Distrito Federal em 1922. Tinha como pais: Manoel Ribeiro Alves e Antonia Bastos Alves (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

<sup>40</sup> Amaro de Souza Rocha era dentista e nasceu em 06/02/1919. Filho de Altino de Souza Rocha e Aurelia Ribeiro Gomes. Natural do Município de Campos –Estado do Rio de Janeiro (IHCMDC, Transcrição da cópia xerográfica de ficha de vereador).

Nesta perspectiva, apesar da pluralidade definida em aparato jurídico para a composição das Comissões, o trecho acima indica que havia uma certa predileção ou valorização de certas comissões em relação às outras, uma espécie de hierarquia, poderíamos dizer. Assim as eleições das Comissões do ano de 1952 só foram ocorrer em abril, o que teria deixado “o município sensivelmente prejudicado”, segundo o vereador Zulmar Batista (PR) (IHCMDC, Livro 9, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 22/04/1952, p.135).

Ao nos debruçarmos nas relações estabelecidas entre o executivo e legislativo nos dois primeiros períodos de poder local (23 de outubro de 1947 a 30 de janeiro de 1951, sendo o primeiro, e 31 de janeiro de 1951 a 29 de janeiro de 1955, o segundo) analisamos que no primeiro período legislativo, de acordo com as Atas havia uma relação conflituosa entre o poder Executivo e Legislativo do novo município, sendo o primeiro chefe do poder executivo Gastão Reis do PSD (SOUZA, 2014). Comparece no material analisado “requerimento de informações ao executivo”, que não obtinha, ou demorava a ter “resposta” por parte do executivo, como foi o caso do requerimento “sobre escolas do município” solicitado pelo vereador Waldir Medeiros (PR) (IHCMDC, Livro 1, Ata da 12ª Sessão Ordinária, 19/11/1947, p.109). Diante desta situação o vereador acima citado considerou que “o senhor Prefeito, esta brincando de Prefeito com a Câmara, não respondendo os pedidos de informações” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 13ª Reunião Ordinária, 21/11/1947, p.118).

A fala de um dos vereadores expressa o sentimento de parte da Casa Legislativa em relação ao trabalho desenvolvido pelo então prefeito: “O Vereador Luiz Peçanha (PSD), faz considerações sobre a administração Municipal e que o estado de abandono em que se acha o Município é por culpa do mecanismo dos seus serviços” (IHCMDC, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 15/07/1948, p.134).

A partir de 31 de janeiro de 1951, assumia a prefeitura da cidade o presidente da Câmara dos Vereadores, Adolfo David. Mesmo sua “administração” sendo ainda recente (nove meses), já dividia opiniões na Casa no que se referia ao cumprimento ou não de suas responsabilidades (IHCMDC, Livro 8, Ata da 3ª Reunião Ordinária, 06/11/1951, p.62).

As respostas das informações solicitadas ao poder executivo pela Casa incidiam diretamente no funcionamento do legislativo, visto que a ausência delas poderiam acarretar a paralização dos trabalhos de alguma comissão, à exemplo, o que ocorreu com a Comissão de Justiça, em 1951 (IHCMDC, livro 8, Ata da 4ª Reunião Ordinária, 07/11/1951, p.71).

A postergação na entrega das informações solicitadas pelo legislativo acarretou, em 1952, a proposição de delimitação de um prazo de “48 horas” e de uma solicitação de que “a

Camara não mais se reuniria em sinal de protesto”. A medida dividiu opiniões e gerou “acalorados apertes” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 16/07/1952, p.43).

A administração do prefeito Braulino Reis (PTB)- (de 06 de setembro de 1952 a 31 de janeiro de 1955), de acordo com o vereador Milton Pio (UDN), feria a “intangibilidade do Poder Legislativo Municipal”, de modo a “desmoralizá-lo”, “difamava” a Câmara e desobedecia “às leis públicas”, citando “a lei 109”, devido ao fato do prefeito conceder “isenção de impostos a estabelecimentos comerciais”. Nesta ocasião o vereador Bastos Ruy (PTB) “declarou que a Mesa contrataria um advogado para compelir o prefeito a cumprir a lei”, contudo, o vereador Milton Pio (UDN), apontou “que não estimaria tanto, preferindo levar o prefeito ao bom caminho através dos seus correligionários presentes”. Ao que parece a problemática desta administração consistia não no que estava sendo feito, “mas a maneira como as vinha querendo fazer” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 18/06/1953, p.161).

Ainda no ano de 1953, os atos do prefeito referentes a aprovação dos loteamentos das “Vilas Leopoldina V” e “Caitano Madeira”, são tornados “sem efeito” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Ordinária, 06/07/1953, p.187) e foi instaurada uma “Comissão de inquérito, para apurar denuncia contra o Executivo” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 29/10/1953, p.106).

O período legislativo que teve Braulino Reis como prefeito comparece como cheio de tensões e conflitos de forma que consta nas discussões realizadas que a Casa buscou conciliação entre as partes a fim de que “saía ganhando a Coletividade, que é a maior vítima dêsse mal estar” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 1ª Reunião Ordinária, 03/11/1953, p.107). Nesta correlação de forças entre executivo e legislativo, consta que a cidade ficava em meio ao “lixo”, e “nem a subvenção do nosocômio em construção” fora paga. Segundo o vereador Zulmar Baptista (PR) o objetivo do executivo era “indispor a Câmara com a população, numa campanha de incitamento que era tanto mais criminosa quanto absurda, por partir de um dos Poderes Municipais” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 1ª Reunião Ordinária, 03/11/1953, p.109).

No mês seguinte o exame do material em questão revela que os vereadores e os funcionários diaristas tiveram seus salários atrasados, sendo que o prefeito justificava o atraso do pagamento dos diaristas “porque haviam os vereadores” para serem pagos, o que segundo o edil Milton Pio era “balela que mal encobriam mesquinhez e baixesa de caráter”, somando-se à isso a Casa ainda estava desprovida de “numerário”, de forma que nem “a correspondência da Casa não podia ir para o Correio” por falta de verba (IHCMDC, Livro 13, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 01/12/1953, p.183).

Essa situação do atraso do pagamento dos vereadores estendeu-se até abril de 1954, o que fez com que o vereador Peixoto Filho (PTB) “formulando desde logo um requerimento para que a Comissão Executiva, com o beneplácito dos vereadores, contrate um advogado [...]para que o prefeito cumpra a lei, cumpra seus deveres fazendo pagar os subsídios dos senhores vereadores” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária,12/04/1954, p.112). O mesmo vereador noutra reunião lamentava essa falta de consenso entre os poderes:

Falando o vereador Peixoto Filho para lamentar o clima de desunião entre o Legislativo e o Executivo que certos elementos exploram tórpeamente. Disse que as críticas aqui feitas são mais uma advertência visando a salvar o prefeito do erro, do que mera vontade de empecer-lhe os passos porém S. Exa. assim não entendendo, rebaixa-se ao extremo de praticar uma política de vingança indigna de qualquer homem civilizado (IHCMDC, Livro 14, Ata da 6ª Reunião Extraordinária,22/04/1954, p.131).

O ápice das tensões entre executivo e legislativo na cidade ocorreu quando o vereador Gonçalves Moura (UDN) citou trechos de uma matéria do jornal Luta Democrática<sup>41</sup> e durante essa citação, segundo consta nas Atas, o prefeito tentou atacá-lo:

Nesse momento o Sr. Braulino Reis, Prefeito Municipal assomou ao gradil fronteiro que separa as galerias do Plenário e, incentivando o orador por se ocupar de sua vida particular, levantou o referido gradil para investir contra o mesmo, acompanhado pelo seu tio Pedro Reis e por outra figura de nome ignorado. Contido por populares e alguns vereadores, não se consumou a agressão, ficando porem o gesto que provocou grande tumulto e expectativas. Seguidamente a mesa da Câmara pediu a presença da autoridade policial para garantir a normalidade dos trabalhos[...] (IHCMDC, Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,27/04/1954, p.137-138).

Nas palavras do edil Peixoto Filho (PTB) este episódio foi um ato “contra a autonomia da Câmara”, acrescentava ainda que “Câmara está coagida e achincalhada e, por essa causa, requer que ela fique desagravada dêsse ato violento e atentatório à sua soberania[...]” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,27/04/1954, p.138).

Logo na reunião seguinte, foi proposto “o projeto 12-54 do Sr. Bastos Ruy vedando aos edís o uso de armas no plenário da Câmara”, segundo o vereador Gonçalves Moura (UDN) era “o mesmo fruto de uma ordem do Prefeito aquém o autor obedece cegamente” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 8ª Reunião Extraordinária,28/04/1954, p.140).

Neste contexto a possibilidade de uma relação menos conflituosa entre os dois poderes, parecia cada vez mais distante. A fala do representante Dias Pio (UDN) expressava isto.

não há clima para essa harmonização porque o chefe do Executivo prima em desrespeitar toda vez que pode, o Poder Legislativo. O não pagamento dos edís que criticam o Prefeito; o deliberado e ostensivo despreço às contribuições da Casa e finalmente a dilapidação do Erário, alarga o fosso que os separa daquele homem público[...] (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,04/05/1954, p.150).

---

<sup>41</sup>Jornal local fundado por Tenório Cavalcanti e Hugo Baldessarini em 1954 (SOUZA, 2014).

Ainda neste jogo de forças, comparece na Atas que os vereadores teriam sido pressionados por parte do prefeito para que suas contas fossem aprovadas, de modo que os “vereadores que votarem contra as suas contas” ficariam sem pagamento. Todavia as contas em questão foram rejeitadas pela Comissão responsável (IHCMDC, Livro 15, Ata da 23ª Reunião Ordinária,30/07/1954, p.9).

Foi possível apreender também, a partir das Atas, as relações entre a primeira e a segunda legislatura da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Com o novo pleito em 1951, houve logo de início, uma movimentação de revogar diversos atos da legislatura anterior (IHCMDC, Livro 5, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,12/02/1951, 105). Segundo consta nas Atas essas revogações tinham caráter moralizante (IHCMDC, Livro 15, Ata da 9ª Reunião Ordinária,12/11/1954, p.36). Nesta perspectiva diferentes projetos e decisões das Casa tinham como justificativa serem “moralizadores” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 12ª Reunião Ordinária,18/11/1952, p.76; IHCMDC, Livro 11, Ata da 14ª Reunião Ordinária,20/11/1952, p.85).

Os discursos da nova legislatura colocavam este novo grupo em oposição ao anterior, de forma que o primeiro grupo comparece como “imoral” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 14ª Reunião Ordinária,29/03/1951, p.124), constituía-se assim, na Câmara Municipal uma “campanha de moralização e respeito às leis” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,18/10/1951, p.10) por parte deste segundo grupo de vereadores. Portanto, eles atribuíam-se “a derrubada de tanta imoralidade”. Pois, entendiam que o “O mal de tudo fora a enxurrada de leis e deliberações feitas por uma câmara que não se reunia e obrigava a lavrar-se atas de coisas inexistentes” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 6ª Reunião Ordinária,11/11/1953, p.131).

Considerando esse cenário de disputas dentro da própria Câmara e com o executivo é que indagamos como foram organizados os trabalhos referentes à educação no legislativo.

## **2.2 A Comissão de Instrução e Saúde**

Assim que começaram os trabalhos na Câmara Municipal, foram votadas as Comissões Técnicas Permanentes e dentre elas a Comissão de Higiene e Instrução. A partir de 1949 a comissão tem seu nome modificado, a educação passa a associar-se também à assistência social: “Comissão de Higiene, Instrução e Assistência Social” (IHCMDC, Livro3, Ata da 1ª Reunião Ordinária,07/03/1949, p.11-12). Essa nomenclatura varia nos anos seguintes, ora contendo o termo assistência social, ora não.

Quadro 19: Comissão de Higiene e Instrução (1947 e 1950)

<b>1º Período Legislativo</b> (outubro de 1947 à janeiro de 1950)		
<b>Ano</b>	<b>Integrantes</b>	<b>Partidos</b>
<b>1947</b>	Mozart Cintra da Gama e Silva	PR- Partido Republicano
	Dr. Oldemar de Almeida Franco	PR- Partido Republicano
	Dr. Hélio Albuquerque Soares	PR- Partido Republicano
<b>1948</b>	Hermes Gomes de Azevedo	PST- Partido Social Trabalhista
	Dr. José Soares Ribeiro de Castro	PSD- Partido Social Democrático
	Germano Castello Branco	UDN - União Democrática Nacional
<b>1949</b>	Dr. Hélio Albuquerque Soares	PR- Partido Republicano
	Belarmino Pedro Ramos	PR- Partido Republicano
	Dr. José Soares Ribeiro de Castro	PSD- Partido Social Democrático
<b>1950</b>	Dr. Hélio Albuquerque Soares	PR- Partido Republicano
	Mozart Cintra da Gama e Silva	PR- Partido Republicano
	Dr. José Soares Ribeiro de Castro	PSD- Partido Social Democrático

**Fonte:** Livros de Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (Livros 1-15) / Jornal Tribuna Popular, 10/10/1947, ano III n.725, p.8/

**Nota:** Optamos por registrar na tabela somente os partidos de origem dos vereadores, ainda que tenha sido percebida uma movimentação ao longo do período.

Quadro 20: Comissão de Higiene e Instrução (1951-1954)

<b>2º Período Legislativo</b> (janeiro de 1951 à janeiro de 1954)		
<b>Ano</b>	<b>Integrantes</b>	<b>Partidos</b>
<b>1951</b>	Edson Carpes- presidente	PR- Partido Republicano
	Manoel Perez Montilho- relator	PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
	Amaro de Souza Rocha- revisor	UDN- União Democrática Nacional
<b>1952</b>	Antonio Carlos Sá Rêgo	UDN- União Democrática Nacional
	Wilson Bastos Ruy	PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
	Dermeval Lage de Barros	PSD- Partido Social Democrático
<b>1953</b>	Amaro de Souza Rocha- presidente	UDN- União Democrática Nacional
	Edson Carpes – relator	PR- Partido Republicano
	Manoel Perez Montilho – revisor	PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
<b>1954</b>	Milton Dias Pio	UDN- União Democrática Nacional
	Manoel Perez Montilho	PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

**Fonte:** Livros de Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (Livros 1-15) / Jornal Tribuna Popular, 10/10/1947, ano III n.725, p.8/

**Nota:** Optamos por registrar na tabela somente os partidos de origem dos vereadores, ainda que tenha sido percebida uma movimentação ao longo do período.

Como podemos ver na tabela acima, na primeira legislatura, dentre os vereadores com partidos políticos identificados, havia a maior presença do Partido Republicano (PR). A composição da 1ª e da 4ª comissão existentes no período investigado indica que as orientações do regimento interno não estavam sendo seguidas, uma vez que duas das 3 vagas destas comissões tinham representantes de um mesmo partido político.

Destacamos a presença de médicos nas vagas das Comissões de Higiene e Instrução dos anos de 1947e 1949. Para essas comissões duas das três vagas foram ocupadas por médicos. Em 1947, Dr. Oldemar de Almeida Franco, e Dr. Hélio Albuquerque Soares, ambos do Partido Republicano. Em 1949, Dr. Hélio Albuquerque Soares do Partido Republicano e Dr. José Soares Ribeiro de Castro (PSD), demonstrando talvez os interesses mais considerados nas Comissões de Higiene e Instrução. No segundo período legislativo houve maior pluralidade partidária nas comissões e destacamos a presença de um professor na comissão, Edson Carpes.

A presença de um vereador mais de uma vez nesta comissão no mesmo período legislativo também foi recorrente, e pode expressar as formas que estes arranjos de poder eram construídos, uma vez que os vereadores eram votados para as comissões independente de quererem ou não.

As Comissões Técnicas Permanentes eram votadas anualmente, ao que tudo indica, teria como parte de suas atribuições “tratar com o prefeito” assuntos que fossem correspondentes a sua pasta. Esperava-se que a Comissão de Instrução e Higiene deveria “se incumbir de visitas as escolas do Município para dar parecer sobre o estado das mesmas” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 4ª Reunião Ordinária,06/11/1947, p.52). Também foi convocada para tratar da situação da Escola do Centenário, em 1948 (IHCMDC, Livro 2, Ata da 5ª Sessão Extraordinária,10/03/1948, p.326-327) e a respeito da situação do hospital da cidade em 1951 (IHCMDC, Livro 8, Ata da 4ª Reunião Ordinária,07/11/1951, p.73). Importa ressaltar que não identificamos os registros ou a realização das visitas às escolas do município, sendo as mesmas solicitadas novamente em 1949 (IHCMDC, Livro3, Ata da 1ª Sessão Extraordinária,21/04/1949, p.86).

Localizamos um pedido de renúncia da Comissão em análise por parte do Vereador José Soares (PSD), em 1949 (IHCMDC, Livro 3, Ata da 13ª Sessão Ordinária,05/08/1949, p.251). Cabe salientar que não comparece nas Atas a justificativa para o pedido. Este vereador foi substituído, no mês seguinte por Carlos Fernandes que obteve “nove votos” da Casa (IHCMDC, Livro 3, Ata da 6ª Sessão Extraordinária,20/09/1949, p.282-283).

Um outro pedido ocorreu devido ao fato de um mesmo vereador “já ter sido eleito para três comissões” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 2ª Sessão Ordinária,06/03/1950, p.38). Pedido este retirado, pelo próprio vereador posteriormente, pois, foi esclarecido que “de acordo com o regimento interno”, seria possível um edil pertencer a 3 comissões ao mesmo tempo (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária,08/03/1950, p.40). Este pedido expõe o processo de institucionalização da própria Casa Legislativa, enquanto órgão público recém-criado e do aprendizado das normas regimentais por parte dos vereadores.

Ainda se tratando de pedidos de renúncias dos vereadores eleitos para a Comissão de Higiene, Instrução e Assistência Social, e as formas pelas quais eles assumiam ou não a respectiva comissão, em 1952 ocorreu o pedido de renúncia do edil Lage de Barros (PSD), apresentando-o em “caráter irrevogável”. Sendo também eleito para a comissão de 1952 o vereador Sá Rêgo (UDN) salientava que foi “eleito a contra-gosto, disse que aceitava o encargo apenas para corresponder interesses do povo em jogo. Nada pleiteara e se o seu nome fôra lembrado, tudo correria à sua revelia” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 22/04/1952, p.137-138). O pedido do vereador Lage de Barros (PSD) foi retirado ainda no mesmo mês, segundo ele a retirada do pedido de renúncia foi feito “em atenção – disse – ao pedido da Presidência, e sobretudo, aos rogos da Bancada do seu Partido, vez que tal atitude vem contribuir para o interesse público” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, 25/04/1952, p.145-146).

Esses pedidos podem indicar os diferentes graus de importância que eram atribuídos à educação na Casa Legislativa, uma vez que era a Comissão de Higiene e Instrução que tratava especificamente desse assunto.

Para todo o período os dados organizados revelam que a maior incidência de decisões da Comissão de Higiene, Instrução, Saúde e Assistência Social ocorreram em relação às temáticas relacionadas à higiene, saúde e assistência social (IHCMDC, Livro 10, Ata da 15ª Reunião Ordinária, 24/07/1952, p.66-70; IHCMDC, Livro 10, Ata da 19ª Reunião Ordinária, 30/07/1952, p.87-96). Pois, na recuperação dos dados a partir da verificação de quantas eram as entradas para o termo Comissão de Higiene, Instrução, Saúde e Assistência Social percebemos que das muitas entradas que apareceram com este termo as que eram referentes à instrução retomavam a alguma discussão (temática) anterior e que nas entradas que tratavam de assuntos ligados à saúde eram sempre assuntos / discussões diferentes.

De modo geral na primeira legislatura as discussões sobre educação na Câmara de Vereadores estavam baseadas em projetos de criação de escolas de naturezas distintas, doação e desapropriação de terrenos para construção de escolas, reestruturação dos professores no quadro do funcionalismo. Observamos ainda tentativas de intervenção e fiscalização do fazer docente e a circulação de discursos sobre a importância da função social do professor na disseminação da educação para o engrandecimento do município.

Já na segunda legislatura as discussões sobre criação de ginásios ganharam muita força. Embora a obrigação municipal fosse para com o ensino primário e este fosse precário em termos de oferta de matrículas e condições das instalações de escolas. As subvenções e pedidos de encampação de escolas atravessaram as duas legislaturas, todavia foi na segunda que deparamo-

nos com mais solicitações de encampações, isto é, pedidos de que a administração pública municipal assumisse instituições privadas de ensino. É também neste período que as solicitações de verbas para criação de escolas em bairros específicos comparecem, bem como pedidos de isenções de impostos. A precariedade das construções dos prédios escolares na região é revelada nos casos das escolas que ruíram, antes de suas obras terem sido concluídas. Nesta legislatura os debates sobre a legislação pertinente ao magistério foram mais presentes, assim como debates sobre o não cumprimento das mesmas.

Todavia é preciso atentar que as temáticas educacionais discutidas também revelam o próprio processo de organização da Câmara Municipal e os modos pelos quais os vereadores iam traçando suas estratégias de construção/ manutenção de poder no território.

No ano de 1954, foi apresentado um relatório que registrava as atividades das Comissões no ano anterior (1953), tendo a comissão de Higiene e Instrução realizado os seguintes trabalhos, segundo a transcrição encontrada nas Atas:

Transcreve-se na íntegra, o relatório da Secretaria da Câmara. ‘Secretaria da Câmara Municipal de Duque de Caxias. - Exm.<sup>a</sup> Sr. 1º Secretário da Câmara Municipal de Duque de Caxias –Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o Relatório abaixo da Secretaria desta câmara relativo ao período Legislativo de 1953.[...]Pareceres da Comissão de Higiene 22,[...]papeis diversos encaminhados à [...]Comissão Higiene Instrução e Assistência Social 29, Documentos Aguardando Pareceres: [...]Comissão de Higiene Instrução e Assistência Social: -ano de 1953-9 (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,03/03/1954, p. 56).

Ressaltamos que as documentações apontadas na citação acima não estavam transcritas nas Atas, assim podendo estar registradas em outro suporte documental. Todavia importa evidenciar que esta forma de escrituração das Atas se difere das realizadas em alguns municípios de Minas Gerais durante o final do século XIX e início do XX, como bem demonstram os trabalhos de Carvalho e Carvalho (2012) e Oliveira e Jesus(2012), que conseguem recuperar através das Atas das respectivas municipalidades analisadas, projetos, resoluções e legislações votadas em sua íntegra.

Em julho de 1954, houve a sugestão da “destituição da comissão de Higiene” por parte do vereador Joaquim Tenório (IHCMDC, Livro 14, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 21/07/1954, p.196), sob a argumentação de que a comissão arquivava requerimentos que segundo ele eram necessários para a cidade. O que colocou em questionamento a real utilidade da comissão. Pelo menos até o final do segundo mandato não consta a exclusão desta comissão. Importa frisar que o pedido de destituição da comissão ocorreu num contexto de solicitações de verbas para reformas em igrejas de distintos distritos e instalação de postos de saúde em que determinadas solicitações eram aceitas e outras não.

A este respeito o Sr. Waldyr Medeiros afirmava que havia “incoerência e insinceridade do Sr. Peixoto Filho (PTB) [integrante da Comissão de Higiene, Instrução e Saúde], que quando se cogita de prestar auxílio à matriz de Santo Antonio não hesita em proferir assacadilhas e heresias, ao passo que para as igrejas do 2º Distrito requeria aquele benefício” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 21/07/1954, p.196).

É dentro desses arranjos do poder público local que investigamos a seguir quais foram as empreitadas empregadas pelo executivo e legislativo na criação de escolas.

### 2.3 “O essencial de Tudo... é fazer-se escolas”: a “precariedade do ensino primário” e o desejo por ginásios

Identificamos nesta sessão parte das ações legislativas do poder público municipal acerca da criação de instituições escolares<sup>42</sup> em Duque de Caxias. Através das discussões ocorridas na Câmara Municipal buscamos apreender como a rede de ensino público municipal foi constituída.

Vale lembrar como já foi pontuado no capítulo anterior, que no Relatório da CILEME, Jayme Abreu destaca o município analisado como desenvolvedor de iniciativas organizacionais para o ensino primário que superavam o governo estadual (ABREU, 1958). Dessa maneira, a análise das Atas da Câmara Municipal possibilita investigar de forma mais detalhada os processos dessas iniciativas.

Logo no início da 1ª legislatura, em novembro de 1947 foi proposto “o Projeto de resolução do Vereador Pereira Pinto ao poder executivo para que sejam criadas escolas publicas em propriedades agrícolas que distem mais de 10ks de localidade despovoadas” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 4ª Sessão Ordinária, 06/11/1947, p.54).

Em 1949, houve outra proposição de criação de escolas em propriedades agrícolas, que também foi aprovada (IHCMDC, Livro 3, Ata da 8ª Sessão Ordinária, 11/03/1949, p.40-41), sendo o seu autor o vereador “José Gomes” (IHCMDC, Livro 3, Ata da 5ª Sessão Ordinária, 11/03/1949, p.46). De acordo com o vereador Alvarenga Freire (PSD) “o prefeito-informou - estava trabalhando para criar dez escolas do tipo rural” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 2ª Reunião Ordinária, 04/11/1952, p.28-29).

---

<sup>42</sup>Entende-se aqui como instituição escolar no sentido estrito e instituição educativa em um sentido amplo, tal como definido por SANFELICE(2005).

Em 1952, houve a proposição de um projeto para criação de um Patronato Agrícola na cidade (IHCMDC, Livro 11, Ata da 5ª Reunião Ordinária, 07/11/1952, p.49). Este projeto foi idealizado por Peixoto Filho (PTB), tendo como justificativa o “estado de abandono das crianças da cidade, que não têm escolas para estudarem, vivendo assim, nos parques de diversões, que são verdadeiros antros de vícios” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 14ª Reunião Ordinária, 20/11/1952, p.86-87). Segundo Costa (2017, p.26) os Patronatos Agrícolas eram instituições que ofereciam educação primária e ensinavam a cuidar da terra e dos animais. Em alguns casos, tinham como alunado “menores presos ou encontrados na rua, executando trabalhos informais com vista à ‘regeneração’ desses indivíduos, objetivando um controle social e agrícola”. Anos depois dessa proposição, em 1959 foi criado em Duque de Caxias o Patronato São Bento (COSTA, 2017).

Desse modo, cabe lembrar que a educação não é uma benesse do Estado, mas sim um instrumento utilizado, em que as crianças populares são arrancadas “do seu meio, da sua classe, de sua cultura”, por meio legal, em que todas as engrenagens rodam para converterem essas crianças em “um capital potencial”, ou seja, em bons trabalhadores (VARELLA; URIA, 1992, p.87).

Esse conjunto de fontes indica que “o prefeito cuidava de executar a construção de numerosas escolas rurais”, de maneira que “a verba orçamentária do ensino e de obras, já estava empenhada” com estas construções (IHCMDC, Livro 13, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 15/07/1953, p.18). Entretanto, vale atentar para as palavras do vereador Waldyr Medeiros (PR) que considerava estas construções como “péssimos pardieiros” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 04/05/1954, p.152).

Na 5ª sessão extraordinária da Câmara do ano de 1947 consta a existência de um ofício enviado pelo “ex-prefeito Coronel Sapião da Silva Carvalho” em que este comparece “doando ao Patrimônio Estadual a área de terreno doada à prefeitura pela Empresa Melhoramentos de Caxias, para construção de grupos escolares”. A “doação da referida área ao Estado” ocorreu “por não ter a Prefeitura meios para a construção do grupo escolar” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 24/10/1947, p.35). Sendo “solicita[do] ao senhor Prefeito que entre em entendimentos com o Governo Estadual para que a Escola seja construída no exercício de 1948” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 14/11/1947, p.91). Vale destacar que os grupos escolares (escola primária completa) comparece nas Atas como uma forma de se cooperar “com o povo”, nas palavras do vereador Milton Dias Pio (UDN) (IHCMDC, Livro 7, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 09/08/1951, p.140).

Consta ainda nesse corpus documental o “Requerimento de informações do Vereador Luiz Peçanha (PSD) com relação a áreas de terras para grupos escolares” (IHCMDC, Livro 2, Ata da 4ª Sessão Ordinária, 08/07/1948, p.96). Meses depois emerge o “requerimento de informações do Vereador Waldyr Medeiros e outros com relação a construção de três grupos escolares neste Município” (IHCMDC, Livro 2, Ata da 13ª Sessão Ordinária, 23/11/1948, p.323).

Ainda se tratando dos tipos de escolas que eram propostas/desejadas para o município, percebe-se uma variedade de modalidades de ensino e natureza de instituições. Houve uma “Indicação do Vereador Waldyr Medeiros para que seja criado uma escola de Instrução Militar neste Município” (IHCMDC, Livro 3, Ata da 13ª Sessão Ordinária, 31/03/1949, p.74); a indicação de “serem reencetados os cursos supletivos noturnos de várias escolas municipais” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 15/03/1951, p. 63); a “indicação do edil Peixoto Filho (PTB) criando uma escola na Igreja Metodista da Av. Rio Petrópolis” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, 28/08/1951, p.160), nomeando também “uma professora” para esta Igreja (IHCMDC, Livro 8, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 20/11/1951, p.125). Ambas sugestões foram “aprovad[a]s sem restrição” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 13ª Reunião Ordinária, 21/11/1951, p.132). A proposição da criação de uma escola na Igreja Metodista pode sugerir as formas pelas quais a educação no município era financiada.

No decorrer das discussões realizadas na Casa foi possível identificar a importância atribuída à instrução a partir das votações realizadas, visto que alguns votos eram negados em detrimento da ideia de aplicar as verbas à educação. O vereador Francisco Moura (UDN), por exemplo, votou contra o “pagamento de gratificações a Prefeitura” pois, com essa verba “poderia manter 25 escolas” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 19ª Reunião Extraordinária, 08/06/1951, p.60).

O vereador Alves Branco solicitou a “instalação de uma escola do Senai” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 26/01/1953, p.146) e o vereador Perez Montilho (PTB) fez uma indicação que foi aceita “sugerindo entendimento do Prefeito com o ‘SENAC<sup>43</sup>’ para a criação de um ginásio gratuito em Caxias” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 13/03/1953, p.24). E a indicação de que havia verba para a construção de uma escola em “Gramacho” (Vila Leopoldina) em que o edil Gonçalves Moura (UDN) sugeria que esta fosse feita “em terreno doado para esse fim” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 19ª Reunião Ordinária, 30/03/1953, p.86).

---

<sup>43</sup>Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Identificamos também o requerimento da instalação do “curso Secundário” em um grupo escolar, ao Secretário de Educação e Assistência por parte do vereador Moacyr Alves Branco (PTB)- (IHCMDC, Livro 7, Ata da 18ª Reunião Extraordinária,08/06/1951, p.54).

Os tipos de instituições escolares requeridas pelo legislativo, expressam ao mesmo tempo as funções sociais atribuídas às escolas, assim como os projetos de sociedade em disputa.

No decorrer da análise dessa fonte, percebemos a recorrência de Projetos de resolução sobre desapropriação para construção de escolas (IHCMDC, Ata da 7ª Sessão Ordinária,11/11/1947, p.71). Alguns desses projetos indicam as ruas ou localidades em que ocorreriam as desapropriações: “dois lotes de terrenos na Vila Leopoldina” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 12ª Reunião Ordinária,19/11/1947, p.112-113); “no final da rua Vassouras” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 15ª Sessão Extraordinária, 17/12/1947, p.213); “rua 5 de Maio” (IHCMDC, Ata da 4ª Reunião Extraordinária,06/08/1948, p.184).

Segundo o vereador Peixoto Filho (PTB), em 1951, “50% da população infantil” estava “sem escolas” no município (IHCMDC, Livro 6, Ata da 8ª Reunião Ordinária,15/03/1951, p.66). Neste contexto, é possível conhecer endereços e nomes de escolas que estavam em construção no município, conforme notou- se nas Atas, uma na “Rua Vasco Toieto”, a “Escola do Chacunha”, de uma Escola Publica situada à Vasco Souto” (IHCMDC, Ata da 3ª Reunião Ordinária,09/07/1951, p.81; IHCMDC, Livro 7, Ata da 15ª Reunião Extraordinária,25/05/1951, p.41). Para ambas foram apresentados anteprojetos para serem terminadas, sendo indicado para a Escola do Chacunha a autorização para “o Prefeito a dispender com a mesma a quantia de trinta mil cruzeiros” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 15ª Reunião Extraordinária,25/05/1951, p.41).

Para o ano de 1951 comparece que a “Escola do Mangue foi feita exclusivamente pela Prefeitura” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 17ª Reunião Extraordinária,07/06/1951, p.50). Embora houvesse esse movimento em prol da construção de escolas em Duque de Caxias, em 1951, ocorreu “a extinção de três escolas públicas no Município” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 6ª Reunião Ordinária,13/07/1951, p.95).

Em 1951 havia um ofício em resposta à “indicação do vereador Gonçalves Moura (UDN), a respeito de construção de sala na escola da Praça Ruy Barbosa” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 1ª Reunião Extraordinária,20/09/1951, p.199) e um “ante- projeto do edil Francisco Moura criando um ginásio municipal” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 6ª Reunião Ordinária,09/11/1951, p.84). Esta proposta foi “aceita por unanimidade” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 12ª Reunião Ordinária,20/11/1951, p.119).

Um dos argumentos utilizados para justificar este pedido apoiava-se no argumento de ser “vergonhoso e triste que só Caxias não pudesse ter seu ginásio quando outros municípios

pequenos realizara essa obra, embora dispondo de pequenos orçamentos”. Porém, a forma com que se pretendia financiar a construção desta instituição escolar é que não agradava à todos os vereadores, pois, era pautada no aumento de “impostos” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 2ª Reunião Ordinária, 04/11/1952, p.28-29) o que era “inconstitucional” segundo consta nas Atas (IHCMDC, Livro 11, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/11/1952, p.57). Contudo, a ideia da construção do grupo escolar era considerada “digna de aplausos” e de “excelência” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/11/1952, p.57). Assim para tentar resolver esta problemática o edil Sá Rego:

[...]informou que ia pedir adiamento de votação por 48 horas, porque iria dar um substitutivo. Mas pediu, também, o compromisso do líder da Maioria para interessar o prefeito na concretização daquela proposta. Como recurso sugeria a elevação da verba existente no orçamento para construção e reconstrução de escolas, ficando o prefeito com os meios de emprega-los no ginásio. O edil Luiz Medeiros não se comprometeu de assumir tal compromisso porque se tratava de um assunto da alçada do Prefeito. Antes de tudo era necessário mover-se o Chefe do Executivo. O orador concluindo, frizou que não queria já o compromisso, mas apenas a promessa de que seu colega pedisse ao prefeito a prática da sua idéia. O Sr. Presidente deferindo o requerimento, adiou-o por 48 horas (IHCMDC, Livro 11, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/11/1952, p.57).

Esse pedido foi deferido pelo prefeito (IHCMDC, Livro 11, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 18/11/1952, p.78). A fim de que esta obra fosse executada houve a proposta na Câmara do “aumento de receita, elevando-a para vinte milhões de cruzeiros, sem contudo criar novos impostos” dando “ênfase especial, o fato de o acréscimo quase que total ter sido destinado às verbas de educação e de obras”, assim “a dotação para reconstrução e construções de escolas fora elevada para um milhão de cruzeiros, de sorte a dar ao Prefeito, os recursos para a construção do Ginásio Municipal” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 18ª Reunião Ordinária, 26/11/1952, p.98-99).

Ocorreu no ano de 1951 a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, em que foi inaugurado, no Parque Lafaiete, um núcleo (IHCMDC, Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 27/04/1954, p.133-135), o Ginásio chamado “Ana Maria Gomes”, instituição educativa gratuita que integrava o “movimento pró-instrução gratuita”, de “ensino não remunerado”, ou seja, “os mestres contribuem com a sua parcela de sacrifício” (IHCMDC, Livro 8 Ata da 20ª Reunião Ordinária, 30/11/1951, p.175). Esta campanha teria sido “levantada na faculdade de direito do Recife, pelo Dr. Filipe Thiago Gomes”, e em 1954 “já se espalhou por todo o Brasil” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 27/04/1954, p.135).

Para o vereador Wilson Bastos Ruy (PTB) a instalação deste ginásio significava “alevramento intelectual e moral da mocidade caxiense” (IHCMDC, Livro 8 Ata da 20ª Reunião Ordinária, 30/11/1951, p.175). A proposição de considerar esta instituição em utilidade

pública (IHCMDC, Livro 12 Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 13/04/1953, p.102) suscitou uma série de considerações acerca de sua natureza que não estava muito clara na Casa Legislativa visto que:

O vereador Elyseu Alvarenga reportando-se à discussão anterior quando o Sr. Medeiros afirmou que o Ginásio ensinava gratuitamente, declarou que ali se cobrava a importância de CR\$25,00 dos estudantes, consoante recibos que exibiu, [...]. Logo, não se tratava de ensino gratuito. O edil Souza Medeiros, autor da matéria, disse que esse educandário tomara a iniciativa de formar um corpo associativo, entre a população, para angariar fundos para incremento da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Talvez fosse essa razão que levara seu colega a laborar em equívoco. Mencionou o edil Lages de Barros, cuja filha estuda lá e pediu, à propósito, o seu testemunho. O Sr. Lage de Barros declarou que a sua filha nada pagava. O orador prosseguindo, declarou-se contra porque a justificativa de ensino não pago carecia de fundamento. O Sr. Waldyr Medeiros na Tribuna, disse que o discurso do seu colega era intempestivo posto que, estampa a Casa cogitando de considerar de utilidade pública tal educandário ou financeira. Ao contrário, fazia-o como um dever imperativo e consuetudinário. O Sr. Elyseu Alvarenga advertiu que o orador asseverara ser ensino gratuito, face às provas que estava montando, o orador estava em flagrante contradição. [...]O vereador Milton Pio teceu considerações a respeito do assunto, aceitando em parte, as alegações do seu colega Elyseu Alvarenga, que deseja a máxima clareza, já que não se disse se as quantias dos recibos eram frutos de uma *filantropia diferente*, que na realidade, o povo estava fazendo para ver em funcionamento o ensino amplo para todos. Votados os pareceres, foram aprovados (IHCMDC, Livro 13, Ata da 5ª Reunião Ordinária, 09/11/1953, p.123-124 – grifos nossos).

Numa outra sessão, o edil Souza Medeiros retomava os argumentos desfavoráveis de Elyseu Alvarenga tecidos sobre o seu projeto e “Lamentava que o mesmo não se achasse presente, para que ouvisse uma declaração subscrita por dezenas de alunos, em que atestam que o ensino no supracitado ginásio é gratuito” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 12/11/1953, p.134). Este Ginásio atendia “mais de trezentas crianças” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 27/04/1954, p.135).

A manutenção deste Ginásio ocorria por meio legal, pois, foram criados “sêlos de Cr\$ 0,20” para tal finalidade (IHCMDC, Livro 13, Ata da 20ª Reunião Ordinária, 31/07/1953, p.64-65). Esta taxa era arrecadada através da venda de “cada ingresso vendido nas casas de diversões” e “vinha sendo feita numa base média de vinte e cinco mil cruzeiros mensais”. Todavia “o Prefeito não paga os proventos devidos e arrecadados” à instituição. Importa frisar “que tais recursos não pertencem à Prefeitura, porque pagos pelo povo, para um fim específico” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 27/04/1954, p.135).

Apesar de em 1952, o vereador Gonçalves Moura (UDN) afirmar que o número de escolas primárias no município tinha sido “elevado ao dobro”, isto não se configurava numa “solução para a falta de escolas, pois é colossal o número de crianças que não estudam”, acrescentando ainda que “aqui precisavam-se de novo grupos escolares em vários bairros, onde

o ensino não pode ser centralizado” (IHCMDC, Livro 10, Ata da Reunião Solene,08/10/1952, p.168-169).

Neste mesmo ano chega até a Câmara a informação de que o “povo é convidado para a aposição da pedra fundamental duma escola pública, cujo nome será de Mario Facine”, localizada “no 2º Distrito” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 9ª Reunião Extraordinária,20/10/1952, p.197). Essa informação foi obtida através de um impresso e gerou dúvidas quanto a natureza do terreno em que a escola seria construída. Sendo solicitado ao executivo informações sobre o pertencimento ou não da área à prefeitura. O que se apresentou na discussão fora o questionamento do nome homenageado na escola (IHCMDC, Livro 10, Ata da 9ª Reunião Extraordinária,20/10/1952, p.197), contudo, mais do que isso- esta passagem demonstra como não era possível que o poder legislativo tivesse conhecimento de todas as empreitadas relacionadas a criação de escolas.

Ainda no ano de 1953 o vereador João Dias (PR) solicitava “o crédito de Cr\$ 35.000,00 para criação de uma escola no Parque Fluminense” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 9ª Reunião Ordinária,15/07/1953, p.17) e o vereador Bastos Ruy (PTB) solicitava “uma escola no Centenário” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 13ª Reunião Ordinária,22/07/1953, p.38). Ambos os pedidos foram aprovados. O vereador Joaquim Tenório também solicitava “uma escola no centenário”, contudo, pedia “Cr\$ 200.000,00 para a construção” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 6ª Reunião Ordinária,11/11/1953, p.128). A Comissão executiva deste período consignava para o orçamento de 1954 o valor de “CR\$ 200.000,00 para construção de um grupo escolar neste mesmo bairro (IHCMDC, Livro 13, Ata da 14ª Reunião Ordinária,23/11/1953, p.159), portanto, pode ser que o tipo de escola requerida por Joaquim Tenório fosse o grupo escolar. Cabe ressaltar que segundo Bastos Ruy (PTB) este “bairro não fora contemplado com nenhuma escola das planejadas pelo Prefeito” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 17ª Reunião Ordinária,23/07/1954, p.200).

A solicitação de diferentes vereadores para construção de escolas num mesmo bairro pode significar o nível de importância daquela região para os interesses políticos dos respectivos vereadores. Pois, no fim deste mesmo ano teria eleições para o pleito de 1955 e apesar do fato de que neste período só podia votar quem fosse minimamente alfabetizado, o oferecimento de vagas para as crianças podia resultar nos respectivos votos de seus pais.

Em novembro deste mesmo ano o edil Peixoto Filho (PTB) pedia através de proposição de projeto as “inclusões de verbas no próximo orçamento” para realização de diversas construções, em Santa Cruz, dentre elas a de uma escola (IHCMDC, Livro 13, Ata da 9ª Reunião Ordinária,16/11/1953, p.140). No ano seguinte este mesmo vereador fez um

requerimento “pedindo CR\$50.000,00 para a construção de uma escola” nesta mesma região (IHCMDC, Livro 15, Ata da 15ª Reunião Ordinária,21/07/1954, p.196). Em 1954 este requerimento foi aprovado em 3ª discussão (IHCMDC, Livro 15, Ata da 19ª Reunião Ordinária,26/07/1954, p.3).

Esses pedidos de escolas no mais diversos bairros e às vezes mais de um pedido para uma mesma localidade nos permite entender que poderia haver a concentração de escolas num determinado distrito em detrimento de outro. Dado que esses pedidos não vinham acompanhados com justificativas (pelo menos estas não constam na Atas) e que não se apresentavam enquanto determinações para todo o território, mas para áreas específicas, nos sugere que a ausência de políticas públicas na região, ou melhor, que este tipo de política pública servia mais aos interesses políticos do que a própria população.

O vereador Peixoto Filho (PTB) propôs em 1953, um projeto “instituinto a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Primário” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 13ª Reunião Ordinária,22/11/1953, p.151) na “Inspetoria do Ensino Municipal” (IHCMDC, Livro 15, Ata da 13ª Reunião Ordinária,19/11/1954, p.45). Essa proposição foi aceita na Câmara quase que por unanimidade (IHCMDC, Livro 15, Ata da 14ª Reunião Ordinária,22/11/1954, p.48), mas vetada pelo prefeito que “alegou aumento de despesa para vetar totalmente” (IHCMDC, Livro 15, Ata da 22ª Reunião Ordinária,30/11/1954, p.65-66).

Embora muitas fossem as iniciativas da Casa Legislativa no que se refere a criação de escolas em diferentes localidades de Duque de Caxias, principalmente no ano de 1953, conforme comparece nos registros das Atas, “em Caxias, existiam 30 mil crianças escolares e que, dentre êles, apenas 10 mil estudavam” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 11ª Reunião Extraordinária,12/12/1953, p.5).

Assim torna-se perceptível, a partir do exposto acima que apesar do município ainda não conseguir dar conta da demanda existente para o ensino primário, havia uma busca por Ginásios para a região. Cristiane Mélo ao investigar quais foram as condições em que se deu a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, baseada em Almeida Junior (1959) frisa que a maior ocorrência de investimentos na “implantação do ensino médio e superior, [...]inclusive pelos governos municipais”, já se constituía num grande problema à difusão da escola primária (MÉLO,2016, p.32).

Também em 1954, localizamos o pedido por parte da Câmara a “construção de 4 escolas” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,03/03/1954, p. 52).

ARAÚJO, et.al., (2018, p.71) destacam que as iniciativas de “pessoas comuns” na iniciativa de “instituições e de espaços educativos” foram “silenciados pela memória oficial” e

que “muitas escolas incorporadas pela rede pública municipal” primeiro foram criadas por pessoas não ligada ao poder público, na tentativa de suprir a falta de escolas para seus filhos e vizinhos”. Neste contexto, a análise das Atas da Câmara Municipal nos permitem conhecer detalhadamente alguns desses processos.

O primeiro projeto de resolução pedido para que uma escola particular passasse à prefeitura, registrado em Atas, foi realizado pelo “vereador Dr. Almeida Franco” referente a escola da “Taquara”, pois, segundo o vereador a escola de “Taquara” que “foi organizada por ele e outros amigos e declarando que, nem todos os meses os amigos estão dispostos a concorrer com o auxílio monetário para a manutenção da mesma” (IHCMDC Livro 1, Ata da 4ª Reunião Ordinária, 06/11/1947, p.53).

A Sociedade ‘Expedicionário Aquino de Araújo’ também solicitou que a prefeitura ficasse com sua instituição escolar, pedindo assim a sua “encampação” em 1950 (IHCMDC, Livro 5, Ata da 9ª Sessão Ordinária, 20/11/1950, p.52). Essa solicitação resultou em “inflamados debates entre os vereadores Luís Peçanha e Antonio Corrêa Lima”, pois abria prescrição para “outras escolas o direito de pensar na mesma terapêutica” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 13ª Sessão Ordinária, 28/11/1950, p.56). De acordo com Vilela (2015) esta escola foi fundada em 20 de setembro de 1945 e foi o primeiro Ginásio Municipal de Duque de Caxias, isso em 1956.

Assim, nas discussões sobre a encampação ou não desta escola é destacado também a sua importância no território:

[...]a Sociedade em lide é técnica e que no Município, outra igual não existia. Ademais, explicou, aquela Escola já contava um fruto de fecunda atividades no Município, muito embora datasse apenas de um ano sua feição puramente técnica. Disse que hoje ela contava com um terreno cedido pela Prefeitura, favor pelo qual ele lutara e pedira quase como um cego. Aparteando o edil Luís Peçanha, disse que, da maneira como se dissera, a Sociedade já se afigurava quase que como um patrimônio municipal, pois o orador mesmo afirmou que a Casa fora quem autorizara a cessão do terreno. Contra aparteando o representante Waldemar de Almeida, disse que a Casa assim o fizera, quando se dera conta das altas finalidades daquela Sociedade[...] (IHMDC, Livro 5, Ata da 13ª Reunião Ordinária, 28/11/1950, p.56).

Além disso cabe assinalar que o terreno onde funcionava a sociedade citada acima era área da prefeitura, em que foram “desapropriando lotes de terra da propriedade do Sr. Augusto Lopes da Silva, oferecido” à instituição (IHCMDC, Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária, 10/07/1950, p.134-135). Esta escola era “devidamente aparelhada e apta a executar os serviços inerentes para à marcenaria e carpintaria, tanto para a Prefeitura, como para a Câmara” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 11ª Sessão Extraordinária, 04/08/1950, p.176.). As palavras do vereador Antonio Corrêa (UDN) explicita o motivo do pedido da encampação desta Sociedade:

[...]que ela, como Sociedade Civil, podia produzir, como em verdade vinha, de há muito, produzindo, mas que não podia proceder a venda de sua produção, por lhe faltar direito de adquirir e empregar o sê-lo de consumo, e que o Governo não permitia que se a transformasse de sociedade civil, a sociedade comercial. Terminando, disse que, se a Sociedade pudesse fazer comércio, teria com o que produz, vida própria e nunca se veria obrigada a sugerir tal encampação, na qual oferece um patrimônio de CR\$ 350.000,00, em troca de uma dívida de apenas CR\$100.000,00 (IHCMDC, Livro 5, Ata da 13ª Sessão Ordinária,28/11/1950, p.55).

Esse pedido foi aceito em novembro de 1950, contra a vontade do vereador Luís Gonzaga Peçanha (PSD) (IHCMDC, Livro 5, Ata da 14ª Sessão Ordinária,29/11/1950, p.60). No entanto, na segunda legislatura da Casa “houve a aprovação da lei derogando a encampação da escola Aquino Araújo”, que segundo a Casa foi “devido ter sido o processo respectivo feito na carência dos documentos mais elementares” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 4ª Reunião Extraordinária,14/02/1951, p. 123).

Embora estejamos atentos à criação de escolas primárias na região salientamos a existência do “Ginásio Primavera” inaugurado em 1951(IHCMDC, Livro 5, Ata da 5ª Reunião Extraordinária,22/02/1951, p.128) que também foi doado à prefeitura pela firma “N. Cintra” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 5ª Reunião Extraordinária,11/02/1953, p.169).

Essa encampação não agradou à todos os vereadores da segunda legislatura, à exemplo, o posicionamento do vereador Bastos Ruy (PTB) que a denominou como “conto do vigário demais oneroso para um município novo que recém começa a projetar-se. Êrro fatal”, defendendo que “Em vez de encampar o Ginásio Primavera porque o Sr. Braulino não faz mais duas ou três escolas” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 19ª Reunião Ordinária,30/03/1953, p.85). No meio das discussões sobre a encampação ou não do Ginásio, os alunos desta instituição fizeram “um abaixo- assinado, [...] solicitando solução favorável e rápida do projeto de administração do aludido ginásio” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 21ª Reunião Ordinária,31/03/1953, p.98).

Comparece ainda que levava-se “às galerias os alunos do mesmo Educandário todas as vezes que se anunciava a apreciação da matéria”. O que para o vereador Lage de Barros (PSD) se configurava “menos uma coação do que um abuso dos diretores do Ginásio sobre os alunos, tentando fazê-los de juguete num caso em que aparentemente se joga a cartada final da continuidade dêsse Ginásio” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 1ª Reunião Extraordinária,13/04/1953, p.105).

Essa solicitação de encampação dividiu tanto os poderes municipais (Executivo e Legislativo) quanto a própria Câmara de vereadores. Ao passo que o executivo autorizava o recebimento da instituição e o Legislativo “colocou-se contrariamente à mensagem do

Executivo” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,27/04/1953, p.107). Os pronunciamentos dos vereadores explicitam o contexto municipal em que esse pedido foi feito:

O vereador Lage de Barros falando, estranhou que ainda se não tivesse dito por que tanto empenho em encampar-se êsse ginásio, quando o Município não pagava ao menos as subvenções dadas aos demais colégios [...] Quando o ensino primário é ainda tão precário, vem o prefeito sugerir um encargo dessa ordem, uma região distante e de transporte caro. Para tanto gasto há muita casa de ensino aqui consenso sem os sacrifícios que tal ginásio exige IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,27/04/1953, p.112).

Ia ao encontro desse argumento as falas do vereador Gonçalves Moura (UDN): “[...]manifestando-se igualmente surpreendido pelo absurdo da mensagem, num momento em que a prefeitura se ressentia da falta de recursos para outras obras mais modestas” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,27/04/1953, p.107 -115). Por outro lado, o posicionamento de outros vereadores indicavam essa negativa em relação à proposta como algo no campo da disputa política:

[...]usando da palavra o vereador Souza Medeiros [...]Aludiu, ainda ai fato de o parecer ater-se mais a críticas à pessoa do doador, em vez de um exame criterioso do assunto. O Prefeito-disse-, teve uma intenção louvável aceitando a doação de um ginásio já realizado, podendo com êle ampliar o ensino de modo auspicioso e econômico, aproveitando a verba destinada ao ensino sem esgotá-la. Aceitando essa valiosa dádiva, o Prefeito quer proporcionar à mocidade, as luzes do ensino tão caras hoje em dia e tão difíceis de obter com a falta geral de recursos [...] (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,27/04/1953, p.109).

Também acompanhava esta ideia o vereador Peixoto Filho (PTB) que:

[...]qualificou de político o parecer em exame, de feição nitidamente partidária, prejudicando fundamentalmente às creanças de Caxias. Um momento em que o Prefeito procura oferecer ensino gratuito à população, a política devia se esconder para que a alfabetização e a cultura se difundissem (IHCMDC, Livro 12, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,28/04/1953, p.117).

Para alguns vereadores a construção do Ginásio, no 2º segundo distrito, foi uma estratégia de Nelson Cintra<sup>44</sup> “para poder vender terreno, com a obrigação de fornecer ensino gratuito. Agora que não mais lhe convém esse encargo deseja passa-lo com o ônus conhecidos à Municipalidade”. Nas palavras de Gonçalves Moura (UDN) um “truque imobiliário” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,27/04/1953, p.110).

Durante os muitos impasses, as despesas decorridas do aceite também foi um ponto ao qual os vereadores refletiram. Como consequência desta preocupação foram sugeridos como uma possibilidade de resolução da questão a concessão de “subvenção”, a transferência do “auxílio de Cr\$ 50.000,00 solicitado pelo “SENAC” para manutenção do seu curso ginasial

---

<sup>44</sup>Loteador que comprou uma fazenda e idealizou um bairro com escola, cinema, clube, cisterna d’água, igreja e praças chamando o lugar de Jardim Primavera, em 1943(SOUZA, 2014). Ainda de acordo com as fontes mobilizadas por Souza(2014) o desejo do loteador era que este lugar fosse ocupado por europeus, - como isso não aconteceu ele vendeu para brasileiros, contudo, estes teriam de dentre outros aspectos ter a pele branca.

gratuito aqui mesmo” e ainda a “adoção das bolsas de estudo, muito mais prática e mais econômicas aos cofres públicos” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,27/04/1953, p.107 -115).

Dentro das muitas discussões realizadas sobre esta temática o edil Lage de Barros (PSD) “adverteu seus pares para o fato da precariedade do ensino primário, sem, o qual os ginásios não podem se meter para o ensino. Estava-se –frizou– invertendo-se a questão”, pois, se fazia necessário dedicar os esforços ao “ensino primário” que já era “tão deficiente e escasso” e principal “fonte abastecedora dos cursos ginasiais” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,27/04/1953, p.107 -115).

A fala do edil Gonçalves Moura (UDN) contra a encampação adverte que “o Município não esta em condições de manter o ensino primário e não dever arcar com responsabilidade maior” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,28/04/1953, p.117). Por fim a encampação deste Ginásio “não se materializou” (IHCMDC, Livro13, Ata da 1ª Reunião Ordinária,03/11/1953, p.111).

Uma outra instituição da sociedade civil que nos chamou atenção foi o “Centro José do Patrocínio”, conforme consta, “já creara 12 escolas” até março de 1952 (IHCMDC, Livro 9, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 27/03/1952, p.112). Em 1951, este Centro convidou “a Câmara para a inauguração da Escola Alzira Vargas” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 23ª Reunião Extraordinária,25/06/1951, p.71).

O Centro Cultural José do Patrocínio tinha “por finalidade, a elevação moral e espiritual dos homens de côr” e definia “que terão preferência para os cargos diretivos os descendentes dos defendidos pelo patrono da Sociedade” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 7ª Reunião Ordinária,12/11/1953, p.132-133).

Tendo em vista os aspectos até aqui observados, nota-se que se por um lado o desenvolvimento do município ocorria por meio das iniciativas particulares, esta por sua vez, contava com verbas da municipalidade.

De forma mais ampla o vereador Francisco Gonçalves Moura (UDN) considerava que era necessário no município a existência de instituições educativas, “bibliotecas ou templos de religião e cultura” para sanar “tanta carência de valores morais para darem continuidade ao legado dos antepassados que aqui construíram esta grande Pátria” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,18/10/1951, p.13-14).

Em 1952, segundo o vereador Peixoto Filho (PTB) no que se referia a construção de uma biblioteca “não há tempo a perder nem sacrifícios a medir” visto que esta construção “iria

se converter num bem público de grande transcendência para o futuro” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 02/10/1952, p.158 -159).

O exame das Atas atesta diferentes movimentos dos poderes municipais em prol da construção de escolas, o que explica em parte os dados de Abreu(1955) quanto ao fato do município superar o estado no que se referia ao oferecimento de educação primária. Contudo, a multiplicidade de assuntos que integram os registros das Atas nos revela igualmente alguns usos do ensino secundário na região. Juntamente à isso demonstram os modos pelos quais o público e o privado iam se interligando. Esse contexto nos instiga conhecer também em que conjunturas as unidades escolares foram construídas.

### 2.3.1 O “escândalo” das escolas que desmoronavam: entre construções, rebocos e ruínas

As discussões ocorridas na Câmara Municipal da cidade possibilitam conhecer algumas das circunstâncias dentro das quais as escolas primárias foram edificadas. Este conjunto esmiuçado de dados nos deu a ver alguns tipos de relações de apadrinhamentos tecidas neste processo.

Segundo consta nas Atas, em 1953, estavam sendo construídos vários prédios escolares em que “os construtores das escolas haviam recebido o valor de 5 delas adeantadamente” o que fazia faltar dinheiro para outras demandas do município (IHCMDC, Livro 13, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 12/11/1953, p.137).

Assim as discussões realizadas pelos vereadores também descortinam as problemáticas envolvidas nas construções das escolas. O superfaturamento das obras e o preço dispensado na construção de cada unidade escolar que seria insuficiente para uma obra de qualidade constituíram estas problemáticas.

[...]Passando a falar o edil Bastos Ruy, leu certo trecho do jornal estipendiado pela Prefeitura, no qual se acham publicados os documentos da concorrência para construção das escolas. Destacou então que, o preço unitário estipulado era de CR\$ 40.000,00 e estavam sendo pagas a CR\$ 85.000,00. Como cidadão pediria no judiciário c’o uma ação. Nesta altura a exaltação era grande o Sr. Presidente suspendeu a reunião por 5 minutos. Quando os trabalhos recommçaram o Sr. Zulmar Bastista refutou aquelas assertivas, lendo o artigo 6º do edital de concorrência, aditando que a soma de Cr\$ 40.000,00 era para efeito de caução porque não era crível que, nos dias de hoje, houvesse quem se comprometesse a edificar escolas amplas por apenas 40 mil cruzeiros (IHCMDC, Livro 13, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 12/11/1953, p.137).

Um outro aspecto a ser considerado nas iniciativas do poder municipal no oferecimento de escolas é o da qualidade destas construções que está atrelada diretamente aos valores dispensados às obras e a importância dada a educação.

Embora as palavras do vereador Gonçalves Moura (UDN), em 1953: “O essencial de Tudo -disse -, é fazer-se escolas” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 29/01/1953, p.156) explicitassem, em princípio, a importância dada à construção de escolas, o que notou-se foi que a qualidade das construções das escolas não foi um aspecto muito considerado, conforme apresentamos a seguir.

A temática sobre a qualidade das construções escolares reaparece no ano de 1954 e ganha espaço e a atenção dos vereadores, visto que comparece “o desbaratamento dos dinheiros públicos na construção das escolas tecnicamente mal feitas, sem segurança e com material de péssima qualidade”, tendo uma delas ruído “por força de um pequeno temporal ocorrido em Parada Angelica” antes mesmo de ser concluída (IHCMDC, Livro 14, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 18/03/1954, p.81).

Como resultado deste acontecido o vereador Peixoto Filho (PTB) “leu um requerimento de sua autoria sobre o assunto, porque não era possível que antes de concluídas, essas escolas já estivessem caindo” e “assumia a responsabilidade das acusações graves que lançava sobre o empreiteiro” que considerava “desonesto” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 18/03/1954, p. 81-82).

Segundo o material ora em análise o “empreiteiro que é protegido do líder do Partido Republicano” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 18/03/1954, p.82). Quem construía estas escolas, de acordo com as Atas, era Américo Flores, indicado como “testa de ferro do Sr. Jair Cardoso, funcionário da Prefeitura e responsável pelo logro denunciado” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 17ª Reunião Ordinária, 25/03/1954, p.93-94) e “sócio da firma” que estava construindo as escolas (IHCMDC, Livro 13, Ata da 6ª Reunião Ordinária, 11/11/1953, p.129).

De modo que o edil Peixoto Filho (PTB) solicitou “abertura de inquérito”, segundo ele a averiguação “mostrará como é justa e certa a sua queixa” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 18/03/1954, p. 81-82).

Comparece ainda nas Atas sobre este assunto que não houve “abertura de concorrência e, especialmente, da falta das cópias dos contratos e outros documentos hábeis que levassem seus pares a uma conclusão lógica”. Neste contexto, o vereador Elyseu Alvarenga (PSD) “declarou que o principal responsável é o Prefeito”. Cabe apontar que de acordo com ele, embora as construções tivessem começado a “9 meses, nenhuma escola se achava pronta, graças à incompetência e falta de probidade de um empreiteiro protegido” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 18/03/1954, p. 81-82).

O estado das construções destas escolas comparecem como um “escândalo” nas Atas e as ações do prefeito em relação a estas obras também foram questionadas: “O Sr. Moura disse que o Prefeito tinha visitado muito a construção de certas escolas, não podendo ignorar a fraude”. Dessa forma, para o vereador Peixoto (PTB) “as escolas não haviam absorvido cem mil cruzeiros, tal o péssimo material empregado” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 17ª Reunião Ordinária, 25/03/1954, p.93-94).

Após solicitações foram entregues em 1954 “apenas as cópias dos editais de concorrência de vinte escolas públicas, deixando de vir a relação das obras do ano de 1953” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 19ª Reunião Ordinária, 29/03/1954, p.100).

Noutra reunião o vereador Milton Pio (UDN) exibiu “pedaços de embossos trazidos por moradores que viram, estarecidos, o seu desmoronamento, devido a má qualidade da construção, onde não se fez o mais o mais leve traço de cimento” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 12/04/1954, p.117). Num outro encontro o vereador Peixoto Filho (PTB) apresentou “fragmentos de rebocos das paredes externas de uma escola em ruína, na Parada Angélica” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 20/04/1954, p.129-130).

Também foram levados à Casa Legislativa “restos de embosso externo da escola da rua Dr. Laureano óra em ruína” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 20/04/1954, p.130). Consta ainda que escolas em outras partes do município ruíram, por exemplo, em “Parada Anjélica as últimas chuvas fizeram ruir uma escola cujo preço foi de CR\$ 180.000,00, sem que qualquer providência fosse tomada. Na Vila São Luís a situação é idêntica” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 03/05/1954, p.146). A escola Leandro da Mota, também configurava-se como “uma construção calamitosa e criminosa pois não estando ainda pronta, já se acha em ruína, dado o emprego de material ordinário e a ausência de cimento” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 04/05/1954, p.149).

Neste contexto, consta que o “Prefeito [estava] à espera de que as multas cobrissem o valor da caução, para rescindir o contrato” em que “Novo contrato será feito e as escolas construídas” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 12/04/1954, p.118). Segundo o vereador Peixoto Filho (PTB), o funcionário responsável foi “mandado embora, de férias por sessenta dias e acusado de desfalque de 300 mil cruzeiros nesse ‘alffaire’. O Sr. Brulino Reis em vez de demití-lo e mandar instaurar inquérito, manda-o descança 60 dias, com os ordenados pagos pelo povo” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, 28/04/1954, p.144).

Ficou registrado nas discussões da Casa Legislativa que “O construtor no entanto, vem, semanalmente, receber dinheiro dessas escolas que constrói por 85 mil cruzeiros mas que não valem 20 mil cruzeiros” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 13/04/1954, p.120-121). O que desvela como as relações clientelistas acarretavam lucro e proteção para os apadrinhados, uma vez que os envolvidos no caso não foram responsabilizados pelos seus atos e tampouco devolveram o dinheiro que lucraram.

Nem todas essas escolas ruíram, contudo, havia o receio de que isso acontecesse, o que fica explícito no trecho a seguir: “Presas aos céus- frizou-, que no futuro aquelas que ainda estão intactas não se abatam sobre dezenas de crianças, ceifando-as da vida” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 13/04/1954, p.122). Mas, as que ruíram afetaram “70 % das crianças em idade escolar” que ficaram “sem ensino” (IHCMDC, Livro 15, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, 02/02/1955, p.89).

Em julho de 1954 tanto os “contratantes” quanto os “contratados” envolvidos nos casos das escolas que desmorraram já estavam “evadidos do Município”. Diante dessa situação o vereador Joaquim Tenório “pediu à Presidência a nomeação de uma comissão de vereadores para observarem o que há de verdade sobre as escolas” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 6ª Reunião Ordinária, 08/07/1954, p.176-177), entretanto, como podemos ver abaixo a real funcionalidade da constituição desta comissão não era muito acreditada:

O Sr. Presidente contestou que não podia antecipar definição, tendo o orador asseverado que estaria a favor, embora descrente dos seus efeitos. Assim fará porque sabia que o Prefeito também tinha a intenção de punir os culpados e remediar a situação. O edil Gonçalves Moura declarou-se contra, mostrando-se pessimista dos resultados de tais comissões. O caso das escolas- salientou- é de polícia. Não adianta perder tempo com esse caso, quando os beneficiados com a falcatura já desapareceram. Votado o requerimento, foi aprovado. Em consequência o Sr. Presidente designou os representantes Bastos Ruy, Joaquim Tenorio, Alvarenga Freire, Zulmar Baptista e Waldyr Medeiros (IHCMDC, Livro 14, Ata da 6ª Reunião Ordinária, 08/07/1954, p.176-177).

Assim os casos das escolas que ruíram e as denúncias sobre as rubricas de financiamento mais do que sinalizar a problemática da quantidade versus a qualidade das instituições escolares municipais criadas pelo poder municipal e apontar os interesses econômicos dos envolvidos nas construções, neste caso, evidenciam também que para além da relação de dependência, os impactos dessas articulações para a população, posto que tiveram de lidar com o ônus da privação de estudar.

Os movimentos pela criação de escolas registrados até aqui nos apontam indícios sobre o intercâmbio entre o público e o privado na criação de escolas, portanto, são estas as relações sob as quais nos debruçaremos a seguir.

### 2.3.2 Subvenções e confluências entre público e privado na oferta de escolas

Há diferentes maneiras de se pensar as instituições escolares. Aqui nos apoiamos nas reflexões de Saviani (2005, p.167-168) em que o autor toma o público e o privado como categorias “correlatas e indissociáveis entre si”. Portanto, ainda que queiramos fazer “a história da esfera pública ou a história da vida privada, quando estudamos a história da educação pública ou a história da educação privada, estaremos sempre supondo o outro polo, independentemente de que isto seja explicitado”. E não podemos desconsiderar que “a educação pública na realidade, destina-se ao interesse privado, e a educação estatal assim deve ser denominada pois não é do interesse comum, do público, mas do privado” (SANFELICE,2005, p.179).

Visto que:

a educação estatal pode então estar mais atrelada aos interesses e propósitos do Estado do que aos interesses públicos entendendo-se interesses públicos como os diferentes interesses das distintas classes sociais das sociedades capitalistas, pois tais interesses não são universais (SANFELICE,2005,p.179).

Nesta direção os discursos realizados pelos vereadores do segundo período legislativo perpassavam sempre que possível pela ideia de que “tudo resultava da iniciativa particular” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,05/03/1951, p.17), era “fruto da iniciativa particular” no município (IHCMDC, Livro 10, Ata da Reunião solene,08/10/1952, p.167). Conseqüentemente as iniciativas particulares na criação de Ginásios também eram exaltadas pelo próprio prefeito:

Falando o Sr. Braulino Reis, prefeito municipal[...] Faltam escolas e é por isso que não se cança de louvar o esforço, a coragem e a abnegação de educadores particulares como os dos Ginásios locais, que tanto têm produzido para ministrar luzes à nossa gente (IHCMDC, Livro 10, Ata da Reunião Solene,08/10/1952, p.171).

Neste sentido é preciso considerar o que representava ter um Ginásio no município naquele contexto, mas ao mesmo tempo não se pode perder de vista qual era o público que tinha acesso à este nível de ensino, uma vez que o ensino primário não atendia a demanda existente e que só poderia cursar o ginásio quem pudesse pagar e quem já tivesse o ensino primário completo.

Contudo, vale frisar que havia diferentes modos pelos quais o poder público municipal concedia verbas às instituições privadas e de acordo com Alves (2005, p.99) “no Brasil, abordagem da relação entre o público e o privado na educação tem focalizado, sobretudo, o desvio de recursos públicos para as redes privadas de ensino e o tráfico de influência que acompanha esse processo”.

Assim a subvenção de escolas por parte da prefeitura também é um aspecto que comparece no município, à exemplo o “Educandário Serra Cardoso” e o “Ginásio Duque de

Caxias” que solicitaram a concessão de subvenção junto à Câmara (IHCMDC, Livro 2, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 18/06/1948.p.62).

É preciso levar em conta as relações de poder imbricadas sobre o sentido atribuído as categorias público e privado, haja vista que no “modo de produção capitalista” elas são usadas para “mascarar o exercício do poder de Estado por uma classe, em seu próprio benefício, jogando uma cortina de fumaça sobre as relações sociais como se o Estado moderno fosse um bem comum e o exercício administrativo, para o bem de todos” (LOMBARDI, 2005, p.79).

Alves (2005, p.108) por outro lado propõe que se fale em escola estatal e em escola particular e salienta que “ambas, porém, são concebidas para a realização dos interesses privados da classe hegemônica”.

Em julho de 1948 a Câmara Municipal de Duque de Caxias, por meio da deliberação nº 30 de 9 de julho, concedeu “subvenções ordinárias na importância de C\$100.000,00 (cem mil cruzeiros) para dez (10) instituições de natureza diferentes, sendo que este valor não foi dividido em partes iguais. Desse modo recuperamos abaixo os valores recebidos pelas instituições escolares da cidade (DUQUE DE CAXIAS,1948):

Escola Expedicionário Aquino de Araujo.....	7.200,00
Ginásio Duque de Caxias.....	7.200,00
Ginásio Fluminense.....	6.000,00
Colégio Santo Antônio.....	6.000,00
Educandário Cruzeiro do Sul.....	1.200,00

No ano seguinte, 1949, a deliberação nº67 de 29 de abril fez com que a verba para subvenções fosse separada, sendo um valor para a Divisão de Fazenda – Serviços Auxiliares e outro de C\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros) sendo destinadas às mesmas instituições que recebiam esse benefício no ano anterior (DUQUE DE CAXIAS,1949):

Colégio Santo Antônio.....	18.000,00
Escola Expedicionário Aquino de Araujo.....	9.000,00
Educandário Cruzeiro do Sul.....	3.000,00
Ginásio Duque de Caxias.....	36.000,00
Ginásio Fluminense.....	9.000,00
Educandário Cruzeiro do Sul.....	1.200,00

Nota-se um aumento significativo na verba destinada à subvenção de escolas, contudo, o que mais chama atenção é a diferença no aumento da subvenção concedida ao Colégio Santo Antônio e ao Ginásio Duque de Caxias, a primeira sendo triplicada e a segunda sendo aumentada em cinco vezes. Vale refletir com base nesses valores sobre a ideia que circulava na

Casa Legislativa de que tudo na cidade devia-se à iniciativa privada. Ora, ao menos no que se refere à educação percebe-se que a iniciativa privada contava com subsídios públicos para sua empreitada.

A disparidade dos aumentos concedidos à duas escolas em específico nos leva a questionar se não havia na cidade outras escolas privadas requerendo este benefício? Quais eram os critérios estabelecidos para a diferença nos respectivos aumentos já que todas eram instituições privadas? Por outro lado também é possível inferir que a concessão dessas subvenções estivessem ligadas às trocas de favores entre os donos das respectivas instituições, os vereadores e talvez o público consumidor deste nível de ensino, em que se faz necessário lembrar que não era camada popular da região.

A população também subvencionava escolas, como no caso da escola “do ‘Engenho do Porto’ que é subvencionada por moradores do local” e por “donativos” que o vereador Corrêa Lima (UDN) “angaria no comercio desta cidade” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, 28/11/1947, p.183).

O projeto do vereador Anaias Sant’Anna (UDN), que pretendia instituir “seis bolsas anuais de estudos” revela outro modo de saída do dinheiro público para instituições particulares (IHCMDC, Livro 4, Ata da 7ª Sessão Extraordinária, 27/05/1950, p.92).

A concessão de subvenção dividia opiniões na Casa Legislativa, para o vereador Milton Dias Pio (UDN), por exemplo “as subvenções que são dadas aos ginásios da Cidade, auxílios que a seu ver, são atos de filantropia à custa da miséria dos funcionários”, contudo, para o vereador Alvarenga Freire (PSD) era “razoável à subvenção para o ensino” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 09/08/1951, p.140-141).

Neste ângulo é preciso atentar para o fato de que a “ambivalência entre o público e privado [...] não é vivida em instâncias constituintes da esfera pública [...] sem embates, sem discussões, oposições antagonismos, divergências, reações e resistências” ao mesmo tempo em que é permeada pelo “consenso, intercâmbio, convívio, reciprocidade e parceria” (ARAÚJO, 2005, p.126).

O vereador Milton Dias Pio (UDN) argumentava ainda que eram “luxuosos os ginásios, dizendo que a prefeitura não podia ofertar duas coisas. Achava justo que se distribuísse auxílios para os grupos escolares, porque através deles estar-se-ia cooperando com o povo” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 09/08/1951, p.140-141).

A tese do vereador Milton Dia Pio encontrou o apoio do vereador Moacyr Alves Branco (PTB), segundo comparece nas Atas. Entretanto, este último apesar de considerar que as “subvenções como estão, são má aplicadas e que por isso devem ser cortadas” atentava para

que os alunos que dependiam das subvenções para estudar não fossem “prejudicados” e propunha que “se premeie com a manutenção dos estudos elementares, ao alunos das escolas públicas que mais destaque lograrem em todo o município” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,09/08/1951, p.145).

O Ginásio Santo Antônio também recebia subvenção da prefeitura em 1951 e o vereador Souza Medeiros (PR) denunciava que ao invés de receber “vinte mil cruzeiros” de subvenção recebia “quarenta mil” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 1ª Reunião Extraordinária,19/09/1951, p.177).

A proposta de orçamento de 1952 obteve seu valor estimado inicialmente dobrado de modo que a verba destinada a educação e saúde que era “de somente Cr\$ 150.000,00 para reformas de prédios escolares” foi elevada para “Cr\$300.000,00”, pois segundo a Casa Legislativa a insuficiência de escolas facilitava a existência de “escolas” que não atendiam os requisitos de tal instituição:

[...]visto que a população infantil de Caxias sente, tremendamente, a falta de escolas, dando margem para os exploradores de ensino se aproveitarem da situação, ilaqueando torpemente o nosso povo, dando título de escola ao que não passa de arapuca (IHCMDC, Livro 8, Ata da 17ª Reunião Ordinária,27/11/1951, p.158).

O intuito era de que este aumento na verba possibilitasse a construção de mais escolas que “embora modestas, atenderão plenamente, às necessidades dos munícipes, principalmente do 2º Distrito que se acham em piores condições de abandono” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 17ª Reunião Ordinária,27/11/1951, p.158).

As discussões ocorridas em 1952, sobre a possível isenção de impostos de uma escola de corte e costura da cidade, explicitava as diferenças entre o que é vivido na sociedade e o que era instituído por lei. Um outro ponto a ser enfatizado no contexto dessas discussões é de que o vereador Alvarenga Freire (PSD) salientou “que tais subvenções careciam de importância, por isso ficavam apenas no papel. Na verdade ninguém as recebia por falta de dinheiro” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,30/09/1952, p.142). O não pagamento de subvenções ocorreu também em 1954, em que o Colégio Santo Antônio não recebeu (IHCMDC, Livro 15, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,15/12/1954, p.67).

Após o desenrolar das discussões tendo em vista que já havia legislação atinente a proposta colocada, o vereador Sá Rego (UDN) “pediu vênica para formular uma emenda ao projeto, no sentido de a Casa legislar, fazendo o que as leis estaduais e municipais não podem fazer: conceder isenção das taxas municipais” (IHCMDC, Livro10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,30/09/1952, p.143). Esta proposta revela mais um modo de conceder facilidades à iniciativa privada.

Ainda na reunião citada acima, o edil Alvarenga Freire (PSD) advertia “se o povo tivesse de esperar ensino totalmente, gratuito, não o encontraria em Duque de Caxias, porque a Prefeitura não o daria” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,30/09/1952, p.142). Neste contexto o vereador Milton Pio salientava “a instrução como fator dos mais importantes de todas as cruzadas nacionais” (IHCMDC Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,30/09/1952, p.144).

A escola de corte e costura comparecia como promotora de “profissão digna” para livrar as meninas “da prostituição”. Nas palavras do vereador Gonçalves Moura (UDN) era “um santuário venerável” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,30/09/1952, p.144).

Um outro aspecto levantado nestas discussões de 30 de setembro foi de que “as atenções da Casa não devia recair só nas escolas de corte e costura porque, para a boa difusão do ensino mister se tratava a distribuição do mesmo favor a outras instituições educacionais” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,30/09/1952, p.145).

Em 1952 a escola Regional de Meriti<sup>45</sup> também solicitou “apoio da prefeitura” afim de conseguir subvenção para suas atividades e obteve também a “designação” de uma professora para o desenvolvimento de suas atividades (PLESSIN, 2007, p.42-43).

Ao examinar os relatórios anuais da escola Regional de Meriti, Plessin (2017, p.46) nos fornece os nomes de seis professoras que atuaram na escola, sendo comissionadas pelo município, na década de 1950: Helena Sobral Vieira (1950); Maria da Penha Trindade (1950); Maria de Lourdes Trefelio (1952); Maria José Trindade Dutra (1952); Maria Aparecida Bilheri (1954) e Purcina Vidaurre Leite (1954). Plessin (2017, p.47) também encontrou registros da prestação de contas ao município do trabalho das professoras comissionadas em 1952:

No memorando encaminhado a inspetora de educação da municipalidade, a diretora Armanda destacou que os docentes foram responsáveis por conseguir alfabetizar 8 alunos. Quanto as promoções de graus na escola, os professores encaminharam 23 alunos do 1º ao 2º grau, 23 discentes do 2º ao 3º e 6 crianças do 3º ao 4º grau (PLESSIN, 2017, p.47).

Para o vereador Peixoto Filho (PTB) a “rede de escolas era deficiente” na cidade e havia a “necessidade de uma radical transformação da previsão orçamentária de 1953, nesse sentido” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 14ª Reunião Ordinária,20/11/1952, p.86-87). A proposta orçamentária para o ano de 1953 previa a verba de 20.000.000,00(vinte milhões de cruzeiros), conforme consta na deliberação nº 249 de 1952 sendo dividida assim as despesas:

---

<sup>45</sup>Escola localizada em Duque de Caxias, pioneira no oferecimento de merenda (fornecia mate com angu as crianças), símbolo do movimento da Escola Nova.

Quadro 21: Proposta orçamentária para 1953

Designação da despesa	Total
Câmara Municipal	1.344.840,00
Govêrno do Município	1.107.200,00
Divisão de Administração-Serviços Auxiliares	1.915.740,00
Divisão de Fazenda-Serviços Auxiliares	3.786.129,00
Agência Arrecadadora de Vila Imbarié	122.760,00
Polícia Municipal	552.200,00
<b>Educação Pública-Serviços Auxiliares</b>	<b>3.185.380,00</b>
Saúde Pública-Serviços Auxiliares	114.300,00
Cemitérios	292.640,00
Divisão de Engenharia	5.747.831,00
Serviço Rodoviário Municipal	855.380,00
Serviços Industriais	690.00,00
Fomento	199.200,00
Procuradoria e Contencioso	20.000.000,00

Fonte: Deliberação nº 249 de 5 de dezembro de 1952 – grifos nossos

Importa destacar dos valores acima registrados tendo como base os investimentos na educação pública, a inferioridade das quantias destinadas à saúde e à segurança (Polícia Municipal) que eram outros serviços muito requeridos no território, conforme consta nas Atas. Dentro dessa ótica, podemos considerar que a intencionalidade da destinação dessa quantia de verba acima registrada para a educação, pode ser um indicador da importância atribuída a função social da escola, mas, também, de como a construção de escolas, indicação de professoras, concessão de matrículas e bolsas consubstanciavam as práticas de negociação política por votos entre a sociedade política e a sociedade civil em Duque de Caxias. Ao investigar a história política de Duque de Caxias no pós-1964, Manoel Cantalejo (2008) observa como a concessão de bolsas de estudos faziam parte da barganha entre interventores, vereadores, deputados e população. E nesse sentido, é interessante ressaltar como as Atas são fontes que permitem observar o processo de institucionalização das escolas por essa ótica das práticas de barganha entre acesso a direitos, oferta de serviços públicos e eleições.

Dos 3.185.380,00 cruzeiros destinados para educação C\$6.000,00 seria para o pagamento de gratificação de função, C\$646.380,00 para pagamento de salário do pessoal efetivo, C\$567.000,00 para pagamentos de salário de mensalista e C\$324.000,00 de pessoal contratado (DUQUE DE CAXIAS, 1952). O que expressa um grande percentual de professores mensalistas e um quantitativo significativo de docentes contratados.

O investimento em material permanente seria de C\$300.000,00, de material de consumo 96.000,00, para locação de Imóveis e equipamentos o valor de C\$96.000,00 e o valor de C\$800.000,00 par obras públicas -construção e reforma de prédios escolares (DUQUE DE CAXIAS, 1952).

O que chama atenção contudo, na divisão da verba total para educação é o valor destinado às subvenções ordinárias que foi de 350.000,00, valor muito maior do que o valor de locação de Imóveis e Equipamentos e superior ao destinado a material de consumo (DUQUE DE CAXIAS, 1952). A diferença entre os valores destinados à subvenção, à locação de imóveis e ao material de consumo, de certo modo sinalizam as formas de sucateamento da educação naquele período.

Mélo (2016) destaca que comparecia no bojo das discussões ocorridas no país a “necessidade premente universalizar e qualificar o ensino primário para a conseqüente melhoria dos níveis médio e superior, que recebiam os alunos provenientes da escola elementar (MÉLO, 2016, p.73). Segundo Araujo (2005) a existência do

intercâmbio entre o público e o privado pela dimensão vinculada ao financiamento da educação, [...] explicita através de subvenções às escolas particulares, até mesmo por meio de concessão de bolsas a alunos de baixo poder aquisitivo, de concessão de prêmios aos estabelecimentos que apresentassem melhores índices de aprovação em exames, de incorporação pelos estabelecimentos particulares de cadeiras públicas (ARAUJO, 2005,p.134).

Em 1953, o vereador Souza Rocha propunha a isenção do “prédio n.804 da rua Dr. Laureano enquanto nele funcionar a “Escola Dr. Laureano” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 6ª Reunião Extraordinária,10/03/1953, p.7).

Houve também neste ano a indicação do vereador Ribeiro Alves (PSD) ao “Executivo o fornecimento de material esportivo ao Colégio Duque de Caxias, para ser utilizada na 3ª olimpíada infantil” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 19ª Reunião Ordinária,30/03/1953, p.84).

Vale ressaltar que segundo as palavras do vereador Milton Pio (UDN), “o Município não dispunha de recursos para manter o ensino primário” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,28/04/1953, p.120), contudo, em julho de 1953, houve na Casa Legislativa duas indicações de investimento de dinheiro público em instituições privadas. A primeira “solicitando auxílio para o colégio Duque de Caxias” e a segunda “pedindo uma subvenção para o SENAC” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 13ª Reunião Ordinária,22/07/1953, p.35). Localizamos ainda o “Requerimento do Diretor do Patronato de Menores ‘Casemiro de Abreu’, pedindo uma subvenção” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 20ª Reunião Ordinária,31/07/1953, p.69).

Ainda no que tange a preferência de investimentos das verbas, no ano seguinte o vereador Zulmar Baptista (PR) considerou o prefeito da época Braulino Reis como “Inimigo da Instrução”, porque segundo ele o líder do executivo “prefer[ia] gastar com escolas de samba e com cabos eleitorais, a pagar um centavo às instituições de ensino como o Ginásio Ana Maria Gomes cujo ensino é gratuito e a quem deve a subvenção (IHCMDC, Livro 14, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 12/07/1954, p.181). Segundo o vereador Dias Pio (UDN) o prefeito era “inimigo número um da instrução” por ser um “ignorante” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 15ª Reunião Ordinária, 21/07/1954, p.198).

O acesso à escola também era visto como a saída para os problemas daquela sociedade. Dessa maneira para o vereador Gonçalves (UDN) “a única maneira de libertar o povo dêsse opróbio [Lenocínio] é-[...] oferecer –lhe melhor padrão de vida e muitas escolas” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 09/03/1953, p.4).

No trecho abaixo o vereador Peixoto Filho (PTB) situava a prostituição e o lenocínio que havia na cidade como resultado da falta de acesso à instrução, e que esta iria proporcionar condições honestas de sustento:

Antes de falar o edil Peixoto Filho [...] Orador com palavra tratou de apreciar e qualificar a prostituição e o lenocínio, situando judiciosamente o assunto. Disse que ela é a decorrência natural do abandono em que essas mulheres viveram na infância, porque se lhes houvessem dado condições pra se instruírem, ter- se- íam habilitado a ganhar honestamente o pão diário[...] (IHCMDC, Livro 13, Ata da 11ª Reunião Ordinária, 18/11/1953, p.146-147).

Em 1954 a prostituição era associada a falta de “amparo” em dar profissões as mulheres (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 02/02/1954, p.47).

Cabe salientar que foram as correlações de analfabetismo, ignorância e atraso econômico que a República herdou do Império que contribuíram para que a educação fosse concebida como meio para a “superação” de todas as mazelas acima mencionadas” (NETO, 2012, p.28- 29).

Defendia-se portanto, na década de 1950 “que o crescimento econômico e a elevação nas taxas de emprego ‘necessariamente’ exigiriam ampliação da taxa de diplomação escolar e, principalmente cobrariam qualificação junto aos sistemas públicos de ensino” (FREITAS; BICCAS, 2009, p.139). Contudo, Freitas e Biccas baseados nos estudos de Salles(2001) e Fonseca(1961) sinalizam que o processo de desenvolvimento do país no período de 1945 a 1964 não implicou necessariamente uma formação e/ou uma melhor formação da população brasileira (FREITAS; BICCAS, 2009). Neste contexto a educação assumia caráter salvacionista, percebida como solução para superar dilemas e problemas sociais, tal como na Primeira República (1888-1930), conforme aponta Mélo (2016, p.51).

Os arranjos realizados na cidade explicitam o uso da educação como moeda de troca política, pois, logo após a definição da concessão do benefício de isenção de taxas a uma instituição escolar, foi feita solicitação do vereador Peixoto Filho (PTB) de que a Casa recebesse matrículas gratuitas, pedido que não expressava o desejo de toda a Casa legislativa como se pode ver a seguir:

Já melhor esclarecido agora, queria dizer que seu voto será favorável, visto que as escolas se dispunham a conceder matrículas gratuitas a algumas estudantes pobres, notadamente de bairros esquecidos como Parada Angélica, que não conta com nenhuma escola dêsse gênero. Gostaria sim, que pelo menos duas / matrículas gratuitas fossem encaminhadas pela Mesa da Câmara. O edil Sá Rêgo discordando, frizou que isso parecia a outorga do direito em troca de um favor. Acredita que as professoras estejam decididas a conceder algumas matrículas mas que devam preenche-las com quem melhor aprover. O orador respondeu que seria uma compensação, mas que a sua sugestão não era para constranger as professoras. No íntimo é favorável às bolsas de estudo e não outros favores como subvenções e quejandos, que são inúteis, dada a falta de dinheiro. Ao sugerir daquele modo, fazia-o com os olhos voltados para o 2º Distrito, onde a falta de escolas assume aspectos gravíssimo (IHCMDC, Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, 30/09/1952, p.145).

O trecho acima revela os meandros de como a prática clientelística alcançava a educação na cidade, ou seja, de como os vereadores utilizavam do acesso à educação como moeda de troca. Sobre isto Alves (2005, p.100) destaca que “desde o período colonial, paternalismo, oportunismo, compadrio e privilégios têm sido o apanágio do tráfico realizado entre as mais importantes empresas particulares mantenedoras de escolas e o Estado”.

A troca de favores atinente à educação de acordo com as Atas também dava-se por meio do oferecimento de empregos nas escolas. A esse respeito o vereador Waldyr Medeiros (PR) afirmava que

[...]nos dois últimos anos o comando político-administrativo ficara com Tenório Cavalcanti; ou melhor, sob sua influência. Nesse tempo, o Partido Republicano sempre recebera o melhor quinhão, empregando numerosos funcionários, todos muito bem pagos. Levou a melhor, inclusive, quando da criação da celeberrima escola “Aquino de Araújo”, na qual engajou dois médicos, quatro veterinários e dois dentistas, isto para só para mencionar os cargos de maior projeção (IHCMDC, Livro 9, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 19/03/1952, p.87).

A educação usada como moeda de troca política aparece na fala do vereador Sá Rêgo (UDN), em 1953. Ao dissertar sobre o orçamento da educação, além de retratar os investimentos a serem feitos, revela também o uso deste dispositivo pelo poder executivo:

[...]Melhorara, sensivelmente, a verba de educação, destinando 800 mil cruzeiros para reformas e construção de prédios escolares. Além disso, existem verbas para pagamentos de subvenção e auxílios recebendo em troca, matrículas gratuitas para dezenas de escolares. Ora, isso representa favores que o Prefeito fará, politicamente, às custas do altruísmo da Oposição [...] (IHCMDC, Livro 13, Ata da 18ª Reunião Ordinária, 27/11/1953, p.174)

Vale lembrar que a concessão de favores a população é também um modo de disputar votos, logo de disputar poder. Em 1954, foi registrado em Ata que o vereador Joaquim Tenório

“fora procurado por duas mães cujo filhos foram afastados do Colégio Santo Antônio, onde estudavam por conta da Prefeitura” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 01/02/1954, p. 40).

Neste emaranhado ao que tudo indica a população saía duplamente prejudicada, primeiro porque o acesso à educação deveria se dar por meio de políticas públicas, ou seja, para atender a todos, segundo porque como o trecho a seguir demonstra as crianças eram atingidas pelas rusgas entre o poder executivo e legislativo.

O vereador Peixoto Filho em aparte, afirmou que tinha nas mãos, um ofício do Ginásio Primavera comunicando que estavam sem matrículas os alunos por si apresentados, consoante ordens do Prefeito. O orador então completou que era a prova máxima da vileza, pois ia privar muitas crianças inocentes daquilo que jamais deveriam ter vedada. Éra represália mesquinha e sórdida de um homem que perdera os últimos resquícios de humanidade. [...] Finalizando, declarou que muitos educandários subvencionados não tinham recebido nada, só se apresentando como isenção aquele famoso colégio do Professor Vital Cabral, double de proprietário e de comandante da guarda Municipal. Essa preferência – disse – concluindo-dispensava comentários (IHCMDC, Livro 14, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, 19/04/1954, p.127).

O enlace entre o que era público e o que era privado ocorria também no que se referia aos terrenos em que as escolas seriam construídas, desse modo cabe destacar que em 1947, moradores das “localidades de Xerem, Santa Rosa e Saracuruna” doaram terrenos sugerindo a construção de escolas (IHCMDC, Livro 1, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 19/11/1947, p.114).

De outro modo verificou-se também que acontecia o movimento inverso, ou seja, que a prefeitura cedia terrenos públicos à instituições privadas. A Sociedade Expedicionário Aquino de Araújo foi uma das instituições beneficiadas por este tipo de concessão (IHCMDC, Livro 3, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 14/06/1949, p.162).

Foi possível notar através da análise das Atas que os investimentos em melhoria na cidade aconteciam de forma privada por parte dos vereadores, como por exemplo, os “melhoramentos da Vila São Sebastião”, realizados pelo vereador Castelo Branco (IHCMDC, Livro 1, Ata da 15ª Reunião Extraordinária, 17/12/1947, p.235). O mesmo foi verificado no que tange a melhoria nas escolas que muito provavelmente fossem mais afeitas a cada vereador:

Pede a palavra o Vereador Luiz Peçanha declarando que tem em mãos um mapa do Brasil, doado pelo seu colega Vereador Pereira Pinto a escola do ‘Centenário’, pedindo para que os senhor Prefeito siga o exemplo do leader da U.D.N., em favor da infância pobre de Caxias, pedindo a casa uma salva de palmas ao seu ilustre colega de vereança, e agradecendo em nome da família do ‘Centenário’ (IHCMDC, Livro 1, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, 29/11/1947, p.182).

Identificamos também no corpus documental analisado a “indicação do vereador Wilson Bastos solicitando ao SENAC a montagem de uma escola comercial”, isso em 1951 (IHCMDC, Livro 7, Ata da 14ª Reunião Extraordinária, 23/05/1951, p.36). No ano seguinte o vereador Alves Branco fez requerimentos “pedindo ao SENAC a instalação de cursos, diurno e noturno,

de aprendizagem industrial” e “pedindo o mesmo, da Direção do SENAI (IHCMDC, Livro 10, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,13/08/1952, p.116).

Uma outra passagem referindo-se ao ginásio dado à cidade pelo SENAC revela algumas nuances da iniciativa particular no território, pois, de acordo com o vereador “Bastos Ruy disse que o SENAC deu um ginásio à Cidade só exigindo um prédio que não irá além de Cr\$ 60.000,00, respondendo seu Elyseu Alvarenga que essa Instituição tem a obrigação de fornecer tudo” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 10ª Reunião Ordinária,14/11/1952, p.71).

No loteamento Olavo Bilac em 1951, dadas as condições inadequadas de uma escola, os moradores solicitaram ao vereador Zulmar Batista (PR) que “se interessasse pela sorte daqueles escolares” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 3ª Reunião Ordinária,16/01/1951, p.34). As articulações do vereador rendeu “logo uma professora indicada, e, do Banco Gramacho, a promessa finalmente realizada, da doação e da construção da escola, bem instalada, que hoje lá se vê” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 3ª Reunião Ordinária,16/01/1951, p.34).

Nesta sessão da Câmara o que mais chama atenção no registro feito em Ata é que a construção da escola realizada pelo banco comparece como uma obrigação, de acordo com as palavras do vereador Zulmar de Almeida (PR) “a escola ofertada pelo Banco Gramacho, não passava de um dever[...]” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 3ª Reunião Ordinária,16/01/1951, p.35).

A doação de escolas por empresas privadas na região dava-se também através de organização imobiliária (IHCMDC, Livro 10, Ata da Reunião Solene,08/10/1952, p.171). Em 1952, houve a preposição do vereador Bastos Ruy (PTB) de “um projeto de deliberação isentando de impostos, as escolas técnico-profissionais” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 15ª Reunião Ordinária,26/03/1952, p.94).

Como se pode notar apesar de estar presente na Câmara o pensamento de que a iniciativa privada era quem fornecia melhoramentos ao lugar, muitos eram os investimentos públicos em instituições privadas no município. Aspectos esses que podem ter contribuído para que não se desse conta da demanda por ensino primário público e gratuito.

Muitas dualidades eram construídas no país, nesta época dentre elas a cidade versus o campo e neste sentido a educação era considerada “inadequada às necessidades da sociedade urbana [...] porque não oferecia adestramento de mão de obra suficiente para a expansão industrial que estava em processo” embora “a produção industrial pouco precisou da escola para crescer” (FREITAS; BICCAS, 2009, 142).

Mesmo que o nosso foco investigativo seja o ensino público primário municipal, observou-se nos capítulos anteriores que embora a demanda para este nível de ensino não tenha sido atendida, havia por parte dos legisladores o interesse em ter ginásios no município. Posto

isto, vale destacar que em 1954 oferecer o ensino ginásial significava para o vereador Waldyr Medeiros (PR) “retirar nosso povo da cegueira”, ao passo que não promover acesso a este tipo de ensino era estar “privando à população infantil das luzes necessárias” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,04/05/1954, p.151-152).

Consideramos importante também sinalizar as iniciativas em prol da construção de instituições educativas não escolares. O projeto proposto pelo vereador Peixoto Filho (PTB) em 1951, em prol da construção de uma biblioteca pública, ou seja, já na segunda legislatura da Casa (IHCMDC, Livro 7, Ata da 17ª Reunião Extraordinária,07/06/1951, p.50) só teve os pareceres das comissões responsáveis em 1952, devido ao fato de ter levado “um ano para ser apostilada” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 16ª Reunião Ordinária,25/07/1952, p.71). Este é um exemplo de como se podia atrasar certas propostas realizadas na Câmara.

Ainda com o intuito de se construir bibliotecas públicas foi proposto também, em 1952, um projeto em que a prefeitura “doando um terreno à Loja Maçonica de Duque de Caxias” esta ao construir o seu prédio próprio também iria “agasalhar dentro dele uma biblioteca pública”, considerado digno de “aplausos de todos homem de bom senso” e “bem público de grande transcendência para o futuro” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 2ª Reunião Extraordinária,02/10/1952, p.158 -159).

Contudo, como a biblioteca não fora construída e o prazo tinha “expirado no dia 28/X findo” o vereador Milton Pio (UDN) “leu certa comunicação tendente a fazer com que a Loja Maçonica local devolva o terreno que a Prefeitura lhe dera” (IHCMDC, Livro 15, Ata da 5ª Reunião Ordinária,08/11/1954, p.30).

Em 1954 uma outra proposta para se obter a biblioteca pública foi de conceder “Cr\$ 50.000,00 a Associação Comercial para criação e manutenção de uma biblioteca pública[...]” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 6ª Reunião Extraordinária,26/01/1954, p.35). Este requerimento foi recusado pela Casa Legislativa, num primeiro momento. Nas palavras do vereador Dias Pio (UDN) “a Associação Comercial dispunha de bastantes recursos para prescindir do auxílio. Ademais a Prefeitura não está em condições de fazer tal benemerência” e segundo o edil Peixoto Filho (PTB) “o autor da matéria queria era tumultuar os trabalhos, passando por amigo dos comerciantes” e também “demagogo, pois quer fazer barretada às custas da Prefeitura que não tem dinheiro para pagar os vereadores e aos funcionários” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 4ª Reunião Extraordinária,19/04/1954, p.125). Mas, em sua discussão final em novembro deste mesmo ano o projeto de concessão de verbas para Associação Comercial construir uma biblioteca foi aprovado com unanimidade (IHCMDC, Livro 15, Ata da 5ª Reunião Ordinária,08/11/1954, p.28).

Outra iniciativa foi a proposta de concessão de “entradas gratuitas às escolas do Município, nos espetáculos teatrais” (IHCMD, Livro 8, Ata da 1ªReunião Extraordinária,26/12/1951, p.183).

Dessa maneira as proposições acima descritas denotam que além das iniciativas estritamente relacionadas a subvenções de instituições escolares, havia por parte dos legisladores debates no oferecimentos de instituições e momentos educativos, ou seja, extramuros escolares. O que nos permite entender como esses esforços e disputas envolvidas no processo de concessão de subvenção estavam se expandindo provavelmente por conta de questões eleitoreiras.

As subvenções comparecem atravessando toda a educação escolar e não escolar no território desde a concessão de terrenos até a destinação de professoras, neste sentido, cumpre atentar que a concessão de subvenções era uma prática que encontrava amparo legal, o que evidencia como a legislação ia dando contorno às práticas sociais.

É a partir desses múltiplos contextos e relações que indagamos a seguir como foi constituída a rede de escolas e o magistério primário na cidade.

### 3 AS ESCOLAS E O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO MUNICIPAL

#### 3.1 O município e o estado na oferta de escolas primárias

Em consonância com o roteiro indicado pelo teórico adotado, que nos direcionou descortinar a constituição da rede de escolas no município (FARIAFILHO; BERTUCCI,2009) - que como sabemos incide diretamente na metodologia e fontes selecionadas - é que exploramos fontes que nos permitissem identificar o quantitativo e a localização de escolas municipais.

O acervo do Fundo de Departamento de Educação (1926-1950), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) permite conhecer uma parte da rede escolar que se constituía na cidade, uma vez que indica o distrito em que as escolas funcionavam, o tipo de escolas (pública, primária, mista, grupo escolar, etc).

Sinalizamos que é possível informar-se apenas de uma parte da rede escolar pública municipal, porque Dias (2014) ao utilizar este acervo para investigar os processos de escolarização no distrito sede de Nova Iguaçu (1916-1950) nos adverte sobre os limites e intencionalidades na produção desta fonte:

É prudente ressaltar que as escolas que constam no Fundo Departamento de Educação não podem ser consideradas como constituindo a totalidade de escolas existentes na região. Há os limites, omissões e negligência do próprio serviço de fiscalização, assim como a questão de trajetórias de conservação do acervo documental. Além dessas condições, parece fundamental tomar distância da finalidade desse tipo de fonte, impregnada por um esforço de produzir um efeito de verdade, ao dispor informações que pretendem mensurar e fiscalizar o desenvolvimento escolar em todo o estado (DIAS, 2014, p.125).

A partir do exame do Fundo Departamento de Educação encontramos uma diversidade instituições escolares localizadas no município de Duque de Caxias<sup>46</sup>. Para a nossa pesquisa, trabalhamos com um relatório produzido a partir da base de dados de catalogação do acervo do Fundo Departamento de Educação. Assim, para o município de Duque de Caxias, existe um relatório chamado “Consulta por Município e Distrito”, onde é mencionado o recorte temporal de cada dossiê. Cada dossiê tem o título de uma escola. Mas, em função dos limites de pesquisa, não consultamos os dossiês de cada escola.

Assim, através do mapeamento das escolas existentes no primeiro distrito de Duque de Caxias, com base nesta fonte, consta para o período de 1944 a 1949, a existência de 23 instituições escolares agrupadas como pertencentes ao 1º distrito, em que havia a

---

<sup>46</sup>Dessa forma lembramos que até 1947 o distrito de São João de Meriti fazia parte do município de Duque de Caxias.

preponderância de escolas municipais sobre as estaduais, existia também a presença de escolas subvencionadas, isoladas e mistas. Sendo a natureza das escolas municipais também diversificada.

Quadro 22: Escolas Municipais em Duque de Caxias (1º distrito)

	<b>Título</b>
<b>1</b>	Escola Municipal Dr. Manhães - denominação Especial Dr. Manhães
<b>2</b>	Escola Municipal -Denominação Especial Joaquim Da Silva Peçanha
<b>3</b>	Escola Mista Municipal-denominação Especial José Gonçalves
<b>4</b>	Escola Municipal Alberto Torres
<b>5</b>	Escola Mista Municipal em Duque de Caxias-denominação escola Duque de Caxias
<b>6</b>	Escola Municipal Coronel Eliseu
<b>7</b>	Escola Isolada Mista na Cidade
<b>8</b>	Escola Municipal-denominação especial Barão do Rio Branco
<b>9</b>	Escola Mista Municipal Primária-denominação Barão de Pilar
<b>10</b>	Escola Francisco Braga- denominação especial Escola Municipal Francisco Braga
<b>11</b>	Escola Primária Municipal Mista-denominação Especial Visconde de Gericinó

Fonte: A autora, 2020 baseado no Fundo do Departamento de Educação

Quadro 23: Escolas Estaduais em Duque de Caxias (1º distrito)

	<b>Título</b>
<b>1</b>	Escola Estadual à Rua Plínio Casado, 185 nº 1
<b>2</b>	Escola Estadual da Rua José de Alvarenga nº 569
<b>3</b>	Escola Estadual da Rua Manoel Corrêa nº 40

Fonte: A autora, 2020 baseado no Fundo do Departamento de Educação

Também comparece na região do 2º distrito mais escolas municipais do que escolas estaduais, contudo, o número de escolas estaduais neste distrito era maior do que no primeiro distrito. Havia também a presença de escolas isoladas. Este território contava ainda com uma escola noturna, provavelmente destinada a educação de jovens e adultos e com 28 instituições escolares registradas no Departamento de Educação, número maior do que as localizadas para o primeiro distrito que era de apenas 23 instituições.

Quadro 24: Escolas Municipais em Duque de Caxias (2º distrito)

	<b>Título</b>
<b>1</b>	Escola Municipal Dona Jenny-denominação especial Escola Municipal Dona Jenny
<b>2</b>	Escola Municipal em Éden-denominação especial Escola Ernani do Amaral Peixoto
<b>3</b>	Escola Municipal em Getúlio Vargas Filho-denominação especial Ministro Felizardo de Souza e Melo
<b>4</b>	Denominação especial Coronel Francisco José Soares

5	Escola Municipal Denominação especial Coronel França Soares
6	Escola Pública Primária Municipal Mista de Coelho da Rocha-denominação Especial Rangel Pestana
7	Escola Mista Municipal em Éden
8	Escola Barão de Guandú
9	Escola Mista Municipal em Vila Meriti-denominação especial Quintino Bocaiúva
10	Escola Primária Municipal –denominação especial Dr. Getúlio Vargas
11	Escola Municipal Primária Mista em Berford [sic]-denominação especial Escola Berford [sic]
12	Escola Mista Municipal-denominação especial Dr. Godoi e Vasconcellos nº9
13	Escola Mista em Vila Rosali-denominação especial França Leite

Fonte: A autora, 2020 baseado no Fundo do Departamento de Educação

Quadro 25: Escolas Estaduais em Duque de Caxias (2º distrito)

	Título
1	Escola Isolda Estadual em São Mateus
2	Escola Estadual da Rua da Matriz,249 em Vila Meriti
3	Escola Estadual da Avenida Mineira,43 na Vila Rosali
4	Escola Estadual à Rua Major Augusto César nº102 em Berford
5	Escola Isolada Estadual à Rua Marcondes leite, 73
6	Escola Estadual à Rua Mauro Arruda ,61 na Vila Meriti
7	Escola Estadual à Rua Da Matriz, 561, em Vila Meriti nº7
8	Escola Estadual em Tomazinho
9	Escola Estadual de Vila Meriti á Rua da Matriz, 308, nº6

Fonte: A autora, 2020 baseado no Fundo do Departamento de Educação

Para o 3º distrito, foi identificada a escola municipal de denominação Salustiano de Andrade nº 4 e duas escolas estaduais: Escola Estadual de Coqueiros<sup>47</sup> e Escola Isolada em Parque Estrela<sup>48</sup>.

Destaca-se assim que para o 4º distrito não foram identificadas escolas municipais e nem estaduais nos dossiês de Duque de Caxias no Fundo do Departamento de Educação. Havia apenas uma escola subvencionada, o que nos permite inferir que nestes distritos mais afastados do centro o acesso à educação pública era ainda mais escasso.

De modo geral, encontramos o quantitativo de 25 escolas municipais e 14 estaduais, a partir da documentação disponibilizada pelo Fundo Departamento de Educação para o período

<sup>47</sup>Muda de distrito.

<sup>48</sup>A Partir de março de 1945, passa a ser denominada escola Estadual em Imbariê (antigo Parque Estrela). Em março de 1947, recebe a denominação especial Duque de Caxias. Muda de distrito.

de 1944 -1949, denotando disparidade com os dados apresentados por Abreu (1955) que indicam 18 unidades de escolas primárias municipais e 7 estaduais para o ano de 1953. Embora no período investigado os dois entes federativos tenham apresentado uma diminuição no números de unidades escolares, ambas as fontes afirmam a ultrapassagem do município em relação ao estado nesta empreitada.

No conjunto de dados vale destacar que para além de registrar se a escola é municipal ou estadual, esta fonte também nos permite perceber outros detalhes em alguns casos, como se a escola é mista ou isolada, por exemplo.

É importante atentar para as mudanças que ocorreram em relação a localização e denominação de algumas dessas escolas, uma vez que consideramos que a não observação destas mudanças podem implicar numa maior dificuldade para identificação da quantidade de escolas e até mesmo no cruzamento de dados com outras fontes. Para tanto as listas acima foram construídas considerando todas as escolas em que algum momento passam a ser municipais ou estaduais. Um outro dado importante é que algumas escolas também mudam de distrito no decorrer dos anos, conforme comparece no acervo ora analisado. O que não ocorreu sem disputas e conflitos como mostra o trecho a seguir pontuado pelo vereador Dias Pio (UDN) que esboça como o jogo de poder existente no município para obtenção de escolas se estendia também para definir sua localização:

[...] uma escola rural técnica [...]obtida pelo Governador do Estado para o 2º Distrito do Município, acabara sendo perdida porque a frouxidão e a displicência dos parlamentares eleitos por Caxias não deu azo a que fosse ela defendida para o bem de um povo desprovido de recursos, sendo a escola destinada à Fábrica Nacional de Motores, que dispõe, com abundância, de todos os requisitos modernos, indispensáveis ao progresso, requisitos esses a que se vai juntar a aludida escola, onde apenas estudarão, os residentes no âmbito da fábrica. Depois de expender eloquentes considerações e veemente libelo contra a inércia dos representantes caxienses que não defendem seu povo nos mais altos cenáculos políticos da República, o orador concitou seus pares a se unirem para reconquistar, para o 2º Distrito, a mencionada escola técnico –profissional rural. Depois de ouvir alguns apartes, dirigiu-se o orador ao Presidente, pedindo-lhe a nomeação de uma comissão destinada a pedir aos poderes competentes, o retorno da escola para o 2º Distrito (IHCMDC, Livro 8, Ata da 1ª Reunião Extraordinária,20/09/1951, p.3).

Como já mencionamos, em 1953 o município de Duque de Caxias oferecia 18 unidades escolares de ensino elementar contra 7 instituições do mesmo nível oferecidas pelo estado (ABREU, 1955). O município comparecia no relatório da CILEME, como um dos poucos que se destacava na organização educacional.

No entanto, na obra de José Lustosa<sup>49</sup> (1958) publicada em comemoração do aniversário de 15 anos de emancipação de Duque de Caxias, que oferece informações das escolas existentes, é destacado pelo autor que nem o ensino particular e nem o municipal “conseguiram acompanhar o índice do desenvolvimento populacional” (LUSTOSA, 1958, p.124), ou seja, não davam conta da demanda existente. Considerava ainda a educação primária como “muito atrasada, em virtude das poucas verbas que se destinam para o Ensino”, sendo o ensino municipal “alheios ao conhecimento das letras, das artes e das ciências” (LUSTOSA, 1958, p. 125).

Na sessão “educação e cultura” o autor traz as iniciativas e esforços de Armada Álvaro Alberto (da Regional de Merity) como símbolo do progresso em Merity. Ao elucidar os níveis de instrução que correspondem aos municípios, Estados e a União, o autor afirma que em “Duque de Caxias havia apenas 29 unidades primárias municipais” e 101 particulares (LUSTOSA, 1958, p.112) até o ano de 1958.

Para nos situarmos de que lugar social esta obra foi produzida, vale destacar que este livro foi encomendado em decorrência da comemoração do 15º aniversário da criação do município de Duque de Caxias, pelo então prefeito Francisco Corrêa. Apesar de Lustosa destacar que utilizou “arquivos, bibliotecas, repositórios” e contou com a “colaboração de muitos”, não é possível identificá-los no decorrer da obra, pois, o autor não cita baseado em que e de onde retirou as afirmações. Esse tipo de escrita e de fazer história está associado ao grupo dos memorialistas (ENNE, 2012), que tem como características marcantes em seus escritos um compromisso com uma dada forma de fazer história, onde busca-se no passado um futuro glorioso, ressalta-se apenas os aspectos positivos e os atores que possuem destaque são os grandes homens, silencia o homem comum, desconsidera as tensões da relações, os conflitos e coloca a história como algo dado.

As listas que Lustosa apresenta sobre as escolas municipais, particulares e estaduais de Duque de Caxias contam com os nomes dos diretores em exercício, quantitativo de alunos matriculados, números de professores e endereços das instituições. Recuperamos, portanto, os dados referentes às escolas públicas municipais:

Quadro 26: Escolas Municipais em Duque de Caxias (1958)

Nº	Nome das escolas	Diretoras em exercício	Alunos matriculados	Nº de professoras

<sup>49</sup>Lustosa era dentista, residia em Caxias e possuía um consultório dentário no local. Era um memorialista preocupado em construir uma História para a cidade. Foi largamente influenciado pela obra de Mattoso Maia Forte (SOUZA, 2014, p.32).

1ª	Dr. Miguel Couto	Odete Vieira dos Santos	399	Nove
2ª	Dr. Getúlio Vargas	Maria José Trindade Dutra	302	Dez
3ª	Honório José Peixoto	Ellen da Silva Crivelari	150	Três
4ª	Evangelista Pôrto da Motta	Elza da Silveira Lourenço	250	Seis
5ª	Centenário	Cecília de Andrade Araújo	115	Duas
6ª	Gastão Reis	Maria Augusta da Silveira	350	Seis
7ª	Barão Rio Branco	Iracema Teles de Faria	250	Seis
8ª	Vila Leopoldina V	Bernadete Lima de Freitas	160	Três
9ª	Ginásio Expedicionário Aquino de Araújo	Diretor Administrativo Antonio Corrêa Lima Diretor de Ensino José Soares da Cunha	278	Treze
10ª	Regina Tescaro Sampaio	Rosália do Espírito Santos Ramos	218	Oito
11ª	Thiago Apóstolo	Wanda da Luiz Vieira	118	Três
12ª	Alberto Torres	Ruth da Conceição Cavalcante	338	Nove
13ª	Coronel Elyseu	Ruth Jorge Pinto	260	Seis
14ª	Dr. Manhães	Francisca do Nascimento	134	Três
15ª	Visconde de Gericinó	Maria da Pureza A. Conrado	166	Quatro
16ª	Manoel Feliz Medeiros	Maria Aparecida E. Bilherj	182	Sete
17ª	Joaquim da Silva Peçanha	Joselita Silva de M. Marques	250	Oito
18ª	Haldêa Rêgo da Mota	Oristalina Aguiar	102	Duas
19ª	Darcy Vargas	Wanda dos Reis	160	Três
20ª	Monteiro Lobato	Laysi de Barros	114	Três
21ª	Francisco Corrêa	Yára Salles	133	Três
22ª	D. Alice Corrêa	Izadir Mercier Macedo	186	Três
23ª	Barão do Pilar	Amália Câmara dos Santos	150	Duas
24ª	Getúlio Moura	Alemy Tavares da Silva	108	Três
25ª	Marechal Floriano Peixoto	Manoelita Durão Abraão	100	Três
26ª	Salgado Filho	Zilda Conde Barreto	140	Três
27ª	Manoel Reis	Ivone Ribeiro	110	Duas
28ª	Saldanha	Aílá Saldanha do Couto	130	Duas
29ª	Madalena Caramurú	Zilá Junger da Silva	268	Sete

Fonte: LUSTOSA, 1958.

Ao comentar as visitas feitas em escolas da região, Lustosa relacionava as 29 escolas municipais mencionadas e, ainda, mais 2 escolas municipais – A Escola Tiradentes, que não foi reaberta após a “catástofre de Gramacho” (acreditamos que seja uma referência a enchentes ocorridas) e a Escola José Vieira, informando o nome da diretora e o funcionamento em 3

turnos, sem, contudo, explicar porque a mesma não foi mencionada na relação de escolas municipais (DIAS; RODRIGUES, 2018).

O total de alunos do Ensino Municipal em 1958, era de “7.801”, contando com “168” professoras (LUSTOSA, 1958, p.131). Das listas que José Lustosa apresenta sobre as escolas municipais, particulares e estaduais de Duque de Caxias, nos chama atenção para o quantitativo de “alunos em Escolas Particulares subvencionadas pela prefeitura, bem como professoras servindo nas mesmas”: “2.188 alunos e 34 professoras” (LUSTOSA, 1958, p.127). Sendo apresentado como o total de alunos do Ensino Municipal em 1958, “7.801” e contando com “168” professoras (LUSTOSA, 1958, p.131).

O quadro abaixo apresenta o número de escolas estaduais no município de Duque de Caxias em 1958, dessa forma aponta de uma certa maneira o alcance do estado no oferecimento de vagas na escola primária.

Quadro 27: Escolas Estaduais em Duque de Caxias em 1958

Nº	Título	Diretores	Alunos	Professores
1º	Grupo Escolar Duque de Caxias	Minervina Barbosa de Castro Auxiliares: Hilda do Carmo Siqueira e Maria Edelvina Sardeia	1.877	48
2º	Grupo de Imbariê	Maria José de Mello Passos	223	5
3º	Grupo Escolar Monte Castelo	Mariana Nunes Passos	256	6
4º	Ginásio Ana Maria Gomes	Aldenora Maciel Salgado	-	10
5º	Grupo Escolar Odilon Braga	Joana Maciel e Silva	-	10
		<b>Totais</b>	4.215	79

Fonte: LUSTOSA, 1958.

Os quantitativos de escolas municipais e estaduais encontrados no Fundo Departamento Educação, os dados trazidos por Abreu (1955) e por Lustosa (1958) corroboram uns com os outros ao afirmarem a prevalência do município em relação ao estado no que dizia respeito ao oferecimento de vagas na educação primária. Vale registrar que algumas das escolas listadas no Fundo do Departamento Educação (1944-1949) constam na listagem realizada por Lustosa (1958).

Dentro da relação entre Estado e Município no que se refere a criação de escolas, a partir das Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias constatamos que havia a doação de terras por parte da Prefeitura ao Estado para a criação destas instituições. Localizamos neste sentido, que já no início da primeira legislatura houve a proposição de um projeto para transferir “uma área de terras de propriedade da Prefeitura ao Estado, para a construção de escola” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 6ª Reunião Ordinária, 10/11/1947, p.64). Na 5ª sessão extraordinária da Câmara

consta um ofício enviado pelo “ex-prefeito Coronel Sapião da Silva Carvalho” em que este comparece “doando ao Patrimonio Estadual a aréa de terreno doada à prefeitura pela Empreza Melhoramentos de Caxias, para construção de grupos escolares”.

A “doação da referida aréa ao Estado” ocorreu “por não ter a Prefeitura meios para a construção do grupo escolar” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 24/10/1947, p.35). Sendo “solicita[do] ao senhor Prefeito que entre em entendimentos com o Governo Estadual para que a Escola seja construída no exercicio de 1948” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 14/11/1947, p.91).

Comparece ainda nas Atas da Câmara Municipal um outro “projeto aprovado pela Câmara sobre uma área de terreno doada ao Governo Estadual para construção de um grupo escolar” cujo o prazo de construção “termina no exercicio de 1949”, em que o vereador questionava sobre “qual a providencia que o poder executivo tomou a respeito” (IHCMDC, Livro 3, Ata da 13ª Sessão Ordinária, 19/07/1949, p.205). Consta também que o “Estado está construindo uma escola no Parque Lafaiete”, no ano de 1950 (IHCMDC, Livro 4, Ata da 8ª Sessão Ordinária, 17/03/1950, p.55).

Uma outra doação de terras municipais ao Governo estadual foi proposta e aprovada “por unanimidade” em março de 1950 (IHCMDC, Livro 4, Ata da 10ª Sessão Ordinária, 22/03/1950, p.59-60).

Comparece nas Atas que a escola “do Gramacho” ainda tinha seu aluguel atrasado no final do ano de 1948, dado que os vereadores Luiz Peçanha (PSD) e Corrêa Lima (UDN) sugeriram a efetivação dos pagamentos (IHCMDC, Livro 2, Ata da 9ª Sessão Extraordinária, 30/12/1948, p.371). De acordo com a fonte em questão essa instituição era “uma escola do Estado, em funcionamento num prédio Municipal” e estava “em situação deplorável”, sendo “dever do Estado prover as modificações necessárias” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 7ª Sessão Ordinária, 17/07/1950, p.153-154).

Contudo, de acordo com as Atas, o prefeito sabendo desta situação “entrevistara-se com o Sr. Secretario da Educação do Estado, a quem encarcera as melhorias indispensáveis ao referido educandário, tendo obtido daquela autoridade a promessa de que faria uma visita à escola” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 7ª Sessão Ordinária, 17/07/1950, p.153-1954).

De acordo com o edil Wilson Bastos Ruy (PTB), o grupo escolar de Parque Lafaiete não possuía “um empregado designado para sua limpeza” de modo que esta era feita pelos próprios alunos”. Em consequência disto “Pedi que o Presidente formulasse uma solicitação à Secretaria de Educação do Estado para que ela nomeie um servidor para esse fim” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 4ª Reunião Ordinária, 07/11/1951, p.70).

Em 1952, Amaral Peixoto, Governador do Estado, realizou um discurso ao “inaugurar duas escolas construídas e doadas ao Estado por uma das numerosas companhias que aqui trabalham pelo progresso desta Terra, o Banco Gramacho” (IHCMDC, Livro10, Ata da Reunião Extraordinária,13/10/1952, p.180).

Como já apontamos no capítulo anterior, a infraestrutura da cidade afetava diretamente as escolas, nesta direção vemos a seguir que a prostituição era um problema que adentrava também os muros dos prédios escolares:

Vem a tribuna o edil Amaro Rocha que declara que no Grupo escolar Duque de Caxias existe algo anormal, há quem faça daquele prédio casa de tolerância e pede seja oficiado o senhor Delegado de Policia no sentido de serem tomadas providencias enérgicas contra tal abuso. Falou o vereador Correa Lima alegando que em prédio estadual a competência é de autoridade estadual (IHCMDC, Livro 10, Ata da 3ª Reunião Extraordinária,10/09/1952, p.135-136).

Os vereadores também solicitavam a criação de escolas ao Governo Estadual, de maneira que em 1953, foram solicitadas “a criação de quatro escolas” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 6ª Reunião Ordinária,13/07/1953, p.5) e “a construção de grupos escolares ao secretário de Educação do Estado” (IHCMDC, Livro13, Ata da 6ª Reunião Ordinária,11/11/1953, p.128).

Na sessão posterior o edil Peixoto Filho (PTB) afirmava que “Iria apelar ao prefeito com relação ao novo grupo escolar, porque realmente as novas escolas são inadequadas e não passam de pequenas salas” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 7ª Reunião Ordinária,12/11/1953, p.134).

No final deste mesmo ano o Governador do Estado, Ernani do Amaral Peixoto declarou durante umas das reuniões ocorridas na Câmara que “fora incluído no seu plano de governo para 1954, entre outras coisas a construção de dois grupos escolares, em Caxias” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 11ª Reunião Extraordinária,12/12/1953, p.5-6).

O exame dessas fontes nos revela uma diversidade de tipos de escolas municipais existentes no período investigado, bem como demonstra um crescimento considerável de unidades escolares de 18 em 1953 para 31 em 1958.Do mesmo modo nos permite perceber as relações estabelecidas entre município e estado para a criação e manutenção de escolas primárias na região. Assim investigamos a seguir as condições das escolas primárias no município.

### 3.1.1 “Tudo devemos fazer pela instrução” :condições das escolas primárias

Dessa maneira, não é apenas importante conhecer o quantitativo de escolas para tentar compreender partes do processo de constituição da rede de escolas, mas conhecer também as

condições estruturais destas instituições. É possível apreender aspectos da situação e do funcionamento das escolas através das falas realizadas pelos vereadores. Muitas escolas estavam instaladas em “prédios” alugados e o atraso do pagamento da prefeitura aos donos dos espaços é mencionado nas Atas:

[...]o vereador Luiz Gonzaga Peçanha fazendo ver a casa o estado de abandono em que se acha á escola do Centenario, que a noite e esconderijo de vagabundos e jogadores, e comunica que hontem foi procurado pelo proprietário do prédio em que funciona a citada escola, e que este alega, que não recebe aluguel do prédio desde o tempo em que era Prefeito o senhor Arruda Negreiros, o aluguel irrisório de oitenta cruzeiros mensais (IHMDC, Livro 1, Ata 4ª Reunião Ordinária,06/11/1947, p.52).

Numa outra passagem ainda sobre a escola do Centenário emerge um descrição das condições insuficientes do estabelecimento:

Pede a palavra o vereador Luiz Peçanha pedindo providencias para a regularização da Escola do Centenário e fazendo comentários sobre a mesma. Pede a palavra o Vereador Almeida Franco, declarando que a Escola do centenário, pode ser tudo menos escola, fazendo considerações sobre a mesma[...] Pede a palavra o Vereador Pereira Pinto, declarando que amanhã fará entrega de uma Bandeira, ao Vereador Luiz Peçanha para a Escola Centenário. O Vereador Castello Branco entrega ao Vereador Luiz Peçanha a importância de cem cruzeiros para a compra de um filtro para a referida escola (IHMDC, Livro 1, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 19/11/1947, p.109).

Com o intuito de amenizar a situação difícil da escola, é “apresentado pelo Vereador Luiz Peçanha” ainda neste ano de 1947 um “Projeto de resolução, para fornecimento pelo executivo de material escolar” (IHMDC, Livro 1, Ata da 13ª Reunião Ordinária,21/11/1947, p.117). Neste ano foi proposto a mudança de nome da instituição para Carmela Dutra, a esse respeito o vereador Pereira Pinto (UDN) afirmava que só concordaria, caso os alugueis atrasados fossem pagos (IHCMDC, Livro 1, Ata da 15ª Reunião Extraordinária,17/12/1947, p.237-238)

No bojo dessas discussões o vereador Pereira Pinto (UDN) afirmava que “tudo devemos fazer pela instrução” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 15ª Reunião Extraordinária,17/12/1947, p.238), contudo, ao que se refere ao pagamento dos alugueis atrasados, até o mês de dezembro de 1947, não tinha sido realizado. Segundo o vereador Pereira Pinto (UDN), o mesmo pressionou o Executivo a fazê-lo (IHCMDC, Livro 1, Ata da 17ª Reunião Extraordinária, 26/12/1947, p.237-238). Essa situação ainda não tinha sido resolvida até o final do ano de 1948, dado que os vereadores Luiz Peçanha (PSD) e Corrêa Lima (UDN) sugeriram a efetivação dos pagamentos (IHCMDC, Livro 2, Ata da 9ª Sessão Extraordinária,30/12/1948, p.371).

O trecho a seguir nos proporciona mais detalhes sobre outra situação da escola do Centenário e que nos indica os caminhos de atuação da Comissão de Higiene e Instrução:

Pede a palavra o Vereador Luiz Peçanha e declara que já começaram as aulas na Escola do Centenario e que o poço ainda não foi aberto, a luz elétrica para a escola continua a ser fornecida por um vizinho e paga pela professora, e pede ao senhor

Presidente se possível falar pessoalmente com o senhor Prefeito sobre a abertura do poço. O senhor Presidente declara que o Vereador Luiz Peçanha faça um requerimento citando os casos que mencionou para que a Comissão de Higiene e Instrução se entenda com o Prefeito a respeito (IHMDC, Livro 1, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 10/03/1948, p.326-327).

Na sessão seguinte é feito o “Requerimento do Vereador Luiz Gonzaga, solicitando ao executivo a abertura de um poço e instalação elétrica na Escola Centenario” (IHMDC, Livro 1, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 12/03/1948, p.332).

A problemática de ausência de pagamentos de aluguéis chegou atingir a “escola Dr. Manhães do Parque Lafaiete” (IHMDC, Livro 4, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 16/03/1950, p.52-53). Esta instituição inclusive “foi despejada por falta de pagamentos de alugueis, e com o consentimento do senhor Prefeito, tendo o mesmo autorizado o farmacêutico Geraldo a mudar a fechadura da porta da escola”. Esse despejo ocorreu “no período de férias” e ao que tudo indica, a priori, a professora foi responsabilizada por isso, contudo, alguns vereadores colocaram-se a favor da professora:

O Vereador Corrêa Lima declara que a responsabilidade do fechamento da escola cabe ao Prefeito e não a professora, porquanto a mesma é funcionária da Prefeitura. O Vereador Waldemar de Almeida declara que a professora está pugnando pelos interesses dos alunos da referida escola. O Vereador Anaias Sant’Anna declara que a humilhação é para o senhor Prefeito e não para a professora (IHCMDC, Livro 4, Ata da 7ª Sessão Ordinária, 16/03/1950, p.52-53).

De acordo com as palavras do vereador Hermes Asevedo (PST) “o proprietário do prédio onde funciona a Escola do Centenario não recebe à 14 anos” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 7ª Sessão Ordinária, 16/03/1950, p.53), ou seja, essa era uma escola do período em que Duque de Caxias ainda era Distrito de Nova Iguaçu.

A partir dessa problemática foi solicitado ao Executivo “abertura de crédito de Cr\$ 3.800,00 para pagamento de alguns aluguéis atrasados de prédios de escola pública” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 20/11/1951, p.126).

Ainda no que se refere as condições das instituições escolares em Duque de Caxias no loteamento “Olavo Bilac”, por exemplo, havia uma escola “de 120 crianças numa apertada sala [...] desprovida do mais elementar para o seu funcionamento” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 3ª Reunião Ordinária, 16/01/1951, p.34). Outras escolas em diferentes localidades do Município também são apontadas como estando em estado de abandono, como “a casa que as escolas da Bella Vista e Guanabara também estão em completo abandono” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 4ª Reunião Ordinária, 06/11/1947, p.53).

Acerca do quantitativo de escolas, por exemplo, o distrito de Xerém, segundo consta nas Atas, no ano de 1947, contava apenas com uma escola (IHCMDC, Livro 1, Ata da 4ª Reunião Ordinária, 06/11/1947, p.52). Destacamos a este respeito que a fonte analisada não

indica a natureza (estadual ou municipal) da escola acima citada. Esse dado quantitativo também é encontrado no Fundo do Departamento Educação, segundo o qual a escola era subvencionada.

Cabe ressaltar que Xerém é um distrito afastado do centro do município e que essa situação pode representar o cenário educacional dessas áreas mais distantes do centro urbano do município.

Segundo as observações do vereador Moacyr Branco (PTB), havia melhorias no “estado higiênico de escolas deste Município” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 12/03/1951, p.62). O fato do município ter “uma renda enorme”, e “possue apenas um grupo escolar esse mesmo sem funcionários”, também era questionado (IHCMDC, Livro 6, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 15/03/1951, p. 66). Não consta na Ata o nome do grupo escolar.

As falas do vereadores também nos dão o tom do entendimento dos mesmos para com os assuntos educacionais da época. O vereador Moacyr Alves Branco (PTB), por exemplo, afirmou que “com a fundação de um grupo escolar, três escolas haviam sido suprimidas” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 6ª Reunião Ordinária, 10/03/1952, p.74-75), quando na realidade os grupos escolares agrupavam/ reuniam as “escolas isoladas existentes” (DIAS, 2014, p.186-187).

Nesta mesma sessão edil Moacyr Alves Branco (PTB) faz “um pedido entregue à Mesa e relativo ao envio de um ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, a fim de pedir-lhe material escolar”, pois, “embora existindo um moderno grupo escolar que, por carência de material escolar, teve no ano letivo que fundou, cinco de suas salas completamente vazias”. Isto num contexto em que “doze mil crianças são aqui analfabetas”. Este grupo escolar atenderia “no mínimo oitocentas crianças” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 6ª Reunião Ordinária, 10/03/1952, p.74).

Identificou-se também a partir das Atas outras iniciativas que visavam melhorar e facilitar a estadia dos alunos nas escolas, a exemplo do vereador Amaro Rocha, que realizou uma indicação “pedindo o abatimento de cinquenta por cento nas passagens dos transportes municipais para crianças que estudam” (HCMDC, Livro 9, Ata da 15ª Reunião Ordinária, 26/03/1952, p.96). Esta proposição foi aprovada “em discussão final” de forma unânime (IHCMDC, Livro 11, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/11/1952, p.58).

Somando-se à essas iniciativas, em 1953 o vereador Alvarenga Freire (PSD) indicou “a nomeação de um dentista para atender aos escolares do Município” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 27/10/1953, p.95) e o vereador Peixoto Filho (PTB) solicitou

verbas “para compra de fardamento para alunos pobres das escolas municipais” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 16/11/1953, p.140), sendo seu pedido aprovado “em 3ª discussão” em julho de 1954 (IHCMDC, Livro 15, Ata da 19ª Reunião Ordinária, 26/07/1954, p.3).

De acordo com Abreu (1958), havia um controle da saúde dos estudantes, através dos “Centros de Saúde”, “Postos de Higiene”, unidades sanitárias da Secretaria de Saúde e Assistência, presentes em todas as sedes municipais e em muitos distritos. O serviço de higiene escolar realizava a inspeção médica dos alunos, realizava exames, oferecia vários tipos de vacinas, no caso de epidemia. Algumas cidades contavam com o serviço de assistência odontológica e as Caixas Escolares também prestavam este serviço.

Contudo, comparece que no ano de 1954, o vereador Peixoto Filho (PTB) denunciava que “o prefeito anula verbas do ensino para cobrir rombos de outras verbas”, isto “num Município que carece de muitas escolas e melhoramentos no ensino existente” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 13ª Reunião Ordinária, 19/11/1954, p.46).

Lustosa (1958) fornece dados também sobre as condições físicas e materiais das escolas existentes nesse território, que eram as mais variadas possíveis. Havia escolas com salas de “18 mts²”, “50 mts²” ou até mesmos salões de “108 mts²”. Ao mesmo tempo existiam escolas que possuíam água em abundância e escolas em que faltava água, escolas muradas e escolas sendo invadidas pelas águas da chuva. Cabe lembrar que o acesso à água era uma questão importante para a população de Duque de Caxias.

Quadro 28: Condições das escolas municipais em Duque de Caxias (1958)

Nº	Nome das escolas	Estrutura	Turnos	Ensino
1ª	Dr. Miguel Couto	Salas amplas e bem decoradas; Água em abundância e máxima higiene; Possuía muro e varanda; O solo era revestido de pó de pedra, para evitar empoçamento em época de chuva.	-	-
2ª	Dr. Getúlio Vargas	Amplas salas; Banda marcial; Biblioteca; Falta água; Asseio perfeito.	-	Primário completo
3ª	Honório José Peixoto	Precisava de melhoras e não era apropriado para escola.	-	-
4ª	Evangelista Pôrto da Motta	Prédio de magnífico aspecto exterior; Alguns problemas internos no prédio.	3	-

5ª	Centenário	1 salão com 40mts²; 1 pequeníssimo vaso sanitário.	-	-
6ª	Gastão Reis	Imóvel precisa de reparos URGENTES	-	-
7ª	Barão Rio Branco	1 salão de 36 mts² dividido em dois; Sem água; Sem muro no entorno; Não tem forro; Falta material em geral; Na chuva a água invade a sala; Janelas (Borrado); 1 sanitário em estado de abandono.	3	Primário completo
8ª	Vila Leopoldina V	Local impróprio.	3	Primário
9ª	Ginásio Expedicionário Aquino de Araújo	Prédio amplo; 7 salas de 50 mts²; Bom mobiliário; Farto material; Salas de física e de química; Aparelhagem moderna; Água filtrada; Área coberta (borrado) e cultura Física.	-	Curso ginásial e curso de admissão
10ª	Regina Tescaro Sampaio	Não se pode trabalhar bem no local.	-	-
11ª	Thiago Apóstolo	Local cedido pelo Centro Espírita Thiago Apóstolo; Local amplo.	-	Primário (1ª e 2ª séries); Datilografia; Corte e costura
12ª	Alberto Torres <sup>1</sup>	6 salas amplas bem tratadas; Boa biblioteca; Assistência médica; Laboratório; Educação Física; 10excelentes sanitários;		Primário completo e Admissão
13ª	Coronel Elyseu	2 salas com 32mts² cada	3	Primário
14ª	Dr. Manhães	1 sala com 50 mts².	3	Primário completo
15ª	Visconde de Gericinó	1 sala com 18 mts²; 1 sanitário.	3	1ª, 2ª e 3ª séries

16 <sup>a</sup>	Manoel Feliz Medeiros	Graves problemas para resolver.	3	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> séries
17 <sup>a</sup>	Joaquim da Silva Peçanha	Instalações boas; Muita água, limpeza, ordem, disciplina e cordialidade; O médico Paulo Simões da Rocha atendia gratuitamente.	3	-
18 <sup>a</sup>	Haldêa Rêgo da Mota	Prédio de magnífico aspecto; (ilegível) sala com 48mts <sup>2</sup> ; Secretaria com 9 mts <sup>2</sup> ; Amplio terreno podendo a escola ser ampliada.	-	-
19 <sup>a</sup>	Darcy Vargas	Ameaça de desmoronamento; Não tem aula em dia de chuva.	-	-
20 <sup>a</sup>	Monteiro Lobato	1 salão de 50mts <sup>2</sup>	-	1 <sup>o</sup> ano “A” e “B” e 2 <sup>o</sup> ano.
21 <sup>a</sup>	Francisco Corrêa	Bom estabelecimento		
22 <sup>a</sup>	D. Alice Corrêa	O local não é bom.	3	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> séries
23 <sup>a</sup>	Barão do Pilar <sup>2</sup>	Prédio bem antigo e sofrendo com a ação do tempo.	3	Primário completo
24 <sup>a</sup>	Getúlio Moura	Deficiências no local.	2	Primário completo
25 <sup>a</sup>	Marechal Floriano Peixoto	1 salão com 108 mts <sup>2</sup>	-	-
26 <sup>a</sup>	Salgado Filho	-	-	-
27 <sup>a</sup>	Manoel Reis	1 salão com 35mts <sup>2</sup> ; Local deixa a desejar.	-	Primário completo
28 <sup>a</sup>	Saldanha	-	-	-
29 <sup>a</sup>	Madalena Caramurú	Prédio muito bom; Falta de material escolar.	-	Primário completo
30 <sup>a</sup>	José Vieira	Não tem água	3	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup> séries

Notas: 1-Considerado perfeito pelo autor, podendo ser o padrão para as demais escolas.

2-Prédio em que funcionou a primeira escola do município “Escola Crasto”.

Fonte: A autora, 2020. Baseada em LUSTOSA, 1958.

Das escolas acima mencionadas onze escolas funcionavam nos 3 turnos e duas com funcionamento em 2 turnos. Lustosa elogiava as escolas que possuíam boas instalações, descrevendo prédios, terrenos, laboratórios, divisão por salas, etc. Mas também denunciava e cobrava das autoridades ações de auxílio e atenção para com as escolas que apresentavam problemas de infraestrutura, falta de água, precárias instalações e condições de ensino e de higiene. Das 31 descrições de escolas municipais, identificamos apenas 8 como positivas e elogiosas às condições de funcionamento (DIAS; RODRIGUES, 2018).

Toda essa falta de estrutura encontrada nas escolas municipais as quais apresentamos até aqui, certamente não era realidade só de Duque de Caxias, contudo, não se pode esquecer que este município possuía alta arrecadação de impostos. Sendo assim, num contexto em que a educação é encarnada como sinônimo de desenvolvimento, não se pode desconsiderar que oferecer escolas em estado de precariedade também é um projeto de sociedade, principalmente se levarmos em consideração os critérios de participação nas eleições no período (ser alfabetizado = saber assinar o nome).

É preciso atentar também para as perspectivas trazidas pelas fontes mobilizadas, enquanto o relatório do governo estadual apresenta dados positivos e elogiosos as iniciativas do município, a obra oficial produzida em homenagem ao aniversário do município expõe para além do quantitativo de escolas as condições das mesmas, como não sendo as mais adequadas, o que corrobora também com as discussões realizadas na Câmara Municipal de Vereadores que apontam a precariedade nesta rede escolar.

E esse é um dos pontos da importância de se trabalhar com história local na educação, pois, nos possibilita entender os contextos amplos de forma mais esmiuçada, a partir de outros enquadramentos. E é dentro desse cenário que investigamos o que era ser docente na região.

### 3.2 “Lume imperecível”: a profissão docente

A institucionalização do poder municipal dependia ainda da organização de um quadro de funcionalismo público e, nessa perspectiva, as Atas permitem espreitarmos parte do processo de criação de um quadro docente municipal.

Nóvoa (1991) considera que “a gênese da profissão docente é anterior à estatização da escola, pois, desde o século XVI, vários grupos sociais, leigos, e religiosos” dedicaram-se cada vez mais ao ato de ensinar. Processo que os levou a abandonarem outras ocupações em detrimento do magistério e a construção de “um grupo social específico e autônomo” (NÓVOA,

1991, p.121). Prossegue seu pensamento chamando atenção para a intervenção estatal que provocou a homogeneização, a unificação e uma hierarquização dos grupos docentes ao nível nacional. Foi justamente o controle que o Estado passou a exercer sobre os docentes que os constituiu enquanto “corpo profissional” (NÓVOA, 1991, p.121).

A partir desta perspectiva observamos os processos de constituição do magistério primário público a partir das ações (propostas e discussões) do poder executivo e legislativo, atentando-nos para os indícios do lugar social ocupado pelas professoras naquela sociedade.

Dias (2014), ao investigar nos mapas de frequência escolar os tipos e a organização das escolas primárias de Iguazu (1917-1950), notou que as mudanças na organização dos turnos, das séries e das classes guardavam relações com “mudanças nos registros de quadros de adjuntos”. Muitas vezes quando uma professora mudava de turno levava “consigo suas classes”, assim como uma havia também “uma divisão de trabalho” em que professoras permaneciam “sempre lecionando” para a mesma turma (DIAS, 2014, p.215).

Outro aspecto destacado na pesquisa é o da “redistribuição do trabalho em escolas com mais de uma professora” em que com a chegada de uma professora substituta, não necessariamente ela iria atender a turma da colega licenciada, pois havia por parte das “professoras em exercício” uma redefinição de “turnos e classes” (DIAS, 2014, p.215).

Foi verificado também a “falta de interesse das professoras diplomadas pelas escolas oficiais em ocupar ‘escolas de interior’ [...] ficando assim a cargo das professoras interinas”<sup>50</sup> a alfabetização das crianças (DIAS, 2014, p.218). Também não havia correspondência entre o uso determinado para ser feito do tempo escolar e a própria capacidade física das escolas. E era “intensa a movimentação de docentes nas escolas públicas” (DIAS, 2014, p.218).

Assim para uma melhor compreensão das ações municipais relativas ao professorado em Duque de Caxias e considerando que o trabalho com história local/ regional nunca está descolado da história estadual, nacional e mundial (FARIA FILHO, 2009) apresentamos a seguir quais eram os direcionamentos dados pelo estado do Rio de Janeiro para o magistério primário.

### 3.2.1 Normas para o magistério público estadual

A formação do professor primário era regida pela Lei do Ensino Normal (Decreto -lei nº 1.758, de 20 de setembro de 1946), que respondia ao Decreto-lei federal nº 8.530, de 2 de

---

<sup>50</sup>Professoras não formadas em escolas normais (DIAS,2014, p.2018)

janeiro de 1946, em decorrência do Decreto nº 3.176, de 13 de junho de 1947 (ABREU,1955, p.262).

Esse regulamento previa que o curso normal estadual deveria “prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias, habilitar administradores escolares, ministrar cursos de especialização do magistério” e “propagar conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância”. Autorizava também o funcionamento do curso normal em dois cursos: “regentes de ensino primário” e “formação de professores primários”. Havia os curso de “especialização do magistério” e de “habilitação para administradores escolares de grau primário” (ABREU,1955, p.262-263). O curso de regentes de ensino primário não tinha a exigência de curso ginásial (ABREU,1955), assim recuperamos a seguir a sua grade de disciplinas:

Quadro 29: Disciplinas do curso de regentes de ensino primário por série:

Curso de regentes de ensino primário							
1ª série		2ª série		3ª série		4ª série	
Disciplina	Horas*	Disciplina	Horas*	Disciplina	Horas*	Disciplina	Horas*
português	4	Português	4	português	3	Português	3
matemática	4	matemática	3	matemática	3	Matemática	2
geografia geral	3	geografia do Brasil	3	história geral	3	história do Brasil	3
ciências naturais	3	ciências naturais	3	noções de anatomia e fisiologia humana	3	noções de higiene	3
desenho e caligrafia	3	desenho e caligrafia	3	Desenho	2	psicologia e pedagogia	4
canto orfeônico	2	canto orfeônico	2	canto orfeônico	2	didática e prática de ensino	2
trabalhos manuais e economia doméstica	3	trabalhos manuais e atividades econômicas da região	3	trabalhos manuais e atividades econômicas da região	3	Desenho	2
educação física	2	educação física	2	educação física,	2	canto orfeônico	1

				recreação e jogos			
-	-	-	-	-	-	educação física, recreação e jogos	2

Fonte: ABREU, 1955.

Nota: \* Horas por semana

Já o curso de formação de professores primários requeria a conclusão de qualquer dos cursos ginásial, industrial, agrícola ou comercial (ABREU, 1955):

Quadro 30: Disciplinas do curso de formação de professores primários por série

Curso de formação de professores primários					
1ª série		2ª série		3ª série	
Disciplina	Horas*	Disciplina	Horas*	Disciplina	Horas*
português	3	Português	3	português	2
matemática	3	Matemática	2	psicologia educacional	2
geografia da América	2	geografia do Brasil (especialmente do Rio de Janeiro)	2	sociologia educacional	2
física	3	biologia educacional	3	história e filosofia da educação	2
química	3	psicologia educacional	2	higiene e puericultura	2
desenho	2	noções de estatística	2	metodologia do ensino primário (geografia, história, ciências naturais, linguagem, matemática)	4
artes aplicadas	1	higiene e educação sanitária	2	prática de ensino	5

Nota: \*Horas semanais

Fonte: ABREU, 1955.

música e canto orfeônico	2	metodologia do ensino primário (linguagem e matemática)	3	noções de agricultura	3
educação física	2	Desenho	2	desenho	1
		artes aplicada	1	artes aplicadas	1
		música e canto orfeônico	1	música e canto orfeônico	1
		Educação física, recreação e jogos	2	Educação física recreação e jogos	1

Para ingresso aos cursos de “regentes de ensino primário” e de “formação de professores primários”, são exigidas do candidato as condições de: brasileiro, sanidade física e mental, ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente, bom comportamento social, habilitação nos exames de admissão.

Para os candidatos ao curso de “formação de professores primários” que possuem o curso agrícola, industrial ou comercial (1º ciclo) é exigido, antes do exame de “admissão”, o exame de “equivalência” das disciplinas que faltam para completar o curso ginásial. Estavam “dispensados do exame de ‘admissão’ ao curso de ‘formação de professores primários’ os portadores de certificado de conclusão do segundo ciclo do curso secundário”, bem como “os candidatos que, tendo feito o curso ginásial em estabelecimento oficial, hajam alcançado pelo menos média global 70” (ABREU, 1955, p.265).

As provas de “admissão” eram escritas e versavam assuntos do programa da quarta série ginásial de: português, francês ou inglês, matemática, conhecimentos gerais (ciências naturais, geografia do Brasil, história do Brasil). As provas eram elaboradas e realizadas nos próprios estabelecimentos, oficiais ou sob regime de mandato, por uma comissão de dois professores, por disciplina, designada pelos respectivos diretores e presidida por estes nos institutos estaduais e por um delegado do Governo nas Escolas Normais particulares (ABREU, 1955, p.266).

Para Abreu (1955) havia muitos problemas relacionados a formação dos professores naquele período, o quantitativo de disciplinas, e a distribuição hora/ aula para cada matéria eram alvos de críticas do autor:

Todos são acordes em criticar o elevado número de disciplinas, o que não possibilita dominar necessariamente as que mais diretamente se relacionam com as futuras atividades do professor primário. De igual modo, a experiência tem demonstrado que

os programas são, em maioria, imensos, teóricos e, alguns, inexecutáveis, como é o caso de história e filosofia da educação, com duas horas semanais de aula. Muitos programas são desligados totalmente da realidade, com exigências inaplicáveis na futura profissão, como em matemática ou educação física. Algumas disciplinas estão com número excessivo de aulas semanais, contra outras em que é notada a necessidade de mais horas de trabalho (ABREU, 1955, p.267-268).

Nesta direção Abreu (1955) propunha:

[...]a reestruturação do currículo da Escola Normal, conseqüente revisão dos programas de estudos de modo a torna-los mais objetivos, reais e executáveis, com melhor distribuição de horas semanais de trabalho letivo e outras exigências quanto a provas parciais e exames finais (ABREU, 1955, p.268).

A situação era mais grave nas escolas normais particulares, ao passo que a prática de ensino era prejudicada diante de suas formas de funcionamento e da ausência de fiscalização do estado:

Funcionam, assim, as Escolas Normais tranquilamente, ao sabor dos respectivos diretores, sem nenhuma assistência do Estado que delega poderes a um particular para diplomar moças que serão responsáveis pelas escolas estaduais, de nível elementar, nada exigindo dessas pessoas ou entidades. Algumas Escolas, no afã de possuir alunas, funcionam à noite, sacrificando, inclusive, seriamente a “prática de ensino”, que deve ser efetuada em escolas primária, a qual mesmo durante o dia já é sofrível, obsoleta e acidental inclusive, porque a Secretária da Educação não sabe realmente, se ela se processa (ABREU, 1955, p.268).

Além das normas sobre a formação do magistério, a “Lei do Magistério”, como ficou conhecida (Lei nº 1.870, de 18/14/1953) dispõe sobre uma série de dispositivos que dizem respeito as normas para ingresso, carreira, direitos e deveres do professor no exercício de cargo público no estado do Rio de Janeiro. Trata das formas de nomeação, remoção, transferências, permuta, estágio probatório, vencimentos, gratificações, licenças, concessões de bolsas de estudos, estabilidade, aposentadoria, penalidades.

Conforme prescrevia esta legislação o corpo docente das escolas estaduais era formado professores concursados, e pelos professores extranumerários mensalistas e contratados. Os professores do pré-primário e do primário integravam o “quadro permanente” e tinha somente um padrão. Os professores extranumerários –mensalistas possuíam uma tabela única (ABREU,1955, p.231). Integravam o magistério também o monitor, o auxiliar, o técnico de educação física, o preparador de estabelecimento de ensino secundário e normal, o orientador do ensino de música e canto orfeônico (ABREU,1955, p.231).

A provisão de cargos era através de concurso público, nos meses de janeiro e fevereiro, na Capital, através de uma prova escrita referente aos conhecimentos de administração escolar, psicologia e metodologia. Não havia reprovação. Admitia-se a escolha das escolas e um representante legal para esse ato também. A carreira era iniciada normalmente em escolas isoladas de zona rural. A contratação se dava em caráter interino de diplomados ou leigos para

as vagas que sobravam do concurso, sendo esses professores dispensados no final do ano (ABREU,1955, p.231-232).

A nomeação em caráter efetivo dependia de habilitação em concurso de títulos e/ou provas e estágio probatório de 730 dias de exercício nos quais eram apurados idoneidade moral, disciplina, assiduidade, aptidões, eficiência; exigia-se condição de nacionalidade brasileira para exercício do magistério (ABREU, 1955, p.81).

De acordo com este dispositivo jurídico havia a possibilidade de nomeação independente de concurso para diplomados pela Escola Normal oficial, através da nomeação-prêmio. Esse tipo de nomeação era destinada aos alunos que obtinham destaque de primeiro e segundo lugares na Escola Normal oficial. Sendo estabelecido como um dos critérios o alcance de média 80,0 nas disciplinas. Outra possibilidade de nomeação sem concurso destinava-se aos professores de escolas de zona rural ou de difícil acesso. Para esse último caso, o professor precisava residir na localidade e passava a ser denominado como “professor radicado” (ABREU,1955, p.81).

O diploma era condição para a nomeação, e nos casos das escolas típicas rurais também era necessário o “curso de atividades rurais”, oferecido pela Secretaria de Educação e Cultura no período de 2 meses. Já para os cargos de técnico, professor e monitor de educação física era necessário o curso superior de educação física, o curso normal de educação física (infantil) ou o curso de formação de professor de educação física, que era estadual e durava 3 meses, respectivamente (ABREU,1955, p.231-232).

A admissão de professor extranumerário mensalista ou contratado só poderia ocorrer “para candidatos aprovados no concurso de provimento no magistério e que não hajam conseguido nomeação” e cobrava como formação mínima “nível igual, pelo menos, ao de 5ª série primária” (ABREU,1955, p.81-82). O concurso para provimento de professor de ensino primário pretendia-se anual, posteriormente ao concurso de remoção (ABREU,1955, p.84).

Em 1953 o magistério primário estadual tinha seus vencimentos organizados da seguinte maneira (ABREU,1955, p.236):

Quadro 31: Vencimentos do magistério primário e gratificações de diretoras

Vencimentos do magistério primário e gratificações de diretoras	
Categoria	Remuneração
a) - Professor (ensino pré- primário e primário), Padrão C, do quadro permanente	Cr\$ 1.700,00
b) -Professor-adjunto, extranumerário mensalista, da Tabela Numérica própria (salário)	Cr\$ 1.300,00

c) -Professor substituto (gratificação)	Cr\$ 800,00
d) -Professor contratado (salário)	Cr\$ 800,00
e) -Gratificação por quinquênio de serviço	Cr\$ 150,00
F) - gratificação de função a diretoras de jardim da infância, de grupo escolar e de escola típica rural:	
4ª categoria (de 3 a 10 classes)	Cr\$200,00
3ª categoria (de 11 a 20 classes)	Cr\$300,00
2ª categoria (de 21 a 30 classes)	Cr\$400,00
1ª categoria (de mais de 30 classes)	Cr\$ 500,00
Escola típica rural	Cr\$ 150,00

Fonte: ABREU, 1955.

Caso o professor substituído estivesse afastado sem vencimentos, o professor – substituto receberia a sua retribuição integral (ABREU,1955, p.236). Já os vencimentos dos professores especializados em educação física e canto orfeônico do ensino elementar era o seguinte (ABREU,1955, p.236-237):

Quadro 32: Vencimentos de professores especializados

Vencimentos	
Categoria	Remuneração
a) -Técnico de educação física	Cr\$ 2.300,00
b) -Professor de educação física ou de canto orfeônico	Cr\$ 1.700,00
c) - Auxiliar de educação física	Cr\$ 1.500,00
d) -Monitor de educação física	Cr\$ 1.300,00

Fonte: ABREU,1958.

Embora a Lei do Magistério oferecesse vantagens especiais ao professor de zona rural “residência com razoável conforto, de acordo com as possibilidades locais” e a utilização da “parte livre do prédio escolar, quando não se tratar de zona rural” dependendo da liberação do Diretor de Educação (ABREU,1955, p.90), isso não era suficiente para mantê-lo na zona rural.

O Estado reconhecendo que os salários dos professores era muito baixo e que o êxodo dos professores rurais só aumentava, propôs o aumento de salário dos professores primários, elevação da gratificação quinquenal e fixação de gratificação especial para os professores da zona rural (ABREU,1955, p.237).

Abreu (1955) destaca a esse respeito que o município de Duque de Caxias, juntamente com Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Petrópolis remuneravam “melhor o seu professorado, havendo algumas [prefeituras] que, nesse particular, superam o Estado” (ABREU, 1955, p.106-107). Acrescentando ainda que “Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São

João de Meriti remuneraram o professorado melhor do que o previsto na tabela dos professores estaduais” (ABREU, 1955, p.148;150).

Se por um lado as prefeituras que pagavam melhor aos docentes alcançavam um aumento do ingresso de docentes diplomadas, “sendo já frequente nelas [prefeituras Petrópolis, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti] a exigência da apresentação de certificado de conclusão de cursos básico de nível médio – em geral, ginásio – além da prestação de concursos” (ABREU, 1955, p.151). Por outro a situação se agravava nas escolas de zona rural mais distantes, pois nesses casos:

na maioria dos municípios, não é possível contar-se senão com pessoas de nível de instrução primária, residentes no próprio local, o que aliás, constitui uma garantia do funcionamento da escola, o que não sucede plenamente o Estado que anualmente tem de preencher com elemento leigo, local, dezenas de escolas rurais que não são aceitas pelos diplomados que não se sujeitam a residir nas zonas mais afastadas (ABREU, 1955, p.151-152).

Em 1953 havia apenas 14% de professores leigos no estado do Rio de Janeiro, mas esse quantitativo poderia ser mais alto, uma vez que a contratação para as escolas de zona rural acabavam por ser de professores substitutos e contratados leigos, por conta também do baixo salário. Ainda em relação aos salários, o professor primário do estado não recebia promoções desde o ano de 1947, havendo apenas uma gratificação no valor de Cr\$150,00 mensais, que passou para Cr\$300,00 em 1954, para as condições explicitadas pela Lei do Magistério (ABREU, 1955, p.232).

Mesmo havendo em 1953 um alto número de professoras diplomadas(565), ainda sobravam vagas nos concursos realizados, no que corresponde às escolas de zona rural, atentando para isso a Lei do Magistério previa uma gratificação especial para professoras dessas regiões, haja vista que o salário não era atraente. Nesta direção, vale ressaltar que o salário juntamente com o desejo de deixar as escolas do interior eram aspectos que colaboravam diretamente para a evasão no magistério. Tendo como consequências a mudança de comportamento dos próprios professores que acabam por arrumar estratégias para “burlar as aulas” (ABREU, 1955, p.233-234).

Os afastamentos dos professores por diversos motivos, fazia com que uma única turma passasse por até três professoras no mesmo ano. Dentre os diversos tipos de afastamentos o que mais causava polêmica era os de “permissão de exercício” concedida para professoras casadas com servidores públicos, pois, estas eram professoras diplomadas que eram substituídas por professoras sem preparo. Ocorria ainda situações problemáticas em que as professoras concursadas não iam lecionar nas escolas para as quais eram aprovadas, dando um jeito de ficar

na Capital e também de professoras que depois de fazerem o curso de aperfeiçoamento em Niterói não voltavam mais para as escolas do interior (ABREU,1955, p.235-236).

A Lei do Magistério instituía uma série de interdições legais, um sistema de proibições e penalidades. Entre as proibições destacamos a impossibilidade de se manifestar na imprensa e outro meio críticas a autoridades ou a administração, assim como de promover ou consentir manifestações de caráter político partidário na escola ou levar os alunos a manifestações “sem prévia anuência de autoridade superior” (ABREU, 1955, p.92); “valer-se de sua autoridade a favor ou contra partido político, ou exercer pressão partidária sobre seus subordinados”; “incitar greves, e elas aderir, praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público” (ABREU, 1955, p.92).

Fora estas proibições estabelecidas para todos os docentes, havia no artigo 151 desta legislação um outro conjunto de impedimentos dirigidos especificamente aos professores primários, dentre estes recuperamos o impedimento de “deixar de observar os deveres relativos à obrigatoriedade de matrícula e a frequência escolar” e o impedimento de modificação do horário de aula “sem prévia autorização da autoridade a que estiver subordinado” (ABREU,1955, p.92).

Dentro do conjunto de artigos referentes às penalidades que os docentes poderiam sofrer, elegemos o artigo 161 que indicava a aplicação de demissão ou dispensa para os casos em que o professor revelasse “ineficiência, incapacidade ou falta de vocação para o magistério”. Sublinhamos também algumas prescrições do artigo 162, haja vista que ele também estabelecia uma série de aspectos outros que extrapolavam a vida profissional do docente:

- a) - apresentar, com falsidade total ou parcial, documentos, relatórios, atestados, mapas estatísticos ou de frequência, bem como livros de escrituração do estabelecimento ou de classe, a seu cargo, desde que o faça com dolo ou má fé;
- b) - *tiver no recesso da escola, procedimento incompatível com sua profissão;*
- d) - *ofender a moral pública e se dar ao vício da embriaguez;*
- j) - desrespeitar, ofender, caluniar, ou injuriar a autoridade a quem deva *obediência* ou *consideração* (ABREU,1955, p.94-grifos nossos).

Percebe-se desse modo que no curso do processo de funcionarização docente o Estado atua definindo os parâmetros de formação e ingresso na carreira, e instituindo normas que adentravam a prática docente e a vida privada do professor. Bem como constrói uma hierarquia entre os professores pautada em critérios de remuneração advindos de sua formação, em que esta também interferia na lotação do mesmo.

Diante do explicitado acima buscamos apresentar a seguir quais foram as contribuições dos poderes municipais para a constituição do magistério no novo município.

### 3.2.2 O magistério no quadro do funcionalismo municipal

Existia em 1947 uma “taxa de Assistência Social”, “cobrada por casa e terreno” destinada ao “pagamento ao professorado, alugueis de casa e material de consumo” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 6ª Sessão Ordinária, 10/11/1947, p.67).

A deliberação nº 9 de 18 de dezembro de 1947, apresenta os valores que os professores recebiam naquele período, na qual já era proposto um aumento salarial. O que pode indicar de certo modo a desvalorização econômica da classe na região. Na relação nominal<sup>51</sup> registrada na deliberação, constava a existência de quatro professores ocupantes do quadro suplementar, dentro dos padrões “G” e “F”, recebendo respectivamente “550,00” mensalmente e “6.600,00 anualmente” (DUQUE DE CAXIAS, 1947). A proposição feita transformaria todos esses padrões em “J”, ou seja, aumentaria igualmente os salários mensais para “850,00” e anualmente os proventos seriam de “10.200,00” (DUQUE DE CAXIAS, 1947). No quadro de extranumerário mensalista comparece a existência de 22 docentes<sup>52</sup>, que recebiam “450,00” por mês e “5.400,00” por ano. Com a nova proposta esses valores subiriam para “600,00” e “7.200,00” (DUQUE DE CAXIAS, 1947).

Esses dados demonstram a prevalência do professor mensalista, assim como indica também que sua mão de obra era mais barata, mas também revela a existência de tentativas de se melhorar a recompensa financeira dada ao professor (VICENTINNI, 2004), haja visto que em todos os enquadramentos acima evidenciados os docentes ganham abaixo do salário mínimo da época que era de 1.000,00 cruzeiros (ABREU, 1955).

A transformação de cargos docentes de natureza diferentes também foi pauta da Casa Legislativa. Em 1949 foi criado o cargo “de Professor de Educação Física” (IHCMDC, Livro 3, Ata da 17ª Reunião Ordinária, 29/07/1949, p.247). Contudo, comparece ainda que o vereador Luiz Peçanha (PSD) pensava “que não havia necessidade” da criação deste cargo (IHCMDC, Livro 3, Ata da 3ª Sessão Ordinária, 23/08/1949, p.266).

Em 1950 a deliberação nº 137 de 22 de novembro de 1950 reestruturava os cargos e funções de professores, assim recuperamos a seguir para melhor entendimento dessa nova organização alguns artigos deste aparato jurídico:

---

<sup>51</sup>Não trouxemos os nomes aqui, porque os nomes estavam cortados tanto no material disponível online quanto na fonte original.

<sup>52</sup>Não trouxemos os nomes aqui, porque os nomes estavam cortados tanto no material disponível online quanto na fonte original.

Art.2º - São elevados ao Padrão “Q”, os cargos isolados, padrão “N”, do Quadro Permanente (QP), ocupados pelos atuais professores que sejam portadores de diplomas do curso normal de escola oficializada.

§Único: os benefícios do presente artigo são extensivos ao cargo isolado de professor de Educação Física, padrão “N” do quadro III, que fica reclassificado no Padrão “Q”.

Art.3º- Ficam criados, no Quadro III, sete (7) cargos isolados, de provimento efetivo, de Professor Padrão “p”, os quais serão providos mediante aproveitamento dos atuais Professores extranumerários mensalistas e contratados que possuam o título a que se refere o artigo anterior.

Art.4º - Ficam criados no Quadro Permanente (QP), 25 (vinte e cinco) cargos isolados de provimento efetivo, de professor Padrão “N”, os quais providos mediante aproveitamento das atuais ocupantes das funções de professor extranumerário – mensalistas e Contratadas que tenham feito prova de habilitação, ou que contem mais de cinco (5) anos de serviço público.

Art.5º- Fica instituída uma gratificação de magistério na importância anual de CR 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzeiros anuais, a qual será paga por quinquênio completo de serviço, até o máximo de cinco (5) quinquênios, aos professores ocupantes de cargos a que se referem os arts. 2º, 3º e 4º.

[...]

Art. 9º -Ficam elevadas as atuais referencias de professoras extranumerário-mensalistas para a referência XI.

Art.10º- As atuais professoras contratadas passarão a perceber C\$900,00(novecentos cruzeiros) por mês.

Art. 11º- Fica elevada para C\$6.000,00 (seis mil cruzeiros) anuais a função gratificada de Inspetor de Ensino Municipal, do Quadro IV (DUQUE DE CAXIAS, 1950).

Esta deliberação comparece como alvo de muitas discussões no legislativo, uma vez que foi apontada como instrumento de favorecimento para a inspetora de ensino do período. Situação que nos permite entender como a legislação escolar também era usada com intuítos privados. Esta norma também indica a formação como critério para “melhores salários”, exigência que não aparece como critério para o aumento de gratificação da inspetora de ensino.

Na investigação sobre as pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar no município de Icapuí, no Ceará, região rural e periférica, Carvalho (2013) ressaltou que a estruturação do município possibilitou “formalização da atividade docente e estabeleceu dinâmicas sociais que envolveram a hierarquia de funções com o surgimento de novos agentes escolares e novas atribuições” (CARVALHO, 2013, p.243).Para o autor “a construção do município e a implantação de uma política educacional não foram concebidas como resultado de vetores externos, mas sim como parte de uma dinâmica social” (CARVALHO, 2013, p.244).

Neste mesmo ano, em Duque de Caxias, houve a aprovação deste projeto reestruturando os “professores municipais” (IHCMD, Livro 4, Ata da 10ª Reunião Ordinária,27/07/1950, p.165). Entretanto, o projeto foi vetado pelo poder executivo (IHCMD, Livro 5, Ata da 1ª Sessão Ordinária,03/11/1950, p.8). E o veto do prefeito por sua vez foi “rejeitado” pela Casa

“unanimemente” (IHCMDC, Livro 5, Ata da 10ª Sessão Ordinária, 21/11/1950, p.36). Cabe sinalizar que no corpus documental em exame não consta o teor deste projeto.

No final de 1950, por meio da deliberação nº 146 de 4 de dezembro, foram “criados no quadro III [...] 1 um cargo isolado de Professor de Higiene Escolar e Orientação Pedagógica, padrão ‘P’ [...]” (DUQUE DE CAXIAS, 1950).

Em 1951, a Câmara recebeu um “ofício nº 168-51-GP. do Prefeito, enviando projeto de deliberação transformando em cargo de professor de letras, o cargo atual de professor de educação física” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 27/03/1951, p.99). Essa solicitação de transformação de cargos suscitou divergências na Casa, além de dar a ver uma série de questões referentes a formação para adequação ao novo cargo, que esta transformação implicaria, como expressou o vereador Peixoto Filho (PTB):

Com a palavra o edil Peixoto Filho, disse que não podia compreender a transformação do cargo de professor de ginástica em professor de letras, a menos que a titular prove com diploma, que está habilitada para a nova função, e desde que também atenda às demais exigências das leis que regulam a questão, isso porque sabe de professores que ocupam padrão inferior a “G”, padrão que a moça professora de educação física, vai ocupar, com a transformação e que se verão preteridas por ela, se ocupar indevidamente, o novo cargo. Desde que atenda essas formalidades estará de acordo com a transformação, disse (IHCMDC, Livro 7, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, 23/04/1951, p.19-20).

Já o vereador Francisco Moura (UDN) sugeria “que, se a moça contar menos de dois anos de função votará pela extinção pura e simples do cargo, sendo-lhe lembrado que o caso é de transferência e não de extinção” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, 23/04/1951, p.19). A votação deste parecer obteve “um empate de 5 votos contra outros 5, dando o Sr. Presidente o voto de Minerva e desempatando pelo parecer, isto é, aprovando o parecer que opina pela transferência do cargo” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, 23/04/1951, p.20).

Em 1951, a Deliberação n.º 137 e o cumprimento da mesma continuava ocupando a atenção da Câmara e da Prefeitura. Em março de 1951, o vereador Milton Dias Pio (UDN) denunciava o “fato grave” pois “fora informado de haverem sido as professoras reestruturadas no ano recém-findo impedidas de usufruírem as vantagens da reestruturação quando os seus colegas de funcionalismo reestruturados muito depois, já haviam entrado no gôso de tal melhoria” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 15/03/1951, p. 64).

Essa reestruturação não agradou o poder executivo, de modo que em novembro deste mesmo ano o prefeito enviou um parecer à Casa “solicitando a revogação da Deliberação nº137” que tratava deste assunto (IHCMDC, Livro 16, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.151). Na reunião de discussão desta solicitação o vereador Waldyr

Medeiros (PR), como relator da matéria, apontou uma série de problemáticas existentes nesta proposição. Uma dessas incongruências era de que “Referindo-se ao artigo 3º da dita deliberação, disse que nela ficam creados 7 cargos efetivos no quadro de professores, no padrão P enquanto o Prefeito na sua mensagem crea cargos isolados” (IHCMDC, Livro 16, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.151). Nesta direção a fala do vereador Milton Pio (UDN) sinalizava que a proposta do prefeito colocava “uma diferença para menos” no salários das professoras que seria de “apenas cinquenta cruzeiros”. Este edil concordava com o pedido de revogação da reestruturação (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.152).

Outra problemática presente na Ata ora analisada, era de que os pagamentos dados as professoras não atendiam as normas estabelecidas, pois, conforme consta nos registros, no ano de 1951, embora a lei vigente 137 definisse “o ordenado de Cr\$900,00 para as professoras contratadas e o Prefeito, por alta recreação só lhes vem pagando Cr\$ 700,00” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.153). Essa afirmação não somente nos remete novamente a pensar a diferença entre o vivido e o instituído ao analisar as legislações escolares, tal qual propõe Faria Filho (1998), assim como pensar quais são os projetos e realidades que as mesmas expressam. Haja vista que se por um lado o valor do salário estipulado por lei revela de certo modo qual é o lugar do professor em determinada sociedade, o não cumprimento dessa norma também expressa modos de operar daquela sociedade. Bem como indica os caminhos das disputas entre o executivo e o legislativo. O descumprimento da lei representava para a Casa “desprestígio”, segundo o vereador Waldyr de Souza Medeiros (PR) (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.153).

No decorrer das explanações o vereador Francisco Moura (UDN) lamentava as despesas e “lembrou que existiam professoras ganhando menos do que um gari da prefeitura[...]” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.154).

Opinando sobre o tema, o vereador Milton Pio (UDN) revelava a preocupação com os gastos e o orçamento insuficiente, mas

Fazia empenho em declarar que não nutria nenhuma prevenção contra a classe de mestres -escola, pelo contrário, sentia impulsos de situá-los entre os mais bem pagos porque a eles a nação devia o que era e sem eles o nosso povo estaria imerso em trevas ainda piores (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.155).

Outra consequência da burla da lei nº137, segundo comparece nas Atas é de “que [o] ressarcimento nos vencimentos desses professores irá acarretar grandes despesas para a Prefeitura ou melhor, para o povo que é quem paga tudo isso” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.154).

Dessa forma com o intuito de dar conta de cumprir as determinações da Lei 137, o vereador Waldyr Medeiros (PR) propôs uma “emenda elevando para mais Cr\$350.000,00 a receita para 1952” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 17ª Reunião Ordinária,27/11/1951, p.159).

Notou-se também a interferência por parte do legislativo no que se referia a lotação das professoras junto ao prefeito. Em 1951, o vereador José Peixoto Filho (PTB) juntamente com outros vereadores através de indicação “solicitando que seja sugerido ao senhor Prefeito a designação de uma professora para lecionar no Curso Noturno de Alfabetização de adultos” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 15ª Reunião Ordinária,26/07/1951, p.118). A escola que abrigaria esta professora seria “Escola Aquino de Araujo”, contudo, “o vereador Milton Pio esclareceu que o pensamento do autor é pedir um professor do curso diurno e que por engano é que estava o contrário” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 6ª Reunião Ordinária,09/11/1951, p.88). Bem como “a nomeação de uma professora para a Igreja Metodista, na Avenida Rio – Petrópolis nº 2.273” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 12ª Reunião Ordinária,20/11/1951, p.125).

No segundo semestre de 1952 o vereador Alves Branco propôs o “Projeto n. 8-52[...] criando 20 funções de professores rurais” (IHCMDC, Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária,30/09/1952, p.141). Tal proposição foi considerada inapropriada pela Casa, uma vez que era “inconstitucional”, porque “Criando despesa, o projeto teria que vir do prefeito, consoante a lei e não de um membro do Legislativo, que não pode tomar essa atitude”. E também devido ao fato de não existirem esse tipo escolas no município (IHCMDC, Livro 12, Ata da 18ª Reunião Ordinária,27/03/1953, p.78).

Ainda neste ano Em 1952 o vereador Sá Rêgo (UDN) denunciava a diminuição e não aplicação de verbas por parte do prefeito para com a educação. Diversas foram as reuniões em outubro deste ano em que o vereador retomava a discussão desta temática na Casa Legislativa. Segundo ele:

[...]o prefeito procedia criminosamente quanto encarecia a anulação de verbas como a de n.8-44 de Cr\$ 300,000,00, destinada a construção e reconstrução de escolas, da qual ficam, apenas, Cr\$ 800,00. [...] A seguir mencionou a verba 3-32 destinada ao pagamento da reestruturação das professoras que não foi aplicada, muito embora o veto de prefeito houvesse caído na Câmara. Éra outra ilegalidade e outra injustiça-disse-, por lembrar outras verbas do mesmo estilo, óra prejudicadas pela mensagem [...] Disse que a cidade precisava de escolas (IHCMDC, Livro 10, Ata da Reunião Extraordinária, 13/10/1952, p.174).

Foi redigido pelo deputado Almeida Franco, em 1952, um projeto que aumentava o salário das professoras para “Cr\$ 6.200,00” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 13ª Reunião Ordinária,19/11/1952, p.82).

Os contratos irregulares das professoras “eram válidos até o dia 31 de dezembro” (IHCMDC, Livro 12,Ata da 7ª Reunião Ordinária,11/03/1953, p.14),e conforme apontava o

vereador Corrêa Lima (UDN) “o prefeito aguardava que as contratantes denunciasses-nos para que outros fossem firmados” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/03/1953, p.14). Acrescentava que “podia afirmar que os novos contratos estavam sendo feitos de conformidade com o orçamento” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/03/1953, p.14) e que como “servidouras municipais, competia ao Executivo preservar-lhes os direitos” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/03/1953, p.14). Nesse contexto, para o vereador Peixoto Filho (PTB) os “salários são miseráveis e constituem até um estímulo à perpetuação do analfabetismo” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 9ª Reunião Ordinária, 13/03/1953, p.29).

Notamos as solicitações de contratos para professoras em bairros específicos, à exemplo da “indicação n. 32-53, do edil Peixoto Filho (PTB), sugerindo o contrato de 2 professoras para as escolas do bairro Santa Lucia” (IHCMDC, Livro 12, Ata da 14ª Reunião Ordinária, 23/03/1953, p.54). O que pode indicar a carência de professoras nesta localidade e parte das barganhas feitas entre vereadores e população por troca de favores, votos. Ou seja, o direito à educação virava um favor, uma concessão feita pelos vereadores.

Em 1953 o cenário educacional em Duque de Caxias, segundo o vereador Sá Rêgo (UDN) estava “cheio de irregularidades cometidas pelo Prefeito, de modo que:

[...]aonde cabiam apenas 2 professores referência “F” o prefeito nomeara 7, e assim sucessivamente em outras referências, inclusive contratando mestras novas em referências elevadas em detrimento de outras já existentes; Continuando alinhou outros dados, como sejam a coexistência de 33 professores nas bases de CR\$ 2.000,00, CR\$ 1.800,00 e CR\$1.400,00 excedendo-se em número e em importância ao que a lei faculta. Queria saber de que modo o prefeito iria pagar a essa gente admitida sem audiência da Camara, como se portariam seus colegas face a tanto desrespeito (IHCMDC, Livro 12, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 08/06/1953, p.151-152).

Embora o salário mínimo já fosse determinado por lei, como se pode notar esse direito não fora assegurado para as professoras contratadas, tendo isto em vista o vereador Peixoto Filho (PTB), através da “indicação 30-53” pedia melhores salários para as que as professoras “não percebessem vencimentos abaixo do salário mínimo que, no Município, é de Cr\$ 1.000,00” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 14/07/1953, p.13-14).

Ainda neste mesmo ano o executivo criava “os quadros do professorado municipal” (IHCMDC, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, 08/06/1953, p.140). Esta deliberação foi vetada pelo executivo em 1954 (IHCMDC, Livro 12, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, 25/01/1954, p.30). Segundo o vereador Sá Rêgo (UDN) este trâmite foi longo e “terrível”, em que “continham pareceres, vetos, e outros equívocos, sem uma solução esclarecedora” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 10ª Reunião Ordinária, 16/03/1954, p. 73-74).

A proposta aprovada pela Casa previa “2 professores do padrão G”, três professores do padrão “F” e trinta professores do padrão “D” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 12ª Reunião Ordinária, 18/03/1954, p. 80).

Ressaltamos nesta direção que foi colocado pelo vereador Sá Rêgo (UDN) numa das reuniões de março de 1954, diversas quantias pagas aos professores em Duque de Caxias, de modo que indica as diferentes formas de relações de trabalho existentes. Segundo ele “nas folhas de pagamentos figurassem professores com 300, 400 e 600 cruzeiros, havendo até deles com [...]30 cruzeiros. Não se sabe se é relativo a dias ou horas-frizou-, porque as folhas nada esclarecem” (IHCMDC, Livro14, Ata da 10ª Reunião Ordinária, 16/03/1954, p. 73-74).

Vencimentos abaixo do salário mínimo, proposições legais que além de não equipararem essas quantias, ainda não eram cumpridas, são cenas pintadas em Duque de Caxias que indicam como as legislações e as discussões criadas e realizadas pelo legislativo expõem as nuances da desvalorização econômica das docentes em Duque de Caxias. Jara (2017), ao investigar o processo de funcionarização de um grupo de 22 professores e professoras primárias que lecionavam em Iguazu, apontou que “no decurso de 24 anos (1893-1919) não houve valorização salarial [...]” dos docentes (JARA, 2017, p.199).

Vale atentar que o município comparece no relatório da CILEME como um dos que melhor remunerava seus professores, contudo, quando adotamos uma outra escala de observação, através dos exames das Atas da Câmara municipal o que consta é uma situação totalmente diferente: um professorado mal remunerado. Do mesmo modo enquanto a Lei do Magistério coloca formas lineares e homogêneas para o trato como os docentes, as Atas nos oportuniza conhecer no município um movimento muito mais dinâmico dos sujeitos políticos e de seus interesses, em que pudemos “compreender a maneira pela qual eles intervêm na produção desses processos” (REVEL, 2010, p.442) de agenciamento da educação pública, que neste caso esteve pautado no clientelismo e na barganha. Concomitante aos aspectos acima apresentados também nos importa conhecer a concepção de docente no município.

### **3.3 “Classe sacrificada” que exercia “elevado mister”: as ambiguidades de ser docente em Duque de Caxias**

Levando-se em consideração os aspectos anteriormente mencionados buscamos investigar quais valores sociais eram atribuídos ao ofício do magistério nas discussões registradas nas Atas da Câmara Municipal. As discussões realizadas na Câmara Municipal atestam o aproveitamento de professoras municipais em cargos que nada tinham em comum

com a docência. No ano de 1947, por exemplo, uma das reuniões revela a atuação de uma “professora, paga pela prefeitura” como secretária do delegado Florestal da cidade. De forma que a Casa pediu que a mesma fosse “imediatamente lotada” numa “das escolas do município” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 13ª Reunião Ordinária, 21/11/1947, p.119-120).

Segundo as Atas, nas palavras do vereador Helio Soares (PR) era preciso “que quando tratarmos de assuntos referentes a funcionários públicos façamos com mais carinho, pois, é uma classe que sempre foi prejudicada pelos poderes públicos” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 9ª Sessão Ordinária, 14/11/1947, p.93). A exemplo disso o vereador Hermes Azevedo (PST), “declarando que onde reside, existem diversas escolas e professoras sem ordenados oficiais, e que dentro em breve vai apresentar um projeto a respeito” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 8ª Sessão Extraordinária, 28/11/1947, p.183).

Foi possível localizar também nas Atas reclamações por parte da população em relação às professoras. Os moradores de “Xerem” afirmavam “que a única escola existente a professora não comparece para dar aulas dois meses” (IHCMDC, Livro 1, Ata da 4ª Sessão Ordinária, 06/11/1947, p.52). Encontramos reclamações referentes à outra localidade do Município também:

[...]o vereador José Rangel, pedindo que a Camara reclame do senhor Prefeito providencias sobre a escola de Atura, a professora da referida escola, não da aulas na mesma e sim na sua residência, e fazendo os alunos de criados, obrigando-os a tomarem conta dos seus filhos menores e outros serviços (IHCMDC, Livro 1: Ata da 4ª Sessão Ordinária, 06/11/1947, p.52).

O exame das Atas indica que “na Escola do Parque Lafaiete as professoras não comparec[iam] para dar aulas” (IHCMDC, Livro 2, Ata da 13ª Sessão Ordinária, 04/11/1948, p.203). É preciso evidenciar que embora houvesse casos em que as professoras cabulavam a aulas, havia também, por outro lado professoras com sobrecarga de trabalho, conforme afirmava o vereador Castello Branco (UDN), caso que ocorria nas “Escola Centenário” e “Escola Monte Castelo” em que as professoras “trabalha[vam] sozinha[s] com treis turmas” (IHCMDC, Livro 2, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 14/07/1948, p.124-125).

Como já mencionamos, os memoriais eram uma das formas dos moradores solicitarem resolução de seus problemas mais imediatos, nesta direção foi encaminhado o “Memorial de morador de Pilar, 2º distrito deste Municipio com relação a substituição de uma professora” (IHCMDC, Livro 2, Ata da 2ª Reunião Ordinária, 05/07/1948, p.83) o que explicita a participação da população na lotação de docentes.

Além das reclamações por faltas, havia também tentativas de intervenção e fiscalização da atuação docente por parte do poder executivo. Em 1949 o vereador Luiz Peçanha (PSD) “solicita a mesa que seja oficiado ao senhor Prefeito, pedindo providencias sobre a professora

do Centenario porquanto a mesma fas voltar os alunos que vão a escola sem uniforme” (IHCMDC, Livro 3, Ata da 9ª Sessão Extraordinária, 03/06/1949, p.143).

O trecho a seguir demonstra como alguns conflitos iam se desenrolando na cena da cidade, de forma que até as empresas privadas eram usadas nos ataques:

O vereador Waldemar de Almeida leu o seguinte discurso: [...]Verte a minha alocação, por haver o cidadão Armando Genovesi, gerente e oculto proprietários da Empresa de Força e Luz de Imbariê, como represália por haver “O Jornal do Povo”, de trinta do corrente, solicitando a boa vontade dos dirigentes da Empresa para que verificassem a falta de luz existente no braço de iluminação publica, cortado os fios que conduziam luz a mesma e levado a Arandela para o deposito. Trata-se de uma impertinente e insultosa ação contra o jornal, visando direta e imediatamente o Prefeito Municipal do Municipio, por haver nomeado para a Escola de Imbariê, a senhorinha Edilha Rodrigues Pereira, lá colocada no ultimo concurso, filha de um desafeto, residente na casa frontal a lâmpada que se encontrava apagada. Francamente, não sei desde quando as Empresas particulares podem a seu bel prazer modificar a estrutura dos convênios que estabelecem com os poderes públicos, sem lhes prestarem obediência [...] (IHCMDC, Livro 3, Ata da 5ª Sessão Extraordinária, 07/05/1949, p.119-120).

Num caso de despejo que houve no município por conta da falta de pagamento dos aluguéis, o que foi questionado não fora o próprio atraso do aluguel ou o tempo de atraso (14 anos), mas o que foi colocado em questionamento foi a competência da professora. Ao passo que inicialmente o vereador Castello Branco (UDN) “pergunta se a professora estava matriculada na Inspeção de ensino”, posteriormente o vereador Anaias Sant’Anna (UDN) “declara que a professora e[sic] analfabeta” obtendo logo como resposta do vereador Hermes Asevedo (PST) “[...]que a Inspeção do Ensino é quem tem autoridade para dizer que a professora e[sic] analfabeta” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 8ª Sessão Ordinária, 17/03/1950, p.55). Xavier (2014, p.831) aponta que o descrédito que a sociedade reserva ao professorado advém da não observância das “potencialidades e limites da escola e do papel do professor”.

A professora em questão “senhora Francisca do Nascimento Cruz” enviou um memorial “prestando esclarecimentos sobre o caso da escola Dr. Manhães” (IHCMDC, Livro 4, Ata da 14ª Sessão Ordinária, 31/03/1950, p.70). Informamos que o conteúdo do memorial não estava nas Atas.

A Deliberação n.º 137 foi alvo de muitas discussões no legislativo ao longo do ano. Em julho o projeto havia sido aprovado pelos vereadores (IHCMDC, Livro 4, Ata da 10ª Reunião Ordinária, 27/07/1950, p.165). Mas, meses depois, o projeto foi vetado pelo poder executivo, que encaminhou um novo projeto (IHCMDC, Livro 5, Ata da 1ª Sessão Ordinária, 03/11/1950, p.8). O projeto do prefeito foi apreciado por duas comissões: a de Constituição, Justiça e Redação e a de Finanças e Orçamento. A Câmara rejeitou o veto do prefeito por “unanimidade”, mantendo o projeto anterior (IHCMDC, Livro 5, Ata da 10ª Sessão Ordinária, 21/11/1950,

p.36). Na mesma sessão discursou o vereador Oldemar de Almeida Franco(PR) que festejava “o apoio unânime da Casa” na aprovação de uma lei e que:

[...]estava plenamente feliz porque quizer a Providencia, que êle lograsse, com o apoio unânime da Casa, a aprovação de uma lei que, mau grado não ser o prêmio compensador e digno de uma classe das mais sacrificadas, éra contudo, um pequeno bálsamo, um pequeno refrigério para os seus sofrimentos[...]a lei que minutos antes a Câmara aprovara, possibilitando a uma *classe sacrificada*, de laboriosos servidoras, meios materiais mais condizentes com o seu *elevado mister*, e que eram de leis assim, propugnando o bem da Coletividade, que sempre preocupara à Casa (IHCMDC, Livro 5, Ata da 10ª Sessão Ordinária,21/11/1950, p.37-38-grifos nossos).

Cabe sinalizar que no corpus documental em exame não consta o teor do projeto, e que tivemos acesso ao conteúdo da versão final da Deliberação, disponível no site da Câmara Municipal de Vereadores de Duque de Caxias (DUQUE DE CAXIAS, 1950).

Os vereadores da segunda legislatura também tratavam de denunciar e criticar o não comparecimento das docentes nas escolas em Duque de Caxias. Em 1951 o vereador Antonio Corrêa Lima (UDN) solicitava “informações sobre a ausência da professora Marina Carrilho Lopes” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 17ª Reunião Ordinária,27/11/1951, p.156).

Em 1951, o vereador Milton Dias Pio (UDN) levava “ao conhecimento da Casa que lhe foi dada comunicação da existência de uma professora pública, aproveitada, na Prefeitura, como dentista”, mesmo não sendo “diplomada nesse mister, estando essa professora, contratada como extranumerária mensalista para exercer a odontologia”. De forma que solicitou “informações do Prefeito a respeito do que relatara” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 9ª Reunião Ordinária,16/03/1951, p. 78).

Neste mesmo ano, o vereador Milton Dias Pio (UDN) indicou outras formas de condições do trabalho docente na região, o que de certo modo revela qual era a concepção de magistério que imperava:

[...]já sacrificadas professoras haviam-se sujeitado a assinar contratos precários afrontosos, como se elas não fossem as mártires do sistema social em que vivemos, este último pormenor como a pior das surpresas infligidas a uma classe digno de melhor sorte e do amparo dos Poderes Públicos (IHCMDC, Livro 6, Ata da 8ª Reunião Ordinária,15/03/1951, p. 64).

Ainda em atenção ao assunto, Dermeval Lage de Barros (PSD) procurou indicar que a prefeitura estava prejudicada pela legislatura passada e por isso estava o “Sr. Prefeito a braços com tremendas dificuldades para ocorrer às despesas com o ensino primário que não pode faltar”. Diante da situação, conclamava que “que ante o fato consumado só restava unirem-se todos para encontrarem a fórmula capaz de remediar o mal que aqueles falsos defensores do povo deixara como lastro dos seus crimes”. Sugeriu que “se nomeasse uma comissão para estudar o assunto, de interesse geral, posto que se pretende socorrer os mestres dos nossos filhos e dos filhos do povo” (IHCMDC, Livro 6, Ata da 8ª Reunião Ordinária,15/03/1951, p. 64-65).

Em consonância com as Atas essas professoras eram “diplomadas” que “foram despedidas e que agora estão sendo constrangidas a assinar contratos precários com o Município, perdendo um direito adquirido[...]” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 9ª Reunião Extraordinária, 24/04/1951, p.27 -28).

Embora o magistério fosse para o vereador Moacyr Alves Branco (PTB) como “sacerdócio sagrado e sublime”, o mesmo chamava atenção para o fato de que “existam maus professores e proprietários de colégios a mercantilizarem e deslustrarem o ensino, convertendo [...], em réles balcão de negócios” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 8ª Reunião Ordinária, 15/03/1951, p. 65).

O magistério comparece ainda nas Atas como “importante [...]para o progresso da cidade” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 9ª Reunião Extraordinária, 24/04/1951, p.27). Assim sendo verificamos a solicitação de um “requerimento do vereador Antonio Carlos Sá Rego e outros solicitando junto as Empresas de ônibus passes para as professoras” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 6ª Reunião Ordinária, 13/07/1951, p.93). Nesse sentido, destacamos a iniciativa do vereador Sá Rêgo (UDN), através da proposição de projeto “solicitando às empresas de ônibus, passes para os professores” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 18ª Reunião Ordinária, 30/03/1952, p.127).

Entretanto para o vereador Wilson Bastos Ruy (PTB), “[...]o problema da educação” era a ausência de “professores capazes de bem ministrar o ensino” (IHCMDC, Livro 7, Ata da 21ª Reunião Extraordinária, 21/06/1951, p.65-66).

A fala do vereador Francisco Moura (UDN) expressa numa das reuniões em que se denunciava o pagamento do professorado inferior ao definido por lei elenca diversos aspectos da profissão docente na região, tais como: o salário baixo, a diferença de salários entre professores efetivos e contratados por conta da formação, e o magistério como sacerdócio:

Manifestou-se francamente favorável a que se desse boa remuneração aos professores, porque eles bem merecem pelo muito de grandioso que fazem pela cultura do nosso povo. Chamou a atenção dos seus pares para os professores contratados que percebem salários insignificantes e que são tão dignos quanto os efetivos, embora possuam apenas o curso primário. É de opinião que não pode haver economia mais estúpida do que aquela que se faz às custas dos professores porque o Brasil tem uma tara tremenda de analfabetos e é doloroso referir que, no Gramacho, ele já deparou com uma escolas bem dotada de tudo porém sem o mestre. Deve-se economizar com gastos supérfluos. Seu combate é contra os mestres preguiçosos e desonestos que prejudicam à infância, mas, quando se trata de favorecer uma classe digna, como é a das professoras primárias, julga que se deve fazer todos os sacrifícios para que eles sintam estímulo no prosseguimento do sacerdócio gloriosos que abraçaram (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.154).

Em seguida o vereador Wilson Bastos Ruy (PTB) expunha a situação ambígua em que o professor vivenciava, pois, ao mesmo tempo em que o seu fazer era tido como importante para a sociedade, era também invisibilizado:

Comparando a grandeza do magistério, citou o cotejo que certo país instituiu para comemorar o dia do trabalho onde, entre muitas razões virtuosas, sobressaiu-se a do professor que, pela grandiosidade da sua obra, enfeixava intrinsecamente todas as demais, porque os sábios julgadores partiam do pressuposto de que, sem cultura, nada é possível. Tudo quanto devia dizer mais, não podia se comparar com esse sábio exemplo oriundo da Azia Milinária, porque o professor, é, na verdade, o paradigma dos que trabalham porque é em razão da sua obra anônima e ingrata que o homem se ilumina e as nações progredem (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.154).

O vereador Moacyr Alves Branco (PTB) “vía nelas [professoras] o lume imperecível que ilumina à mente infantil do que são hoje as nossas creanças e do que serão, amanhã, os guardiões desta imensa Nação” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.155). Salientava ainda que em 1951 “Mais, de cinquenta por cento das creanças de Caxias carecem de professores, sendo isso um fator de desgraça para o Município” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.155).

Dentro do conjunto de dados analisados consideramos que a proposição de benefícios para a classe de professores primários constitui-se de certa forma como indicativo da concepção do que era o magistério para as classes ou frações de classes representadas na Câmara de Vereadores. Sendo considerado pelo vereador Dias Pio (UDN) “como justo e necessário” (IHCMDC, Livro 9, Ata da 18ª Reunião Ordinária, 30/03/1952, p.127).

No ano seguinte num quadro em que escolas foram fechadas, o não comparecimento das professoras para lecionarem também foi relatado pelo vereador Gonçalves Moura (UDN) que indicava que além da insuficiência do número de escolas, havia escolas nas quais:

O requerimento seguinte é do edil Gonçalves Moura, solicitando reabertura de escolas. Orando o seu autor, justificou-o ressaltando a falta de escolas e ainda as irregularidades existentes nas que funcionavam, onde os professores, ao contrário dos alunos, são os que menos aparecem. Apontou, como exemplo fragante, a escola do Gramacho e a seguir ouviu do seu colega Lage de Barros a informação de que muito pior não eram as faltas, mas sim a existência de professoras que servem apenas para vir receber os ordenados (IHCMDC, Livro 9, Ata da 17ª Reunião Ordinária, 28/03/1952, p.115).

À exemplo de denúncias de professoras faltosas, também era comum em Iguazu “professoras concursadas que não comparece[iam] para tomar posse e entrar em exercício, e outras que se apresentaram na escola um dia, e não voltaram”. Assim professoras que “começaram a trabalhar” e logo encontravam uma forma de serem transferidas ou de conseguirem licença (DIAS, 2014, p.2016).

Em 1952, o vereador Bastos Ruy (PTB) reclamava que na escola de “Santa Cruz” uma única professora dava conta de dois turnos e que o fato era “tanto mais alarmante quanto absurdo” porque o município contava com “75 mestres no quadro especializado” sugerindo, assim, que havia professores que poderiam estar lotados naquela escola (IHCMDC, Livro 9, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, 23/04/1952, p.142-143).

Ajudava também a compor o cenário do magistério municipal a falta de “planejamento” para as ações educacionais e a insinuação de que aspectos físicos das professoras prevaleciam sobre a capacidade profissional no ato da seleção:

Com a palavra o edil Milton Pio, aludiu à classe de professoras Municipais, dizendo da necessidade de planejamento e capacitação para dirigir o ensino, sem o que tudo se resumirá no cáus que se observa na Comuna, onde os dotes físicos, a beleza e a coqueterie têm mais importância do que a competência e a morigeração. Em vez de singeleza e austeridade, requerer-se belos palminhos de cara de cabeça ôca que nada ensinarão à creanças (IHCMDC, Livro 11, Ata da 17ª Reunião Ordinária,25/11/1952, p.95).

As disputas de poder também ocorriam no tocante a nomeação das professoras, pois nas palavras do vereador Zulmar Baptista (PR) esse “mal éra consequente do espírito de vindicta que anunciava o prefeito, que desejava alijar todas as professoras que fossem de famílias ou de relações dos seus adversários” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 17ª Reunião Ordinária,25/11/1952, p.95). Segundo as palavras do vereador Dias Pio (UDN) no “Pantanal” uma professora “fora suspensa pelo prefeito, como prelúdio e amostra da sêde de vinchicta que possui o chefe do Executivo ante a derrota sofrida” na eleição da mesa diretora da Câmara -especificamente do presidente (IHCMDC, Livro 11, Ata da 1ª Reunião Ordinária,03/03/1953, p.180).

Em 1954, a fala do vereador Dias Pio (UDN) além de explicitar essas disputas, dizia sobre outros modos da relação público privado na cidade, tendo como plano de fundo o clientelismo, pois, de acordo com ele “às escolas públicas que não têm professores como seria de desejar apontou o emprego delas em educandários particulares. Disse que em algumas escolas haviam encerrado suas atividades porque os professores não podiam ensinar em escolas de iniciativa de adversários da Coligação” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 14ª Reunião Ordinária,22/03/1954, p.85). Acrescentou ainda que “os favores políticos não podem fazer com que 17 edis silenciem a verdade” (IHCMDC, Livro 14, Ata da 14ª Reunião Ordinária,22/03/1954, p.85).

A história da profissão docente que encontramos na análise das sessões da Câmara Municipal de Duque de Caxias converge com os apontamentos feitos por Vicentinni (2014) acerca das diferentes imagens atribuídas e construídas ao professor. Neste sentido a autora destaca dois pontos importantes para tal reflexão, a saber: que há ambiguidade entre a recompensa financeira em detrimento da recompensa simbólica e que as identidades forjadas pelos professores e para os professores são flutuantes, ou seja, em que em dado momento nem mesmo a recompensa simbólica existe.

O conjunto de dados acima relacionados colocam em evidência a dicotomia existente entre o reconhecimento social da função e a precariedade da condição do funcionalismo público sempre vulnerável aos interesses clientelistas.

### 3.4 Os usos da inspeção escolar

Embora a Comissão de Higiene e Instrução tivesse a função de zelar pelos assuntos educacionais do município, foi criado o cargo de inspetor escolar que pode ser entendido como uma iniciativa do poder executivo para atuar mais diretamente em matéria educacional. Portanto havia dois entes fiscalizadores da educação em Duque de Caxias, a Comissão enquanto representante do poder legislativo e o inspetor de ensino como representante do executivo.

Nos meandros da discussão sobre a reestruturação ou não das professoras municipais foram pontuadas duas questões referentes ao funcionamento da inspeção escolar no município: a primeira é que a “gratificação de Cr\$ 6.00,00 em favor do Inspetor de ensino, que não foi erradicada da mensagem, talvez por ser a inspetora uma pessoa que o prefeito não deseje prejudicar” e a outra foi de que “inexiste trabalho eficiente e real na inspeção do ensino” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.152), o que nos permite entender a criação deste cargo como uma iniciativa do município para atuar em matéria educacional, mas também como um instrumento na correlação de força entre poderes municipais.

Em 1951 já na segunda legislatura é que as discussões sobre o inspetor de ensino comparecem nas Atas. Foi também neste período que denúncias sobre suposto beneficiamento da prefeitura ao cargo de inspetor municipal do ensino surgiram, pois esse cargo não havia recebido, no projeto do prefeito, alteração do que havia na Deliberação n.137<sup>53</sup>. Neste contexto o vereador Waldyr Medeiros (PR) assinalava que embora a legislação 137, que reestruturava os cargos e funções de professores municipais, em nada favorecesse o professorado, “era boa para inspetora” (IHCMDC, Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.152).

Em diversas sessões eram realizadas queixas a respeito do trabalho realizado pela inspetora de ensino. O vereador Antônio Correa Lima (UDN) apontou que “a inspetora não cumpre fielmente seu dever, para isso exibindo um livro de ponto de uma escola onde ela não comparece e aonde favorece com dispensas do trabalho, a professora lotada, que é irmã da

---

<sup>53</sup> Essa deliberação tratava da reestruturação dos professores.

funcionária que trabalha no Gabinete do Prefeito” (IHCMDC, Livro 8 Ata da 16ª Reunião Ordinária, 26/11/1951, p.153).

No decorrer da análise do material deparamo-nos com outras queixas sobre a atuação da inspeção no município, que revelam de certo modo aspectos da relação inspetora municipal - professoras contratadas:

Na tribuna o edil Lage de Barros, reclamou a falta de ordem que está reinando no setor da educação, onde as professoras entrando de porta em porta, procuram em vão, justiça para seus direitos. Em troca, recebem remoções e diretrizes contraproducentes, além de humilhações e asperezas da inspetora de ensino. O edil Adolfo David fez sentir que esse tumulto no ensino é devido aos desacertos dessa inspetora que, segundo consta, acaba de ser exonerada daquele alto cargo. O orador apontou a falta de rumos, no Ensino, fato que não se deu com a velha inspetora, professora diplomada e conhecida do “nietier”. O edil Milton Pio informou que essa inspetora – D.ª Amélia Ramôa-, fora mandada para Pilar como medida punitiva. O orador considerou todos esses percalços, sentenciando que os seus malefícios só se refletiam sobre as mestras que realmente trabalham, como no caso das contratadas que não vêm recebendo o salário legal, por um procedimento ilegal do prefeito (IHCMDC, Livro 12, Ata da 7ª Reunião Ordinária, 11/03/1953, p.15)

Embora as professoras contratadas tivessem sido enaltecidas na fala acima, Dias (2014, p.216) aponta que os mapas de frequência revelam que estas professoras eram mais “suscetíveis” a maior circulação por “serem contratadas”. Não sendo essas mudanças restritas somente ao início do ano letivo.

Abreu (1955) aponta no relatório da CILEME que as prefeituras mantinham o serviço regular de inspeção do ensino municipal e em algumas havia bastante organização neste serviço (ABREU, 1955, p.146), ainda que fossem raros os casos de ação conjugada entre as prefeituras e o serviço de inspeção estadual. Apenas algumas prefeituras possuíam regulamento e programas próprios, sendo mais comum que as prefeituras acompanhem os programas de ensino e de avaliação elaborados pelo poder estadual (ABREU, 1955, p.146). Cabe assinalar que “o serviço de inspeção e de estatísticas, mais do que buscar mensurar uma realidade, procurava instituí-la ao definir critérios para a criação e o funcionamento do ensino, o povoamento das escolas e a distribuição do magistério” (DIAS, 2014, p.123).

A inspeção escolar das escolas primárias particulares ficavam à cargo do estado, e esta era “mais teórica do que prática; com professores não habilitados e diretores nem sempre atentos a cumprir obrigações”, nas palavras de Abreu (1955, p.216-217).

Muitos eram os afazeres dos inspetores:

[...]tarefas de visitar as escolas, atestar o exercício do magistério, autorizar os atos de nomeação e dispensa dos substitutos, licenças até 8 dias, justificativas de faltas; atestavam o uso dos prédios alugados; faziam o controle da estatística, assinavam certificados de habilitação dos alunos e organizavam os exames. Ficou aos inspetores do ensino primário e profissional a coordenação dos trabalhos nas regiões escolares, sobretudo exercendo atividades de direcionamento pedagógico, promoção de reuniões e palestras e cursos (ABREU, 1955, p.113).

Nesta direção, segundo Abreu (1955) embora os encarregados da inspeção escolar (devessem ter como foco a orientação dos professores) muitas eram as suas tarefas e acabavam não conseguindo realizar a que lhe deveria ser mais cara. Embora, alguns Chefes de Inspeção se esforçassem em fornecer algum auxílio aos professores, isso era restringido às questões burocráticas e não às pedagógicas, tal qual como acontecia na grande maioria dos casos, das visitas às escolas (2 visitas por ano). Havia poucas exceções quanto a iniciativas diferenciadas. Também nesse quesito as escolas de zona rural eram menos amparadas (ABREU, 1955, p.240-242).

As visitas dos inspetores podiam ser atestadas pelos mapas de frequência, pois, havia um campo denominado “Autoridades” que alocava informações, tais como “o nome, o cargo e a data em que o visitante esteve na escola, além do número de alunos encontrados (DIAS, 2017, p.237). Para o período de 1929-1939 Dias (2014) destaca o registro de visitas de prefeitos de Nova Iguaçu.

Comparece nas Atas que a inspetora de ensino não se importava com “o progresso do ensino”, “era a única culpada pela situação em que se acha o ensino municipal” e que não tinha “competência”, pois, segundo o vereador Souza Medeiros (PR), ela “não se preocupando senão com assuntos que dizem respeito às vidas de outros funcionários, essa inspetora deixa ao abandono as escolas” (IHCMDC, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 21/05/1952, p.161).

Ainda segundo este vereador baseado no “abaixo assinado [...] encabeçado pelo Sr. Arlindo Coêlho e numerosos moradores da Vila São Luiz” muitas crianças daquele bairro que só tinham aquela escola, estavam sem estudar porque as aulas foram paralisadas por 5 meses por conta de uma obra que deveria ter ocorrido no período de férias e não foi feita (IHCMDC, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 21/05/1952, p.161).

Em 1952 as professoras municipais estavam numa situação na qual foram contempladas com a reestruturação prevista da legislação, mas não receberam o pagamento dos aumentos devidos, o que gerou nas palavras do vereador Sá Rego (UDN) um “estado de confusão das professoras, com salários disparatados e situações discutíveis” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 18ª Reunião Ordinária, 26/11/1952, p.99). Com o intuito de resolver este problema a Casa propôs, segundo esse vereador, um “aumento de receita, elevando-a para vinte milhões de cruzeiros, sem contudo criar novos impostos” para que as docentes recebessem o aumento (IHCMDC, Livro 11, Ata da 18ª Reunião Ordinária, 26/11/1952, p.98).

Em reunião posterior, consta que até dezembro de 1952 havia ainda um “estado de terror-pânico existente no magistério primário, onde, por caprichos da sua inspetora, as

professoras estavam até a data, sem receberem seus vencimentos” (IHCMDC, Livro 11, Ata da 4ª Reunião Ordinária, 17/12/1952, p.132).

Em 1953, o vereador Dias Pio (UDN) reclamava sobre as relações clientelísticas desempenhadas pela inspetora de ensino, pois, de acordo com o mesmo a inspetora possuía uma conduta “aliciante” e “pretende homenagear o Sr. Almeida Franco por contribuição nominal das professoras [...] Em vez de tal servilismo, que fossem induzidas a encerrar o ano letivo com festividades adequadas e destinadas às crianças” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 17ª Reunião Ordinária, 26/11/1953, p.171). No mês seguinte o vereador Ribeiro Alves (PSD) solicitava do prefeito informações sobre a “inspetora de ensino Iracy Silveira” (IHCMDC, Livro 13, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, 03/12/1953, p.189).

Por mais que o poder de fiscalização do ensino da Comissão de Higiene e Instrução não tenha sido atestado explicitamente pelo exame das Atas e que este por muitas vezes tenha sido prejudicado pela ausência de informações fornecidas pelo executivo, entendemos que isto não foi suficiente para neutralizar as pressões que as discussões propostas pela Comissão e na Casa podiam acarretar a este respeito.

É importante destacar que diversos vereadores foram atuantes nas discussões relativas à temática da educação, alguns deles integraram a Comissão de Higiene e Instrução, outros se debruçaram sobre esta temática mesmo não compondo a comissão. Ou seja a atuação municipal extrapolava a Comissão de Higiene e Instrução.

O texto aqui costurado exprime como a legislação dava margem para se construir diferentes realidades, dado que a livre nomeação da inspetora de ensino possibilitou fortalecer e ampliar as relações de poder e trocas de favores que, também geraram resultados diferentes na organização educacional por conta formação adequada ou não da profissional nomeada.

Assim, ao longo de toda a pesquisa com as Atas, apesar do caráter lacunar da documentação, é notório como os vereadores e prefeitos se utilizavam da criação de escolas, previsão de obras e de orçamentos, nomeações de docentes e regras para o funcionalismo como mecanismos de projeção pessoal e disputas de poder político e eleitoral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame das Atas da Câmara Municipal além de revelar uma pluralidade de temas ligados à educação municipal, descortina os contextos múltiplos em que se deu a criação de escolas a partir da instalação do poder político local.

Em função das fontes documentais aqui balizadas foi possível acompanhar a luta da população por melhoramento urbano no território referentes as mais diversas condições estruturais da cidade, sendo a obtenção de escolas um dos aparelhos requeridos. Essa relação estabelecida entre a construção de escolas e o território coaduna com a ideia de que os homens e as mulheres que ocupavam aquele espaço iam também delineando-o, apesar da determinações de esferas superiores de poder (Cavalcanti, 2018).

Vitor Nunes Leal ao estudar a autonomia municipal no Brasil, percebeu que:

“o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante tem sido, em nossa história, salvo breves reações de caráter municipalista, o amesquinamento das instituições municipais. A atroa dos nossos municípios tem resultado de processos vários: penúria orçamentária, excesso de encargos, redução de suas atribuições autônomas, limitações ao princípio da eletividade de sua administração, intervenção da polícia nos pleitos locais etc. Passado o período áureo das câmaras coloniais, sobrevieram a miúda interferência régia e a tutela imperial. A brisa autonomista do começo da República em breve tempo deixou de soprar, e ventos contrários passaram a impulsionar a política do municipalismo no Brasil” (LEAL, 1997, p.36).

Contudo, “ao lado da falta de autonomia legal, a que aludimos, os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal”, conforme aponta Leal (1997, p.36).

Ao nos debruçarmos sobre as legislações atinentes a organização do ensino primário propostas pelos distintos entes federativos, percebemos de forma geral que os ordenamentos jurídicos amparavam a construção de relações público- privado na educação municipal que perpassavam todos os setores educacionais, através de práticas clientelistas tanto no âmbito público quanto no privado, que iam desde a concessão de um terreno para a construção de um escola privada, a subvenção de professores e até a solicitação explícita de vagas na mesma, após concessão de subvenção. Nesse quadro de troca de favores a educação era uma moeda oferecida aos pais, enquanto vaga para os filhos, às professoras quanto à nomeação e lotação; e a inspetora de ensino, enquanto aumento salarial. O que demonstra como a educação estava atrelada aos interesses privados tantos das instituições privadas como dos vereadores, como já alertou Sanfelice (2005).

Os dados recuperado do relatório da CILEME para além de nos dar a ver de forma ampla as características da rede de escolas primárias do estado do Rio de Janeiro, acaba por explicitar como concluir o ensino primário era tarefa alcançada por poucos alunos no estado, pois, havia uma enorme disparidade entre os alunos que começavam na 1ª série e os que concluíam a 5ª série do ensino fundamental, o que é indicativo de como a população acessava mais o ensino elementar do que o complementar. E que mesmo acessando o nível elementar este não era concluído.

Ainda se pensando nos impactos das legislações educacionais das instâncias maiores de poder percebemos que embora o Convênio Estadual de Ensino Primário de 1943, tenha paralisado a vida educacional das municipalidades, logo após a sua queda a região analisada empreendeu esforços que superaram quantitativamente o estado. Contudo, todos esses esforços não foram suficientes para assegurar que pelo menos metade dos alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental primário chegassem a 5ª série. Assim, para além dos dados apresentados, esse texto nos permite vislumbrar de forma ampla os modos pelos quais os processos de escolarização do período em voga instituíam e eram instituídos pelos sujeito.

As discussões ocorridas durante o processo de institucionalização da Câmara Municipal de Vereadores e as diferentes composições das legislaturas e das Comissões de Higiene e Instrução e ao longo da pesquisa desnudam as disputas, as contradições, os conflitos, usos políticos da educação no território não só entre a sociedade política e a sociedade civil, mas também no próprio seio da sociedade política.

Contradição é um termo chave que atravessa diferentes aspectos da vida nesta cidade e na educação não foi diferente. Enquanto responsabilidade municipal o ensino primário era insuficiente em relação à demanda existente, embora houvesse um movimento significativo para o oferecimento de vagas, ao mesmo tempo a Casa legislativa empenhou-se em tentativas de arcar com iniciativas de ensino secundário. Notou-se também a participação do Governo Federal no oferecimento de ginásio para a região. Além das escolas privadas de ensino primário a região contou com o empreendimento de instituições da sociedade civil como o Centro Cultural José do Patrocínio. Os impasses, as disputas e os pedidos por escolas em determinadas áreas em detrimento de outras denotam como o acesso à educação estava a serviço dos interesses políticos dos vereadores. Os pedidos de encampação de escolas identificados na Atas foram apontando como as relações público-privado iam perpassando toda a educação na cidade.

Nos discursos encontrados nas discussões do legislativo comparecia o desejo de se criar escolas e realmente criou-se, como bem ficou demonstrado no relatório da CILEME, contudo, quando mudamos a escala de observação, através da análise das Atas foi possível perceber as

instituições em sua grande maioria apresentavam condições de precariedade pelas quais o município de forma geral também enfrentava: falta de água, falta de luz[...] E em alguns casos, até desabaram. Os episódios das escolas que ruíram representa o ápice das experiências clientelistas vivenciadas naquela conjuntura: desvios de verbas, compra de material inferior para as obras e ausência de responsabilização dos envolvidos. Do mesmo modo que expressam como a população era prejudicada por estes processos e coloca a problemática da quantidade versus qualidade das construções escolares. Foi latente na análise do material as diferenças existentes entre o que os vereadores diziam que desejavam para a educação e o que realmente acontecia no cenário educacional.

Muitas foram as formas pelas quais a verba pública era concedida às instituições privadas e em nossa avaliação a concessão de subvenções tal qual era feita no município revela aspectos básicos do sucateamento da educação: investimentos insuficientes na criação e manutenção de prédios, precarização do trabalho docente (falta de condições físicas mínimas de trabalho e baixa remuneração), alegação de ensino ruim, formação inadequada do professor, aluguel de prédios em detrimento da construção de prédios novos sob alegação de falta de verbas e investimentos públicos em instituições privadas que nem eram do nível de competência do município.

À nível estadual as interdições que a própria legislação impôs aos docentes e a nível municipal os usos feitos pelos poderes municipais sobre nomeação, lotação, subvenções de professores e inspetores de ensino recuperados no decorrer no texto, corroboram com a assertiva de Xavier (2014, p.831), acerca das finalidades das interferências do Governo na profissão docente para que ela sirva aos seus interesses.

Nesta direção não se pode perder de vista que o processo de institucionalização das escolas foi atravessado por práticas de barganha entre acesso a direitos, oferta de serviços públicos e eleições. O que transformou o direito à educação em uma concessão. Tal qual como o processo de constituição do magistério primário que foi construído, através de nomeações e regras para docentes usados como meios de obtenção de votos.

Ser professora em Duque de Caxias era ambíguo, pois, embora houvesse o reconhecimento social da função docente, havia também a desvalorização econômica das docentes, bem como a precariedade da condição do funcionalismo público que as deixava sempre vulnerável aos interesses clientelistas.

Apesar de toda precariedade presente na rede escolar a educação comparecia no bojo das discussões da Casa Legislativa como importante e como meio de salvar a população dos males morais, da jogatina e do meretrício.

Se por um lado o aparato normativo é capaz de barrar as iniciativas municipais no campo educacional em dado momento histórico, em outros é possibilita certa autonomia.

Neto e Carvalho (2012) organizaram uma coletânea de artigos que investigaram quais foram os investimentos de diferentes municípios em matéria educacional em Minas Gerais no início da República. Essa publicação apesar de tratar do início da República – um período não tão próximo do nosso recorte temporal, muito contribuí para a nossa pesquisa ao passo que nos possibilita pensar o município não só como “um espaço político administrativo” mas também como “um espaço político- pedagógico” (DURÃES, 2012, p.91).

A categoria de município pedagógico proposta no Brasil por Wenceslau Gonçalves Neto (2006) visa pensar a autonomia municipal à respeito da educação, ou seja:

[...] toma-se o município [...] com o referência, como possibilidade de se pensar e organizar, independente ou complementarmente da ação estadual, um “sistema” municipal de ensino, marcado por lei de instrução, regulamentos, implementação de concursos de professores, criação de escolas, destinação e verbas para gastos com custeio etc.[...] chamando atenção para o caráter da centralidade que as elites locais dão à questão da educação e aos dividendos políticos, e também econômicos, que podem advir de iniciativas voltadas para aproximação entre o povo e as letras (NETO, 2012, p 24).

Como pode-se notar os aspectos colocados por Neto (2012) são os mesmos observados neste estudo, o que nos possibilitou refletir se o município de Duque de Caxias entre 1947 e 1955 pode ou não ser considerado um município pedagógico. A partir dos dados apresentados e discutidos nesta pesquisa entendemos que as ações empreendidas pelos poderes municipais (criação de legislação atinente a educação, criação de escolas e investimentos na mesma) possibilita conceber Duque de Caxias como um município pedagógico.

É válido atentar que fazer uma história da educação regional nos permitiu enxergar, através dos jogos de escalas aqui adotados as nuances entre o que era prescrito à nível estadual e as dinâmicas existentes à nível municipal, bem como para as dicotomias de perspectivas que havia entre a obras oficiais (dos distintos entes federados) que utilizamos neste estudo sobre o ensino e magistério primário público do município.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. **O sistema educacional Fluminense: uma tentativa de interpretação e crítica.** Brasília: MEC.INEP.CILEME,1955.
- ABREU, G. S. A.; MINHOTO, M. A. P. Política de admissão ao Ginásio(1931-1945): conteúdo e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n.46, p.107-118, jun. 2012.Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640074/7633>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- ALEXANDRE, M. L. B. da S. **Um cenáculo de letrados: Sociabilidade, Imprensa e Intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu – 1955-1970)**, 2015. 203 p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.
- ALMEIDA, T. M. da S. A. de. **Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias(1950-1980).** Duque de Caxias: ASAMIH, 2014.
- ALVES, G. L.A inovação nas práticas educativas das escolas estatais e particulares: subsídios para a discussão da relação entre o público e o privado na educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tania Mara T. da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas.** Campinas, SP: Autores Associados; HistedBr; Unisal, 2005 (Coleção Memória da educação). P.99-123.
- ALVES, A. E. S.; SILVEIRA, I. T. Anos 50 e o mundo rural: na terra do “atraso” a semente da luta. **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n.56,p.118-131, maio 2014.Disponível em :<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640438/7997>. Acesso em: 01 ago. 2019.
- AMARO, T. Duque de Caxias: implantação do poder legislativo. **Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, anoXII.Ed.Especial.p.14-17 out.2013. Disponível em: <[http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/revistas/edespecial\\_2013\\_revista\\_pilares\\_da\\_historia\\_2.pdf](http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/revistas/edespecial_2013_revista_pilares_da_historia_2.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- ANDREOTTI, A. L. A Administração escolar na era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930-1964). **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n. esp. p.102-123, ago.2006. Disponível em:[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art8\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art8_22e.pdf). Acesso em 02 ago.2019.
- ARAÚJO, C. N., de; DAVID, F. B.; ALVES, L. P.; TUÃO, M. S.; TUÃO, R. S. Notas sobre os processos de escolarização em Duque de Caxias. Seu legado, nossa Herança. **Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 17, n. 16, p.63-73, maio 2018.

ARAÚJO, J.C. S.O público e o privado na história da educação brasileira: da ambivalência ao intercâmbio. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tania Mara T. da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; HistedBr; Unisal, 2005 (Coleção Memória da educação).

BARCELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. 2.ed., 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010. p.23-79.

BARROS, J. D' A. **O Projeto de Pesquisa em História: de escolha do tema ao quadro teórico**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRAZ, A. A.; ALMEIDA, T. M. A. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2010.

BRESSAN, R. G. Urbanização e escolarização nos estudos sobre instituições escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 13, n. 3, p. 29-56, Set./Dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40808/PDF>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BEZERRA, N. R. **A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós abolição no Recôncavo da Guanabara**. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

BORGES, A. D.B. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX (ensino primário e secundário no Brasil). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v.10, n.3, p. 199-206, set./dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38523/20054>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUFFA, E. O público e o privado como categoria de análise da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tania Mara T. da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; HistedBr; Unisal, 2005. P.41-58. (Coleção Memória da educação).

BUFFA, E. Os 30 anos do GT de História da Educação: sua contribuição para a constituição do campo. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.16 n.4 [43], p.393-419, out-dez.2016. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40736/pdf\\_162](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40736/pdf_162) Acesso em: 23 nov. 2018.

BUTTIGIEG, J. A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.39-49.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11. jun.2019.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. **O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008.

CARVALHO, G. P. de. Estrada de ferro Rio D'ouro- a ferrovia das águas. **Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 1, n. 2, p.19-26, maio 2003. Disponível em: <[http://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1474](http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1474)>. Acesso em 30 abr.2018.

CARVALHO, R.A. de; VIEIRA, L. C. A caixa escolar e a bandeira republicana de Educação para o povo. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008. **Anais...** Aracaju: SBHE, novembro 2008. Disponível em:<[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008/pdf/384.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/384.pdf). em mar 2018.>Acesso em: 15 mar.2018.

CARVALHO, R. A. de; BERNARDO, F. de O. Caixa Escolar: instituto inestimável para a execução do projeto da educação primária. **Educação em Foco**, Juiz de Fora. v.16, n.3, p.141-158. set.-fev.2012.Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-061.pdf>>. Acesso em: 15 mar.2018.

CARVALHO, C. H. de; CARVALHO, L.B. de O. B. de. História Comparada do Município pedagógico no Brasil e em Portugal: o caos de Uberabinha e Mafra. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n.40,p. 49-59, dez 2010. Disponível em :<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639805/7368>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CARVALHO, C. H. de; CARVALHO, L. B. de O. B. de. O município e a Educação no Brasil: as ações da Câmara Municipal de Uberabinha- Minas Gerais(1890-1920). In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república/ NETO; CARVALHO, organizadores**. Campinas, SP: editora Alínea, 2012.P.43-72.

CARVALHO, F. G. de. **As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar: de professor leigo a funcionário municipal (1940 - 2000)**. Rio de Janeiro, 2013. 306 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASTANHA, A. P. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista Histedbr**, Campinas, v. 11, n. 41e, p.309-331, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639912/7475>. Acesso em: 15 out. 2019.

CATANI, D. B. Estudos da profissão docente. In: LOPES, E.I; VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 608 f. P.585-599.

CAVALCANTI. E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v.7, n.13. p.272-292, 2018.

COSTA, M. S. T. da. **Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969)**. 2017. 296f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COSTA, A. L. J. da. Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 16, n. 4, p. 123-154 Out./Dez. 2016. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40729/pdf\\_152](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40729/pdf_152). Acesso em: 18 set. 2019.

COUTINHO, C. N. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CURY, C. R. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil.**, Vol. III– Séculos XVI-XVII. Petrópolis: Vozes, 2005. P.17-28.

DAVID, F. B.; RUFINO, M. M.; ALVARENGA, M. S. (Orgs). **Professoras pensam a cidade: A educação pública em debate no município de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, HP Comunicação Editora, 2011.

DAMASCENO, A. A planificação da educação dos anos 30 a 60: pioneirismo, reformas, submissão e tecnocracia. **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n.68,p.125-137, jun. 2016. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643788/14388>. Acesso em: 01 ago. 2019.

DAVIES, N. A educação nas constituições federais e em suas emendas de 1824-2010.**Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n.37,,p.266-288, mar.2010.Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639678/7246>. Acesso em: 01 ago. 2019.

DIAS, A. Os mapas de frequência escolar e a produção dos serviços de fiscalização do ensino no Estado do Rio de Janeiro (1924-1949). **Roteiro**, Joçocaba, p.13-40, 2013. Ed. Especial. 2013. Disponível em:<<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/2486>>. Acesso em: 15 mar.2018.

DIAS, A. **Entre laranjas e letras: processos de escolarização no Distrito- sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

DIAS, A.; RODRIGUES, A. de S. de O. B.O magistério da escola elementar Fluminense: formação, Ingresso e Carreira(1929-1953). In: CONGRESSO BRASIELIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2019, Belém. **Anais...** Belém: UFPA/UEPA.Belém,2019. p.2763-2774. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/1ZGwvKMUTmOXUiRfYsFcnLimNAcEM8TTm/view>. Acesso em: 02. dez. 2019.

DIAS, A. C. D. da R.; RODRIGUES, A. de O.B. Emancipações políticas e os processos de escolarização na Baixada Fluminense (1943-1959). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 27, p. 129-148, 21 set. 2018.

DUQUE DE CAXIAS. Deliberação nº 9 de 18 de dezembro de 1947. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1947. Disponível em:

<https://www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6InIxdtFRHhEYTFmSINlbWJDQ0VxWWc9PSIsInZhbHVlIjoiaTBNU0RFT05jcTRwdHRMNDhPenozZz09IiwibWFjIjoiodAaYMGY0ZDkzNjY2ZTZhODM1ZTYwZGY2NDExZjMzZWRhNDdhZWVIOGRjYjFhZTgxZGMwMjQ3MjE5OTc0MWU0MiJ9>. Acesso em: 20.jun.20018.

DUQUE DE CAXIAS. Deliberação nº 30, de 9 de julho de 1948. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1948. Disponível

em: <http://www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6ImpYQ0ttRVZscFZxVGlllekZJNHA3b1E9PSIsInZhbHVlIjoibXcxOXpqR3BGZHN0VE5nV3FldFU5dz09IiwibWFjIjoieYjk3NDhkMzUxNGFkZDVIMGU4MjdkMWVhODM2NzQ3YzcyYjJmYjEwZWU3Zjg3NWYzNmQyMjQxZjE4YTU0OTdjOSJ9>. Acesso em: 20. jun.2018.

DUQUE DE CAXIAS. Deliberação nº 67, de 29 de abril de 1949. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1949. Disponível

em: [www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6InFicU1pSjU3dXZXNWpxR1pjOTINWGC9PSIsInZhbHVlIjoieNEdkQ0orV1dMeTBcLzZSRlwwUWdEOGdRPT0iLCJtYWMIoiImYjg3NTdiYzY5MDEyYjU0ZGU4NjE1ZWZIMzFINjFhMjVhMGU4NzllYjAxNThjNTk5Yzk3NTYwMWEyZjRhYzY0In0](http://www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6InFicU1pSjU3dXZXNWpxR1pjOTINWGC9PSIsInZhbHVlIjoieNEdkQ0orV1dMeTBcLzZSRlwwUWdEOGdRPT0iLCJtYWMIoiImYjg3NTdiYzY5MDEyYjU0ZGU4NjE1ZWZIMzFINjFhMjVhMGU4NzllYjAxNThjNTk5Yzk3NTYwMWEyZjRhYzY0In0). Acesso em: 20. jun.2018.

DUQUE DE CAXIAS. Deliberação nº 137, de 22 de novembro de 1950. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1950. Disponível

em: [www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6Im1jN2JaQjVBQ1wvVW5lVWhIakxhcjhBPT0iLCJ2YWx1ZSI6ImJvRUliQ0djUkE5dlIEV1hPUlk4Znc9PSIsIm1hYyI6IjcyMjUyNGRjYmJmN2YyMWU5YzFkZWNmNDU5ZGE4MjBiNTVIZThkNTJhNDY3Zjk3ZWU1MzJkNjdmZGM3YWYwZGEifQ](http://www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6Im1jN2JaQjVBQ1wvVW5lVWhIakxhcjhBPT0iLCJ2YWx1ZSI6ImJvRUliQ0djUkE5dlIEV1hPUlk4Znc9PSIsIm1hYyI6IjcyMjUyNGRjYmJmN2YyMWU5YzFkZWNmNDU5ZGE4MjBiNTVIZThkNTJhNDY3Zjk3ZWU1MzJkNjdmZGM3YWYwZGEifQ). Acesso em: 20. jun.2018.

DUQUE DE CAXIAS. Deliberação nº 146, de 4 de dezembro de 1950. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1950. Disponível

em: [www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6Ik5CNk5icnJpVWdQVTNOSStxVGc1MWc9PSIsInZhbHVlIjoieUzZFd3diVEpVMG4zNWwhRZ09vUzVWUT09IiwibWFjIjoieNj15NzU1NzhiMjkyZjgwZWQ3MzkyNTAxY2E4M2ZmNGIyNWFiYjQ0YzRlM2VINGFhMzM4ZjFkYWVjYWIzNWZjZSJ9](http://www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6Ik5CNk5icnJpVWdQVTNOSStxVGc1MWc9PSIsInZhbHVlIjoieUzZFd3diVEpVMG4zNWwhRZ09vUzVWUT09IiwibWFjIjoieNj15NzU1NzhiMjkyZjgwZWQ3MzkyNTAxY2E4M2ZmNGIyNWFiYjQ0YzRlM2VINGFhMzM4ZjFkYWVjYWIzNWZjZSJ9). Acesso em: 20. jun.2018.

DUQUE DE CAXIAS. Deliberação nº 249, de 5 de dezembro de 1952. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 1952. Disponível

em: <http://www.cmdc.rj.gov.br/legis/deliberacao/eyJpdiI6IkFDSzdwN0tSZ09HUWorSHM3RFhYVWc9PSIsInZhbHVlIjoieZWpzRHFwIjFhMjVhMGU4NzllYjAxNThjNTk5Yzk3ZWU1MzJkNjdmZGM3YWYwZGEifQ>. Acesso em: 20. jun.2018.

DURÃES, S. J. A. Escola Primária e Formação Docente: ensinando a ser professor(a) na escola normal em Montes Claros (1889-1906). In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município e a educação no Brasil**: Minas Gerais na

primeira república/ NETO; CARVALHO, organizadores. Campinas, SP: editora Alínea, 2012. P.89-112.

ENNE, Ana Lucia Silva. Fluxos e interações da rede de memória e história na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 2, n.02, 2003.

ESTEVES, A. P. da S. **O Ginásio Leopoldo e a história do ensino secundário em Iguaçu (1930-1944)** Monografia. 68f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FALCÃO, R. **Novos Caminhos da educação Fluminense**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1946.

FARIA FILHO, L. M. de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: \_\_\_\_\_ **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p.89-125.

FARIA FILHO, L. M. de. História da Educação e História Regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos, Pollo et. al. (Orgs.). **História da Educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

FARIA FILHO, L. M. de.; BERTUCCI, L. M. Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson par uma história social da escolarização. **Currículo Sem Fronteiras**, v.9, n.1, p.10-24, jan-jun.2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

FARIA FILHO, L. M. de.. VIDAL, D. G. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1988-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.23, n.45, p.37-70, 2003.

FARIA FILHO, L. M. de.. Educação, trabalho e sociedade: um olhar na história. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.08, p. 26-31, 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n08/n08a05.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FERNANDES, R. A. N. **Historiografia e identidade fluminense**. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. Doutorado (História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FONSECA, T. N. de L. e. A exteriorização da escola e a formação do cidadão no Brasil (1930- 1960). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.41, p. 43-57, 2005. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n41/n41a03.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

FORTE, J. M. M. **Memória da Fundação de Iguaçu**. Comemorativa do Primeiro Centenario da Fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833. Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Commercio, 1933.

FREITAS, M. C. de, BICCAS, M. de S. **História Social da educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de história da educação brasileira; v.3)

GIL, N. Interpretação das estatísticas de educação: um espaço de disputas simbólicas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.7 n. 1 [13], p.121-151, jan-jun.2007. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38620/20151>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**.v.2: Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.-8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2017.

GUEDES, A.; ESTEVES, P. A história da Baixada Fluminense pelos olhos de José Lustosa e Arlindo Medeiros (1958). In: SEMINÁRIO VOZES DA EDUCAÇÃO 20 ANOS: Memórias Políticas e Formação Docente, 5., 2016, Rio de Janeiro. [**livro eletrônico**] São Gonçalo, RJ: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, 2016. 3900p. Elaine Ferreira Rezende de Oliveira, Heloisa Josiele Santos Carreiro (organizadoras). Disponível em: <<http://www.congressofozes.com.br/ebook.pdf>> Acesso em 25.out. 2016 .

GUEDES, J. R. de Q. **Cenário do processo de escolarização do recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)**. 102 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GOUVÊA, F. C. F. A Trajetória dos Intelectuais Baianos no âmbito do Ministério Da Educação nos Anos 1950 e 1960: Entre Afinidades Eletivas e Afinidades Regionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., Vitória, 2011. **Anais...** UFES, Vitória, 2011 a. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/339.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/339.pdf). Acesso: 21 jul. 2019.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata de Instalação da Câmara Municipal de Duque Caxias, Duque de Caxias, Duque de Caxias, 23 out. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 1ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 23 out. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 24 out 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 4ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 06 nov. 1947.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 6ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 10 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 7ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 11 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 14 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 12ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 19 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 21 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 21 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 14ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 24 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 28 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 29 nov. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 15ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 17 dez. 1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 17ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 26/12/1947.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 1ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 04/03/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 5ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 10/03/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 1, Ata da 10ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 19/03/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 18/06/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 2ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 05/07/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 3ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 05/07/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 4ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 08/07/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 7ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 13/07/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 8ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 14/07/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 15/07/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata 4ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 06/08/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 3ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 04 nov. 1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 13ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 23 nov. 1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 15ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 29 nov. 1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 1ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 03/12/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 2ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 07/12/1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 3ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 14 dez. 1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 8ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 23 dez. 1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 2, Ata da 9ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 30 dez. 1948.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 1ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 07/03/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 2ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 09/03/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 5ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 11/03/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 8ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 11/03/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 13ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 31/03/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 1ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 21/04/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 5ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 07/05/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 9ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 03/06/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 12ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 14/06/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 13ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 19/07/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 17ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 29/07/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 13ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 05/08/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 3ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 23/08/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 6ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 20/09/1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 1ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 03 nov. 1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 3, Ata da 7ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 21 nov. 1949.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 1ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 31/01/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 2ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 06/03/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 08/03/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 7ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 16/03/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 8ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 17/03/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 10ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 22/03/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 14ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 31/03/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 7ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 27/05/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 3ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 10/07/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 5ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 14 jul. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 7ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 17 jul. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 10ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 27 jul. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 4, Ata da 11ª Sessão Extraordinária, Duque de Caxias, 04/08/1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 1ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 03 nov. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 9ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 20 nov. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 10ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 21 nov. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 13ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 28 nov. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 14ª Sessão Ordinária, Duque de Caxias, 29 nov. 1950.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da Sessão de Instalação, Duque de Caxias, 31 jan.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 12 fev.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 14 fev.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 22 fev. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 5, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 24 fev.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 6, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 05 mar. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 6, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 12 mar.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 6, Ata da 8ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 15mar.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 6, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 16 mar.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 6, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 28 mar 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 6, Ata da 14ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 29 mar.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, especialmente convocada para discussão e votação do Decreto de autoria do edil José Ribeiro Alves reclassificando o quadro de funcionários da Câmara e para tratar e deliberar a respeito do Contrato de abastecimento d'água. Livro 6, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 13 abr. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, especialmente convocada para discussão e votação final do Decreto de autoria do edil José Ribeiro Alves reclassificando o quadro de funcionários da Câmara e para tratar e deliberar a respeito do Contrato de abastecimento d'água. Livro 6, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 14 abr. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada especialmente para apreciar em 1ª votação, a mensagem do Chefe do Executivo revogando a Deliberação N.23 de 23-03-1951. Livro 7, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 18 abr. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para deliberar acerca dos ofícios Ns. 138,154,161,163,168 e 178, do Prefeito e projetos, respectivamente, criando fundos para a Fundação Laureano, mudando nome de rua e outro a respeito de plantas. Livro 7, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 23v abr. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada especialmente para deliberar acerca dos projetos capeados pelos ofícios do Sr. Prefeito, ns. 138,154,163,168,178,161, e projeto mudando nome de rua da cidade. Livro 7, Ata da 9ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 24 abr. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, para exame constante, digo, do mesmo assunto constante da convocação das 12ª e 13ª reuniões. Livro 7, Ata da 14ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 23 maio 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, reunião convocada para exame da matéria em pauta. Livro 7, Ata da 15ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 25 maio 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para o estudo da deliberação que regula a concessão de adiantamentos em caráter permanente. Livro 7, Ata da 17ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 07 jun 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, reunião convocada para estudos da deliberação que regula em caráter permanente a concessão de adiantamentos e outra criando a função de Assistente. Livro 7, Ata da 18ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 08 jun. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, reunião convocada para estudos da matéria em pauta. Livro 7, Ata da 19ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 08 jun. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, para estudos dos ofícios nº 164/54. G.P. e 162/51G.P. alterando denominação e criando quadro de Servidores do “Serviço Municipal de Rodagem. Livro 7, Ata da 21ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 21 jun. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 7, Ata da 23ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 25 jun. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 7, Ata da 3ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 09 jul. 1951.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 7, Ata da 6ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 13 jul. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 7, Ata da 15ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 26 jul. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada pelo Sr. Chefe do Executivo Municipal, para deliberar acerca de projeto de deliberação prorrogando o prazo para pagamento sem multa, do imposto de indústria e profissões, referente ao 2º semestre do corrente ano. Livro 7, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 09 ago.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada especialmente para apreciar o veto, parcial e total dados pelo prefeito Municipal às deliberações 195 e a deliberação relativa à cobrança de 1% do imposto. Livro 7, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 28 ago.1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada especialmente para deliberar sobre a mensagem do chefe do Executivo doando ao Clube Municipal uma área de terreno e, ainda, sobre o parecer da Comissão de Constituição e justiça

acerca da concessão de matadouro da Costa. Livro 7, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 19 set. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada para a discussão de vários assuntos, tais como reestruturações de professores, alteração de feriados, municipais, autorização para uso de instalações hidráulicas, etc.. Livro 7, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 20 set. 1951.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para apreciação de assuntos diversos. Livro 8, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 18 out 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada da pelo Chefe do Executivo Municipal para apreciar a matéria constante do preâmbulo da ata do dia 19 do corrente. Livro 7, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 24 out 1951.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, para apreciar em segunda e ultima discussão a ordem do dia constante do preâmbulo da ata da reunião anterior. Livro 8, Ata da 3ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 06 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, para apreciar em primeira discussão, o balancete da Secretaria da Câmara. Livro 8, Ata da 4ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 07 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, para apreciar em primeira discussão, o projeto de aumento do “salário –família” do servidor municipal. Livro 8, Ata da 5ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 08 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 8, Ata da 6ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 09 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 8, Ata da 12ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 20 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 8, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 21 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 8, Ata da 16ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 26 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 8, Ata da 17ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 27 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 8 Ata da 20ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 30 nov. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, especialmente solicitada pelo Chefe do Executivo Municipal para apreciação de ante -projetos:-, abrindo crédito suplementar e sobre feiras livres. Livro 8, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 26 dez. 1951.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada pelo Sr. Prefeito para deliberar a respeito do Código de trânsito e de feiras Livres no município. Livro 9, Ata da 3ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 16 jan. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 6ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 10 mar. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 12ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 19 mar. 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 15ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 26 mar.1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 17ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 28 mar.1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 18ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 30 mar.1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 22 abr. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 23 abr. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 25 abr.1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada pelo Sr. Presidente da Câmara, para Sr. Presidente da Câmara, para apreciação e deliberação do contrato a ser firmado entre as Prefeituras desta Cidade e do Distrito Federal, acerca da autora do Rio Iguassú. Livro 9, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 21 maio 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 9, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 03 jul. 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 10, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 16 jul. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 10, Ata da 15ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 24 jul. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 10, Ata da 16ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 25 jul. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro10, Ata da 19ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 29 jul. 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, para deliberar a respeito da mensagem pedindo suplementação de verbas. Livro 10, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 13 ago.1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, com a finalidade de se manifestar sobre a matéria constante da convocação datada de 5 do corrente. Livro 10, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 10 set. 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para deliberar acerca dos projetos isentando de impostos as escolas de Corte Costura; reestruturando o cargo de Engenheiro; suplementando verbas e doando arca de terreno à Loja Maçônica de Duque de Caxias. Livro 10, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 30 set. 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para deliberar sobre os projetos reestruturação do engenheiro da Prefeitura, da doação de um terreno à Loja Maçônica de Duque de Caxias e suplementação de dotações orçamentárias. Livro 10, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 02 out 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para deliberar a respeito das reformas dos códigos, de obras e Tributário. Livro 10, Ata da Reunião Solene, Duque de Caxias, 08 out 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para deliberar sobre a mensagem do Prefeito, pedindo suplementação de verbas. Livro 10, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 13 out 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada pelo Chefe do Executivo Municipal para deliberar sobre o veto oposto por aquele Executivo, ao projeto reestruturando o cargo de engenheiro da Prefeitura. Livro 10, Ata da 9ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 20 out 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada a pedido do Prefeito para deliberar acerca das prestações de contas dos exercícios de 1952 e 1951. Livro 11, Ata da 12ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 27 out 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada para apreciar o veto oposto pelo Chefe do Executivo, digo, para apreciar a prestação das contas dos exercícios de 1950 e 1951. Livro 11, Ata da 13ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 29 out 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 2ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 04 nov. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 5ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 07 nov. 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 7ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 11 nov. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 10ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 14 nov. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 12ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 18 nov. 1952.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 19 nov. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 14ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 20 nov. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 17ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 25 nov. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 18ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 26 nov. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 4ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 17 dez. 1952.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 26 jan. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada para deliberar acerca do veto do Prefeito à reclassificação do engenheiro Sebastião Frenias; do projeto reestruturando a carreira do oficiais administrativos; do projeto aumentando de Cr\$ 1.000,00 a representação dos vereadores e mensagem do prefeito criando vagas de mais 10 guardas e revogando a deliberação n.226 de 14-7, 1952., na Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 29 jan. 1953.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada para deliberar sobre a matéria constante da convocação e mesma que foi apreciado na reunião anterior. Livro 11, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 11 fev.1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 11, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 09 mar.1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 10 mar. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 7ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 11 mar.1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 13 mar.1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 14ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 23 mar. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 16ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 25 mar.1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 18ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 27 mar. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 19ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 30 mar. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 21ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 31 mar. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada pelo Sr. Chefe do Executivo afim de apreciar a mensagem da doação do Ginásio Primavera à Prefeitura. Livro 12, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 13 abr. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada pelo Sr. Prefeito para apreciar a mensagem aceitando como doação o Ginásio do loteamento Jardim Primavera. Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 27 abr. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada pelo Sr. Prefeito para apreciar a mensagem autorizando o Executivo a receber, como doação o Ginásio Primavera. Livro 12, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 28 abr. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Convocada pelo Chefe do Executivo para apreciação da mensagem aumentando para CR\$ 10.000,00 o estipêndio mensal dado ao “Jornal do Povo”. Livro 12, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 12 maio 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 08 jun 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocado pelo Sr. Chefe do Executivo para tomar conhecimento da mensagem autorizando o prefeito a estabelecer convênio com o Governo Federal para execução dos servidores de água e de esgotos de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 18 jun.06/1953.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 2ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 06 jul. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 6ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 13 jul. 1953.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 7ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 14 jul. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 15 jul. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 22 jul. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 19ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 30 jul. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 20ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 31 jul. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para apreciar mensagem N. 16-53, do Sr. Chefe do Executivo Municipal. Livro 13, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 27 out 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para apreciação da mensagem N. 16-53, do Prefeito. Livro 13, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 29 out 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 1ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 03 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 5ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 09 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 6ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 11 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 7ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 12 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 16 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 11ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 18 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 22 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 14ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 23 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 17ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 26 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 13, Ata da 18ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 27 nov. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para apreciar o anteprojeto 38-53 e outras proposições durante o período de 1 a 10 do corrente mês e ano. Livro 13, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 01 dez. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para apreciar o anteprojeto 38-53 e outras proposições. Livro 13, Ata da 3ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 03 dez. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada especialmente para assinatura do convênio estabelecido entre O Estado e o Município, para a execução do Serviço de abastecimento de água do Município de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 11ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 12 dez. 1953.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 12, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 25 jan. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 26 jan. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 01 fev. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 02 fev. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 03 mar. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 10ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 16 mar. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 12ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 18 mar. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 14ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 22 mar. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 17ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 25 mar. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 19ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 29 mar. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 12 abr. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 13 abr. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 19 abr.1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 5ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 20 abr.1954.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 6ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 22 abr.1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 7ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 27 abr.1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 8ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 28 abr.1954.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 1ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 03 maio 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 04 maio 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 3ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 06 jul. 1954.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 6ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 08 jul. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 8ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 12 jul. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 15ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 21 jul. 1954.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 14, Ata da 17ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 23 jul. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 15ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 21 jul. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 19ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 26 jul. 1954.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 23ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 30 jul. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 5ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 08 nov. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 9ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 12 nov. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 13ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 19 nov. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 14ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 22 nov. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 22ª Reunião Ordinária, Duque de Caxias, 30 nov. 1954.

IHCMDC- Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Livro 15, Ata da 2ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 15 dez. 1954.

IHCMDC - Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, convocada para apreciar os vetos apostos à lei orçamentária para 1955; aos projetos ns.88 31 e 61-54. Livro 15, Ata da 4ª Reunião Extraordinária, Duque de Caxias, 02 fev. 1955.

JARA, I. B. **O fazer-se Estado e fazer-se magistério em Iguaçu:** funcionarização, agências e experiências (1895-1925). 2017. 229f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.

KUHLMANN JR, M.; LEONARDI, P. História da Educação no quadro das relações sociais. **Revista História da Educação online**, Santa Maria, v.21, n.51, p.207-227, Jan./Abr. 2017.

LACERDA, S. **Tempos de Ginásio:** Memórias. Petrópolis: Edições Lorena, 2010.

LACERDA, S. **Uma passagem pela Caxias dos anos 60.** Duque de Caxias: ed. do autor, 2001.

LACERDA, S. J. da S. A emancipação política do Município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). **Revista Pilares da História- Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 2, n. 3, p. 9-27, dez. 2003. Disponível em: [http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03\\_revista\\_pilares\\_da\\_historia.pdf](http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03_revista_pilares_da_historia.pdf). Acesso em: 30.mar.2015.

LACERDA, S. Estação de Meriti... “Caxias- 8º distrito de Nova Iguaçu”. In: TORRES, Gênesis (org.) **Baixada Fluminense: a construção de uma história:** sociedade, economia e política. São João De Meriti: IPAHB Editora, 2004, p.164-166.

LAZARONI, D. **Mate com Angu:** A história de Armanda Álvaro Alberto. São Paulo: Editora Europa, 2010.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, A. M. A. **Escola Regional Meriti:** Limites e Possibilidades da escola inclusiva. 120f. Dissertação Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LOMBARDI, J. C. Educação e Nacional –desenvolvimentismo: articulações e confrontos entre concepções e pedagogias antagônicas (1946-1964). **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n.67, p.23-38, mar.2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645955/13282>. Acesso em:01 ago. 2019.

LOMBARDI, J. C. Público e privado como categorias de análise da educação? Uma reflexão desde o marxismo. **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; HistedBr; Unisal,2005 (Coleção Memória da educação).

LOPES, S. de C. Perfis docentes: prestígio e hierarquia no Instituto de educação do Rio de Janeiro (anos 1950-60). **Revista Brasileira de História da Educação**, v.14 n.1 [34], p.251-272, jan-abr.2014. Disponível em:<[http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38871/pdf\\_7](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38871/pdf_7)>Acesso em: 21nov.2018.

LOPES, S. C.; GURGEL, P. Trajetórias de professoras normalistas: A ‘prata da casa’ do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1930-1960). **Rev. Bras. História da Educação**, Maringá, v. 16, n. 4[43] – Out./Dez. 2016, 241-271. Disponível em: [http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40732/pdf\\_156](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40732/pdf_156). Acesso em: 21 jan. 2019.

LUSTOSA, J. **Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município -Dados gerais**. 1958.

MAGALHÃES, Justino. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, v.18,n.1,p.9-20,jan-abr.2019. Disponível em:[www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734](http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734). Acesso em:20.jun.2019.

MANIFESTO DE 25 de julho de 1940. **Revista Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, Seção Transcrição, ano 2, n. 3, p.55-56, dez. 2003. Disponível em :<[http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03\\_revista\\_pilares\\_da\\_historia.pdf](http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03_revista_pilares_da_historia.pdf)> Acesso em : 30. Mar.2015.

MATTOS, M. B. “Hegemonia e Revolução passiva: conceitos de Gramsci e História do Brasil Republicano”. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: Hegemonia. **Anais...** Niterói, PPGH/UFF, 2008.

MÉLO, C. S. **Condições, Impasses e Perspectivas do Ensino Primário Brasileiro no Processo de Elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 (1948 a 1961)**. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, PR, 2016.

MENDONÇA, A. W. P.; CARDOSO, T. R. F. A gênese de uma profissão fragmentada. **Revista Brasileira de História da Educação**, Dossiê História da profissão docente no Brasil e em Portugal, v.7, n. 3, [15], p.31-52, set-dez.2007. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38607/20138>>. Acesso em 21-nov.2018

MENDONÇA, S. R. de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, p.27-43, jan-jul.2014. Disponível em: <[http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON\\_A\\_\\_S\\_601963219.pdf](http://www.jurupari.unir.br/uploads/36363636/arquivos/MENDON_A__S_601963219.pdf)>. Acesso em: 15 mar.2018.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal,1986.

MENDONÇA, S. R. de. As Bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus,1990. p.327-350.

MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N; BREGLIA, V. L. A. ; CHAVES, M. W ; OLIVEIRA, M. T. C. de ; LIMA, C. N. ; SANTOS, P.B. dos. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.31, p. 96-113, Jan./Abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf>. Acesso em: 12 fev.2019.

MIGNOT, A. C. V. Decifrando o Recado do Nome: Uma Escola em busca de sua Identidade Pedagógica. **R. Brás. Est. Pedag.**, Brasília, v.74, n.178, p. 619-638, set/ dez.1993.

MIGNOT, A. C. V. **Baú de Memórias, Bastidores de Histórias**: O Legado Pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MOLINA, R. S. História, instituições escolares e o materialismo histórico dialético. **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, v. 18 n. 4 (2018): out./dez. [78]. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652660/18980> Acesso em: 01 ago. 2019.

BAIXADA FLUMINENSE. Municípios da Baixada Fluminense e datas de emancipação. Wikipedia, [S.L.], 2017. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Baixada\\_Fluminense#/media/Ficheiro:Baixada\\_emancipação.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Baixada_Fluminense#/media/Ficheiro:Baixada_emancipação.jpg). Acesso em: 20.jun.2018.

NÓVOA, A. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, nº4, pp.109-139, 1991.

NETO, W. G.; CARVALHO, C. H. de. **O município e a educação no Brasil**: Minas Gerais na primeira república/ Neto, Carvalho, organizadores. Campinas, SP: editora Alínea, 2012.

NETO, W. G. O município e a Educação em Minas Gerais: a implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município e a educação no Brasil**: Minas Gerais na primeira república. Campinas, SP: editora Alínea, 2012.P.23-42.

NUNES, C. “As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas”. In: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV. 2001, p.103-125.

NUNES, C. A cultura jurídico-política e a educação brasileira: um campo de estudos em aberto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.18-19, p. 06-14, 1993. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n18-19/n18-19a02.pdf>. Acesso em: 11 mar.2019.

OLIVEIRA, A. C. de. **Missão Educacional Alemã no Brasil: Irmãs Franciscanas- de Dillingen para Baixada Fluminense. Duque de Caxias e São João de Meriti-RJ (937-1956)**. 2012. 454 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

OLIVEIRA; A. C.; FILHO, G. I.; JESUS, O. Educação como fator secundário em Sacramento entre o Império e a República. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república/ Neto, Carvalho, organizadores**. Campinas, SP: editora Alínea, 2012.P.267-305.

PLESSIM, V. K. **A Profissão Docente na Escola Regional de Meriti (1921-1954)**. 199 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

QUARESMA, M. da S. O convênio estadual de ensino primário -1943. O estado do Rio de Janeiro e a intervenção do Estado Novo na educação municipal. **Caderno eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v.3, n.2, p.94-107, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/13658/10155>. Acesso em: 20.mai.2019.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf). Acesso em: 20. out. 2014.

RIBEIRO, D. J. **A implementação da Lei Orgânica do ensino primário em Anápolis -GO (1948-1957)**. 77 p. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2016.

RIBEIRO, G. D. **A professora da nação: as festas e as escolas na Paraíba**. 234 p. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.423, de 13 de maio de 193. Criação de grupos escolares. Niterói: Palácio do Governo,1938. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1938.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.527, de 6/09/1938. Dispõe sobre desligamento dos serviços de educação e saúde e dá outras providências. Niterói: Palácio do Governo,1938. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro,1938.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.748, de 6 /05/1939. Torna o ensino primário obrigatório em todo o Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Niterói: Palácio do Governo, 1939. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro,1939.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.806, de 30/06/1939. Niterói: Palácio do Governo,1939. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro,1939.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-lei n.º 945, de 11 nov. 1943. “Criando, a Secretaria do Interior e Justiça, constituída dos órgãos que enumera”. Niterói: Palácio do Governo, 1943. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1943.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n.º 1.721, 02/1944. “Criando uma Junta Pedagógica”. Niterói: Palácio do Governo, 1944. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1944.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto - lei n.º 1.287, 02/ 1944. “Extinguindo, no Departamento de Educação, a Divisão de Ensino primário, a Divisão de Ensino Industrial, Secundário e Normal e os Serviços Auxiliares, e criando um Serviço de Administração”. Niterói: Palácio do Governo, 1944. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1944.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-lei n.º 1.757, de 20 /09/1946. “Dispondo sobre a Lei Orgânica do Ensino Primário”. Niterói: Palácio do Governo, 1946. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1946.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto-lei n.º 1939, de 3/06/1947. “Reorganiza os serviços de educação e saúde; cria a Secretaria de Educação e Cultura, a Secretaria de Saúde e Assistência e dá outras providências”. Niterói: Palácio do Governo, 1947. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1947.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei n.º 2.146, de 12 /05/ 1954. “Projeto n.º 384/52” - Reorganização da Secretaria de educação e Cultura. Niterói: Palácio do Governo, 1954. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro, 1954.

RIZZINI, I.; BARROS, R. de S. de. Articulações entre política e a educação no processo de expansão da escolarização primária no interior fluminense (1937-1954). **Revista Brasileira da História da Educação**, Campinas -SP v.13, n.2, p.1001-132, maio/ago.2013.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. F. M. de. Escola primária no estado do Rio de Janeiro: expansão e transformações (1930-1954). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.23, n.54, p.877-896, set/dez.2014.

RODRIGUES, A. de S. de O. B. **Emancipações políticas e história da educação: os sistemas municipais de Ensino na Baixada Fluminense (1943-1955)**. 2016. 110p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, 2016.

RODRIGUES, A. de S. de O. B. O Convênio Estadual de Ensino Primário e a rede de escolas públicas municipais de Duque de Caxias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS, 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2019. p.1-5. Disponível em: [www.seminarioredes.com.br/xredes/index.php#](http://www.seminarioredes.com.br/xredes/index.php#) . Acesso em: 10.out.2019.

RODRIGUES, A. de S. de O. B. A Educação nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1958). In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2019, Belém. **Anais...** Belém: UFPA/UEPA, 2019. p.274-289. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ZGwvKMUTmOXUiRfYsFcnLimNAcEM8TTm/view>. Acesso em: 02.dez. 2019.

RODRIGUES, A. de S. de O. B. As Atas da Câmara enquanto fonte para história da educação local: o caso do município de Duque de Caxias(1947-1955). In: SEMINÁRIO VOZES DA EDUCAÇÃO, 7., 2019, São Gonçalo. **Anais...**São Gonçalo: FFP. ,2019. p.1296-1310. Disponível em: <http://https://congresso-vozes.s3.amazonaws.com/e-book/ebook.pdf> . Acesso em: 10.dez. 2019

RODRIGUES, A. de S. de O. B. A profissão docente nas Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1947-1950). In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE BAIXADA FLUMINENSE, 3., 2019, Seropédica. **Anais...** Seropédica/Duque de Caxias: UFRRJ/ ASAMIH, 2019.p.254-259. Disponível em: <http://https://www.livrosdigitais.org.br/livro/109403BUDF84EVS>. Acesso em:15.nov. 2019.

SANTOS, J. C. P. Saúde e Educação na Baixada do Rio de Janeiro durante a Primeira República: uma convergência. **ANPUH-XXIV Simpósio Nacional de História** -São Leopoldo, 2007.

SANTOS, A. V. dos. O Estado Novo, o período Pós 1945 e as escolas primárias catarinenses:(des) nacionalização do ensino estrangeiro. **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n.32, p.65-84, dez 2008. Disponível em:<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/index.html>. Acesso em 02 ago.2019.

SANTOS, I. da S. F. dos; PRESTES, R. I.; VALE, A. M. do V. Brasil, 1930-1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On –line**, Campinas, SP, n. 22, p.131-149, jun,2006. Disponível em:[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10\\_22.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf). Acesso em: 02 ago.2019.

SAVIANI, D. A escola pública no longo século XX (1890-2001). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004. Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2004. Disponível em:<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>>. Acesso em: 20.jul.2018.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**.4.ed. Campinas, SP: Autores Associados,2013.(Coleção memória da educação).

SAVIANI, D. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tania Mara T. da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; HistedBr; Unisal,2005 (Coleção Memória da educação). P.167-176

SANFELICE, J. L. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tania Mara T. da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; HistedBr; Unisal,2005 (Coleção Memória da educação). P.177-185.

SCHUELER, A. F. M. de. Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado: expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública UFMT**, Cuiabá, n.19, n.41, set- dez. 2010. Disponível

em: <http://www.ie.ufmt.br/revista/sistema/revistas/arquivos/1306509325.pdf>. Acesso em: 20.maio.2015.

SENRA, Á. de O. “A ‘liberdade de ensino’ e os fundamentos da ação política do segmento privado no Brasil entre 1945 e 1964”. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 24, p. 55-82, set.- dez. 2010. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/26/27>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SEVERINO, A. J. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tania Mara T. da (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados; HistedBr; Unisal,2005 (Coleção Memória da educação).P.31-40

SILVA, H. M. B. da. A emancipação política do município de Duque de Caxias. **Revista Pilares da História-Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano II, nº 3, p.28-36, dez.2003. Disponível em: <[http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03\\_revista\\_pilares\\_da\\_historia.pdf](http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03_revista_pilares_da_historia.pdf)> Acesso em: 30. mar.2015.

SILVA, T. A. da. **A igreja católica no debate da LDB de 1961: ação, estratégias e manutenção da influência da hierarquia católica através da estrutura do Estado**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, V. A. C. da. A Mate com Angu e suas estratégias contra a evasão escolar (1921-1937): Duque de Caxias na História da Educação Brasileira. Recôncavo: **Revista de História da UNIABEU**, v.4.n. 6 jan-jun.2014. Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/issue/view/59>>. Acesso em: 27. mar. 2016.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipação municipais na Baixada Fluminense**. Niterói, 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SIMÕES, M. R. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense**. Editora Entorno. Mesquita, 2011.

SOARES, K. M. **Pelos Narradores da Solidão: marcas do integralismo nas memórias sobre a educadora Aurélio de Souza Braga (Belford Roxo,1930-1945)**. 298 f. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOUTO, A. B. C. **Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura**. Monografia. (História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

SOUZA, M. S. **Escavando o passado da cidade: história política da Cidade de Duque de Caxias**. Revisão de conteúdo e seleção iconográfica: Ercília Coêlho Oliveira, Fábio Silva Gonçalves. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

SOUZA, M. S. Memórias da emancipação de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. **Revista Pilares da História - Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 2, n 3, p.37-53, Dez-2003. Disponível em:

[http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03\\_revista\\_pilares\\_da\\_historia.pdf](http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03_revista_pilares_da_historia.pdf).

Acesso em: 30. Mar.2015.

SOUZA, F. A. de; FLORES, M. L. Organização social de educação e seu financiamento: a nova panaceia para a educação de Goiás? **Revista HISTEDBR On -line**, Campinas, SP, v.18, n.3 [77], p.798-825, jul-set.2018. Disponível

em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651788/18616>.

Acesso em: 01 ago. 2019.

TORRES, G. O processo de saneamento na Baixada Fluminense. In: TORRES, Gênesis (Org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia e política**. São João De Meriti: IPAHB Editora, 2004, p.182-187.

TORRES, N.; MENEZES, N. **Sonegação fome saque**. Edição do consórcio de administração de edições, Duque de Caxias, 1987.

TORRES, R. **Uma passagem pela Caxias dos anos 60**. Mesquita: Edição do Autor, Gráfica Shaovan Ltda, 2001.

TORRES, R. Duque de Caxias. In: TORRES, Gênesis (org.) **Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia e política**. São João De Meriti: IPAHB Editora, 2004, p.161-163.

TORRES, R. Caxias antigamente. **Pilares da História- Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 13, Ed. Especial, p.87-91, set. 2014. Disponível em: [http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/revistas/edespecial\\_2014\\_setembro.pdf](http://www.amigosinstitutohistoricodc.com.br/revistas/edespecial_2014_setembro.pdf). Acesso em: 19. jul.2018.

VARELA, J.; ALVAREZ-URIA, F. A Maquinaria Escolar. **Teoria e Educação**. Dossiê: História da Educação; Porto Alegre, 6, 1992.

VEIGA, C. G. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.11 n.1 [25], p.143-178, jan-abr.2011.

Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38510/20041>>.

Acesso em 21. nov. 2018

VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VICENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a História e a Teoria da Forma Escolar. **Educação em Revista. Dossiê: Trabalho e Educação**. Revista da Faculdade de Educação da UFMG, 33, p.7-47, jun. 2001. Disponível em :

<<https://accounts.google.com/ServiceLogin/signinchooser?service=mail&passive=true&rm=fa&continue=https%3A%2F%2Fmail.google.com%2Fmail%2F&ss=1&sc=1&ltmpl=default&ltmplcache=2&emr=1&osid=1&flowName=GlifWebSignIn&flowEntry=ServiceLogin.>>.

Acesso em : 18.jul.2018.

VICENTINI, P. P. Celebração e visibilidade: o dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v.4 n. 1 [8], p.9-41, jul.-dez.2004. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38679/20208>>. Acesso em 29. set. 2018.

VILELA, H. de O.S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; GREIVE, C.; FARIA FILHO, L. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.95-134.

VILELA, T. M. de C. Setenta anos da escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo-Duque de Caxias (RJ). **Pilares da História – Duque de Caxias e Baixada Fluminense**, Duque de Caxias, ano 14, p.23-28 maio.2015.

XAVIER, L. N. A Construção Social e Histórica da Profissão Docente: Uma Síntese Necessária. **Revista Brasileira de Educação**, v.19 n.59, p.827-849, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/02.pdf>>. Acesso em: 18.jul.2018

XAVIER, L. N. A educação no debate intelectual dos anos 50/60. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Educação no Brasil: História e Historiografia**. Rio de Janeiro: SBHE/UFRJ, 2000.

XAVIER, L. N. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v.3, n.1, p. 233-251, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38718/20247>. Acesso em: 21 jan. 2019.

XAVIER, L. N.; CHAVES, M. W. A invenção da escola pública e seus desdobramentos no Brasil: entre o ideal de modernidade e os problemas contemporâneos. **Historia Caribe**, v.13, nº 33 – jul-dic, p. 255-282.2018. Disponível em: <[http://investigaciones.uniatlapoliticantico.edu.co/revistas/index.php/Historia\\_Caribe/article/view/2007/2268](http://investigaciones.uniatlapoliticantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/article/view/2007/2268)>. Acesso em: 20 nov.2018.

ZOTTI, S. A. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil** Campinas. 20 anos de HISTEDBR: navegando pela história da educação brasileira. Campinas - SP: HISTEDBR, 2006. v. 7. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Solange%20aparecida%20zotti.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Solange%20aparecida%20zotti.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2018.

XAVIER, L. N. A Construção Social e Histórica da Profissão Docente: Uma Síntese Necessária. **Revista Brasileira de Educação**, v.19 n.59, p.827-849, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v19n59/02.pdf>>. Acesso em: 18.jul.2018.

XAVIER, L. N.; CHAVES, M. W. A invenção da escola pública e seus desdobramentos no Brasil: entre o ideal de modernidade e os problemas contemporâneos. **Historia Caribe**, v.13, n. 33 – jul-dic, p. 255-282.2018. Disponível em: <[http://investigaciones.uniatlapoliticantico.edu.co/revistas/index.php/Historia\\_Caribe/article/view/2007/2268](http://investigaciones.uniatlapoliticantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/article/view/2007/2268)>. Acesso em: 20.nov.2018.

ZOTTI, S. A. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil** Campinas. 20 anos de HISTEDBR: navegando pela história da educação brasileira. Campinas - SP: HISTEDBR, 2006. v. 7. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Solange%20aparecida%20zotti.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Solange%20aparecida%20zotti.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2018.

**APÊNDICE - Acervo**

Atas da Câmara Municipal de Duque de Caxias:

Livros: 1-15

Localização: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira.

Mapas de frequência

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Biblioteca Estadual, Niterói.

Legislação de 1947-1964 da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Disponível em:  
<http://www.cmdc.rj.gov.br/legis/decreto>.